

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –  
MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Denadeti Parcianello Belinazo

**O PERFIL E OS DETERMINANTES DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS  
FUMICULTORES E DOS NÃO-FUMICULTORES NO SUL DO BRASIL**

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2009

Denadeti Parcianello Belinazo

**O PERFIL E OS DETERMINANTES DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS  
FUMICULTORES E DOS NÃO-FUMICULTORES NO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador(a): Profa. Marília Patta Ramos

Santa Cruz do Sul, dezembro de 2009

Denadeti Parcianello Belinazo

**O PERFIL E OS DETERMINANTES DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS  
FUMICULTORES E DOS NÃO-FUMICULTORES NO SUL DO BRASIL**

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Dra. Marília Patta Ramos  
Professora Orientadora

Dr. Silvio Cezar Arend

Dr. Paulo Dabdab Waquil

Dr. Sergio Schneider

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

*Dedico esta tese à professora Marília Patta Ramos, a quem devo minha iniciação acadêmica no universo da agricultura familiar.*

## AGRADECIMENTOS

Entendo que o momento de agradecer é único. Hora em que se para a fim de refletir e reportar nomes de muitas pessoas que contribuíram ao longo da elaboração deste estudo. Trata-se de um momento extraordinário em que vêm à mente a colaboração de pessoas que representam uma instituição e, em outras vezes, passeiam pelo pensamento a lembrança de pessoas que, individualmente, se permitiram oferecer o aporte de entendimentos específicos e fundamentais para a consistência deste estudo.

Sob essa ótica, desejo registrar meu agradecimento à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em especial, aos professores Marcos Artêmio Fischborn Ferreira e Mário Riedl e sua equipe.

Considero importante agradecer ao Núcleo de Pesquisa Social (NUPES), da UNISC, pois a base de dados deste estudo foi disponibilizada por esse Núcleo, a qual é resultante de uma pesquisa encomendada pela Associação de Fumicultores do Brasil (AFUBRA) e desenvolvida pelo NUPES, sob a coordenação da professora Dra. Marília Patta Ramos.

Quero externar meu profundo agradecimento à professora Marília Patta Ramos, orientadora deste estudo, que, ao longo desta atividade acadêmica, sempre se manteve atenta à construção da tese, de modo que sua presença sempre foi carregada de comentários cuidadosos e de atitudes amistosas, questões fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Agradeço ao professor Silvio Cezar Arend, do Departamento de Economia da UNISC, pelas contribuições valiosas alcançadas, as quais auxiliaram a modelar esta tese.

Expresso meu agradecimento também ao professor Paulo Dabdab Waquil, da UFRGS, cujos comentários foram de fundamental importância para o aprimoramento deste estudo.

Manifesto minha gratidão também aos professores Sergio Schneider, da UFRGS, e Rogério Leandro Lima da Silveira, da UNISC, por disponibilizarem parte de seu tempo para atuar como membros da banca de avaliação desta tese.

A Orancibio Sanches, meu amigo, muito obrigada pelas incontáveis vezes que se dispôs a compartilhar suas ideias e, com paciência imperturbável, procurou sinalizar para a construção de um mundo melhor onde a consciência assume papel importante.

Devo agradecer ainda à minha família e, de modo especial, ao Geraldo, meu marido, pelo afeto, paciência e presença constante durante todos os momentos de minha vida.

*Longe de representar uma forma social de produção destinada a desaparecer definitivamente no curso da história, a agricultura familiar parece consolidar-se como realidade estrutural e permanente que forma parte dos sistemas agrários da quase totalidade dos países desenvolvidos. Sua existência se explica não somente em função dos papéis que desempenha no conjunto das estruturas sócio-econômicas e na adequada articulação com os objetivos das políticas públicas, mas sobretudo em virtude de sua grande capacidade de adaptação às circunstâncias impostas pelo marco econômico global em que se acha inserida. Mas a aceitação destes traços gerais como premissas válidas para compreender sua tenacidade no contexto do capitalismo moderno, não implica desconhecer a enorme diversidade que ostenta em termos das condições em que opera, sua estrutura de funcionamento e formas de organização.*

Flávio Sacco dos Anjos (2003)

## RESUMO

### O PERFIL E OS DETERMINANTES DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS FUMICULTORES E DOS NÃO-FUMICULTORES NO SUL DO BRASIL

Este estudo tem como objetivo geral comparar os perfis dos fumicultores com o dos não-fumicultores para identificar os determinantes do valor da produção para cada um destes grupos, no Sul do Brasil. Quanto à metodologia, este estudo possui um enfoque descritivo e explicativo, de causa e efeito, que, com o aporte de recursos estatísticos, busca verificar as relações entre variáveis de um grupo de 758 fumicultores e 384 não-fumicultores da Região Sul brasileira. Aceitam-se as hipóteses de que, apesar dos fumicultores obterem uma receita declarada substancialmente maior que os não-fumicultores, estes últimos tendem a possuir melhores condições em termos de infraestrutura que os primeiros por terem maior ingerência e controle sobre a produção e que, entre os não-fumicultores, ocorra um impacto maior e mais significativo (em termos estatísticos) da infraestrutura, da mão de obra e dos recursos naturais existentes no valor total da produção, por serem mais diversificados e menos dependentes de um só produto, contrastando, portanto, com o efeito a ser verificado entre os fumicultores. Verifica-se que os fumicultores, quando comparados aos não-fumicultores, apresentam médias mais baixas para as variáveis relacionadas com a infraestrutura e os recursos naturais. Apresentam também médias menores nas atividades de produção vegetal (exceto o fumo) e produção animal, as quais estão aquém das médias pontuadas pelo não-fumicultores. Observa-se que os produtores familiares de Santa Catarina apresentam médias superiores para o valor total da produção tanto entre os fumicultores quanto entre os não-fumicultores. Em termos de diversificação (produções vegetal e animal), são os fumicultores de Santa Catarina que possuem média superior também. Os não-fumicultores, entre os três Estados, apresentam médias (em valor) mais altas que os fumicultores para as atividades vegetais, exceto o fumo. Analisando-se as médias dos não-fumicultores pelos Estados, constata-se que os produtores de Santa Catarina mostram médias maiores para a produção de arroz, cebola, mandioca e milho. No Paraná, os não-fumicultores se destacam, com médias mais substanciais, relativamente aos outros dois Estados, na produção de batatinha, feijão, hortifrutigranjeiro e soja. Com relação às análises de impacto entre os não-fumicultores, evidencia-se um maior impacto, em termos estatísticos, do total de meios de produção sobre o Valor Total da Produção. Já entre os não-fumicultores, a variável total de benfeitorias é a que gera maior impacto sobre a variável dependente.

**Palavras-chave:** fumicultores, não-fumicultores, infraestrutura, mão de obra, valor total da produção.

## ABSTRACT

### THE PROFILE AND DETERMINING FACTORS OF THE PRODUCTION VALUE OF TOBACCO AND NON-TOBACCO FARMERS IN SOUTHERN OF BRAZIL

This study has the general goal of comparing the profiles of the tobacco farmers with the non-tobacco farmers to identify the determining factors of the production value to each of these groups, in Southern of Brazil. As for methodology, this study has a descriptive and explanatory focus, using cause and effect that, with the use of statistical resources, aims to verify the relationships between variables in a group of 758 tobacco farmers and 384 non-tobacco farmers in Southern Brazil. The hypotheses are the following: although tobacco farmers obtain higher declared income compared to non-tobacco farmers, the latter tend to have better conditions in terms of infrastructure than the first ones. Non-tobacco farmers have, for presenting higher managing power and control over the production, greater and more significant impact (in statistical terms) of the existing infrastructure, manpower and natural resources over the total value of production. In terms of results it was verified that the tobacco farmers, when compared to the non-tobacco farmers, present lower averages in the variables related to infrastructure and natural resources. They also present lower averages on the vegetal production activities and animal production, being under the averages scored by the non-tobacco farmers. It is observed that Santa Catarina State shows the greatest averages to the total value of production, among tobacco and non-tobacco farmers. In terms of diversification (animal and vegetal productions), the tobacco farmers in Santa Catarina have also the highest averages. The non-tobacco farmers, in the three states, show higher averages (in value) than the tobacco farmers for vegetal activities. By analyzing the averages of the non-tobacco farmers on the states, it is concluded that the farmers in Santa Catarina State have highest averages for the production of rice, onion and corn. In Paraná State, the non-tobacco farmers are highlighted, with greatest averages in comparison to the other two states, in the production of small potatoes, beans, vegetables, fruits and soy. Related to the impact analysis among the non-tobacco farmers, the means of production have the highest impact, in statistical terms, on the Total Value of Production. Among the non-tobacco farmers, on the other hand, the total properties material resources have the highest impact on the dependent variable.

**Keywords:** tobacco farmers, non-tobacco farmers, properties infra-structure, total value of production



## LISTA DE TABELAS

01	Produção de fumo sulbrasileira - estimativa safra 2008/2009.....	110
02	Cultivo fumícola safra 2007/2008 - distribuição fundiária .....	113
03	Condição do produtor, por Estado.....	140
04	Fumicultores e não-fumicultores: dados da família e mão de obra no Paraná.....	142
05	Fumicultores e não-fumicultores: dados da família e mão de obra no Rio Grande do Sul .....	143
06	Fumicultores e não-fumicultores: dados da família e mão de obra em Santa Catarina.....	144
07	Fumicultores e não-fumicultores e a presença de energia elétrica .....	146
08	Perfil das residências dos produtores familiares estudados.....	147
09	Fumicultores e não-fumicultores e as benfeitorias nas propriedades .....	148
10	Fumicultores e não-fumicultores - posse de bens duráveis e animais de tração ...	149
11	Indicadores relativos à mão de obra utilizada nas unidades familiares dos fumicultores e não-fumicultores .....	150
12	Posse de bens duráveis e animais de tração entre fumicultores e não-fumicultores do Paraná .....	152
13	Posse de bens duráveis e animais de tração entre fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul .....	153
14	Posse de bens duráveis e animais de tração entre fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina .....	155
15	Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em ha.....	157
16	Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em kg.....	158
17	Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em valor.....	159
18	Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em kg.....	160
19	Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em valor .....	160
20	Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do sul, em ha .....	161
21	Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, em kg .....	162
22	Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, em valor .....	163
23	Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul,	

em kg .....	165
24 Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, em valor .....	166
25 Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em ha	167
26 Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em kg	167
27 Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em valor .....	168
28 Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em kg	170
29 Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em valor .....	171
30 Estatísticas descritivas das variáveis que modelam o valor total da produção para todos os produtores .....	176
31 Estatísticas descritivas das variáveis que modelam o valor total da produção para os fumicultores.....	178
32 Estatísticas descritivas das variáveis que modelam o valor total da produção para os não-fumicultores .....	180
33 Modelo de regressão múltipla do valor total da produção estimado para os fumicultores .....	181
34 Modelo de regressão múltipla do valor total da produção estimado para os não-fumicultores.....	184

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
CAIs	Complexos Agroindustriais
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CQCT	Convenção-Quadro para Controle do Tabaco
CRESOL-BASER	Cooperativa Central de Crédito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DERAL	Departamento de Economia Rural
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	Food and Agriculture Organization
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
INCA	Instituto Nacional de Câncer
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NUPES	Núcleo de Pesquisa Social
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	Renda Agrícola
RWT	Remuneração do Trabalho Familiar
SIPT	Sistema Integrado de Produção de Tabaco
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SINDITABACO	Sindicato da Indústria do Fumo da Região Sul do Brasil
VTPMF	Valor Total da Produção Menos o Fumo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 AGRICULTURA FAMILIAR: AMBIGUIDADES CONCEITUAIS E CARACTERÍSTICAS DO MODELO</b> .....	22
1.1 Agricultura familiar - características do modelo .....	29
1.2 Agricultura familiar: um enfoque econômico .....	35
1.2.1 Fatores de produção.....	49
<b>2 AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	58
2.1 Agricultura familiar e o capitalismo.....	75
2.2 As iniciativas governamentais .....	80
2.3 Agricultura familiar e o processo de modernização .....	86
<b>3 INDUSTRIALIZAÇÃO, COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E PRODUTORES FAMILIARES INTEGRADOS</b> .....	95
3.1 O Complexo Agroindustrial (CAI) no Brasil e a relação com os produtores familiares .....	95
3.2 A relação dos fumicultores com as agroindústrias .....	99
<b>4 AGRICULTURA FAMILIAR E FUMICULTURA NO SUL DO BRASIL</b> .....	113
4.1 A fumicultura no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.....	119
4.2 A Convenção-Quadro e o monitoramento da produção do fumo.....	123
4.3 Os produtores familiares não-fumicultores .....	127
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	133
5.1 Desenho do estudo e amostra .....	133
5.2 Instrumento de Pesquisa .....	134
5.3 Modelo de estudo e suas variáveis .....	134
5.4 Estratégia analítica.....	137

<b>6 FUMICULTORES E NÃO-FUMICULTORES DO SUL DO BRASIL</b> .....	140
6.1 Análise comparativa de fumicultores e não-fumicultores, por Estado.....	140
6.1.1 Dados da família e mão de obra no Estado do Paraná.....	141
6.1.2 Dados da família e mão de obra no Estado do Rio Grande do Sul.....	142
6.1.3 Dados da família e mão de obra no Estado de Santa Catarina .....	144
6.2 Condições gerais das propriedades dos fumicultores e não-fumicultores .....	145
6.3 Indicadores relativos à mão de obra dos fumicultores e não-fumicultores .....	150
6.4 Indicadores sobre a posse de bens entre os produtores estudados.....	151
6.4.1 Posse de bens duráveis no Estado do Paraná.....	151
6.4.2 Posse de bens duráveis no Estado do Rio Grande do Sul.....	152
6.4.3 Posse de bens duráveis no Estado de Santa Catarina .....	154
6.5 Atividades de agropecuária anual entre fumicultores e não-fumicultores .....	156
6.5.1 Produção no Estado do Paraná .....	157
6.5.2 Produção no Estado do Rio Grande do Sul .....	161
6.5.3 Produção no Estado de Santa Catarina .....	166
<b>7 CONDICIONANTES DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS FUMICULTORES E NÃO-FUMICULTORES</b> .....	176
7.1. Características das variáveis do modelo para os fumicultores .....	178
7.2 Características das variáveis do modelo para os não-fumicultores .....	179
7.3 Análise de impacto para os fumicultores.....	180
7.4 Análise de impacto para os não-fumicultores.....	184
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	189
<b>REFERENCIAS</b> .....	195
ANEXO A - Pesquisa Sócio-Econômica: fumicultores .....	207
ANEXO B - Pesquisa Sócio-Econômica: não-fumicultores .....	209

## INTRODUÇÃO

O problema de estudo fundamenta-se nas transformações que vêm ocorrendo no relacionamento da sociedade brasileira para com a produção familiar. Segundo Abramovay (1995), desde 1990, as mudanças entre esses segmentos sociais vêm repercutindo nos planos intelectual, político e dos movimentos sociais. Em decorrência dessas alterações, a produção familiar tem feito parte da pauta de pesquisas das instituições brasileiras, contrapondo-se, assim, ao contexto social vigente até fins de 1980 (ABRAMOVAY, 1995).

Em termos teóricos, os esforços deste estudo unem-se às iniciativas dos estudiosos brasileiros que defendem a necessidade da diversificação produtiva entre as unidades fumícolas familiares (SACCO DOS ANJOS, 2003). Esse enfoque é evidenciado no Relatório Diagnóstico Sócio-Econômico do Nupes (2004)<sup>1</sup>, o qual constatou que, para 740 fumicultores respondentes da pesquisa, a partir da qual se utilizam dados para essa tese, o valor médio do total da produção fora o fumo somava R\$8.318,22 por ano, e daquele montante R\$5.325,95 era destinado ao autoconsumo. Ou seja, em termos médios, o que os produtores familiares negociavam (vendiam) no mercado não atingia R\$3.000,00 por ano.

Essa nova percepção sobre a produção familiar vem fomentando as investigações sobre esse universo, o qual tem apresentado produtos e novos resultados, tendo em vista as mudanças nas técnicas e nos métodos de pesquisa e também as modificações relevantes no aporte teórico desses novos estudos, conforme Abramovay (1995). Para Wanderley (2001), a produção familiar no Brasil adquiriu maior abrangência, em termos de utilização dessa denominação e no seu significado, pois fala-se desse segmento econômico-social com novas caracterizações, além de estar sendo alvo de políticas públicas que visam a seu fortalecimento.

Veiga (2000, p. 1) também concorda que o cenário social da produção familiar modificou-se bastante em anos mais recentes. Existe uma nova maneira de perceber esse segmento econômico e social, a qual localiza-se, principalmente, nas “vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar”. Na visão de Buainain (2003, p. 2), os procedimentos políticos iniciam um processo de reconhecimento da

---

<sup>1</sup> O NUPES realizou aquele levantamento amostral com 758 fumicultores e 384 não fumicultores nos três Estados do Sul do Brasil em 2004, coordenado pela professora Dra. Marília Patta Ramos e por encomenda da Afubra, a qual autorizou o uso dos dados para realização desta tese.

agricultura familiar, essencialmente por meio dos programas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Não há dúvidas de que a agricultura familiar tem-se mostrado um modelo capaz de fomentar os indicadores sociais e econômicos da agropecuária nacional, apresentando-se também como um segmento importante de geração de postos de trabalho no meio rural. Nesse sentido, com base nos resultados do Censo Agropecuário, de 2006, foram identificados 4.367.902 núcleos familiares, que representam 84,4% do número total de estabelecimentos (5.175.489). Outra informação importante divulgada pelo Censo (2006) refere-se ao contingente de 12,3 (74,4%) milhões de pessoas envolvidas na produção familiar, as quais se responsabilizam por parcela significativa de alimentos para a cesta básica, consubstanciando-se, dessa forma, em fornecedoras de alimentos dos brasileiros (IBGE, 2009).

Ainda de acordo com dados divulgados pelo Censo Agropecuário 2006, o segmento da produção familiar gerou 38% (R\$54,4 bilhões) do valor total da produção agropecuária. Detalhando-se essa informação, constatam-se as atividades e respectivos percentuais que compuseram o valor da total da produção. As atividades vegetais, subdivididas em temporárias e permanentes, tiveram uma participação de 72% no valor da produção e as de produção animal vêm em segundo lugar, representadas pelo percentual de 25%. Sob o enfoque econômico, verifica-se que o valor médio das atividades de agropecuária anual das unidades de produção familiar consistiu em R\$13,99 mil, sendo que a avicultura participou com menor valor médio R\$1,56 mil, mas o segmento de floricultura teve uma contribuição mais expressiva, cuja média foi de R\$17,56 mil (IBGE, 2009).

Além dessas observações, contata-se, no caso da fumicultura, que seu cultivo é influenciado pelo conhecimento geracional, pela diminuta dimensão das propriedades rurais, pela localização de grande parte delas em terrenos dobrados com grande inclinação e pela garantia de mercado que o sistema integrado oferece. Prieb (2005), referindo-se à produção fumageira, destaca que a produção do tabaco evidencia um elevado grau de subordinação nas relações de trabalho e assimetria na distribuição dos lucros, entre empresas e produtores familiares. Em decorrência da escassa autonomia dos fumicultores, o que lhes dificulta a inserção em outros nichos de mercado, sua atuação fundamenta-se, prioritariamente, no cultivo do fumo.

Já em relação aos produtores não-fumicultores<sup>2</sup>, verifica-se, em estudos de Anjos (2003) e Prieb (2005), que a produção familiar pode se tornar mais eficiente com o aporte de incentivos governamentais e com iniciativas próprias das unidades de agricultura familiar, que primem pela diversificação das atividades agropecuárias, possibilitando aos agricultores familiares reunir diferentes fontes de receitas monetárias.

De acordo com Instituto Nacional do Câncer - INCA (2005), um aspecto que vem ao encontro das necessidades dessas unidades familiares diz respeito à ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil - CQCT. No longo prazo, esse Tratado Internacional preocupa-se com o impacto que a redução, em termos globais, da demanda fumícola poderá surtir sobre os produtores familiares. Mas o Brasil, na qualidade de país signatário desse Tratado Internacional, inclui os fumicultores brasileiros dentre aqueles que poderão receber amparo técnico e econômico, que fomente alternativas viáveis à produção do tabaco. Além disso, há que se considerar que os fumicultores integrados à agroindústria têm se manifestado insatisfeitos com excessiva dependência econômica decorrente do processo de integração e também pelos perigos à saúde que a utilização de agrotóxico nas lavouras de fumo representa (INCA, 2005).

Considerando-se, portanto, a reflexão elaborada acima sobre a produção familiar, as questões de estudo que se colocam são: quais as diferenças e semelhanças entre fumicultores e não-fumicultores, residentes num mesmo espaço geográfico, quanto às condições de sua propriedade e a sua produção? E, em se tratando de identificar potencialidades para a diversificação, qual é o impacto da infraestrutura e da mão de obra no valor total, em Reais, da produção nas propriedades familiares de fumicultores e não-fumicultores no Sul do Brasil? Têm-se como hipóteses centrais:

a) Apesar dos fumicultores obterem uma receita declarada substancialmente maior que os não-fumicultores<sup>3</sup>, estes últimos, por terem maior ingerência e controle sobre produção, tendem a possuir melhores condições em termos de infraestrutura que aqueles. Isso se deve ao fato de que, apesar da elevada receita, os fumicultores possuem pouca autonomia sobre o processo produtivo e frequentemente se endividam, o que reduz em muito sua capacidade de

---

<sup>2</sup> Cabe destacar, desde já, que, no caso deste estudo, foram estudados os não-fumicultores que, além de não plantarem fumo, também não estão vinculados a nenhuma agroindústria.

<sup>3</sup> De acordo com o relatório do Nupes (2004), onde a receita anual dos fumicultores apareceu como sendo quase três vezes maior que a dos não-fumicultores, maiores detalhes são apresentados no Capítulo 06 desta tese.



investir nas propriedades, fato que pode representar um grande obstáculo para processos de reconversão produtiva.

b) Entre os não-fumicultores, por serem mais diversificados e menos dependentes de um só produto, estima-se que aconteça um impacto maior e mais significativo (em termos estatísticos) da infraestrutura, da mão de obra e dos recursos naturais existentes no valor total da produção, contrastando, portanto, com o efeito a ser verificado entre os fumicultores.

O objetivo geral desta tese consiste em comparar os perfis dos fumicultores com não-fumicultores para identificar os determinantes do valor da produção para cada um destes grupos, na região Sul do Brasil.

Dessa perspectiva, foram formalizados os objetivos específicos, a seguir relacionados:

- a) Realizar análise comparativa, caracterizando as famílias dos fumicultores e não-fumicultores, por Estado no Sul do Brasil.
- b) Verificar, numa perspectiva comparativa, as condições gerais das propriedades dos fumicultores e não-fumicultores, no que se refere às benfeitorias e às suas residências.
- c) Evidenciar, comparativamente, os indicadores relativos à mão de obra utilizada nas propriedades familiares dos fumicultores e não-fumicultores.
- d) Determinar indicadores que revelem a posse de bens duráveis entre os fumicultores e não-fumicultores, por Estado.
- e) Verificar quais as atividades econômicas (vegetais e/ou animais) que são desenvolvidas pelos fumicultores e não-fumicultores, por Estado.

Com a realização da tese, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre os perfis destes produtores e identificar os fatores que podem influenciar de modo mais significativo o valor total da produção dos agricultores familiares.

É importante que se afirme, desde o início, que não há a pretensão de esgotar a discussão, pois o fenômeno produção familiar é um universo de estudo recente. Nesse sentido, corroboram Abramovay (2007) e Schneider (2006) (2003), ao afirmarem que foi apenas na década de 1990 que a produção familiar passou a fazer parte do vocabulário científico.

Espera-se que o desenvolvimento desta tese possa trazer resultados positivos no que se refere à tomada de decisões e na elaboração de políticas de reconversão do plantio do fumo, pois procedimentos dessa ordem precisam ter conhecimento sobre o perfil e as potencialidades concretas dos produtores em questão. Segundo Groxko, 2007, esse processo de reconversão é representativo e desafiador, em função dos benefícios e do número de produtores rurais fumicultores no Sul do Brasil. Nesse sentido, constata-se, com base em divulgações da Afubra (2009) para a Região Sul do Brasil, que durante a safra 2007/2008, havia 180.520 mil famílias fumicultoras, com 758.190 pessoas ocupadas na lavoura, distribuídas entre 731 municípios.

Aponta-se na tese, além do perfil dos produtores pesquisados, os fatores que mais implicam no incremento do valor da produção dessas unidades familiares. Parte-se da premissa de que informações dessa natureza, quando se considera a necessidade de reconversão do cultivo do fumo, representam subsídios fundamentais na determinação de condições mínimas de manutenção dos agricultores familiares em suas propriedades, numa situação de abandono da cultura do fumo.

Além disso, com base em informações obtidas com a análise de dados sobre o conjunto de produtores familiares fumicultores e não-fumicultores, espera-se que este estudo possa contribuir com o universo acadêmico, de modo mais específico, com os pesquisadores deste tema, no sentido de que os resultados possam sinalizar diretrizes para novas pesquisas. Acredita-se também que os resultados encontrados com esta investigação possam servir de orientação para os formuladores de políticas públicas para o setor de agricultura familiar, bem como possam contribuir na elaboração de ações estratégicas ou proposições que venham ao encontro do fortalecimento da agricultura familiar, o que poderá desencadear, assim, o desenvolvimento rural.

É importante reconhecer a contribuição do Núcleo de Pesquisa Social da UNISC, ao disponibilizar, sob a autorização da Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra, o banco de dados sobre os produtores familiares fumicultores e não-fumicultores do Sul do Brasil. Deve-se destacar, portanto, que, dessa maneira, o Nupes assume papel fundamental e decisivo para a realização deste estudo. Feitas essas observações, apresenta-se agora a estrutura básica da tese, a qual possui sete capítulos e o segmento de considerações finais.

No Capítulo 01, realiza-se uma discussão teórica a respeito da agricultura familiar e suas ambiguidades conceituais. Teve-se a percepção de que seria importante dedicar atenção ao universo da agricultura familiar em função de sua diversidade e da fragilidade das definições. Assim, busca-se referenciar as características do modelo, apresentar um enfoque econômico e discorrer sobre questões que norteiam a industrialização. Abriu-se espaço também para abordar aspectos referentes aos produtores vinculados aos complexos agroindustriais, visto a importância de se compreender as formas de integração dos fumicultores às agroindústrias, uma vez que esse fenômeno e seus integrantes - produtores familiares fumicultores comparados aos não-fumicultores - têm papel central nesta tese.

Discorre-se, no Capítulo 02, sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento regional, com o propósito de melhor compreender a trajetória econômica da agricultura familiar e qual o seu papel no desenvolvimento regional. Nesse Capítulo, analisa-se também o relacionamento da agricultura familiar com o sistema capitalista, momento em que se evidenciam os dois agentes sociais que fazem parte dessa relação: o trabalhador e o capitalista. Depreende-se que aspectos dessa natureza sejam pertinentes para ressaltar os efeitos desse sistema sobre o segmento de produção familiar e as repercussões no desenvolvimento regional. Além dessas análises, consideram-se as mudanças sobre o processo produtivo das unidades familiares, sem descuidar das iniciativas governamentais com vistas ao fortalecimento desse segmento econômico e, conseqüentemente, ao fomento do desenvolvimento.

No Capítulo 03, abordam-se o processo de industrialização, os complexos agroindustriais e os produtores familiares integrados. O primeiro teve papel importante para disseminar as transformações técnicas e tecnológicas no meio rural. Já a formação dos CAIs seriam, conforme Spies (2000), importantes elementos do crescimento da economia, com condições de elevar a renda regional, expandir a base tributária e promoverem a difusão das novas tecnologias. Assim, a presença dos CAIs promoveriam impactos significativos no crescimento do valor adicionado da economia, em decorrência do beneficiamento e da transformação dos produtos agrícolas. Já em relação ao processo de integração dos fumicultores ao CAIs, observa-se, com base em Spies (2000), que os motivos que estimularam os produtores familiares a buscarem o caminho da integração e, em decorrência dessa decisão, especializarem-se enquanto mão de obra ativa, foram os financiamentos concedidos por essas organizações.

No Capítulo 04, considera-se a agricultura familiar e a fumicultura no Sul do Brasil. Constata-se, com base em Paulilo (1990), Graziano da Silva (1998), Prieb (2005), que as transformações ocorridas na produção familiar são intensas, de natureza técnica, econômica, social, atingindo, como afirma Lovisollo (1984) *apud* Paulilo (1990), a qualidade da terra, onde áreas antes consideradas inadequadas ao cultivo transformam-se rapidamente em espaços utilizáveis. Isso porque a terra pode ser ajustada segundo as necessidades do processo produtivo. Pode-se afirmar, com base em Prieb (2005), que, com o processo de modernização da agricultura, as safras passam a apresentar crescimento ascendente, mas, em contrapartida, os produtores familiares ficam mais dependentes do capital agroindustrial.

Outro tema a que se concede atenção é para a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - CQCT, haja vista sua relevância em relação ao universo estudado nesta tese, fumicultura no Sul do Brasil. Embora as formulações da CQCT não possuam nenhuma cláusula que se oponha à produção fumícola, as estimativas são de que, no longo prazo, o consumo do fumo decresça. Pode-se supor, segundo Bonato (2006), que os impactos dessa diminuição no consumo sejam sentidos nos níveis de produção e também no volume dos ingressos dos fumicultores que têm na produção tabagista sua principal fonte de renda. Nesse cenário, as principais discussões são sobre a necessidade de diversificar as atividades de agropecuária entre os fumicultores, tendo em vista que o Sul do Brasil responsabiliza-se quase que integralmente pela produção de tabaco e que nesse segmento estão inseridos aproximadamente 200 mil núcleos de produtores familiares.

No Capítulo 05, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados na elaboração deste estudo, o qual se constitui de uma pesquisa descritiva e explicativa, que se utiliza de recursos estatísticos, com o propósito de verificar relações entre as variáveis de um grupo de 758 fumicultores e 384 não-fumicultores do Sul do Brasil.

O Capítulo 06 é dedicado à abordagem dos dados. As análises e interpretações dos dados são realizadas com base nos objetivos estabelecidos, os quais buscam caracterizar e comparar as duas categorias de produtores, fumicultores e não-fumicultores, do Sul do Brasil. Inicialmente, analisam-se as condições dos produtores por Estado, se proprietário ou se meeiro/arrendatário, para os Estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a fim de verificar a existência de diferenças entre a proporção de fumicultores e não-

fumicultores em relação à condição dos produtores. Analisa-se também a composição e a mão de obra disponível das famílias por Estado.

Outros aspectos, dentro da análise de dados, são os indicadores relacionados ao tipo de produtor, à posse de energia elétrica, ao material de construção das residências e aqueles relativos às benfeitorias existentes na propriedade. Foram analisados também aspectos referentes aos bens duráveis e animais de tração, sem descuidar dos indicadores relativos às atividades de agropecuária anual de ordem vegetal e animal.

Já, no Capítulo 07, apresentam-se estatísticas descritivas das variáveis que modelam o Valor Total da Produção e os resultados dos modelos de regressão múltipla para estimar o Valor Total da Produção ajustado para os produtores estudados, fumicultores e não-fumicultores separadamente, no Sul do Brasil. Integra também este estudo a secção de Considerações Finais, no qual são destacados os aspectos mais relevantes da tese e proposições para estudos futuros.

# 1 AGRICULTURA FAMILIAR: AMBIGUIDADES CONCEITUAIS E CARACTERÍSTICAS DO MODELO

Ao buscar conceituar a exploração familiar, Lamarche (1993) lança alguns questionamentos, como seguem: Qual o significado quando se afirma que a produção agrícola assenta-se em grande medida, na exploração familiar? Qual o parâmetro que se tem para dizer que se está à frente de uma exploração familiar? Estas questões são formuladas com o propósito de traçar um esquema de análise que possibilite realçar os contornos desse objeto de estudo. Desse modo, para Lamarche (1993, p. 14),

exploração familiar, [...], corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução.

De acordo com Lamarche (1993), há distintos modos de nomear o explorador agrícola, sendo que, em determinadas ocasiões, as denominações são detentoras de simbologias. Quando se fala em produtor, explorador agrícola e cultivador, tem-se vocábulos que, de modo geral, apresentam neutralidade, mas o mesmo não acontece com as denominações de camponês, agricultor, empreendedor, trabalhador da terra, entre outras. Com certa regularidade, a exploração familiar é associada a uma exploração individual-tradicional, de modo a ser relacionada com a exploração camponesa.

Mas, segundo Tonneau e Teixeira (2002), o conceito de agricultura familiar apresenta imprecisões e nuances. De modo que há diferentes estudos sobre a agricultura familiar que têm procurado caracterizar a diversidade presente nesse objeto de estudo, com o propósito de contribuir com as formulações de políticas públicas para esse segmento econômico (Mattei, 2007; INCRA e INCRA/FAO, 2002; INCRA/FAO, 2000; Abramovay, 1995; Abramovay, 2007; Wanderley, 2001). Embora existam autores e organizações conceituadas investigando e analisando o universo das unidades de produção familiar, a questão é intrincada, pois pode ser observada sob diferentes ângulos.

Evidentemente, o conceito de agricultura familiar é federativo e reúne todos em torno de um projeto de sociedade que recusa a continuidade de um modelo de modernização, a partir do viés da agricultura patronal em que se concentra cada vez mais terra e rendimentos, excluindo a maior parte das populações agrícolas e rurais,

condenadas a deslocarem-se, crescentemente, para as cidades e para a marginalização social (TONNEAU e TEIXEIRA, 2002, p. 297).

É possível, porém, que essa conceituação tenha seu sentido expandido, abarcando, em determinados momentos, a pequena produção e, assim, possibilitando juntar diferentes tipos de agricultores não-patronais numa mesma listagem como empresas familiares integradas ao mercado; pequenos proprietários, cuja maior inquietação refere-se à autossuficiência e também os trabalhadores rurais desprovidos de terra e, por vezes, de uma atividade remunerada permanente (emprego). Num sentido mais determinado, outros estudiosos têm uma concepção mais restrita sobre o termo, referindo-se, essencialmente, às empresas familiares. Em função da fragilidade das definições e inconsistência dos esclarecimentos, surge uma série de confusões sobre quem são os beneficiários dos programas públicos, bem como a respeito da constituição destes programas (TONNEAU e TEIXEIRA, 2002).

Além disso, parece oportuno advertir que os princípios que norteiam a exploração camponesa e agricultura familiar - principalmente, aqueles relativos aos produtores familiares integrados<sup>4</sup> à agroindústria - são distintos. De acordo com Sandroni (1980), a exploração camponesa<sup>5</sup> caracteriza-se pela utilização de técnicas elementares. Por outro lado, entende-se que o produtor familiar integrado, devido às exigências das agroindústrias e à necessidade de manter-se produtivo, faz uso, como afirma Sandroni (1980), de técnicas modernas e de insumos industrializados. O produtor familiar integrado à indústria fumageira - parte do objeto de análise deste estudo, organiza-se desse modo, porque visa a um retorno econômico. Já os produtores familiares não-integrados às agroindústrias também componentes da base de dados deste estudo, organizam-se, presume-se, com um maior grau de autonomia frente às suas iniciativas mercantis e no que tange ao gerenciamento de suas unidades familiares.

Historicamente, no século passado, estudiosos das ciências sociais como antropólogos, sociólogos e economistas direcionaram suas investigações científicas no sentido de compreender o modelo de produção e reprodução camponês. Para isso, fundamentaram-se nas formulações teóricas do economista Chayanov, o qual buscou em suas pesquisas detalhar a lógica da economia camponesa. A obra de Chayanov sobre o campesinato constituiu-se com base em levantamentos estatísticos efetuados na Rússia, a partir da década de 1870. A

---

<sup>4</sup> Produtores integrados são aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela (PAULILO, 1990, p. 19).

<sup>5</sup> Neste estudo, o termo camponês não será usado com enfoque principal - é importante que se esclareça desde o início - e ele não tem o mesmo significado que o de agricultor familiar.

essência de sua teoria centra-se no princípio subjetivo do equilíbrio entre autoconsumo e a não-realização do trabalho manual após um determinado ponto (WOORTMANN, 2001).

No entanto, de acordo com Woortmann (2001), o raciocínio de Chayanov (1966) é marginalista também, ao afirmar que, após um gasto comparativamente pequeno, mas essencial para o organismo e acompanhado por uma sensação de satisfação, a decisão de continuar gastando mais energia numa determinada atividade requer força de vontade do indivíduo. Então, quanto maior a quantidade de trabalho realizada por um homem em um determinado período de tempo, mais e mais entediante para o homem serão as últimas (marginais) unidades de trabalho despendidas. Há de chegar em um determinado

nível crescente da receita de trabalho quando o tédio do gasto do trabalho marginal igualará a avaliação subjetiva da utilidade marginal da soma obtida por esse trabalho. Assim, considerando a utilidade marginal, cada rublo bem-sucedido será pior avaliado do que o entediante trabalho de ganhá-lo (CHAYANOV, 1966 apud WOORTMANN, 2001, p. 3).

Lamarche (1993), interpretando Chayanov (1972), considera que os princípios que norteiam a exploração camponesa apontam para a existência de um relacionamento ou um ajustamento entre as decisões tomadas sobre a quantidade a ser produzida e necessidade de consumo. O custo do trabalho da unidade doméstica não é mensurável, pois o trabalho da família não é visto sob o prisma do lucro. Nas explorações camponesas, as atividades de produção objetivam satisfazer às suas necessidades. Sobre essa afirmação, constata-se em Chayanov (1966) apud Woortmann (2001, p. 4), uma comparação entre economia capitalista e economia natural, na qual a primeira engendra um intrincado relacionamento de entendimentos econômicos, e a segunda refere-se a uma analogia elaborada por Chayanov entre economia camponesa e economia natural. Veja-se a seguir:

- A teoria econômica da sociedade capitalista moderna é um complicado sistema de categorias econômicas inseparavelmente conectadas umas às outras: preço, capital, salários, juros, aluguel, que determinam uma à outra e que são funcionalmente interdependentes. Se um tijolo cai do esquema, toda a edificação colapsa.
- Em uma economia natural, a atividade econômica humana é dominada pelo requerimento de satisfazer as necessidades de uma única unidade de produção, que é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo; assim, fazer um orçamento é altamente qualitativo...a quantidade aqui pode ser calculada somente a extensão de cada uma das necessidades...a questão de lucratividade comparativa de vários custos não pode ser levantada – por exemplo, se cultivar erva ou grama seria mais lucrativo ou vantajoso – já que estes produtos naturais não podem ser substituídos um pelo outro.



- Na fazenda da família, a família...usa sua força de trabalho para cultivar o solo e recebe, como resultado do trabalho de um ano, um determinado montante de bens... Uma única olhada na estrutura interna da unidade de trabalho é suficiente para perceber que é impossível...aplicar o cálculo capitalista de lucro (CHAYANOV 1966 apud WOORTMANN, 2001, p. 4).

Para esse autor, o cálculo capitalista com o propósito de lucro não pode ser aplicado numa economia natural. Deve-se evidenciar, portanto, que os produtores familiares fumicultores, ao se organizarem em volta das agroindústrias, querem e precisam, para assegurarem sua reprodução social, de um retorno econômico.

A unidade doméstica camponesa, afirma Woortmann (2001), administra-se com base em critérios subjetivos, tomando por base a experiência junto às atividades agrícolas da geração presente, mas também considerando o conhecimento adquirido e transmitido pelas gerações antepassadas. Suas decisões fundamentam-se também numa avaliação em que consideram o quociente da relação insumo/produto. Para encontrar o ponto de equilíbrio nas atividades de produção, a família camponesa considera o número de pessoas (Pontes, 2005) que compõem a família, a quantidade destes componentes familiares que estão aptos ao trabalho e o número daqueles que são idosos ou muito jovens (crianças, por exemplo), que não fazem parte do rol dos trabalhadores familiares.

... o trabalhador campesino é estimulado a trabalhar por demandas, da família, despense maior energia ao passo que a pressão destas demandas se torna mais forte. A medida de autoexploração depende no mais alto grau de quão pesado é o fardo do trabalhador devido às demandas do consumidor sobre sua família... O volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de forma alguma do número de trabalhadores (CHAYANOV, 1966 apud WOORTMANN, 2001, p. 5).

Constata-se, então, que as decisões nas unidades familiares campesinas são determinadas, essencialmente, em função do número de consumidores. Ou seja, qual é a quantidade necessária de produção (área cultivada pelos membros da família), necessária e suficiente, capaz de garantir o sustento da unidade familiar? Nessa ótica, os camponeses chegam ao consenso ou ao equilíbrio entre produção e consumo, observando o quociente da relação consumidores/produtores. Nessa relação, o fato considerado mais importante é a proporção de unidade de consumo e não o de produção (WOOTMANN, 2001).

Já que o estímulo básico da família trabalhadora para a atividade econômica é a necessidade de satisfazer as demandas de seus consumidores...devemos primeiramente esperar que o volume de atividade econômica quantitativamente

corresponda mais ou menos a estes elementos básicos na composição familiar (CHAYANOV, 1966 apud WOORTMAN, 2005, p. 5).

As pesquisas realizadas por Chayanov, na Rússia, no séc XIX, consistiam em registrar a historicidade da constituição familiar, desde o advento do casamento, observando a cronologia da chegada dos filhos, até que novos casamentos se concretizassem, dando início às dinâmicas da segunda geração. Então, foi sob essa ótica que Chayanov criou o conceito de diferenciação demográfica, que não deve ser confundido com diferenças de classe, mas que permite um novo entendimento para as questões que envolvem a economia familiar. Deve-se considerar que, num determinado período de tempo, o quociente da relação consumidores / produtores aumenta, mas, transcorrido algum tempo, essa razão apresenta-se declinante. Cabe destacar também que, quanto maior o quociente dessa relação, mais exigido, mais intenso é o trabalho dos produtores, embora eles também façam parte do grupo dos consumidores (CHAYANOV, 1966 apud WOORTMAN, 2001).

Embora o objeto deste estudo esteja constituído por uma amostra de fumicultores, comparados aos não-fumicultores, e eles não se enquadrem completamente na classificação de Chayanov, a iniciativa de adentrar nos meandros da teoria de Chayanov transcorreu sobretudo no sentido de observar as diferentes acepções de pensamento que circunscrevem o tema. Por oportuno, destaca-se que a não-identificação dos fumicultores e não-fumicultores com os conceitos de Chayanov ocorrem em virtude desses produtores estarem vinculados ao processo de desenvolvimento social, razão que os leva a buscar sua reprodução socioeconômica. Na categoria de produtores familiares, o caminho de que dispõem são as atividades de agropecuária anual.

Com relação à questão de diferenciação demográfica, na época de Chayanov, há que se considerar que as áreas menores em termos de extensão eram cultivadas pelas famílias mais novas, com filhos ainda pequenos, e que as famílias há mais tempo constituídas dispunham de áreas de terra maiores, e nestas as crianças tinham pequena importância quantitativa. A extensão da área cultivada estava na dependência do porte da família e do ciclo de desenvolvimento. Deve-se destacar, nesse processo, que, à medida que a quantidade de trabalhadores familiares aumentava, as áreas cultivadas também cresciam, no entanto, o trabalho (penosidade do trabalho) tornava-se menor, acompanhando o declínio da razão consumidores/produtores. A redução do trabalho podia advir da diminuição no número de dias trabalhados e esta decisão resultava, por exemplo, de melhores oportunidades nos

negócios e/ou de localização mais adequada da propriedade familiar. Tal procedimento também se originava no princípio de equilíbrio entre a satisfação das necessidades e a penosidade do trabalho (WOORTMAN, 2001).

Com respeito ao ponto de equilíbrio, Woortmann (2001, p. 5-6) interpretando Chayanov (1966), infere que os limites tanto inferiores quanto superiores do volume de atividades econômicas são determinados pela composição do núcleo familiar. Desse modo, a força de trabalho na propriedade é estipulada em função da disponibilidade de pessoas da família aptas ao trabalho. Então, o maior volume de atividades está na dependência do que a mão de obra disponível consegue realizar com a máxima utilização e intensidade. Em contrapartida, o menor volume de atividades tem como parâmetro a obtenção dos benefícios materiais imprescindíveis ao sustento da família.

Para H. Mendras (1976) apud Lamarche (1993, p. 16), a performance mais apropriada das sociedades camponesas tem como pilares:

- a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo;
- a importância estrutural do grupo doméstico;
- um sistema econômico de autarquia relativa;
- uma sociedade de inter-relacionamentos;
- a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral.

Esse entendimento permite afirmar que a exploração camponesa constitui-se como uma exploração familiar, no entanto existem explorações familiares que não são de unidades camponesas, pois seria um equívoco concluir que “todas as formas de explorações familiares [pudessem inserir-se] em um único modelo”, afirma Lamarche (1993, p. 16). Ponderando sobre esse tema, Gómez Soto (2002) concebe que, no Brasil, o campesinato não possui a mesma concepção que no referencial europeu, mas admite que seja uma classe social heterogênea, com significativas diferenciações regionais, que emergiu em decorrência do alargamento da fronteira agrícola, do processo de imigração e do desbravamento de novos lotes de terra com o propósito de cultivá-los.

Para Sandroni (1980), as unidades de agricultura familiar e camponesa são diferentes quanto às transações com o mercado e ao uso de métodos de trabalho. Nos núcleos camponeses, as relações de compra e venda, com o propósito de lucro, não constituem o

objetivo principal dessas propriedades e as técnicas de trabalho são elementares. Nas unidades de agricultores familiares, tais como as que são centrais neste estudo (fumicultores), observam-se interações mais significativas com o mercado, visto que esses agricultores têm suas atividades afetadas pelas oscilações de mercado e também dependem do sistema financeiro. Além disso, seus procedimentos buscam o aprimoramento com vistas à maior produtividade, além de utilizarem, no caso dos integrados, insumos industriais e adotarem técnicas atualizadas. Abramovay (2007), discorrendo sobre os produtores familiares modernos e de seu relacionamento com o mercado, critica que

explicar a existência *camponesa* a partir da ‘lógica do capital’ é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são *familiares, mas não camponesas* (ABRAMOVAY, 2007, p. 35) [grifos do autor].

Sob a ótica de Sacco dos Anjos (2003, p. 42), “é perfeitamente admissível reconhecer que na esfera dos países industrializados não é mais possível falar de explorações *camponesas*, mas de explorações *familiares*, próximas àquelas, mas com importantes diferenças”. Nesse sentido, as ponderações de Sacco dos Anjos contemplam a vinculação com mercado, a lógica de conduta das unidades familiares e suas ações e/ou atitudes em prol da reprodução social. Quanto às conexões com o mercado, dependendo do grau ou intensidade dessas relações, são verificadas, em contrapartida, alterações no grau de autonomia das unidades de produção<sup>6</sup>.

Para Wanderley (2001), o segmento dos produtores familiares não consiste em uma nova categoria no âmbito da sociologia rural. Fundamentalmente, sua conceituação é compreendida como uma unidade produtiva em que a família assume, conjuntamente, as atribuições de proprietária dos fatores de produção e principal responsável pelo trabalho executado em âmbito doméstico. A combinação entre família-produção-trabalho repercute nos modos de proceder tanto econômicos quanto sociais do núcleo familiar. Por outro lado, uma definição dessa natureza espelha significativa diversidade de formas sociais. Lamarche (1993, p. 18) afirma e Wanderley (2001) concorda “que a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”. As explorações

---

<sup>6</sup> A partir das ponderações fundamentadas em Sacco dos Anjos (2003), compreende-se como importante ressaltar que este estudo versará sobre os produtores familiares fumicultores e não-fumicultores, da Região Sul do Brasil, e adota-se como enfoque principal a conceituação teórica desse autor.

familiares, segundo Lamarche (1993), traçam para si um modo de funcionamento e a performance de uma classe social que faz parte desse modelo.

A verificação das questões que norteiam as unidades de produção familiar, portanto, supõe a elaboração de um marco teórico para a análise da produção familiar no Sul do Brasil, mais especificamente, dos fumicultores comparados ao não-fumicultores, objeto deste estudo. Este estudo propõe-se, então, a auxiliar na construção de entendimentos básicos que transcendam ao patamar descritivo das relações entre produtores de fumo integrados à agroindústria e os produtores familiares não-fumicultores, sem descuidar das especificidades da agricultura familiar ou, como afirma Abramovay (2007), das particularidades naturais desse modelo de produção. A partir dessas considerações, parece importante salientar que, no próximo tópico, a atenção deve concentrar-se na agricultura familiar e nas características desse modelo.

### **1.1 Agricultura familiar: características e elementos constituintes**

A agricultura familiar se distingue da maioria de outros segmentos produtivos por manter ligações muito estreitas entre o núcleo familiar e a produção. Na essência, as unidades de agricultura familiar se diferenciam entre si pela habilidade com que fazem uso dos meios de produção e pelo modo como promovem seu desenvolvimento (LAMARCHE, 1993). Então, em um mesmo contexto social e mesmo modo

de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais, segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc.). Por exemplo, em uma mesma comunidade, as explorações, todas do tipo *Camponês*, podem ser mais ou menos importantes (em superfície ou em meios de produção), mais ou menos mecanizadas, mais ou menos técnicas etc., e, em cada caso, sua capacidade de adaptação e de reprodução deve variar consideravelmente (LAMARCHE, 1993, p. 18).

Pode-se dizer que as unidades de agricultura familiar se caracterizam por terem um modelo de funcionamento próprio. Por esse motivo, sua aptidão de reprodução precisa ser analisada com base no enfoque tipológico, método de análise que seria o mais adequado. A título de exemplificação, pode-se destacar a região de Ijuí, no Rio Grande do Sul, que é um local de colonização bem particular. São encontradas nesse município comunidades de colonização de origem polonesa, italiana e alemã, que conservam suas características sociais e culturais originais. Em sua maioria, esse produtores têm em sua performance as marcas do

modelo *Camponês*, apresentando-se bem integrados ao mercado, conforme Lamarche (1993). [grifo do autor].

Garcia Júnior (1989, p. 103) observa que “a combinação de agricultura e negócio entre os pequenos proprietários, rendeiros e meeiros libertos, [ocorre com frequência]. Essa combinação é vista como composta por atividades complementares”. Na época em que foi realizada a pesquisa do referido autor<sup>7</sup> (1975-1977), as unidades domésticas já tinham claro que é preciso diversificar as atividades no meio rural. Por isso os homens (mais especificamente o pai de família) distribuía o tempo semanal entre as tarefas agrícolas no roçado e a participação em feiras de intermediários, nas quais há a possibilidade de revenderem produtos adquiridos junto a fornecedores (produtores ou negociantes).

Além do equacionamento do tempo entre as atividades de agricultura e negócio realizadas pela unidade doméstica, é preciso também calcular qual a quantidade de recursos financeiros que devem ser direcionados “da agricultura para o negócio, ou do negócio para a agricultura, assim como cada uma destas atividades pode servir alternadamente ou conjuntamente para proporcionar o necessário à subsistência doméstica” (GARCIA JUNIOR, 1989, p. 105). São atividades que requerem uma dinâmica própria e o negócio constitui-se como parte dos afazeres agrícolas. Assim, com certa frequência, o dinheiro obtido com a realização de negócios é utilizado para adquirir sementes, adubo e para remunerar o trabalhador contratado, conforme Garcia Júnior (1989). Parece importante destacar aqui que, no caso dos produtores familiares integrados, a agroindústria é que determina a conformação do arranjo produtivo.

Constata-se também, no estudo de Garcia Júnior (1989, p. 116), que a seleção das culturas alternativas é realizada pelas unidades domésticas de modo bastante atento às oscilações de preços ocorridas no mercado, embora esses camponeses não avaliem questões como a “maior produtividade valor por hectare [e] nem a busca da maior produtividade valor por trabalhador”.

---

<sup>7</sup> Estudo resultante da tese de doutoramento de Afrânio Raul Garcia Jr. junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Trata-se de uma pesquisa realizada no quadro do Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste (1975-1977), Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE. Esse estudo buscou compreender a multiplicidade dos efeitos dos deslocamentos dos trabalhadores do Nordeste em direção ao mercado de trabalho industrial do Sudeste.

No cálculo da composição da produção, o fato de o grupo doméstico ter de proporcionar o necessário ao seu consumo através do produto do seu trabalho, seja diretamente, seja pela venda de produção e aquisição posterior dos bens que não produz, implica efeitos específicos. Não há falta de sensibilidade à flutuação dos preços de mercado: apenas a incidência desta flutuação não tem o mesmo efeito que no caso de empresas capitalistas, sendo ‘ponderada’ pelo fato de que o grupo doméstico camponês é simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo. Não que haja identidade das duas unidades, pois o momento da produção difere do momento do consumo, e basta pensarmos na composição variável ao longo do ciclo de vida do grupo doméstico para vermos que um membro, que conta como consumidor em determinado momento, como crianças, velho, doente, nem sempre pode ser mobilizado como trabalhador. Mas a simples unidade produção/consumo como duplo referente para um só grupo doméstico implica movimentos específicos em nível de composição da produção (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 116) [grifo do autor].

As unidades domésticas de produção e consumo, objeto de análise da pesquisa de Garcia Júnior, têm significativo conhecimento sobre as oscilações de preços de mercado e sobre as técnicas de produção, conforme já salientado. Além desses dois fatores, considerados no cálculo da economia camponesa, há outros dois elementos que entram na composição desse cálculo e têm importância decisiva sobre o comportamento a ser verificado:

a) o consumo socialmente necessário dos produtos pela unidade doméstica - o gasto da casa; b) a disponibilidade de força de trabalho do grupo doméstico, quantas pessoas de trabalho tem na casa. Vemos assim a vigência do balanço produção-consumo, tal como especificado por Chayanov (1966), conforme Garcia Júnior, (1989, p. 121) [grifos do autor].

Por essa razão, Garcia Júnior (1989) deduz que a economia camponesa não tem nada a ver com as definições de economia de subsistência, autárquica, tradicional ou, ainda, com a denominação de minifúndio antieconômico. E faz a seguinte declaração:

a classificação dos pequenos estabelecimentos como ‘antieconômicos’ nada explica sobre os padrões empiricamente observáveis [...], mas trai claramente a intenção dos classificadores: visa passar a imagem de estabelecimentos que existem mas não deveriam existir, segundo os cânones de ‘racionalidade econômica’, ou então que deveriam desaparecer (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 22) [grifo do autor].

Em geral, segundo Garcia Júnior, há, sim, o conhecimento pormenorizado e atualizado, entre as unidades camponesas, dos preços praticados com o produtor sobre todo o território nacional. Da mesma forma, as unidades camponesas mantêm-se informadas sobre os preços vigentes em nível de consumidor. Observa-se que, na concepção de Garcia Júnior (1989), a unidade doméstica de produção e consumo age com autonomia no que se refere à distribuição do tempo de trabalho a ser determinado para o segmento agrícola e para as atividades relativas

aos negócios. Esse autor pondera também sobre como equacionar os recursos financeiros entre agricultura e negócio.

No entanto, salienta-se, em conformidade com Paulilo (1990), que, com os produtores familiares integrados do Sul do Brasil, o vínculo com as empresas transnacionais tem muito da antiga relação de patronagem que havia entre comerciante e produtores familiares (os colonos). O papel do comerciante abarcava o fornecimento de produtos necessários para manter a dinâmica familiar e a compra da produção agrícola dos colonos. Por essa razão, Paulilo (1990, p. 48) afirma que “a livre comercialização de seus produtos e o poder de estabelecer seu preço nunca foram prerrogativas dos colonos. O sistema integrado só veio dar nova forma a essa antiga situação”. Corroborando com o pensamento de Paulilo (1990), Abramovay (2007) relata que, ao desenvolver uma pesquisa no sudoeste do Paraná, observou que os produtores familiares, ao se referirem aos comerciantes, aqueles que em tempos atrás efetuavam as transações econômicas de suas safras, sempre os tratavam pelo nome.

Eram muito frequentes as situações em que o comerciante ‘ajudava’ o [produtor familiar] em caso de doença, por exemplo, e este retribuía tornando-se seu cliente. É claro que nessa situação, a reciprocidade envolve provavelmente uma relação de dominação econômica: O importante entretanto é o caráter personalizado e a sujeição dessa relação a normas de reciprocidade para que possa funcionar. Em tempo: gerentes de banco ou de cooperativas, no período atual, nunca eram tratados pelo nome, mas sim pela função (ABRAMOVAY, 2007, p. 121).

A partir das inferências de Paulilo (1990) e Abramovay (2007), pode-se notar que, se as agroindústrias fazem imposições aos produtores familiares integrados, esta atuação não deve ser vista como um procedimento novo. As intervenções efetuadas pelas fumageiras no processo de produção, atitude que não fazia parte da tática de negócio do comerciante, não significam que as antigas imposições do comerciante tivessem um caráter mais ameno. Os colonos do Sul do Brasil sempre mantiveram-se submetidos às decisões econômicas dos comerciantes, dessa forma tinham uma participação mínima nas determinações de preços de produtos comprados ou vendidos. Assim, as agroindústrias apenas redefiniram essa relação. Com a inserção do fumo de estufa, custeada pelas agroindústrias, o trabalho dos produtores familiares aumentou significativamente (PAULILO, 1990).

A partir desse entendimento, constata-se que, na realidade, no Sul do Brasil, nunca existiu o produtor familiar com autonomia, “trabalhando para o consumo, vendendo apenas o excedente e que determinava sua vida de acordo com as necessidades internas da família e da



unidade produtiva” (PAULILO, 1990, p. 51). Corroborando, Prieb (2005, p. 63) diz que a autonomia do produtor familiar integrado “não passa, muitas vezes, de uma forma simbólica de afirmação da autonomia do agricultor frente à real situação de submissão em que se encontra perante as empresas oligopsonistas.” É perceptível, no entanto, que existe autonomia relativa, em função da posse ou propriedade da terra, fator que permite aos produtores familiares integrados se perceberem como empresários de pequeno porte.

Nas últimas duas décadas, os fumicultores vêm sendo alvo de progressivas pressões, em decorrência da necessidade de reduzir os custos de produção, com o propósito de ampliar a competitividade do fumo, de modo mais intenso quando é realizado o cálculo para fazer uso de novas tecnologias e insumos modernos e terceirização de atividades (PRIEB, 2005). Sobre isso, Erthal (2006) afirma que as indústrias responsáveis pela produção de insumos conseguiram envolver o segmento agropecuário de uma maneira tão intensa que, na atualidade, não é mais possível efetuar a produção, com um índice adequado, sem fazer uso dos “pacotes tecnológicos”.

Uma das culturas citadas pelo autor refere-se ao fumo, o qual tem um desempenho econômico aceitável, com a utilização de insumos modernos. Mas se, por um lado, o uso de fertilizantes oferece resultados magníficos, em contrapartida, eleva o custo do processo produtivo. Nessas circunstâncias, avalia-se que o produtor familiar fumicultor necessita cada vez mais de eficácia em suas atividades, questão que leva a presumir a utilização de técnicas sempre mais atualizadas e, portanto, mais onerosas. Desse modo, o produtor familiar fica refém do uso dessas técnicas mais evoluídas, fazendo com que ele pense e aja com rapidez, para evitar a defasagem no processo de produção, ao mesmo tempo em que busca assegurar os fatores essenciais para sua reprodução (ERTHAL, 2006).

A exploração familiar tem sido objeto de transformações em décadas mais recentes. De um modo mais abrangente e histórico, constata-se que o processo modernizante da agricultura brasileira apresentou maior expressividade a partir de 1960, ocasionando mudanças na performance técnica e econômica desse segmento. O processo modernizante da agricultura manteve seu caráter conservador, sendo denominado de arbitrário e incompleto. Esse entendimento advém do fato de que parte significativa da produção familiar não teve acesso aos procedimentos de modernização, continuando dependente da grande propriedade e com meios de trabalho inadequados (LAMARCHE, 1993). Entretanto,

os produtores familiares que se modernizam devem continuar a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local e somente em alguns raríssimos casos indica uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural. Diante das dificuldades engendradas pelo êxodo rural em direção às cidades [...], as unidades familiares têm como função reter e abrigar uma população rural excedente (LAMARCHE, 1993, p. 184).

Em Plein (2006), encontra-se ressonância do pensamento de Lamarche sobre as mudanças que impactaram a agricultura familiar nesses últimos trinta anos. Esse processo de modificações foi desencadeando relações mais fortes com o mercado, a partir de métodos mais especializados adotados no processo produtivo. Como resultado, observa-se maior interação dessas propriedades com o mercado e também maior dependência. Isso pode ser observado nas transações de compra e venda e na utilização de financiamentos, que se tornam mais intensas após a modernização das propriedades.

Paulilo (1990), ao discorrer sobre o relacionamento dos fumicultores do Sul de Santa Catarina com a agroindústria, afirma que é difícil delinear o perfil dos produtores familiares integrados às agroindústrias, porque, de modo geral, o fumo apresenta demandas pequenas. Ou seja, a cultura do fumo pode coexistir em propriedades de tamanho bem reduzido, pois exige apenas dois hectares de terra por estufa. Com referência aos recursos financeiros, identifica-se com o poder aquisitivo da maioria dos produtores, pois o grau de investimentos necessários “é pequeno e totalmente financiado pelo banco, ficando o pagamento dos juros a cargo das agroindústrias interessadas nessa matéria-prima. Na região estudada, [Sul do Estado de Santa Catarina,] a maioria dos [produtores familiares] planta fumo, nem que seja com agregados”, afirma Paulilo (1990, p. 168).

Ainda com respeito aos laços entre fumicultores e empresas fumageiras, pode-se dizer que são de natureza assimétrica (PAULILO, 1990). O entendimento entre o contratante e contratado se dá via informalidade, por meio da comunicação verbal e há exigências quanto à lealdade do produtor, o qual deve comprometer-se a entregar o fumo à empresa que está lhe fornecendo as condições necessárias e suficientes para o cultivo do fumo (ETGES, 1991).

Para Sacco dos Anjos (2003), a agricultura familiar justifica-se em função dos papéis que desempenha junto aos segmentos sociais e econômicos, pelo adequado posicionamento com os propósitos das políticas públicas e sobremaneira pelo seu poder de ajustamento à realidade estabelecida pela economia globalizada. De um modo mais enfático, Sacco dos

Anjos et. al. (2004, p. 543), ao discorrerem sobre a agricultura familiar, afirmam que “não resta a menor dúvida de que estamos falando de um universo social extremamente diversificado e não menos contraditório em sua composição”.

Nesta parte do estudo, procurou-se abordar os elementos conceituais que permitam estabelecer distinções entre a exploração camponesa e a agricultura familiar. Buscou-se, dessa maneira, tecer considerações pertinentes sobre o tema estudado, com o propósito de evidenciar diferenças substanciais entre a lógica da economia camponesa e as questões que direcionam os produtores familiares fomicultores integrados. A iniciativa desenvolveu-se no sentido de observar como distintos autores, com formação também distinta, concebem o campesinato e a produção familiar.

Além da exposição de ordem conceitual, percebe-se como importante apresentar uma explicação adicional. No segmento subsequente, entra-se na conceituação a ser seguida nesta tese. Assim, dentro do enfoque econômico, são evidenciadas questões que norteiam a agricultura familiar, como a postura do governo brasileiro, iniciativas frustradas da produção familiar, reorientação político-econômica do país para com o segmento da agricultura familiar, percepção microeconômica. Nesse sentido, no tópico seguinte, 1.2, o enfoque concentra-se nas questões econômicas que norteiam a produção familiar.

## **1.2 Agricultura familiar: um enfoque econômico**

No entendimento de Lima et al. (2005), as unidades de agricultura familiar, assim como qualquer agente social que esteja integrado à dinâmica de mercado, têm como propósito garantir sua reprodução social e econômica. Portanto, enquanto agentes de produção, a alternativa que possibilita a concretização desses objetivos é a produção agropecuária. É possível dizer, assim, que o desempenho econômico e financeiro dos núcleos familiares surte efeitos significativos sobre o nível de produção.

*O nível de reprodução simples (NRS) é a renda mínima necessária à reprodução do agricultor e sua família, ao longo do tempo. Essa renda deve permitir um nível mínimo de alimentação, de habitação, saúde e educação. No caso da agricultura familiar, o indicador normalmente utilizado é o custo de oportunidade do trabalho, medido através do salário mínimo regional por unidade de trabalho (SM/UTH). Geralmente, os agricultores não conseguem continuar, por muito tempo, produzindo na agricultura com uma remuneração inferior a esse valor (LIMA et al., 2005, p. 70 [grifos dos autores]).*

Pode-se, aqui, questionar a validade da discussão de Lima et al. (2005) para os produtores familiares fumicultores integrados aos CAIs. No entendimento dominante da reflexão, Lima et al. (2005, p. 24) defendem a concepção de que as unidades de produção familiar “são indistintamente explorações econômicas capitalistas, denominadas de empresas rurais, e que os princípios econômicos e administrativos são universais”. Graziano da Silva (1982a) apud Sacco dos Anjos (2003, p.189) concebe o estabelecimento agrícola “como uma unidade de administração ou gestão da empresa agrícola”.

Para Lima et al. (2005), as unidades de produção familiar existentes no cenário do desenvolvimento da agricultura brasileira apresentam uma discussão permeada de complexidade. Não tendo como propósito aprofundar-se sobre as questões que norteiam os diferentes enfoques e conotações que se fazem presentes nesse debate, Lima et al. (2005) tomam como premissa que as diferenças socioeconômicas, típicas do sistema capitalista, de modo geral, e da agricultura, especificamente, criam modelos de produção distintos.

Por essa razão, esses autores aceitam que os aspectos de desigualdade do capitalismo são os responsáveis pela diferenciação dos produtores e de seus núcleos familiares. Sob essa ótica, as unidades familiares de produção são classificadas em: a) empresa ou unidade de produção familiar; b) unidade familiar camponesa e; c) unidades neocamponesas, conforme Lima et al. (2005). Para Molina Filho apud Blum (2001), as unidades de produção familiar subdividem-se em empresa familiar e unidade produtiva camponesa.

Cumprir destacar, ainda, segundo Blum (2001), que as unidades de produção familiar, para se manterem economicamente viáveis, precisam efetuar alterações em suas determinações, em sua base de funcionamento e, inclusive, em sua realidade material, buscando integrar-se de forma cada vez mais consistente ao circuito financeiro e industrial. Por esse motivo, certas unidades de produção familiar atingem o patamar de empresas capitalistas. No entanto, pode-se dizer que um número significativo dessas unidades de produção familiar mantém o status de produção familiar. Entre esses produtores familiares é possível encontrar categorias de produtores mais abastados, ou seja, capitalizados e economicamente viáveis. Há também os médios, que podem ser classificados como semicapitalizados. Por fim, tem-se os produtores familiares que denotam poucas condições econômicas ou em processo de descapitalização ou descapitalizados.

Blum (2001), refletindo sobre as formas de classificação dos produtores familiares, observa que os processos de globalização e de economia de mercado são vistos como inevitáveis. Esse modo de pensar induz o produtor familiar que vive no interior do Rio Grande do Sul, por exemplo, “a concorrer diretamente com um [produtor familiar] dos EUA, da França, da Argentina, etc. Fica evidenciado nesse processo que a competição não é só por custo baixo, mas também por qualidade” (BLUM, 2001, p. 60). Essas transformações que se abatem sobre o mundo impõem mudanças substanciais ao cenário econômico dos produtores familiares. Em decorrência disso, as transações no segmento econômico requerem eficiência e racionalidade. Assim, a teoria da administração sinaliza para que os núcleos de produção familiar assumam uma postura gerencial em relação ao processo de produção, pois o produtor rural que se posiciona circunscrito no interior de sua propriedade, atendendo somente às questões de rotina, tem propensões de ser malsucedido economicamente (BLUM, 2001).

Nessa nova acepção, segundo Schmitz e Cerqueira (2002), os produtores familiares têm sentido os reflexos advindos do cenário mercadológico. Esse fenômeno é observado por meio de questões como a instabilidade dos preços e as mudanças nas quantidades negociadas tanto em âmbito nacional quanto internacional. São verificadas, inclusive, alterações nas relações econômicas dos núcleos familiares, estimulando novas formas de utilização da mão de obra dos membros da família. Contemporaneamente, as unidades de produção familiar têm buscado reforçar seu orçamento, mesmo que seja com a realização de atividades não-agrícolas externas à propriedade. Autores como Schmitz e Cerqueira (2002), Schneider (2003), Sacco dos Anjos (2003) denominam essa nova versão de ocupação da mão de obra familiar de pluriatividade<sup>8</sup>.

Sobre essas modificações que vêm alterando a estrutura de custos nas unidades de produção familiar, Graziano da Silva (1998, p. 67) avalia que é de suma importância compreender que tais alterações são resultantes do processo de inserção de novas técnicas na agricultura familiar. “Essa tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista comprador, que exige uma padronização da produção, ou por necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo”. Desse ponto de vista, pode-se chamar atenção para o caso da fumicultura nos Estados do Sul do Brasil, pois trata-se de um cultivo que exige uso

---

<sup>8</sup> Refere-se a um cenário social em que os componentes de uma unidade familiar com domicílio rural dedicam-se a uma série de diferentes atividades econômicas e produtivas, não necessariamente relacionadas às atividades agrícolas, e cada vez menos executadas no âmbito da propriedade (SCHNEIDER, 2003, p. 100-1).

intensivo de trabalho e, embora não faça uso maquinários mais elaborados durante o processo produtivo, suas especificações quanto ao manejo da produção e ao uso de fertilizantes e agrotóxicos possui determinações bem específicas, que precisam ser obedecidas pelos produtores familiares.

Pode-se observar que a produção familiar na atualidade tem sido exigida no que se refere à eficiência e racionalidade (BLUM, 2001). Já no enfoque de Schmitz e Cerqueira (2002), observam-se influências que vêm alterando o uso da mão de obra nas propriedades familiares. Ou seja, os membros da família, com o propósito de agregar valor ao orçamento doméstico, segundo Graziano da Silva (1998), incorporam de maneira cada vez mais intensa o trabalho dos componentes da família, tanto na produção interna ao núcleo familiar, quanto em atividades externas à unidade de produção familiar (pluriatividade) (SCHNEIDER, 2003).

Com referência ao posicionamento do grande capital, segundo Paulilo (1990), observa-se que os fumicultores do Sul do Brasil não fazem uso de maquinários sofisticados, como já salientando. Consta-se, assim, que o grau de mecanização, mesmo naqueles produtores familiares com maior número de estufas, é baixo e a máquina comumente utilizada entre os fumicultores é a tecedeira - que é usada na confecção dos molhos de folhas de fumo. Embora o aporte de tecnologias, em termos de maquinários, não constitua uma evidência entre esses produtores familiares de tabaco, parece importante ressaltar que eles precisam atender aos padrões de produção impostos pelas agroindústrias, por meio de orientações do técnico. Para isso, devem observar as determinações desse profissional disponibilizado pela agroindústria, no que se refere ao cultivo do fumo - uso de fertilizantes, defensivos agrícolas, etc. Após a colheita, os fumicultores integrados ainda necessitam realizar a classificação do fumo, pois cada classe de fumo (folha) tem um preço.

Com base nessa reflexão, busca-se chamar atenção para as questões que dizem respeito aos produtores familiares fumicultores integrados ao CAIs (comparados aos não-fumicultores), pertencentes à Região Sul brasileira. Com essa percepção, procura-se abordar a atuação das agroindústrias junto aos núcleos de produtores familiares fumicultores, as quais têm uma presença forte e controladora em todos os estágios da produção do fumo. Além de acompanhar o gerenciamento da produção, as empresas fumageiras interferem também nas atividades inerentes à comercialização e processamento do tabaco, como já salientado anteriormente (PRIEB, 2005). O relacionamento entre produtores fumicultores e empresas

transnacionais consiste, por parte dos fumicultores, no recebimento de adubos, defensivos e sementes selecionadas; por outro lado, as fumageiras obtêm o direito de ficar com (comprar) a produção das unidades familiares integradas. De acordo com Paulilo (1990), a empresa integradora fornece os insumos, orientações técnicas e também provê financiamento para as áreas de investimento e custeio da produção.

Segundo Graziano da Silva (1998), observa-se que as variedades de sementes selecionadas, por exemplo, garantem alta produtividade quando acompanhadas de orientações tecnológicas. Ademais, é necessário ressaltar que esse conjunto de orientações técnicas fazem parte das exigências do capital industrial, responsável, inclusive, pela fabricação de fertilizantes e defensivos para uso agrícola. Em essência, o mais importante não consiste no aumento da produtividade, mas, sim, em transformar os produtores familiares em compradores de insumos modernos, ainda que esse novo procedimento signifique a elevação dos seus custos de produção.

É importante entender que foi esse processo de tecnificação [do produtor familiar] que representou uma completa modificação na sua estrutura de custos. Antes, o [produtor familiar] utilizava-se quase que exclusivamente da terra e da mão-de-obra familiar não remunerada para produzir seus “excedentes”. Agora, entretanto, o [produtor familiar mercantilizado] tem custos monetários elevados, devido aos insumos modernos que necessita utilizar. Ele não pode mais vender sua produção “a qualquer preço”, como na economia do “excedente”, pois tem agora um custo mínimo a cobrir. Em outras palavras, o fato de a agricultura se transformar numa crescente consumidora de insumos industriais tem implicado um crescimento mais rápido dos preços dos produtos agrícolas, sem que necessariamente o produtor se beneficie desses acréscimos. Note-se que o termo “excedente” é sempre aqui usado entre aspas para evitar a falsa impressão de que a parcela que é comercializada pelo [produtor familiar] é o que sobra do consumo familiar. Longe disso, esse “excedente” é obtido exatamente às custas da redução do consumo da família e da extensão da jornada de trabalho de seus membros (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 63-4) [grifos do autor].

Sobre a produção de fumo, Graziano da Silva (1987) (1998) afirma que as fumageiras estabelecem contratos diretamente com os produtores familiares. Em outras situações, o produtores familiares se veem submetidos a sistemas de comercialização que foram, em princípio, programados para lhes beneficiarem e se transformaram num método mais ardiloso de expropriá-los. O relacionamento do grande capital industrial e/ou comercial com os produtores familiares impõe, como já ressaltado anteriormente, mudanças fundamentais na base econômico-social da agricultura brasileira. Os produtores familiares passam, portanto, em função dessas modificações, a produzir para o mercado.

Sobre esse processo de mercantilização do produtor familiar, que teve início na década de 1970, Gazolla e Schneider (2006) afirmam que esse novo modo de proceder do segmento de agricultura familiar do Rio Grande do Sul, principalmente do Alto Uruguai, enfraqueceu as unidades de agricultura familiar da região. De modo mais intenso, foram verificadas, por meio da pesquisa realizada no Alto Uruguai, fragilidades no que tange à segurança alimentar, o que consiste num dos mais importantes fatores de reprodução da agricultura familiar. Um dos entendimentos conclusivos de Gazolla e Schneider (2004) refere-se ao processo de modernização da agricultura familiar, o qual, desde o início, vem proporcionando mudanças significativas na produção para o autoconsumo, a qual abriu espaço para as lavouras e criações direcionadas ao mercado.

Desse modo, sobre a região do Alto Uruguai (RS), é possível verificar, segundo Gazolla e Schneider (2004), que as alterações mais significativas aconteceram nas áreas socioeconômica e cultural. No entanto, a agricultura familiar da região conservou seu caráter familiar, manteve também sua forma social de produção e de trabalho, assegurando, assim, sua capacidade de fazer uso do meio rural, no exercício das atividades produtivas. A trajetória histórica dos produtores familiares que cederam ao processo de mercantilização ocasionou disparidades sociais e produtivas, em função da expansão do capitalismo na agricultura. Além de discrepante, o processo de mercantilização tem suas contradições, pois criou, conjuntamente, grupos de pobres e de ricos, de excluídos e de incluídos, etc.

Devido a essa realidade, portanto, existem naquela região produtores familiares que puderam se ajustar às modificações impostas pelo processo de mercantilização econômica e social. Essas unidades de produção familiar conseguiram incrementar suas condições econômicas e sociais. Em contrapartida, há as unidades familiares, nas palavras de Gazolla e Schneider (2004), que foram vulnerabilizadas e fragilizadas, em função das imposições advindas da mercantilização e, inclusive, pela entrada do capital na agricultura, conforme (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004).

A mercantilização da agricultura familiar é definida como um processo social no qual o mercado se apresenta como esfera primordial e organizadora da reprodução social [das unidades familiares]. Este é, na atualidade, a instituição que, em grande medida, governa a produção e a reprodução da agricultura familiar moderna. Deste modo, esta só pode ser entendida nas sociedades contemporâneas se for compreendido o caráter, a lógica e a integração que esta forma social de produção e trabalho se submete aos circuitos mercantis que se colocam de forma impessoal,



heterogênea e como condicionante da manutenção e sobrevivência de muitas unidades de produção (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004, p. 4).

Abramovay (2007), discorrendo sobre o provável fim do caráter familiar das unidades produtivas, uma vez que um percentual significativo da renda advém na atualidade de atividades externas à propriedade familiar, afirma que

sempre foi uma característica dessas unidades a combinação de rendas internas e externas ao estabelecimento, o qual, mesmo sob uma maior magnitude das rendas não agrícolas, continua tendo a gestão, a posse da terra e o trabalho realizado em seu interior organizados em base familiar (ABRAMOVAY, 2007, p. 15).

Gazolla e Schneider (2004), analisando as modificações estruturais que afetaram as relações socioeconômicas dos produtores familiares do Alto Uruguai (RS), entendem que, no período antecedente ao processo de mercantilização da agricultura familiar, o relacionamento dos produtores familiares com o mercado tinha um caráter mais ameno. Para os autores, na atualidade, com a integração dos produtores familiares às agroindústrias, as interações das unidades de produção familiar com o mercado são mais ferrenhas, pois o grau de submissão e de apropriação do volume de excedentes são maiores. Aproximando essa discussão dos plantadores de fumo integrados ao CAI, da Região Sul brasileira, observa-se que esse processo de mercantilização dos fumicultores mantém-se, como afirma Paulilo (1990), por meio de laços tênues e, em virtude dessa fragilidade, as fumageiras, com o propósito de assegurar determinada quantidade de matéria-prima para o próximo exercício financeiro, impõem um relacionamento tipo “patrão-cliente”. Pode-se inferir, portanto, que esse posicionamento das empresas em relação aos produtores familiares fumicultores revela relações de poder díspares.

Chalita (2006), ao estudar a relevância prática e teórico-conceitual da produção familiar, ao mesmo tempo em que verifica as relações desse segmento com o entorno socioeconômico, traz uma contribuição que é essencial, para abordar as profundas modificações que afetaram as unidades de produção familiar nos últimos 20 anos. Para essa autora,

a análise da articulação entre a lógica familiar e os determinantes objetivos e contextuais limita a compreensão de formas modernas da produção familiar que se diferenciam e se afastam de características tidas como centrais no conceito clássico de agricultor familiar na literatura (indissociação entre família, trabalho e propriedade). A dissolução das características tradicionais da produção familiar, quando esta crescentemente adere à noção de competitividade, pode ocorrer devido às características da divisão social do trabalho existente em uma determinada realidade regional ou em uma determinada organização de trabalho setorial,

assegurando ao agricultor familiar a contratação de assalariados em um contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho e seu posicionamento em atividades estratégicas de administração comercial da propriedade (CHALITA, 2006, p. 132).

Relembrando, pode-se inferir que as modificações podem estar relacionadas, inclusive, ao fator econômico dos produtores familiares, pois, como afirmam Gazolla e Schneider (2004), existem núcleos familiares, na região do Alto Uruguai (RS), por exemplo, que conseguiram superar as barreiras impostas pelo mercado e alcançar um patamar econômico melhorado. No entanto, há núcleos familiares que, em consequência de exigências mercadológicas, sentiram-se impotentes para se articular de uma forma bem-sucedida e atingirem os resultados almejados para sua economia, devido às imposições decorrentes da mercantilização.

Gazolla e Schneider (2004) avaliam que as mudanças mais importantes verificadas sobre os produtores familiares do Alto Uruguai (RS) localizam-se nas questões sociais, econômicas e culturais. Chalita (2006), por outro lado, por meio de seu estudo teórico-conceitual, deduz que as transformações contemporâneas que influenciam a realidade dos produtores familiares situam-se em fatores como alterações de seu lócus na pirâmide social, repercutindo em

modificações na formulação de projetos sobre seu devir familiar, à definição de estratégias econômico-produtivas e financeiras (com diminuição da participação da família nas decisões sobre a atividade específica e a diversificação das escolhas profissionais dos descendentes) e novas fontes de ingresso financeiro na propriedade (CHALITA, 2006, p. 132-3).

Para Petti (1997) apud Chalita (2006), contemporaneamente, pode-se observar a fragmentação dos núcleos de produção familiar, cujas características anteriores fundamentavam-se numa conceituação mais tradicional como na importância do trabalho familiar ou na consistência dos vínculos entre família e propriedade. Os fatores que denotam essa fragmentação consistem, de modo geral, na masculinização das populações; no maior número de pessoas idosas; no aumento significativo de empregos para jovens e mulheres; na diversificação das atividades produtivas (agrícolas e não-agrícolas); na importância, cada vez maior, atribuída ao ambiente como valor simbólico e na urbanização dos modos de vida.

Sobre a questão da urbanização das unidades de produção familiar, Gazolla e Schneider (2004), com o propósito de verificar como aconteceu a mercantilização social e econômica

dos núcleos familiares rurais do Alto Uruguai (RS), analisaram os modos de trabalho e produção. Para isso, os autores centraram sua atenção nas questões relativas ao consumo e produção de alimentos essenciais para as famílias. Um dos resultados encontrados com a investigação foi de que as unidades de produtores familiares da região foram impactadas por significativas modificações socioeconômicas e produtivas, a partir da década de 1970. Se, antes de 1970, os produtores familiares desenvolviam suas atividades pelo viés da diversificação produtiva, garantindo o cultivo para o autoconsumo e a manutenção dos processos produtivos, hoje, o fazem por meio da especialização produtiva, com propósitos mercadológicos (mercantilização da agricultura familiar).

Ademais, afirmam Gazolla e Schneider (2004), unidades de produção familiar são bastante distintas em termos sociais, econômicos e produtivos<sup>9</sup>. Por essas razões, a agricultura familiar da região estudada e entorno mostra-se dependente do progresso técnico e de um forte relacionamento com mercado. As relações mercantis se consolidam entre os produtores familiares por meio de sua aquisição de produtos alimentícios nos centros urbanos, nos mercados e armazéns, por exemplo. Essas mudanças no modo de assegurar o autoconsumo do núcleo doméstico decorrem de alterações na estratégia de reprodução (GARCIA JÚNIOR, 1989), visto que os produtores familiares abdicaram da diversificação produtiva no interior de suas propriedades e isso aponta para à externalização das atividades, inclusive, da produção de alimentos para o autoconsumo.

Chalita (2006) concorda com Gazolla e Schneider (2004) sobre o processo de mudança que tem afetado a agricultura familiar. Segundo Chalita (2006), os núcleos familiares, desde 1980, vêm apresentando alterações na função de produção, a qual se mostra dependente da função comercial. Essas questões, portanto, sinalizam para uma relação mais intensa dos núcleos familiares com o mercado. Ao se refletir sob a ótica

da dinâmica interna da agricultura familiar, essa mudança [pode] ser explicada pela dificuldade em manter o mecanismo sucessório da forma como vinha acontecendo, isto é, a restrição do mercado de terras, os altos valores dos ativos fundiários e a urbanização nos modos de vida fazem com que a reprodução social da família como unidade produtiva e econômica seja dissolvida, pressionando os jovens a buscar alternativas de inserção social em atividades não-agrícolas (os jovens rurais procuram diversificar as atividades na propriedade ou agregar mais valor ao produto, procurando não concorrer com aquela dos pais) ou pressionando a profissionalização

---

<sup>9</sup> Sobre essa questão da distinção que circunscreve as unidades de produção familiar, observa-se que se trata de um fenômeno salientado nos estudos de Almeida et al. (2005), Chalita (2006), Sacco dos Anjos (2003), Tedesco (2001) e Prieb (2005).

da atividade agrícola e da unidade produtiva, o que significa institucionalizar a prática econômica de forma bastante diferenciada de como se dava anteriormente. A dificuldade sucessória no sentido da garantia da trajetória social na agricultura de todos os membros da família, não raro, leva a que a propriedade passe a ser um ativo de alta conversibilidade após a morte do chefe da família, mediante a venda da mesma, principalmente no caso de já consolidadas trajetórias ocupacionais distantes da agricultura (CHALITA, 2006, p. 134).

O estudo de Chalita, em particular, retrata que as dificuldades enfrentadas pelas unidades produtivas, principalmente, no que se refere à continuidade do processo sucessório, ao mercado de terras, aos elevados preços dos ativos fundiários e ao processo de urbanização, são questões que estão promovendo a dissolução da agricultura familiar, enquanto unidades econômico-produtivas. Essa realidade, de acordo com Chalita (2006), estaria pressionando os filhos dos produtores familiares a buscarem alternativas econômicas, tanto no interior da propriedade quanto fora dela, desde que não seja concorrente com as atividades desenvolvidas pelos seus genitores.

Paralelamente, observa-se que, após o período denominado de modernização conservadora (1970), emergiram críticas sobre a improdutividade das grandes propriedades. Isso ficou mais evidente com estudos elaborados pelas instituições de planejamento governamental, quando combinados com “uma análise da viabilidade produtiva do setor dos pequenos produtores com o argumento de que quase todos os produtos alimentares básicos provinham de propriedades abaixo de 50 ha - com uma crítica paralela à distribuição do crédito, que alocava apenas 20% no setor da pequena produção” (WILKINSON, 1986, p. 30). Assim, a partir das evidências apontadas por esses estudos, aconteceu um reposicionamento das orientações econômicas e políticas do país para com o segmento da produção familiar.

Na visão de Gazolla e Schneider (2006), o mercado, por meio de suas estratégias econômico-administrativas, da determinação dos preços da produção agrícola e das mercadorias e das suas deliberações, é que controla, em certo grau, a lógica de atuação do produtor familiar, interferindo, inclusive, nas suas decisões quanto ao que cultivar, que atividades realizar, determinando instrumentos e meios para o processo de produção.

Esse processo de mercantilização da produção agrícola, no entanto, tem como pano de fundo relações que, sem sombra de dúvidas, são desiguais e sua ocorrência se efetiva basicamente por meio da circulação de mercadorias e da aquisição de bens e serviços para o fomento da produção. O contraditório do que se poderia denominar de modelo de

desenvolvimento agrícola situa-se no fato de que ele é garantido pelas economias de escala de produção e, por esse motivo, não dispõe de condições para impedir a migração das populações municipais e regionais e nem para promover melhores condições de vida para essas comunidades, destacam Conterato e Schneider (2004).

É no contexto de modernização da agricultura que o processo de mercantilização das unidades de produção familiar se consolida, refletindo-se incisivamente sobre as formas de produzir e de viver dos agricultores. As alterações nos sistemas produtivos

e na sociabilidade das pessoas e das famílias significaram uma espécie de ruptura com as formas de produzir e de viver até então estabelecidas, onde as mercadorias produzidas destinavam-se principalmente ao consumo interno da propriedade. O que passa a ocorrer a partir de meados da década de 1960, intensificando-se na década de 1970, nesta região é o privilégio aos monocultivos em detrimento ao policultivos, determinando uma mercantilização que vai além das atividades produtivas e chega ao grupo doméstico, onde certos produtos indispensáveis ao consumo familiar, como a mandioca, a batata e os produtos da horta e pomar cedem lugar a uma produção voltada ao comércio, como a soja e o trigo. O excedente produzido que se destinava à venda vai gradativamente tornando-se a principal fonte de recursos financeiros. Define-se um processo de conversão de produtos em valor de uso como componentes da principal estratégia de reprodução das famílias: as atividades agrícolas. Cada vez mais a agricultura passa a depender dos vínculos mercantis, e o caráter semiautônomo na tomada das decisões vai sendo substituído pela qualidade dos vínculos estabelecidos com o mercado, seja de produtos, insumos e serviços (CONTERATO e SCHNEIDER, 2004, p. 7-8).

Sobre a questão da adoção dos monocultivos em detrimento dos policultivos, esses autores avaliam que a ênfase foi dada à produção de soja, a qual assumiu lugar de destaque no processo de modernização e mercantilização da agricultura. A sojicultura transformou-se também em marca das estratégias de reprodução social e econômica dos núcleos familiares, tendo seu ápice (principal produto de comercialização) no período compreendido entre 1975 e 1985, época em que mais de 90% das unidades familiares decidiram-se pelo seu cultivo.

As mudanças de procedimentos no meio agrícola pode-se dizer que estão vinculadas à inserção de novas tecnologias, as quais vão abrindo espaço e, embora não ocorram de forma homogênea, acabam afetando o sistema produtivo e as vivências das unidades de produção. As alterações na base técnico-produtiva acontecem em decorrência da utilização de insumos modernos, como fertilizantes e defensivos químicos, sementes geneticamente melhoradas e maquinários. Como salientado acima, o processo de modernização foi desigual - se para determinados produtores representou melhorias qualitativas e quantitativas no que tange à sua

posição anterior, para outros significou o começo de um processo de exclusão social (CONTERATO e SCHNEIDER, 2004).

Nesse cenário econômico-produtivo, afirmam Conterato e Schneider (2004), a emigração das populações rurais ainda persiste, fazendo com que as pessoas procurem outras regiões ou mesmo estados brasileiros. Observa-se, então, que é no âmago desse processo que os aspectos de diferenciação social e mercantilização da produção familiar se fortalecem, sinalizando para situações de fragilidade social e econômica de um número significativo de unidades de produção familiar, enquanto outras se consolidam social e economicamente. Gazolla e Schneider (2004), discorrendo sobre a mercantilização das unidades produtivas do Alto Uruguai, ressaltam que esse processo vulnerabilizou a capacidade de reprodução social e de autoconsumo dos núcleos de produção familiar, destruindo as condições objetivas do processo produtivo para o *gasto da casa*, nas palavras de Garcia Júnior (1989).

A produção com finalidade de autoconsumo, que se constituía num dos fundamentos da

reprodução social e o modo de vida colonial, passou (e ainda está passando) por um processo de mercantilização, no qual o acesso aos alimentos começa a ser realizado cada vez mais via mercado e a sua aquisição assume, em algumas famílias, uma relevância maior que a produção no interior da unidade doméstica com o uso da força de trabalho do grupo familiar (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004, p. 2).

Parece oportuno salientar que a mercantilização dos produtos para o autoconsumo apresenta níveis diferenciados entre os produtores familiares e isso, segundo Van der Ploeg (1990; 1992) apud Gazolla e Schneider (2004), é atribuído aos graus de diferenciação da agricultura familiar. Os resultados disso são unidades familiares de características diferenciadas, que adotam ações estratégicas também diferentes no que se refere à reprodução social, com o propósito de obterem sua base alimentar e em grupos domésticos com graus distintos de interação com o mercado (mercantilização) e externalizações no tocante ao autoconsumo. O que parece importante aqui é reconhecer que as unidades de produção familiar adotam diferentes acepções estratégicas para garantirem os produtos básicos necessários à alimentação e sua reprodução social (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004).

Observa-se que as unidades de produção familiar, em decorrência do processo de mercantilização, ficam pressionadas. Por um lado, precisam investir em maquinários e insumos, por exemplo, e isso onera seus custos de produção; por outro lado, necessitam

produzir matéria-prima para o sistema agroexportador, opção que exige da força de trabalho mais especialização. Essa decisão de manter-se vinculado ao mercado é um procedimento que induz os núcleos de produtores familiares a adotarem os monocultivos em prejuízo dos policultivos tão necessários ao consumo alimentar dos componentes da unidade produtiva (CONTERATO e SCHNEIDER, 2004).

Constata-se, portanto, que o produtor familiar mercantilizado é impactado pelos interesses econômico industriais, os quais determinam a tecnologia a ser adotada, “com especificações do que, do como e do quanto produzir” (PRIEB, 2005, p. 158), além de decidirem sobre a cotação dos preços da produção (GRAZIANO DA SILVA, 1987; 1998).

Assim, não se pode negar que alguns produtores familiares não-integrados, embora tenham uma lógica econômica diferente daqueles que se encontram vinculados ao sistema agroindustrial, tais como os fumicultores da Região Sul do Brasil, estão igualmente inseridos num sistema maior, que é o capitalismo. Inevitavelmente, necessitam se adaptar a algumas das normas desse sistema. Sabe-se que um número significativo de produtores familiares faz aquisições no mercado, seja de produtos para o consumo intermediário<sup>10</sup>, seja de produtos de ordem alimentar (CONTERATO e SCHNEIDER, 2004). Nessa perspectiva, é possível dizer que eles não podem mais viver completamente isolados da realidade contemporânea.

Além do processo de mercantilização da produção familiar, segundo Lima et al. (2005), o ambiente interno de uma unidade de produção familiar está intimamente ligado ao desempenho do sistema de produção exercido na propriedade. Daí que a elaboração de uma análise sobre o desempenho do sistema produtivo de uma determinada unidade familiar demanda necessariamente que, em primeiro lugar, responda-se ao seguinte questionamento: quais são os fatores que participam do desempenho econômico do sistema de produção executado pelo produtor familiar? Deve-se levar em consideração que esses fatores são “as características estruturais da unidade de produção, a natureza e o grau de intensificação das produções desenvolvidas; o nível de eficácia técnica e gerencial do sistema; a importância das despesas com a obtenção dos meios de produção” (LIMA et al., 2005, p. 169).

---

<sup>10</sup> Consumo Intermediário é definido por Conterato e Schneider (2004, p. 16) como “o valor dos insumos (produção animal, vegetal e transformação caseira) e serviços (máquinas, equipamentos, manutenção das instalações, luz, gás e água) adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas.”

Essas variáveis, portanto, podem atuar sobre o desempenho econômico do sistema produtivo, maximizando ou, pelo contrário, minimizando seu potencial e sua eficácia. Assim, os efeitos dessa interferência afetam as variáveis que fazem parte do modelo de desempenho do sistema. A título de exemplificação, constata-se que tanto o tipo quanto o coeficiente de intensificação aplicados ao sistema de produção afetam diretamente o VAB<sup>11</sup>/ha ou na MB/ha e, por conseguinte, o VAL (Valor Agregado Bruto) ou RA (Renda Agrícola). Parece oportuno evidenciar que esses variáveis interagem entre si, surtindo efeitos no desempenho do sistema de maneira simultânea e interdependente, conforme Lima et al. (2005).

Para esses autores, de início, o procedimento de análise de um sistema de produção consiste em modelizar seu desempenho econômico. Nesse caso, a produtividade do trabalho (PW) é o modelo mais apropriado para que se analisem as características técnicas e econômicas relativas às atividades de produção do núcleo familiar. Ademais, o referido modelo possibilita que se realizem as comparações tidas como relevantes no processo de análise dos núcleos de produção familiar. Segundo Lima et al. (2005, p. 170),

o modelo da produtividade do trabalho (PW ou VAL / UTH) é representado por uma equação linear do tipo  $Y = aX - b$ , onde “Y” é a variável dependente e representa a PW; “a” é coeficiente angular e representa o valor agregado bruto por unidade de área (VAB / SAU), que é resultante da subtração entre o produto bruto por unidade de área (PB / SAU) e o consumo intermediário por unidade de área (CI / SAU); “X” é a variável independente e representa a superfície agrícola explorada por trabalhador (SAU / UTH); “b” é o coeficiente linear e representa a depreciação anual por unidade de trabalho (D / UTH). Assim, tem-se a seguinte equação:

$$PW = \frac{PB}{SAU} - \frac{CI}{SAU} \cdot \frac{SAU}{UTH} - \frac{D}{UTH}$$

De acordo com Lima et al. (2005), o procedimento, basicamente, consiste em analisar o comportamento de cada fator que interfere no desempenho do sistema produtivo da unidade familiar. Para essa avaliação inicial, o aconselhável consiste em tomar como parâmetro referências teóricas ou sistemas análogos. Caso seja constatada alguma defasagem, faz-se necessário investigar de maneira mais intensa, buscando, assim, detectar quais os fatores responsáveis por esse resultado e em que medida seus efeitos são observáveis. Sucintamente, pode-se dizer que a análise do sistema de produção consiste em avaliar qual o comportamento

<sup>11</sup> VAB = Valor agregado bruto. Quanto maior for o VAB ou a MB (Margem Bruta), maior é a sobra do sistema para garantir os demais custos da propriedade e, de modo essencial, aqueles relativos à depreciação (D).



e qual o efeito de cada um dos componentes para o desempenho global do sistema. Cabe lembrar que um sistema, em momentos de crise, em fase de implantação ou ainda em fase de reconversão, seguramente, não poderá mostrar uma combinação adequada.

A partir da apresentação desse modelo de análise do desempenho das atividades produtivas, observa-se que, embora seja uma ferramenta de cunho administrativo, que busca investigar os motivos de rendimentos inadequados, entende-se que implicitamente há também a oportunidade de monitorar as variações da renda agrícola (RA) e aquelas relacionadas à remuneração do trabalho familiar (RWF). Desse modo, a análise do desempenho do sistema de produção possibilita uma visão geral da incursão produtiva da propriedade, bem como permite também a detecção de indicadores específicos sobre os fatores de produção. Com a realização de uma análise de tal amplitude, entende-se que é possível evidenciar, além de aspectos administrativos da propriedade, a lógica econômica do estabelecimento familiar.

### **1.2.1 Fatores de produção**

Lima et al. (2005), discorrendo sobre aspectos a serem observados nas unidades de produção familiar e, de modo mais específico, com respeito à estrutura das unidades de produção familiar, afirmam que, na composição das unidades produtivas, é necessário considerar a área de terra disponível, a força de trabalho, as instalações, os maquinários, os meios de transporte, os ferramentais e também os animais de produção (matrizes e reprodutores). A combinação desses fatores consubstancia-se no aparelho de produção. Para esses autores, quando o aparelho de produção é estruturado com adequação, desde que se considerem as necessidades da unidade produtiva, essa estrutura pode auxiliar no fortalecimento econômico do núcleo de produção familiar.

Ademais, sobre o aparelho de produção, Lima et al. (2005) destacam que existem variações de ordem quantitativa e qualitativa entre as unidades de produção familiar, no que se refere à posse e aquisição (combinação) desses fatores de produção. Cabe salientar que o aparelho de produção constitui-se num dos principais critérios de diferenciação das unidades de produção familiar. No que diz respeito à terra, devem ser objeto de atenção a área disponível - se própria, arrendada (de/ou para) terceiros ou se é usada em parceria. Outro fator relevante sobre a área de terra diz respeito à superfície agrícola útil (SAU).

Sobre a força de trabalho familiar, Lima et al. (2005, p. 91) afirmam que

a mão-de-obra é um dos principais recursos da unidade produtiva, porque é responsável pela organização e pelo funcionamento do sistema de produção. O trabalho do agricultor e de sua família constitui-se, então, num aspecto relevante a ser observado e, por isso, deve-se identificar e quantificar a força de trabalho existente (Unidade de Trabalho Homem - UTH)<sup>12</sup>.

Já com relação à base material das unidades de produção familiar, representada por instalações, maquinários e ferramentais, cabe destacar que são questões que têm um papel representativo no desempenho das atividades produtivas. Pode-se inferir, portanto, que há necessidade dos produtores, em geral, dimensionarem com adequação as questões inerentes à base material. A título de exemplificação, destaca-se que, quando um produtor familiar presta um serviço a outra unidade de produção vizinha, usando seu maquinário, isso repercute ou tem influência nos seus resultados econômicos. Quanto às instalações da unidade de produção familiar, a exigência consiste em dispor de informações que possam apontar questões como tipo, ano e área das construções da sede, bem como o estado de conservação das mesmas (LIMA et al., 2005).

Quanto ao funcionamento da unidade de produção, observa-se que a operacionalidade das unidades de produção familiar está na dependência e no encadeamento de decisões e procedimentos que viabilizem a gestão da unidade produtiva. Isso tem a ver com o modo ou o método adotado pelo produtor familiar para conduzir sua propriedade, enquanto unidade de produção. Assim, pode-se dizer que as decisões tomadas no âmbito do núcleo familiar estão diretamente ligadas ao quê e como produzir, quais são os recursos disponíveis para realizar o processo produtivo e, ainda, quais são as disponibilidades da estrutura para que o produtor familiar execute suas atividades. Daí, pode-se afirmar que esses aspectos estão relacionados “ao uso da [terra, ou seja, como será efetuada a combinação dos cultivos], às práticas que são desenvolvidas nos processos produtivos e ao uso da mão-de-obra, nas instalações e da maquinaria” (LIMA et al., 2005, p. 93). Desse modo, devem ser observadas e detalhadas questões como os tipos de atividades vegetais e/ou animais exercidas no núcleo de produção familiar, quantidade de hectares (ou cabeças), produção em kg e valor em reais.

---

<sup>12</sup> UTH refere-se ao número de unidades de trabalho-homem existente na unidade de produção. A UTH equivale a 300 dias de trabalho por ano, com jornadas médias de 8 horas diárias (LIMA et al., 2005).

Segundo Lima et al. (2005, p. 72), em termos econômicos, a unidade de produção familiar se constitui como o lócus em que trabalho, meios de produção – terra e capital – são articulados “e transformados em bens de serviços, tendo em vista a consecução de determinados objetivos, que lhe são atribuídos [pelo núcleo de produção familiar]” Para Santos e Guerreiro (2005), o aproveitamento adequado dos recursos disponíveis se traduz por maior produtividade dos fatores terra e trabalho. Assim,

a baixa produtividade dos fatores são características principalmente das pequenas propriedades rurais e daquelas regiões menos dotadas de condições edafoclimáticas que favorecem o cultivo de culturas e a criação de rebanhos. Quando a produtividade agrícola de uma determinada região é baixa, tem-se um baixo nível de renda, o qual por sua vez contribui para a pobreza no campo, concentrada principalmente nas pequenas propriedades (SANTOS E GUERREIRO, 2005, p. 60).

Por esse motivo, conforme Lima et al. (2005), o produtor familiar estabelece seu sistema de produção, objetivando ampliar a renda da unidade produtiva. Tomando-se como premissa que a produção representa a atividade principal de obtenção de renda da unidade familiar, pode-se dizer que o produtor necessita maximizar o valor agregado (VA)<sup>13</sup> criado por sua unidade de produção.

Outra questão que se chama atenção é sobre a baixa autonomia dos produtores familiares fumicultores do Sul do Brasil, integrados ao CAI, os quais possuem autonomia bem restrita no que diz respeito ao processo de produção do fumo, pois, para realizar as atividades inerentes ao cultivo do tabaco, os produtores familiares necessitam seguir as prescrições rigorosas emitidas pelo técnico enviado pela empresa a que estão vinculados, quanto aos insumos e às técnicas a serem adotadas no cultivo. Na realidade, o fumicultor integrado está sempre na dependência de decisões que a agroindústria venha a tomar.

Nas palavras de Paulilo (1990, p. 137), “as empresas integradoras fornecem todos os insumos e assistência técnica. [...], pois] o instrutor vai à propriedade, elabora a relação de insumos necessário junto com o produtor e a própria empresa cuida de preparar o pedido de empréstimo no banco”. Com esse tipo de transação, o produtor familiar, em geral, subjetivamente sente-se comprometido a vender o tabaco para a empresa (integradora) que

---

<sup>13</sup> VA - é uma medida de resultado econômico que mensura a atividade de produção do núcleo familiar, independentemente de se o produtor familiar é proprietário ou não da totalidade dos fatores de produção - trabalho, terra, capital. Objetivamente, o VA mensura o novo valor criado (riqueza) pelo núcleo familiar num determinado exercício financeiro (LIMA et al., 2005, p. 73).

mediou a operação de financiamento. No entanto, o compromisso do produtor familiar, na realidade, é com a instituição financeira que viabilizou o empréstimo (PAULILO, 1990).

Observa-se também como pertinente o universo da fumicultura gaúcha integrada ao CAIs, a qual, segundo Prieb (2005, p. 147), diz respeito ao modo intenso com que “as famílias e pessoas se ocupam [...] na atividade agrícola, porém, não obtêm rendimentos [condizentes] ou compatíveis com o esforço empreendido mormente na atividade principal, a tal ponto que o total de rendas de origem agrícola sobre a renda total não alcança o percentual de 50%, reforçando a tese da importância da diversificação nas fontes de renda”. Conforme já referido anteriormente, as empresas fumageiras exercem alto grau de controle<sup>14</sup> sobre o processo produtivo do fumo, nas unidades de produção familiar integradas às empresas fumageiras.

Em termos de processo de decisão e de ações estratégicas a serem implementadas, de acordo com Lima et al. (2005), há a necessidade, por parte do produtor familiar, de confrontar continuamente os objetivos estabelecidos pela unidade de produção com os condicionantes relacionados ao aparelho de produção (infraestrutura), considerando o cenário social e econômico em que estão inseridos. Nessa acepção, as tomadas de decisões estão na dependência de duas variáveis, que são, por um lado, os objetivos da unidade familiar, e, por outro, as alternativas de realização. Constata-se, assim, que o modelo defendido por Lima et al. (2005) vem ao encontro da conceituação de função de produção, apresentada logo abaixo, por Pindyck e Rubinfeld (2002).

Ainda, no caso dos produtores familiares não-fumicultores não-integrados, infere-se que eles se diferenciam dos fumicultores, principalmente, no que tange à autonomia, pois suas decisões não estão vinculadas às orientações de alguma empresa integradora. Ou seja, cada unidade de produção em particular efetua o equacionamento de seus recursos ou fatores de produção - “meio natural, mão-de-obra, meios de produção ou capital fixo de exploração. Esses elementos são organizados”, com a finalidade de possibilitar a realização da produção

---

<sup>14</sup> Para Gazolla e Schneider (2004), as unidades de produtores familiares não podem ser de todo isoladas do mercado, por outro lado, não deve estar completamente submetidas a este. Pode-se aduzir, segundo Adam Smith apud Gazolla e Schneider (2004), que o produtor familiar é influenciado em suas decisões, pois precisa seguir orientações do que plantar e quais técnicas e procedimentos de produtivos adotar. Há uma impessoalidade por parte do mercado, mas é quem organiza e comanda, em boa medida, as decisões do produtor familiar.

(LIMA et al., 2005, p. 81). Ou, como afirmam Pindyck e Rubinfeld (2002), o que é tecnicamente possível.

Numa percepção microeconômica, a função de produção pode ser definida como o volume de produção,  $Q$ , que uma organização (propriedade rural, por exemplo) produz a partir do equacionamento dos seus fatores de produção. Opta-se pela premissa de que existem somente dois insumos - capital,  $K$ , e trabalho,  $L$ . Essa alternativa permite que se formule a função de produção como:  $Q = F(K,L)$ . A partir dessa equação, tem-se que a quantidade de bens produzidos está na dependência dos fatores de produção (capital e trabalho). A título de exemplo, pode-se dizer que, com base na função de produção, uma propriedade rural tem condições de efetuar previsões técnicas sobre o volume de bens a serem produzidos, balizando-se pela quantidade disponível de insumos a serem utilizados na safra em questão (PINDYCK e RUBINFELD, 2002).

As funções de produção descrevem o que é *tecnicamente* viável quando a empresa utiliza cada combinação de insumos da forma mais eficaz possível. A suposição de que a produção seja sempre tecnicamente eficiente não é constantemente válida, ainda que seja razoável esperar que empresas que busquem lucros não desperdicem recursos (PINDYCK e RUBINFELD, 2002, p. 177).

A racionalidade da produção, para o capitalista, está em optar por produzir os bens que lhe ofereçam maior lucratividade. Não entram em questão, portanto, outros fatores produtivos, a não ser o capital. Também não são computados o consumo da unidade doméstica do capitalista, nem o esforço dos componentes desse núcleo produtivo. Uma vez que o pressuposto fundamental da “relação capitalista de produção [é que] o lucro proporcione tanto o fundo de consumo dos capitalistas quanto o fundo de acumulação do novo capital. A reprodução ampliada do capital é um suposto do próprio capitalismo” (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 122). Cabe ressaltar, com base em Weber (1999, p. 4), que

o desejo de ganho ilimitado não se identifica nem um pouco com o capitalismo, e muito menos com o ‘espírito’ do capitalismo. O capitalismo pode até identificar-se com uma restrição, ou, pelo menos, com uma moderação racional desse impulso irracional. De qualquer forma, porém, o capitalismo na organização capitalista permanente e racional, equivale à procura do lucro, de um lucro sempre renovado, da ‘rentabilidade’. Só pode ser assim. Dentro de uma ordem econômica totalmente capitalística, uma empresa individual que não se orientasse por esse princípio, estaria condenada desaparecer.

Esse posicionamento, no entanto, não possui semelhança com as práticas de um núcleo doméstico tradicional. Neste tipo de núcleo, o consumo doméstico, ou como diz Garcia Júnior (1989), “*o gasto da casa,*” trata-se de fator que afeta, inclusive, as condições sociais de produção. Os produtos para a manutenção da unidade familiar podem ter diferentes origens. Ou seja, podem resultar do trabalho direto do grupo doméstico, ou podem vir de ingressos obtidos com a venda da produção, porque, num segundo momento, esses valores em dinheiro são utilizados para adquirir os bens de consumo da família. [grifos do autor].

Todas as decisões sobre produtos a cultivar e/ou beneficiar, e o destino venda e/ou consumo levam em consideração os preços monetários e suas flutuações. Mas não se trata de um estoque de valor que se procura valorizar, de um estoque de dinheiro que por seu movimento específico engendra crescimento do estoque de dinheiro de seu possuidor, mas de pessoas a reproduzir mediante o produto da mobilização do esforço produtivo deste mesmo conjunto de pessoas (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 122).

Embora o propósito deste estudo tenha sido de trabalhar com a agricultura familiar e não com a agricultura camponesa, aqui se referencia o modelo camponês, objetivando-se sobremaneira mostrar as distintas vertentes que fundamentam este estudo. É notório, portanto, que uma propriedade capitalista se distingue de uma de enfoque campesino, pois a primeira objetiva a otimização de seus lucros, já a segunda não possui esse enfoque. Desse modo, para que a lavoura comercial seja mais atrativa no que se refere ao consumo doméstico, é necessário que a composição das rendas monetárias de cada negociação confira lucratividade, que possibilite a compra à vista dos bens destinados ao consumo doméstico.

A renda monetária da lavoura comercial tem, portanto, de ser ponderada pela variação dos preços dos produtos de subsistência, como denominamos os que têm alternatividade, por oposição aos produtos comerciais, ao longo de todo o ano. A flutuação destes preços ao consumidor dos produtos de subsistência pode ser de tal ordem que anule a diferença de produtividade valor por unidade de tempo trabalhada (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 123).

Enquanto nos grupos camponeses<sup>15</sup> são verificadas distinções entre o que é produto de consumo e o que é destinado à venda, nas propriedades capitalistas não se verifica diferença entre produção comercial e produção de subsistência (GARCIA JÚNIOR, 1989). No caso da produção familiar integrada fumícola, objeto de estudo desta tese, para Paulilo (1990, p. 151), há, sim, uma articulação dos produtores em prol de melhorias na remuneração da produção, mas “o produtor decide em função das alternativas concretas que se lhe apresentam”.

---

<sup>15</sup> Segundo Abramovay (2007, p. 127), as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis.

De modo mais abrangente, Graziano da Silva (1998) avalia que o relacionamento dos produtores familiares integrados às agroindústrias se trata de um processo evolutivo em que os mercados vão sendo estruturados em função do aperfeiçoamento das relações capitalistas, as quais naturalmente desencadeiam uma crescente divisão social do trabalho.

Abramovay (2007) discorda de Graziano da Silva (1998), quando este afirma que, com o processo de modernização do campo, teve-se como resultado a industrialização da agricultura. Abramovay (2007) entende que

a agricultura não pode ser considerada um simples segmento da divisão social do trabalho. Mas é importante notar [...] que este papel estratégico de rebaixamento dos preços [da produção] pode ser cumprido pela agricultura em virtude não só de sua especificidade social e da intervenção do Estado, mas também das *particularidades naturais* que tornam absurda a expressão tão corrente na nossa literatura de ‘industrialização da agricultura’ (ABRAMOVAY, 2007, p. 36) [grifos do autor].

Para Tedesco (2001), a distinção entre agricultura moderna, de viés produtivista, e aquela em que o processo produtivo se exauria no interior do núcleo familiar, se dá, de modo geral, pelo entrelaçamento de relações mais consistentes entre produção agrícola e setor econômico e objetivamente com a indústria. Como o processo de modernização obedeceu a orientações de segmentos sociais que têm interesse nas dinâmicas de mercado do setor agrário e industrial, ampliou a intersectorização.

Esse processo, todavia, segundo Tedesco (2001), não ocorreu de forma homogênea, no que se refere ao uso de insumos modernos e de integração com as agroindústrias. Seu desenvolvimento, pelo contrário, apresentou a heterogeneidade socioeconômica regional em termos de produtos, de modos de trabalhar a terra e de formas de interagir com o mercado. Esse entendimento promoveu a modernização da agricultura pelo caminho da industrialização, fortalecendo, portanto, as relações mercantis, enfatizando o uso de novas tecnologias, “ao uso intensivo dos fatores de produção e ao aumento da produtividade agrícola, a políticas de crédito e preços mínimos, etc” (TEDESCO, 2001, p. 115). Com tal proceder, foi possível elevar a demanda do mercado internacional pelos produtos brasileiros, incluindo a economia do país na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, na economia mundial.

Segundo Tedesco (2001), as modificações sofridas pela agricultura brasileira transformaram-na em fornecedora de matérias-primas e, em contrapartida, em consumidora de máquinas, herbicidas, fertilizantes, enfim, de insumos modernos, pois o Estado organizou a infraestrutura e o crédito subsidiado com o propósito de dinamizar as negociações do setor, que favoreceram a capitalização e a lucratividade das propriedades de porte maior. Com isso, as unidades de agricultura familiar que conseguem transpor as barreiras econômicas sentem a necessidade de introduzir em seus procedimentos agropecuários novas técnicas e de se reposicionar no mercado, sendo que, na maioria das vezes, precisam especializar-se numa atividade imposta pelo mercado ou pela agroindústria.

Dessa forma, pode-se dizer, segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (1985, p. 38), que a agricultura familiar, “dependendo do ritmo dos avanços científicos e das inovações tecnológicas” impostas pelas empresas agroindustriais, está sempre em processo de redefinição. Observa-se que seria equivocado, portanto, analisar esse processo como estanque, tanto pela atuação dos capitais agroindustriais como pelo seu relacionamento com a agricultura familiar (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1985).

Buscou-se, neste segmento do estudo, dar destaque às especificidades da agricultura familiar, principalmente, no que se refere à sua movimentação econômica. Para isso, a abordagem teórica abriu espaço para as características estruturais das unidades de produção familiar que tratam da articulação dos fatores de produção. Dependendo, portanto, do modo como estes fatores são combinados e das condições (infraestrutura) do núcleo de agricultura familiar, pode-se supor a capacidade de resposta advinda da articulação dessas questões e estimar, inclusive, o montante a ser produzido.

Deve-se considerar também os demais meios de produção, pois a disponibilidade e a adequação dos mesmos também surte efeitos no desempenho econômico das atividades produtivas. A título de exemplificação, para uma mesma superfície agrícola útil (SAU) por unidade de trabalho-homem (UTH), tem-se condições de ampliar a produtividade, desde que a unidade de produção familiar possua as máquinas, as instalações, os equipamentos, etc. necessários e adequados para efetuar o trabalho decorrente de sua iniciativa agropecuária no âmbito da unidade produtiva (LIMA et al., 2005).



Autores como Lima et al. (2005), Lamarche (1993), Graziano da Silva (1987) (1998), Sacco dos Anjos (2003; 2004) veem o universo da agricultura familiar como complexo, diversificado e de composição contraditória. Importante ressaltar, segundo Sacco dos Anjos (2003), que embora a agricultura familiar caracterize-se por ser altamente adaptável e dinâmica, não está isenta de dificuldades. Estas podem advir de questões internas como processo sucessório (Paulilo, 1990), inadequação do contingente de mão de obra, capital insuficiente para investir em tecnologia, renovação de equipamentos, etc. Fora da propriedade, as dificuldades podem localizar-se em questões como os preços não-compensatórios da produção agrícola e custos de produção em alta. Via de regra, a produção familiar defronta-se com estas dificuldades, conjuntamente.

A partir da discussão apresentada neste Capítulo, o próximo trata da relação da agricultura familiar com o desenvolvimento regional.

## 2 AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sob a ótica do modelo de produção capitalista, a agricultura tem sido objeto de estudo e debates políticos entre inúmeros estudiosos de diferentes correntes de pensamento que têm para com o meio rural consideração especial. Em geral, todos almejam entender a dinâmica de desenvolvimento do modelo capitalista de produção em sua fase monopolista. Essa atenção advém do fato de que, nessa fase, denotam-se particularidades como a participação de complexos industriais na produção agropecuária. “Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo” (OLIVEIRA, 1987, p. 5).

Com o propósito de dar sustentação a essa afirmação, Oliveira (1987) lembra os movimentos grevistas dos boias-frias, trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar e das plantações de laranja, em Guariba, São Paulo, os quais se trataram de manifestações eminentemente urbanas. Observa-se, portanto, que tais episódios revelam características qualitativas novas, em que há trabalhadores rurais realizando movimentos de greve no meio urbano. Na avaliação do autor, essas manifestações emergem em função das modificações nas relações de produção agrícola, tendo em vista que, agora, quem se responsabiliza pela colheita é a indústria de suco, no que diz respeito ao cultivo de laranjas. Algumas das alterações mais significativas localizam-se na etapa final do processo de produção rural, pois, em função das necessidades tecnológicas da indústria, o processo produtivo sofreu fragmentações e não está mais sob a coordenação do produtor rural (OLIVEIRA, 1987).

Outra característica das relações de produção no campo sob o modo capitalista de produção decorre do fato de que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo. Para exemplificar esse fato, basta lembrarmos o caso brasileiro, em que ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura, ou então recorrermos ao exemplo norte-americano, cujas pesquisas [...] mostram uma participação massiva das *family farms*, isto é, da produção baseada no trabalho familiar. Assim, a agricultura norte-americana também não tem seu suporte nas *corporate farms* e sim nas *family farms*. Esse fenômeno ocorre também na maioria dos países da Europa (OLIVEIRA, 1987, p. 6) [grifos do autor].

Ao se refletir a respeito das mudanças que vêm acontecendo na área rural, conclui-se que existem diferentes interpretações teóricas a respeito de tais realidades. Nesse sentido, Oliveira (1987) observa que todos os estudiosos do fenômeno agrário concordam que está em

andamento um processo de generalização crescente das atividades produtivas e do assalariamento, mas, mesmo assim, existem interpretações divergentes a respeito do processo, pois existem autores que acreditam que essa dinâmica conduz à homogeneização. Ou seja, por um lado, os sinais são para a concepção de um operariado único e, por outro, para a formação de uma classe burguesa. Para outros estudiosos, o processo revela contradições e, assim sendo, ele tem suas heterogeneidades. Isso conduz à criação inevitável, no processo de alargamento do assalariamento no meio rural, do trabalho familiar.

Discorrendo sobre as relações de produção na agricultura sob o prisma do capitalismo, Oliveira (1987) afirma que estas consistem em relações instituídas por meio das dinâmicas sociais de produção. Na concepção desse autor, as relações de produção são vistas como uma série de relações criadas entre trabalhadores e uma determinada sociedade, durante o processo produtivo das condições materiais de sua existência. Quanto às relações capitalistas de produção, observa-se que se trata de um processo em que o trabalhador é contextualizado no mercado como um trabalhador livre dos meios de produção, no entanto dono de sua força de trabalho, de modo a dispor do direito de vendê-la ao proprietário dos fatores de produção - o capitalista. É por esse motivo

que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois só as pessoas livres e iguais podem realizar um contrato [...] de compra e venda da força de trabalho. O capitalista transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem (OLIVEIRA, 1987, p. 60).

Sobre esse tipo de relacionamento, fica claro, portanto, que existem dois agentes sociais representados aí: um deles é o trabalhador, que comercializa sua força de trabalho e o outro é o proprietário (capitalista) dos meios de produção, que adquire a força de trabalho (mercadoria especial<sup>16</sup>), remunerando o trabalhador via salário. Assim, para realizar o processo produtivo, o capitalista assegura-se, por meio de seu capital<sup>17</sup>, de dispor da força de

---

<sup>16</sup> Para Oliveira (1987, p. 61), a força de trabalho se constitui numa mercadoria especial, pois somente ela pode produzir outras mercadorias, com valor superior ao que ela própria possui.

<sup>17</sup> De acordo com Aued (1999) apud Hartwig e Vendramini (2008), o fator capital, com apoio do trabalho coletivo, transforma-se no principal elemento de determinação da produção, ao se apropriar do processo produtivo. Na criação do trabalho coletivo, o capital desfaz, transforma ou modela as formas individuais de produção da riqueza que tenham procedimentos semelhantes aos seus. Nesse cenário, o monocultivo, que era uma realidade das grandes propriedades de finalidade agroexportadoras e que historicamente foi sendo adotado pela produção familiar, tem contribuído para a extinção do modo como era efetuado o trabalho no meio rural, no qual a aquisição do conhecimento era passada de pai para filho.

trabalho e dos meios de produção necessários e, nesse contexto, a força de trabalho converte-se em propriedade econômica do capitalista, pertencendo, portanto, ao capital, conforme Oliveira (1987).

Na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos etc. É por isso que o capitalista contrata no mercado o trabalhador livre de todos os meios de produção, inclusive da terra, e em troca lhe paga um salário em dinheiro, com o qual ele compra tudo o que necessita para continuar a ser trabalhador e vender a sua força de trabalho ao capitalista (OLIVEIRA, 1987, p. 65).

Observa-se, então, que a riqueza criada aparece como produto do capital e não do trabalho. Isso pode suscitar a ilusão para o trabalhador de que a troca efetivada (venda da força de trabalho ao capitalista) é correta. Em decorrência disso, “é comum ouvir de um trabalhador que o capitalista tem o direito de obter o lucro, pois ele é o dono do capital. Sendo assim, tem o direito de aumentá-lo, pois sem ele (o capital) não haveria trabalho para os trabalhadores” (OLIVEIRA, 1987, p. 62).

Em continuidade, o autor avalia que as relações capitalistas consubstanciam-se, portanto, em relações, que, de antemão, admitem a desigualdade na troca entre capital e trabalho. E mais, “capital e trabalho, são produtos de relações sociais iguais e contraditoriamente desiguais. São, pois, relações que têm necessariamente que supor capital e trabalho assalariado”, conforme Oliveira (1987, p. 63).

Parece adequado destacar, segundo Graziano da Silva (1998, p. 70-1) (1987, p. 68-9), que “a complexidade das relações de produção na agricultura brasileira é enorme. Ela advém, de um lado, da multiplicidade de formas sob as quais se organiza o trabalho no campo, sob o comando do capital. [...] De outro lado, essa complexidade decorre do imbricamento que existe entre os diferentes grupos sociais engajados diretamente nas atividades produtivas”.

Assim, Graziano da Silva (1998) (1987), ao discorrer sobre o processo de modernização da agricultura<sup>18</sup>, com enfoque para a Região Centro-Sul brasileira, entende que esse processo trata-se de uma modernização parcial da agricultura, de duplo sentido. Por um lado, a modernização atingiu alguns produtos e regiões e, em outro sentido, o processo modernizante, mesmo com respeito aos produtos e regiões em que estabeleceu, deteve-se em determinadas

---

<sup>18</sup> Este tópico é aprofundado no item 2.3 deste Capítulo.

etapas do ciclo de produção, por motivos técnicos ou econômicos. Ademais, tem-se que considerar que esse processo representou uma significativa modificação na estrutura de custos da produção familiar, afirma Graziano da Silva (1998) (1987).

Em resumo, pode-se dizer que o processo de modernização agrícola veio em prol, segundo Graziano da Silva (1998) (1987), de alguns produtos e regiões e sobre determinadas fases das atividades produtivas. Teixeira (2005, p. 22) concorda com Graziano da Silva (1998) (1987), ao afirmar que a modernização da agricultura “segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura.”

O processo de modernização agrícola promoveu um posicionamento claramente empresarial, possibilitando, em função disso, a emergência das indústrias de maquinários e de insumos modernos, afirma (Teixeira, 2005). Relativamente ao CAI e os produtores familiares integrados, teve-se oportunidade de evidenciar, segundo Prieb (2005), que se trata de um Complexo Agroindustrial com normas próprias de funcionamento e cuja característica principal das fumageiras consiste num alto poder de controle, que se estende por todas as etapas de cultivo do tabaco<sup>19</sup>.

Além disso, parece oportuno evidenciar, com base em Ploeg (2003) *apud* Norder (2006), que o processo de modernização da agricultura, quando analisado em relação a fatores como a queda dos preços das commodities no mercado mundial, os decréscimos da cotação da moeda americana, a instabilidade climática e as manifestações políticas governamentais visando amparar a agricultura com crédito, a renegociação de dívidas, a securitização, entre outras ações, revela as dificuldades financeiras vivenciadas pelo agronegócio brasileiro. De acordo com Ploeg (2003) *apud* Norder (2006, p. 113-14), para um melhor entendimento desse fenômeno, seria importante destacar aspectos como

- a) o aumento no grau de vinculação em relação ao mercado e às instituições externas de planejamento da produção; b) a substituição de força de trabalho pelo consumo de insumos de origem industrial; c) a especialização; d) a dependência com relação a suprimento externo de saberes e tecnologias; e) a homogeneização e padronização das atividades; f) a desconexão entre a produção e os ecossistemas e relações sócio-culturais locais; g) a baixa flexibilidade dos mercados e dos preços; h) o estreitamento no rendimento líquido por unidade de área ou de produto final; i) a

---

<sup>19</sup> No Capítulo 03, aborda-se em profundidade a questão dos complexos agroindustriais e dos produtores familiares integrados a este complexo.

elevação no montante de recursos financeiros para a obtenção de rendimentos aceitáveis (PLOEG, 2003, *apud* NORDER, 2006, p. 113-114).

Na versão de Ploeg *et al.* (2000) *apud* Niederle e Schneider (2007), as modificações providenciadas pelas políticas modernizantes da agricultura brasileira tiveram como consequência um ajustamento (diminuição da margem) entre o valor da produção agropecuária e respectivos custos, desencadeando, dessa maneira, a fragilidade econômica das unidades de produção familiar e dificultando a reprodução dessas famílias. Para esses autores, a diversificação das atividades produtivas entre as unidades familiares tem ampliado a diversidade da agricultura familiar, fenômeno que Ploeg destaca como diferentes “estilos de agricultura”. Entre as inúmeras estratégias que vêm sendo adotadas pelas unidades familiares de produção, com o propósito de superar as dificuldades estruturais e conjunturais, ocasionadas pela reestruturação da produção agrícola, uma é a pluriatividade<sup>20</sup>.

Niederle e Schneider (2007, p. 3), discorrendo sobre a pesquisa realizada no município de Salvador das Missões, região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, afirmam que

entre os [produtores] familiares da região sul do Brasil o desenvolvimento de múltiplas ocupações tem se mostrado cada vez mais recorrente. Conforme demonstram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a primeira metade da presente década apresenta tendência de crescimento similar àquela verificada nesta região durante os anos 90, com um incremento de 4,3% na população economicamente ativa domiciliada no meio rural ocupada em atividades não-agrícolas entre 2001 e 2005 (NIEDERLE e SCHNEIDER, 2007, p. 2).

Além disso, de acordo com Niederle e Schneider (2007), percebe-se como importante destacar que as transformações que emergiram no meio rural, como a crescente mercantilização dos produtores familiares, têm promovido alterações no trabalho agrícola e em todo o processo de reprodução das unidades familiares.

---

<sup>20</sup> Para Sacco dos Anjos (2003, p. 76), “os novos esquemas de desenvolvimento rural erguem-se sobre duas estratégias ou proposições fundamentais: *diversificar e aglutinar*. O primeiro dos termos diz respeito a incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por outra parte, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirvam para garantir um nível de vida socialmente aceitável. O crucial é que se a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico.” O fenômeno pluriatividade, reitera Sacco dos Anjos (2003), retrata essa vocação, inclusive nos casos em que se apresente combinada com empregos regulares enquanto fonte geradoras de recursos econômicos.

Ver mais em Schneider (2002); (2003); Niederle e Schneider (2007).

Para compreender a teia de relações sociais que sustentam os processos de mercantilização e diversificação dos produtores familiares, segundo esses autores, deve-se refutar o viés classificatório, pois, de alguma maneira, esse entendimento homogeneiza a realidade das unidades de produção familiar, confrontando-as entre ser pouco integrada ou muito integrada ao mercado. “Com frequência operam como se a mercantilização e as transformações a ela relacionadas fossem iguais para aqueles agricultores situados num mesmo grau de inserção mercantil, independentemente de qualquer outro fator diferencial na relação destes com os mercados” (NIEDERLE e SCHNEIDER, 2007, p. 6). Torna-se necessário, então, segundo os autores, aceitar que a mercantilização se dá de maneiras e graus de intensidades diferenciadas, e que aos seus reflexos é atribuída uma expressiva parcela da diversidade da agricultura.

Assim como Niederle e Schneider (2007, p. 21) se referem à capacidade dos produtores familiares de criarem novas maneiras de se articularem em meio ao sistema capitalista e, desse modo, conseguirem emitir “múltiplas respostas em contraponto a uma inserção subordinada a determinados mercados”, Gualda (2007) afirma que a convivência dos modelos familiar e agroexportador<sup>21</sup>, no contexto rural brasileiro, é viável e também necessária para o desenvolvimento econômico do país. Com esse entendimento, Gualda (2007, p. 1) defende a tese de “que através de políticas públicas corretas que reconheçam as especificidades de cada segmento, poderá ocorrer um fortalecimento do desenvolvimento rural, através da melhora da eficiência econômica, desde que assumida em suas dimensões alocativa e distributiva”.

Para Gualda (2007), embora existam diferenças substanciais entre os dois modos de produção - agricultura familiar e modelo agroexportador, não são evidenciadas incompatibilidades de convivência, pois o desenvolvimento de um dos modelos não impõe o desaparecimento do outro. Com essa concepção, Gualda (2007, p. 13) infere que:

a realidade da agricultura brasileira aponta para a necessidade de coexistência dos dois modelos, já que os dois se revestem de grande importância para economia brasileira, quer pelo papel desempenhado pela agricultura familiar na produção de alimentos e por suas externalidades econômicas, [...] quer pela contribuição do setor agro-exportador tanto na geração de divisas para o equilíbrio macroeconômico, quanto para o desenvolvimento tecnológico do país.

---

<sup>21</sup> Para Gualda (2007, p. 7), “o modelo agro-exportador, também rotulado de patronal, empresarial ou de forma mais ampla de agronegócio ou complexo agro-industriais, representa uma forma de organização produtiva marcada pela produção em alta escala, intensiva em capital, que emprega recursos tecnológicos avançados e com forte capacidade de competir nos mercados internacionais.”

A partir desse entendimento, Gualda (2007) avalia que a correlação de forças que há entre os dois segmentos tem mais a ver com direcionamento das políticas públicas do que com as dificuldades de integração com o mercado tanto do segmento de agricultura familiar quanto do segmento agroexportador.

O que parece correto salientar, segundo Gualda (2007, p. 14), é que a ausência de consenso entre produção familiar e o modelo agroexportador advém, historicamente, da ausência de atenção “do Estado para os segmentos mais empobrecidos da agricultura brasileira, o que forçou a organização dos movimentos sociais rurais a lutarem pelo reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento territorial brasileiro”. As evidências alertam para

a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento rural que concilie os interesses dos dois grupos de produtores. Este novo modelo deve respeitar as especificidades e características de cada um dos segmentos, a exemplo do que ocorre no meio urbano com as micro e pequenas empresas que recebem tratamento diferenciado em relação as regras tributárias. Este novo modelo deve buscar melhorar a equidade fundiária do país, sem comprometer os níveis de produtividades já alcançados pela agricultura brasileira (GUALDA, 2007, p. 14).

Com respeito à concepção de Gualda (2007), concorda-se que tanto a agricultura familiar quanto o sistema agroexportador são de suma importância para o desenvolvimento regional e para o segmento econômico do país, de modo geral, pois, assim como a agricultura familiar é reconhecida mundialmente pela sua habilidade de criar empregos promover a distribuição de renda, o sistema agroexportador, por sua vez, dedica-se à produção em alta escala objetivando o crescimento da produção a taxas crescentes de produtividade. Nesse sentido, segundo esse autor, para o período compreendido entre 1995 e 1996, por exemplo, as informações emitidas pelo censo agropecuário brasileiro são de que, naquela época, existiam no país 4,8 milhões de estabelecimentos agropecuários e destes 85,2% (4,1 milhões) de caráter familiar, dos quais 30% tinham em média 10 ha e 39,8% abaixo de 5 ha.

Embora os estabelecimentos de agricultura familiar ocupassem 30,5% da área total do país, entre 1995/1996, responsabilizavam-se por 37,9% da renda bruta total do segmento agropecuário brasileiro e configuravam-se como uma das fontes essenciais de geração de renda no campo, envolvendo aproximadamente 14 milhões de pessoas (GUALDA, 2007) (INCRA/FAO, 2000). Quanto ao modelo agroexportador, segundo publicações da Associação Brasileira de Agronegócio - ABAG, o segmento denota prosperidade e rentabilidade, de modo



que os representantes dessa Associação, o agronegócio no Brasil responsabiliza-se por 33% do PIB, 42% das exportações e 37% dos empregos, conforme Gualda (2007) e MAPA (2004). Em tempo, observa-se que com respeito ao setor fumageiro, o modelo agroexportador comercializa 23 % do fumo consumido mundialmente (GUALDA, 2007).

As divulgações do Censo Agropecuário de 2006 apontam que foram identificados aproximadamente 4,4 milhões de unidades de produção familiar, ocupando 80,25 milhões de hectares, o que em termos percentuais significa 24,3% da área total dos estabelecimentos de agropecuária do Brasil. Embora as unidades de produção familiar cultivem uma área menor relativamente aos núcleos de produção não-familiares, responsabilizam-se por aproximadamente 75% da mão de obra ocupada no meio rural. E mais, as unidades de produção familiar respondem por 70% do cultivo de feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% da produção de suínos, 50% da produção avícola, 30% da produção bovina e por 21% do consumo interno brasileiro de trigo (BRASIL, 2009).

Em termos mais abrangentes e retrospectivamente, de acordo com Agripino Abranches Viana, então Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, ao proferir palestra na XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economia Rural (SOBER), em agosto de 1978, quando se opta por um tratamento diferenciado para a agricultura, é de suma importância que os reflexos dessa decisão apareçam nas formulações das políticas econômicas do governo federal, pois o desenvolvimento da agricultura em todas as suas acepções consiste numa das alternativas que pode fomentar o desenvolvimento econômico do país. Ponderando sobre as modalidades de desenvolvimento da agricultura brasileira, Viana entende como relevante considerar as particularidades intrínsecas da produção familiar e a da grande empresa. Nesse enfoque, consideração especial precisa ser concedida às tecnologias de capital intensivo, ou poupadoras de mão de obra, ajustando-as, inclusive, às especificidades regionais, por meio de trabalhos efetuados no âmbito das próprias organizações, familiares ou não.

Nesse sentido, Machado (2008), como coordenador de uma pesquisa para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), intitulada “Desenvolvimento e inovação no semi-árido da Bahia: identificação de demandas em pesquisa e difusão tecnológica”, avalia que a pesquisa científica e tecnológica é essencial para ampliar a produtividade do trabalho e da terra e os ingressos (SACCO DOS ANJOS, 2003) das

unidades de produção familiar, desde que se valorizem conexões com outras proposições como educação, saúde, desenvolvimento social, incentivo à diversificação de atividades.

Sobre esta questão do desenvolvimento, parece apropriado evidenciar, segundo Machado (2008, p. 3), que as iniciativas que visam promovê-lo necessitam “reconhecer as demandas da sociedade, daqueles que não são governantes, que não ocupam cargos públicos, mas que conhecem os problemas em todas suas escalas (local, regional, nacional e internacional) e que são fontes-chave de informações.”

O enfrentamento do desenvolvimento regional, no Sul do Brasil, supõe, na verdade, que se constatem as demandas sociais (MACHADO, 2008) da região, para que essas informações possam ser usadas para minimizar as desigualdades internas de cada estado e entre estes, no âmbito de uma alçada maior, portanto. Conjuntamente, tem-se que buscar dinamizar os potenciais de desenvolvimento regional.

Wilkinson (2008, p. 81), analisando as distintas versões e debates sobre a produção familiar no meio rural, afirma que

todas as correntes convergem na necessidade de estratégias e políticas que visam ao desenvolvimento do espaço rural com a diversificação e a densificação dos mercados de trabalho e de produtos no meio rural. Pontos de divergência, porém, persistem sobre o grau de reversibilidade do modelo produtivista dominante, a capacidade das famílias tradicionais rurais de contestar os novos mercados de nicho bem como o potencial para a revalorização da agricultura familiar por intermédio da incorporação de novas funções ligadas ao meio ambiente, lazer e o consumo cultural do espaço rural.

A partir desse entendimento, pode-se inferir, segundo Wilkinson (1997), que as perspectivas futuras da produção familiar no Sul do Brasil estão na dependência de uma reunião de atores, que congregue uma coalizão forte e comprometida com o redesenho das prioridades econômicas da região e que esteja fundamentada nas potencialidades produtivas das unidades familiares de produção.

Veiga (2002, p. 36) destaca que o essencial consiste em compreender

que o futuro [das] populações dependerá cada vez mais de articulações intermunicipais capazes de diagnosticar as vocações do território que compartilham, formular um plano de desenvolvimento microrregional, e viabilizar seu financiamento com o imprescindível apoio das esferas governamentais superiores.

[...] Daí a importância de um plano federal especialmente voltado para a promoção de articulações intermunicipais microrregionais de pequeno porte populacional. Isto é, um programa especialmente voltado ao desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

Nesse sentido, segundo Veiga (2002), é necessário que o plano a ser formulado proponha novas e mais adequadas alternativas aos 4.500 municípios rurais brasileiros, que abrigavam, no final do século 20, aproximadamente, 52 milhões de pessoas. Tal plano precisa conter diretrizes, objetivos e metas que estimulem os fatores sinérgicos entre agricultura e os segmentos da indústria e comércio das economias locais, sem descuidar das vantagens comparativas e competitivas existentes do contexto regional e entorno. Outro aspecto a ser observado, e que é imprescindível, refere-se à necessidade de uma articulação microrregional entre os municípios rurais, pois só desse modo eles terão capacidade para interferir nas determinações fixadas do plano estratégico, com vistas ao desenvolvimento regional.

A formulação de um plano de abrangência regional, no entanto, requer que se entenda a historicidade dos processos que ocasionaram a conformação espacial específica da região. Pode-se dizer, então, que a forma como se estrutura e as questões que determinam a funcionalidade de uma determinada região tratam-se de um fenômeno que foi se configurando no decorrer do tempo “por atores sociais e agentes de desenvolvimento dentro de uma dinâmica [...] específica. Conhecer a temporalidade dos atores e agentes é fundamental para poder deslanchar um processo de negociação e/ou intervenção que tenha uma temporalidade ajustada ao processo real da região” (INCRA e INCRA/FAO, 2002, p. 3).

Metodologicamente, pode-se dizer que a etapa de formulação de um plano consiste em definir ações que auxiliem na sensibilização dos atores sociais, de modo que as negociações entre agentes e atores sejam facilitadas, mas convém lembrar que isso tem condições de se efetivar entre um reduzido número de municípios (INCRA e INCRA/FAO, 2002).

Com esse procedimento, é possível resguardar as particularidades regionais e não incorrer no erro das políticas agrárias implementadas em décadas passadas, que tentaram tratar o país como uma unidade homogênea e, assim sendo, enfrentaram uma das piores dificuldades, tanto no que se refere à questão da terra, da assistência técnica como nas questões relacionadas ao crédito rural, pois as políticas nacionais foram apáticas às especificidades locais, além de pretender subordinar a matriz social aos interesses da nação.

Esse modo de agir desembocou na ausência de participação e articulação com instâncias estaduais e municipais, dificultando qualquer tipo de iniciativa nessas áreas. No máximo, detectam-se iniciativas decorrentes de acordos via convênios, que têm propósitos locais como ampliar o volume de recursos, mas não manifestam relações de integração advindas de objetivos comuns (INCRA e INCRA/FAO, 2002).

Nesse contexto, o Ministério de Desenvolvimento Agrário viu-se, em 1999, defrontado com a realidade de estar controlando 38,9% do PIB agrícola do Brasil, que é a participação da agricultura familiar no PIB. Mas, como o mesmo estudo mostra, essa participação foi lograda ao longo da história recente, com base no próprio esforço dos agricultores familiares, já que as políticas agrícolas não tiveram anteriormente como foco esse setor. Por causa disso, em 1996, apenas 16% dos agricultores familiares tinham assistência técnica, 38% tinham uma área inferior a 5 ha, 50% trabalhavam com uso de tecnologia manual e apenas 25% usavam trator, a produtividade por área plantada era inferior às médias nacionais (apesar dos agricultores familiares superarem os patronais na produtividade quando se considera a área total e não a área plantada), recebiam apenas 11% do total dos financiamentos rurais, entre outros problemas (INCRA e INCRA/FAO, 2002, p. 5).

Observa-se que todas essas dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar podem estar relacionadas à falta de integração entre as diferentes esferas governamentais do país. Nesse sentido, pode-se apresentar aqui, com base em Sofreco (2002) apud Wilkinson (2008, p. 141), uma iniciativa frustrada, que tinha como propósito

adequar o [produtor familiar] às novas condições de comercialização nas CEASAs foi desenvolvida em Minas Gerais, amparada fortemente na cooperação francesa, no programa do “barracão do produtor” junto aos fornecedores de tomate. Em torno de 40 associações foram criadas para receber máquinas de classificação e sistemas de integração *on-line* aos mercados, com o compromisso de implantar boas práticas agrícolas, de embalagens e de transporte. Algo em torno de 40 barracões foram projetados, 30 construídos, enquanto 13 foram gerenciados pelas próprias associações. Essa iniciativa promissora, no entanto, ficou paralisada com o surgimento de impasses na atribuição de responsabilidade para a CEASA entre Governo federal e o Estado de Minas Gerais.

Embora se tenha episódios dessa natureza, Wilkinson (2008) concorda que existe um padrão de concorrência imposto pelos supermercados, mas é possível, por meio das CEASAs<sup>22</sup>, interligar, com uma visão de cadeias de valor, vários segmentos econômicos, inclusive, as unidades de produção familiar. Com base nesse autor, avalia-se que a produção familiar precisa encontrar novas estratégias de inserção econômica, não só pelo risco de exclusão, mas também para produzir um “valor agregado” capaz de concorrer no novo

---

<sup>22</sup> Centrais de Abastecimento - CEASAs

contexto social. Procedimentos dessa ordem podem fortalecer economicamente a produção familiar e promover o desenvolvimento regional.

Um estudo realizado pelo INCRA/FAO, em 2000, sobre a agricultura familiar brasileira, fundamentado em dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, mostra indicadores expressivos sobre a participação desse segmento da economia. Embora para a safra agrícola desse período (1995/1996) o volume dos financiamentos rurais tenha ficado abaixo de R\$ 4 bilhões, representando 7,7% do Valor Bruto da Produção da safra, os núcleos familiares conseguiram investir R\$ 2,5 bilhões (32%), em relação ao total de investimentos. Consta-se que as regiões que apresentam investimentos mais altos são a Sul (44,2%) e a Sudeste (23,2%), totalizando conjuntamente o percentual de 67,4%, relativamente a todos os investimentos efetuados pelas unidades de produção familiar brasileiras nessa safra (INCRA/FAO, 2000).

Em termos nacionais, a participação da produção familiar na composição do VBP destaca-se pela presença de produtos como

leite com 13,3% de todo o VBP da agricultura familiar, seguida por aves/ovos, com 10,5% e pecuária de corte, com 9,5%. O milho e o feijão, apesar de serem cultivados na maioria dos estabelecimentos familiares, apresentam uma baixa participação no VBP total da agricultura familiar, representando 8,7% e 3,8%, respectivamente. Estas atividades variam de importância de acordo com cada região, sendo que os dados da região Sul influenciam muito a média nacional, em virtude da sua maior participação no VBP total dos agricultores familiares (47% do total). Um bom exemplo são os suínos, aves/ovos, fumo, milho e soja, os quais têm uma fraca participação no valor do VBP das demais regiões, mas devido à forte participação no VBP da região Sul, elevam sua importância na agricultura familiar brasileira (INCRA/FAO, 2000, p. 34).

De acordo com divulgações do Censo Agropecuário de 2006, a produção familiar, na época do levantamento de dados, respondia por um terço (1/3) dos ingressos dos estabelecimentos de agropecuária do país. Dos três milhões de produtores familiares que informaram, sobre seu faturamento anual, decorrente da venda de produções vegetal e animal, constatou-se que sua receita média era de R\$ 13,6 mil. As produções vegetais participavam desse montante com um percentual superior a 67,5% e as relativas à produção animal com um percentual de 21%. Além disso, destacam-se as receitas obtidas com a prestação de serviços para a empresa a que estavam vinculados e aquelas resultantes das produções agroindustriais realizadas pela unidade familiar (IBGE, 2009).

Guilherme Cassel, ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao reportar-se ao Censo Agropecuário 2006, em artigo publicado em 13 de setembro, de 2009, no site Portal EcoDebate, sobre o novo modelo de desenvolvimento rural, avalia que os dados divulgados pelo IBGE lançaram

- Luz sobre o campo brasileiro, mostrando qual é o setor mais produtivo, que gera mais empregos e que coloca alimentos mais saudáveis na mesa da população brasileira. Esse setor é o da agricultura familiar. [Os resultados do] Censo Agropecuário 2006 [revelam] que está em curso uma nova dinâmica social e produtiva no campo brasileiro. Uma dinâmica em que pequenos e médios produtores viraram sinônimo de qualidade de vida.
- É importante destacar que esses resultados são fruto de uma longa jornada de lutas sociais e de reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância econômica e social e da legitimidade das demandas da agricultura familiar.
- Essa jornada foi impulsionada por lutas sociais que integraram a agenda da redemocratização brasileira e que aos poucos foram inscrevendo no marco institucional as novas políticas públicas de desenvolvimento rural.
- Há uma agenda pós-crise colocada neste início de século 21. Estamos assistindo a uma confluência de crises econômica, energética e ambiental e ao fracasso de um modelo baseado nas teorias do Estado mínimo e da desregulamentação desenfreada.
- A vitalidade da agricultura familiar brasileira mostra que outro modelo de desenvolvimento rural é possível. Mais do que isso, é necessário.
- A realidade apontada pelo censo refuta as teses de quem insiste em dizer que o único traço de modernidade no setor rural é aquele expresso pelas grandes plantações mecanizadas voltadas para a exportação.

Cassel (2009) observa, para o período compreendido entre 1985 e 1995, que o número de propriedades de até 10 ha apresentou redução substancial. No entanto, entre 1995 e 2006, embora a área da produção familiar tenha se mantido quase que inalterada, a quantidade de unidades familiares aumentou, significando, portanto, que tal alteração não ocorreu por movimentos de migração campo-cidade.

Um estudo comparativo realizado pelo Governo Federal, entre 1996/2006, aponta que os núcleos de produtores familiares cresceram nesse período, passando de 85 para 88% do total. Consta-se também que as unidades de produção familiar mostraram um crescimento do seu Valor Bruto da Produção - VBP, o qual passou de 38 para 40% em nível nacional. Em termos de VBP, os dados evidenciam que os núcleos familiares geram R\$677/ha, superando o valor (R\$358/ha), resultante das atividades dos estabelecimentos não-familiares, na ordem de 89% (MDA, 2009).

Parafrazeando Veiga (2002), constata-se que menos de um terço (1/3) dos produtores rurais, com áreas de terra abaixo de 100 ha, não conseguem auferir, com as atividades agrícolas, uma renda familiar acima de dois salários mínimos. Entretanto, mesmo assim, os sete censos agropecuários realizados a partir de 1950 denotam que proprietários desse porte sempre tiveram uma representatividade, em termos de estabelecimentos, próxima a 90% e detendo apenas 20% da área.

E mais, outra característica a ser evidenciada é que a maioria das unidades familiares com propriedades de dimensões até 100 hectares raramente se especializa e os demais que se aventuram sempre se afastam da possibilidade de perder a flexibilidade, pois essa característica lhes permite mudar a estratégia de reprodução social (VEIGA, 2002).

Com respeito à renda familiar das unidades de produção, observa-se que Veiga (2002), assim como Schmitz e Cerqueira (2002), Schneider (2003), Sacco dos Anjos (2003) e Abramovay (2007), concordam que a renda das unidades de produção familiar não depende somente das atividades de agropecuária desenvolvidas no âmbito da propriedade. Nas palavras de Veiga (2002, p. 110), os produtores familiares “sempre buscaram trabalho fora. Sempre exerceram outras atividades que, em grande parte, não pertencem ao setor agropecuário.

Com base no estudo realizado “Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO”, em março de 2000, intitulado o “Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto” constata-se que, quanto à renda da produção familiar, pode-se categorizar os produtores familiares por intervalos de variação de renda. Desse modo, pode-se dizer que a renda apresenta variações entre as categorias agrícolas. O intervalo de variação da Renda Total dos estabelecimentos familiares pode variar entre zero e R\$3.000,00 para um universo de 68,9% das unidades de produção familiar. Para um percentual de 15,7% dessas unidades familiares, a Renda Total varia no intervalo compreendido entre R\$3.000,00 e R\$8.000,00. Já para 0,8% das unidades familiares, a Renda Total é superior a R\$27.500,00 ao ano. Aproximadamente 8,2% das unidades familiares mostraram uma Renda Total negativa ou nula e estão subdivididas em três grupos (INCRA/FAO, 2000).

De acordo com dados evidenciados pelo Projeto de Cooperação Técnica, realizado pelo INCRA/FAO (2000), o primeiro grupo refere-se aos produtores familiares que estão numa

fase inicial de novas atividades, as quais oneram os custos e exigem investimentos, entretanto ainda não tiveram um ciclo produtivo. Na sequência, têm-se aqueles que computaram prejuízos durante a safra em que ocorreu o Censo. O terceiro grupo diz respeito aos produtores familiares que apresentam baixos níveis de produção e cujas atividades de agropecuária realizadas na unidade familiar são de pouca relevância, repercutindo, desse modo, numa renda negativa. “Esta avaliação está baseada na área total ocupada por este grupo, pois mesmo representando 8,2% dos estabelecimentos familiares, ocupam 10,8% da área total dos agricultores familiares. Ou seja, os que apresentaram renda negativa não são necessariamente pobres” (INCRA/FAO, 2000, p. 36).

Sobre a Região Sul, enfoque principal desta tese, observa-se que as variações de renda eram menores entre os produtores familiares, e isso se deve ao fato de que a Região possuía um percentual mais elevado de unidades familiares (48,6%) com Renda Total acima de R\$3.000,00 por ano. Não obstante, na Região Nordeste, o índice de produtores familiares com renda abaixo de R\$3.000,00 atingia um percentual de 92,7% (1.905.534) dessas unidades de produção familiar (INCRA/FAO, 2000).

Em 2003, a República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA acertaram um acordo com o propósito de formular um programa de apoio a projetos de desenvolvimento rural sustentável. Como resultado dessa iniciativa, formularam o documento intitulado “Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável”, o qual contou com a colaboração de instituições como Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - NEAD e IICA. Com base nesse documento, é possível destacar que a agricultura familiar representa mais de quatro milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, aproximando-se, portanto, do percentual de 90% do total.

Ainda, de acordo com o documento referido no parágrafo anterior, o qual resultou de uma iniciativa entre o MDA, CNDRS, NEAD e IICA (2003), observam-se indicadores que sinalizam para a expressividade da agricultura familiar. Nesse sentido, constata-se a participação desse segmento econômico na formação do valor bruto da produção agropecuária (40%), na composição da cesta básica, com 50% dos produtos, e na ocupação de apenas 33%



da área total da agropecuária, representando, assim, a principal força de alavancagem do desenvolvimento do campo.

Outro aspecto a ser ressaltado, segundo essas instituições, sobre a produção familiar é que somente 20% das unidades de produção familiar apresentam-se efetivamente integradas ao mercado. Outros 40% referem-se a unidades familiares que apresentam baixa integração e os demais 40% restantes denotam uma renda inexpressiva. Desse modo, o programa formulado entre o governo brasileiro e o IICA tem como propósito revitalizar 80% dos estabelecimentos de agricultura familiar com espaço para se desenvolver, visando trazer contribuições ao setor econômico e minimizar as discrepâncias observadas acima.

Em termos de Região Sul, com o propósito de promover o desenvolvimento local sustentável<sup>23</sup>, vê-se como oportuno salientar o surgimento do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL, constituído em 10 de janeiro de 1996. Trata-se de uma instituição financeira controlada pelo Banco Central do Brasil, que tem como propósito promover o fortalecimento e fomentar relações de solidariedade entre os produtores familiares e suas organizações, por meio do crédito e da obtenção de conhecimento sobre as unidades de produção familiar (SISTEMA CRESOL, 2004).

Sacco dos Anjos et. al. (2004, p. 14), discordando das elevadas taxas dos financiamentos agrícolas cobradas dos produtores familiares e ao referenciarem a importância do Sistema Cresol, inferem que

não resta dúvida de que o crédito agrícola é um poderoso instrumento de desenvolvimento e de justiça social, sempre e quando forem cuidadosamente planejadas as metas, o público-alvo a ser priorizado, os limites e obstáculos em sua implementação. Nesse contexto, parece impensável imaginar que um programa com um forte apelo social seja viabilizado com um custo financeiro absolutamente incompatível, especialmente se levamos em conta o caso de agentes como o Banco do Brasil, que como indica PERACI (2003), cobra a estratosférica proporção de 16,76% do valor nos contratos do Pronaf custeio, ao passo que via [...] Sistema Cresol (Cooperativas de Crédito com Interação Solidária) o percentual é de 2,5%.

---

<sup>23</sup> Para Gómez Soto (2002, p. 117), “a discussão sobre o desenvolvimento sustentável para a agricultura implica repensar as formas de produção e a (re) definição das relações entre produtores e natureza.” Já na concepção de Almeida (2002, p. 25), “o desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da ‘insustentabilidade’ ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Essa noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países.

Abramovay e Junqueira (2005), discorrendo sobre o Sistema Cresol que atua nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, afirmam que o sistema se organiza por meio de uma rede solidária, que busca alternativas de minimizar os custos e alargar sua prestação de serviços via mecanismos de controle social das transações financeiras. As primeiras cinco Cooperativas foram criadas no período 1995-1996, sendo que, inicialmente, a base social das Cresols constituía-se por distintos grupos e associações de produtores familiares orientados por meio de iniciativas de organizações não-governamentais, sindicatos de trabalhadores rurais e, inclusive, a igreja, atuantes no contexto regional. A estruturação das primeiras cinco Cresols reuniu as condições necessárias para constituir a Cooperativa Base Central de Serviços Cresol - CRESOL/BASER, de modo a dar sustentação ao sistema.

No período de 1998-1999, devido às demandas sociais de organizações dos produtores familiares e de prefeituras, foram criadas mais nove instituições financeiras no formato do Sistema Cresol, época em que aconteceu a entrada desse Sistema no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2000, devido às novas medidas de regulamentação expedidas pelo Banco Central, a Cresol-Baser passa a se denominar Cooperativa Central de Crédito. O desenvolvimento dessa organização financeira caracteriza-se por ser bastante rápido, pois

se, em dezembro de 1995, a organização possuía 120 sócios, em setembro de 2002 já contava com o extraordinário número de 25.780 associados, distribuídos em 67 cooperativas singulares filiadas sendo trinta e oito no Paraná (regiões Sudoeste, Centro e Oeste), quinze em Santa Catarina (Oeste e Serrana) e catorze no Rio Grande do Sul (Erechim e Constantina), atuando em 198 municípios nesses três estados, repassando na safra 2002/2003, aproximadamente R\$50.000.000,00 de crédito rural. O patrimônio líquido dos associados era de R\$8.145.000,00 e a poupança local de R\$25.757.000,00 (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005).

O Sistema Cresol, por meio de seus dirigentes, possui como propósito assegurar o acesso dos produtores familiares ao crédito, bem como visa fomentar o desenvolvimento sustentável em seus aspectos social, econômico e ambiental. Desse modo, institucionalmente, para a Cresol, o crédito consiste num meio que permite minimizar as assimetrias entre os produtores familiares, ao mesmo tempo em que pode auxiliar na preservação ambiental. Seus associados estão organizados comunitariamente. Os estados dos Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentam 10.313 (57,93%); 3.139 (46,82%) e 4.462 (25,95%) associados organizados em grupos, respectivamente (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2005).

A partir dos indicadores apresentados acima, das conceituações teóricas sobre a agricultura familiar realizadas no decorrer deste capítulo e no Capítulo 01, pode-se dizer que o universo das unidades de produção familiar no Brasil apresenta diferentes graus de desenvolvimento econômico, assim como também se encaminha por distintas lógicas de produção. Em função disso, infere-se que as contribuições desses núcleos familiares, no que se refere ao desenvolvimento regional brasileiro, também são distintas. Cabe destacar, em decorrência da contextualização elaborada acima e atendendo aos propósitos deste estudo, que, no tópico seguinte, a linha de raciocínio versa especificamente sobre a discussão da agricultura familiar e do capitalismo.

## **2.1 Agricultura familiar e o capitalismo**

Há certo descaso com o setor de agricultura familiar, principalmente, em termos de políticas públicas, diz Denardi (2001). Sacco dos Anjos (2003, p. 30) observa que “em todos os modelos implementados sob o paradigma da economia ortodoxa, é quase totalmente inexistente o compromisso com a sorte da economia familiar e/ou camponesa enquanto forma específica de produção ou como objeto concreto de investigação”.

Sacco dos Anjos (2003, p. 43) também destaca que a existência da agricultura familiar, nos diferentes continentes, indubitavelmente, tem mostrado sinais de sua caminhada histórica, a qual tem revelado movimentos alternados de maior ou menor importância sobre o seu papel social. Fato, portanto, que impõe a necessidade de “analisar e identificar todos os mecanismos intrínsecos e extrínsecos que justificam sua existência social”.

Na percepção de Martins, a agricultura familiar brasileira e as relações não-capitalistas advêm dos movimentos evolutivos do capitalismo. Este sistema, em países como o Brasil, possui características diferenciadas quanto aos ritmos e tempos em que convivem, o que justifica a existência de relações sociais não-capitalistas. Admite também que o mundo rural revela-se imbricado, por essa razão afirma não poder compreendê-lo de modo separado e autônomo. Para Graziano da Silva, as relações não-capitalistas<sup>24</sup> resultam da ineficiência do sistema capitalista, e o processo de desenvolvimento do capitalismo sinaliza para a extinção de relações sociais não efetivadas pelo assalariamento. Desse modo, as percepções de

---

<sup>24</sup> Nesta tese não se concorda com a percepção de Graziano da Silva, que sinalizam a extinção de relações sociais não mediadas pelo assalariamento. Ver mais em Gómez Soto (2002).

Graziano da Silva convergem para a extinção do campesinato, generalizando-se, por conseguinte, as relações sociais acertadas por meio do contrato de trabalho *versus* salário (GÓMEZ SOTO, 2002).

Se, para Graziano da Silva, o trabalho assalariado consubstancia-se num elemento fundamental do sistema capitalista, então, o que não for mediado pelo salário não pertence ao universo capitalista. Para Martins, a habilidade dos trabalhadores em criarem seus caminhos de subsistência já denota as relações não-capitalistas, que emergem via acumulação do capital. Sob esse prisma, Martins também assegura que tomar como ponto de partida a relação de compra e venda de mão de obra para elaborar uma conceituação acerca do sistema capitalista ou para suas relações sociais não seria apropriado, visto a complexidade das conexões sociais presentes no cenário rural do Brasil, que se expressam por meio de agentes intermediários como o parceiro, o colono, o arrendatário (GÓMEZ SOTO, 2002).

Diante das ponderações de Martins e Graziano da Silva *apud* Gómez Soto (2002) sobre as questões sociais que norteiam a agricultura familiar, percebe-se que, em determinados enfoques, estabelece-se o consenso, já em outras oportunidades verificam-se pensamentos opostos. Por outro lado, no entendimento de Prieb (2005, p. 81),

a reprodução da agricultura familiar não ocorre, [...], fora das leis da valorização do capital. Na verdade, as particularidades das relações que se estabelecem entre a agricultura familiar e o capital financeiro e comercial permitem que o trabalho do pequeno produtor se coloque a serviço da valorização do capital.

Na interpretação de Kautsky (1998, p. 225),

a destruição da indústria camponesa de sustentação obriga o pequeno lavrador a procurar um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para sua subsistência mas nenhum excedente negociável.

Na realidade, há disponibilidade de tempo, pois o explorador agrícola ocupa-se em tempo integral somente em certos períodos do ano. No entanto, o volume de produção advindo desse trabalho no ambiente doméstico não é suficiente para garantir os custos financeiros do estabelecimento doméstico, fato que leva o explorador agrícola de pequeno porte a vender sua força de trabalho excedente no mercado. Embora ele se apresente no mercado como qualquer outro trabalhador, o fato de ser dono de terras o diferencia, pois seu

envolvimento com o mercado de trabalho tem como objetivo principal otimizar a economia agrícola do minifúndio (KAUTSKY, 1998).

Prieb (2005) afirma que esse procedimento do produtor familiar advém do modelo produtivista, que tem como propósito alargar seu horizonte social, ao mesmo tempo em que busca ampliar a mais-valia. No entanto, seria equivocado pensar que a dinâmica do modelo capitalista, que se fundamenta na lógica da acumulação, poderia por si só garantir a determinação das famílias de agricultores.

O aconselhável, segundo Prieb (2005), consiste em sempre considerar que essas unidades familiares detêm a posse da terra e isso lhes confere certo grau de autonomia, possibilitando-lhes manterem-se ativas no mercado. Ademais, deve-se estar ciente de que, de alguma maneira, os agricultores familiares relacionam-se com o mercado, seja na venda dos bens produzidos com as atividades agrícolas ou na venda da força de trabalho. Assim, constata-se um processo de acumulação submetido ao capital, ao qual pertence a sistemática de desenvolvimento agroindustrial. Sobre isso, Prieb (2005, p. 82-3) assevera que

- a reprodução e acumulação do capital na economia ocorre, portanto, a partir de uma lógica que exige que o capital se valorize. Isso se reveste tanto na forma de crédito de custeio, como na forma de crédito de comercialização, garantindo a reprodução da produção obtida. Assim sendo, é o grande capital que organiza a agricultura familiar e se apropria de boa parte dos excedentes produzidos.
- a existência de um processo de acumulação condicionado e organizado conforme as necessidades de valorização do capital acaba permitindo que a agricultura familiar se reproduza. Indo mais além, não parece errôneo afirmar que em muitas regiões do país, nas quais ainda se verifica um desenvolvimento capitalista mais débil, grandes parcelas da população se sentiriam beneficiadas por ao menos poderem se articular de alguma forma ao capital, mesmo que de forma subordinada.

Assim, a agricultura familiar, sob a lógica do capitalismo, manifesta uma constante tendência no sentido de se integrar ao mercado e à produção de viés capitalista, indo, nesse sentido, ao encontro das orientações mais gerais das demandas do capital (PRIEB, 2005).

Por outro lado, afirma Kautsky (1998), quanto mais crescem o desenvolvimento econômico e político, tanto mais aumentam as necessidades financeiras das unidades de produção familiar. Em decorrência disso, o pequeno lavrador promove alterações funcionais em suas atividades, pois passa a priorizar a venda de sua mão de obra, deixando as atividades agrícolas em segundo plano. Gradativamente, o ritmo das tarefas agrícolas no âmbito da

pequena propriedade vai sendo desacelerado, sendo que isso resulta, por vezes, na venda de partes da propriedade.

Ainda que a agricultura familiar tenha sido relegada por décadas e tenha sido considerada morosa no adensamento de técnicas modernas, ou que seja resultante do processo evolutivo do capitalismo ou, ainda, que tenha se estabelecido em virtude da ineficiência do capitalismo, o que se abstrai dessas concepções é que a agricultura familiar, de acordo com Buainain e Silveira (2003, p. 2),

tem custos e demanda investimentos públicos em pesquisa, em programas de capacitação em gestão da produção e de negócios, (“empreendedorismo no campo”); no apoio às formas de organização que melhor aproveitam suas vantagens em explorar novos mercados de produtos e serviços, agrícolas e não-agrícolas; e na provisão de recursos para formação de capacidade produtiva. Aí sim a experiência dos ex-agricultores familiares bem sucedidos que estão espalhados pelo Brasil poderá se multiplicar.

É evidente, corrobora Prieb (2005), referindo-se ao universo dos produtores familiares fumicultores, que o enfoque econômico não deve ser o critério absoluto na orientação dos procedimentos dos exploradores familiares, entretanto é lógico que os núcleos de produção familiar necessitam conciliar os fatores econômicos e sociais. Com outras palavras, apostar unicamente na eliminação das barreiras econômicas não é suficiente para que os produtores dos núcleos familiares apropriem-se de sua cidadania. É necessário descobrir outros modos para fomentar a inserção e o fortalecimento dos agricultores familiares com a sociedade, e não apenas no relacionamento produtor *versus* empresas fumageiras.

Prieb (2005, p. 49), em suas considerações sobre o tema da fumicultura, diz que, mesmo que a agroindústria tenha propiciado inovações tecnológicas, possibilitando um aumento do tempo livre para outras atividades, não há estudos que assegurem que o nível “de auto-exploração não tenha aumentado sendo, porém, difícil imaginar outra atividade em que a saúde dos agricultores seja tão afetada quanto na cultura do fumo.”

Segundo Abramovay (1995), o relacionamento da sociedade brasileira com o segmento da agricultura familiar vem apresentando alterações visíveis a partir da década de 1990 e envolve os planos intelectual, político e os movimentos sociais. Quanto ao primeiro, a agricultura familiar adquiriu importância e consta na agenda de algumas das mais reconhecidas instituições brasileiras de pesquisa. Em segundo, em março de 1995, deu-se

início ao processo de divulgação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A divulgação do Programa se fez no sentido “de concentrar os recursos escassos da política agrícola a um setor que mostrava dinamismo e viabilidade econômica, a agricultura familiar”, invalidando, portanto, termos como “ajudar” a “pequena produção”. Em terceiro lugar, devido aos inúmeros movimentos realizados pelos trabalhadores rurais, em maio de 1995, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

De acordo com Abramovay (1995, p. 22), sobre o Sul do Brasil, região em que a agricultura familiar possui maior representatividade, seria oportuno ressaltar algumas hipóteses de trabalho como a modernização dos movimentos sociais. As temáticas no Sul do País são de maior complexidade, desenvolvem-se em torno de “política agrícola, Mercosul, situação de cada produto, cadeias agroalimentares, cooperativas de crédito (como (sic) tudo o que isso representa em termos de relações com o Banco Central) e assim por diante”. Em síntese, estas discussões vêm suscitando novos enfoques e estão dialogando para estruturar as bases de uma sociedade democrática no espaço rural, além de contribuir para fortalecer a agricultura familiar.

De um ponto de vista mercadológico e específico da produção de fumo, Prieb (2005, p. 50) afirma que, na produção agroindustrial do setor fumageiro, tem-se evidenciado uma correlação de forças

que não são de forma alguma igualitárias, dado que o modo da obtenção da maior parte das “vantagens” alcançadas a partir do processo de integração agroindustrial é o das empresas fumageiras - que advém, em determinada medida, da “necessidade” de grande parte dos produtores de fumo em orientarem-se para outras atividades, apesar destes continuarem, em sua grande maioria, produzindo do fumo em folha [grifos da autora].

Tais situações de conflito obtêm maior visibilidade, segundo Prieb (2005), durante o período em que ocorre a comercialização do fumo, devido à insatisfação dos produtores em relação aos preços estipulados pelas fumageiras. Essas manifestações apresentam outro desdobramento, pois nesse cenário emerge também o relacionamento das empresas com o Estado. Observa-se, inclusive, que as fumageiras usam os “produtores de fumo como massa de manobra para obter benesses junto ao Estado” (PREIB, 2005, p. 50). De fato, as empresas até querem que a renda dos produtores familiares seja aumentada, mas desde que não sejam

elas a pagarem a conta e, sim, o Estado. Um dos principais artifícios utilizados pelas agroindústrias, em defesa de subsídios financeiros aos produtores familiares, consiste em mostrar que a produção de fumo garante a permanência de um número expressivo de pessoas no meio rural, afirma Prieb (2005).

Neste segmento do estudo, tratou-se do tema agricultura familiar e o capitalismo. É evidente que as percepções e exemplos apontados aqui não esgotam inteiramente o assunto, mas servem para elucidar a trajetória da agricultura familiar brasileira e suas contribuições para o desenvolvimento regional. O próximo item refere-se às iniciativas governamentais.

## **2.2. As iniciativas governamentais**

As iniciativas governamentais para promover o desenvolvimento rural brasileiro fundamentaram-se em dois processos que não se confundem: mudanças na base técnica da agricultura e formação do Complexo Agroindustrial (CAI). O primeiro dos processos refere-se às transformações promovidas nos meios de produção agrícola, significando a passagem de insumos naturais para bens de produção industriais. O segundo processo diz respeito à constituição do CAI, que acontece em fins da década de 1960, caracterizando-se pela implementação de um setor industrial que produz bens de produção para o segmento agrícola. Assim, o meio agrícola fica pressionado entre o setor industrial fornecedor de maquinários, fertilizantes e o setor de transformação e comercialização (DELGADO, 1985).

Embora o meio rural seja pressionado por esses dois processos, os benefícios que a modernização trouxe são irrefutáveis. A ausência, entretanto, de uma política governamental mais adequada e o valor monetário das máquinas e dos equipamentos agrícolas, por sua vez, inviabiliza a aquisição desses meios de produção pelos produtores familiares. Na avaliação Fernando Schlosser, professor do Departamento de Engenharia Rural da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, em reportagem (Diário de Santa Maria, 24 e 25/10/2009), a oferta de técnicas e máquinas mais adequadas às unidades de produção familiar são fatores que podem incentivar a permanência desses produtores em seus núcleos familiares.

Nessa matéria do Diário de Santa Maria, tem-se também o parecer de Pedro Neumann, professor do Departamento de Extensão Rural da UFSM, que concorda com Schlosser, mas destaca que as novas tecnologias favorecem a agricultura em grande escala, por isso a



necessidade da oferta de máquinas que possam ser adquiridas e utilizadas pelos produtores familiares. Para Gilseu Cippolat, da Emater/Santa Maria, um aspecto que pode ser melhorado por iniciativas governamentais refere-se à decisão de garantir preços mínimos para o produtor. Com essa definição, o produtor pode efetuar o cálculo de quanto será seu faturamento com a venda da safra. Sem essa garantia, os produtores, ao invés de terem renda, não raro, defrontam-se com custos de produção mais altos e computam prejuízos (DIÁRIO de SANTA MARIA, 24 e 25/10/2009).

Parece interessante destacar que é dentro deste contexto político e econômico que se inserem os dois grupos de produtores familiares do Sul do Brasil estudados nesta tese, fumicultores e não-fumicultores. Entende-se que o novo padrão tecnológico (melhoramento genético vegetal ou animal, inclusive) imposto aos produtores familiares e a formação do CAI têm provocado mudanças na autonomia dos núcleos de produtores familiares, afetando, de acordo com Moreira (1997), suas condições econômicas, reduzindo ou mesmo impossibilitando a apropriação de valor excedente. Nesta lógica econômica, os núcleos de produção familiar, pressionados por essas transformações e pela necessidade de serem produtivos, tornam-se proprietários-trabalhadores, e a propriedade transforma-se num fator essencial para o próprio labor.

Este é o campo de atuação que o processo de valorização do capital reserva à produção organizada de forma familiar, em suas facetas industrial, comercial e agrícola. A impossibilidade de captação de lucros como norma de operação deste setor proprietário-trabalhador implica reconhecer, teoricamente, a operação de uma subordinação indireta de seu trabalho ao capital.

Este é o espaço econômico - mutante e flexível - da integração social da agricultura familiar com base no trabalho próprio (MOREIRA, 1997, p. s/r.).

Para Weid (1997) apud Pedroso (2003), a implementação dessas medidas pelo governo brasileiro para impulsionar o setor agrícola resultou, portanto, na homogeneização dos procedimentos produtivos, promovendo a artificialização do meio natural e ocasionando desastres ambientais de ordem técnica, econômica e cultural. De natureza técnica, em razão de serem procedimentos estudados para países de clima temperado, são inadequados, portanto, para a realidade brasileira de clima tropical. De natureza econômica, porque sua incorporação foi conduzida por uma lógica econômica centrada no imediatismo e na otimização de resultados em curto prazo, descurando, desse modo, de questões como o

equilíbrio natural. Quanto ao fator cultural, pode-se dizer que modificou o relacionamento com o solo, promovendo a artificialização<sup>25</sup> dessa relação.

Cabe destacar que desde junho de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) responsabiliza-se pelos procedimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A proposta do MDA consiste em resgatar o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, sendo que, para isso, está buscando articular-se com organizações como a Emater de distintas localidades, universidades e instituições estaduais (NEAD<sup>26</sup>, 2003) *apud* Pedroso (2003).

Desse modo, as atribuições da Ater estão sendo encaminhadas no sentido de fomentar a produção das unidades familiares, pois esse segmento da agricultura, com certa regularidade, tem se defrontado com problemas de diferentes ordens nas esferas da produção, da comercialização e, em muitas ocasiões, sofre com a marginalização socioeconômica. Por essa razão, é necessário que as orientações e assistências promovidas pela Ater junto aos produtores familiares consigam sanar os problemas decorrentes dos modelos econômico e de desenvolvimento adotados no país (PEDROSO, 2003).

Em se tratando da lógica econômica da produção familiar, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul/CUT), em texto publicado em seu *site* sobre a sustentação da renda agrícola das unidades familiares, conclui que a orientação política do governo federal está proporcionando, tanto no cenário nacional quanto no internacional, o empobrecimento da agricultura familiar. Essa Federação afirma, inclusive, que o governo brasileiro necessita formalizar novas políticas públicas que fomentem, preservem e promovam condições adequadas para esse segmento econômico da agricultura, estabelecendo, portanto, as ações necessárias para o desenvolvimento das potencialidades das unidades familiares de produção, enquanto classe econômica e social estratégica no cenário brasileiro (FETRAF-SUL/CUT, 2006).

---

<sup>25</sup> Para Graziano da Silva (1998, p. 3), “esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientes férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem.”

<sup>26</sup> Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Entretanto, ao se considerar, no território brasileiro, a situação da agricultura familiar, constata-se que, embora exista o crédito subsidiado<sup>27</sup>, ele tem se mostrado insuficiente para o fortalecimento da agricultura familiar no país. Atualmente, além do PRONAF, tem-se o Seguro da Agricultura Familiar, contudo, mesmo com a atuação destes dois instrumentos de crédito, o grau de descapitalização da produção familiar tem se revelado crescente. Isso se deve ao fato de que a remuneração da força de trabalho tem se apresentado, de modo sistemático, declinante, em função da elevação dos custos de produção, mas sobretudo pela maneira pelos reduzidos preços auferidos no momento de comercializar a safra. Sobre isso, por exemplo, a Fetraf-Sul/Cut revela, em sua Cartilha do Fumo, de 2006, que enquanto o Brasil paga, em média, ao produtor de tabaco 1,5 dólares / kg de fumo, nos Estados Unidos, um kg de fumo custa à fumageira 6 dólares, na Europa, 10 dólares e no Japão, 18 dólares.

Cabe, neste momento, ressaltar que este é o dilema por que passam os produtores familiares fumicultores analisados nesta tese, no momento de comercializar a safra de fumo. Parece correto lembrar que a produção familiar destina-se, essencialmente, ao mercado externo e não possui, por parte do governo, uma política de proteção, ficando, em função disso, à mercê de uma concorrência desleal dos subsídios agrícolas internacionais. Feitas todas essas ponderações, é oportuno destacar que os produtos oriundos das unidades familiares de produção não devem ser vistos como *commodities* e ficarem expostos às leis da oferta e da procura, conforme Fetraf-Sul/CUT (2006).

Na concepção dessa Federação (2006), há um conflito entre a lógica econômica da produção familiar (para abastecimento interno) e a lógica do livre mercado. Esse desajuste pode ser evidenciado na proposta apresentada em publicações do mercado, que, para solucionar a problemática de preço baixo do leite e do trigo, propõe a exportação, quando se sabe que essa não se constitui na medida adequada para a solução desse problema. O procedimento correto, por parte do governo, consubstancia-se em prover estoques reguladores, ou seja, comprar durante o período de safra e vender na entressafra. Esse mecanismo deve ser utilizado também em relação aos produtos a serem importados para suprir as necessidades de consumo do mercado interno. Em outras palavras, nesse caso, evidencia-se que a importação só deveria ocorrer na entressafra, portanto, não no momento que em que a safra nacional está sendo colhida.

---

<sup>27</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995.

Outrossim, o essencial a ressaltar é que

a reprodução da agricultura familiar, especialmente a do Sul do país, que está inserida na lógica do mercado, seduzida pela “modernização da agricultura” e mais recentemente pelos transgênicos, está definitivamente ameaçada. Restam, como exceção, os integrados de aves, suínos, leite, fumicultores, bem como alguns produtores de frutas e hortigranjeiros. Estes agricultores têm mercado garantido pelas integradoras, tendo uma renda, embora pequena, mas constante, o que lhes gera uma certa estabilidade (FETRAF-SUL/CUT, 2006, p. s/r.) [grifos do autor].

Assim como a Fetraf-Sul/CUT (2006) alerta para os problemas que advêm do relacionamento desigual entre produtores familiares integrados e o CAI, o qual resulta no controle de todo o processo produtivo e também tem se mostrado um sistema seletivo e excludente, Prieb (2005, p. 93) corrobora “que a produção familiar não consegue lançar mão de muitos dispositivos altamente explorados pela grande produção, que é a orientação à totalidade das opções presentes no mercado produtor de bens e serviços.” Segundo Prieb (2005), há uma necessidade iminente de alterar a metodologia de assistência técnica oferecida pelo CAI às unidades de produção familiar, à qual passa despercebida uma orientação eficiente de estratégias e modos de inclusão mercadológica.

Nessa perspectiva de intensa integração, os produtores familiares fumicultores (comparados aos não-fumicultores) do Sul do Brasil estão articulados numa lógica econômica em que buscam, como salientado anteriormente, o aumento da produtividade da terra e do trabalho com o propósito de obter uma maior rentabilidade com suas atividades produtivas. Em razão disso, o fator econômico adquire importância crescente, entretanto, os produtores familiares necessitam combinar questões econômicas com as de natureza social para, assim, garantir sua cidadania.

Deve-se buscar, segundo Prieb (2005, p. 49), outras formas de interação e fortalecimento da produção familiar com o contexto social, e não apenas “na relação produtor/empresas fumageiras, mesmo que esta, ao longo do tempo, tenha, a partir de sua trajetória tecnológica permitido [...] saldos positivos no sentido de aumento de tempo livre para outras ocupações.” Porém, não há informações objetivas de que o grau de auto-exploração não seja maior, sendo, inclusive, pouco provável que se encontre outro tipo de atividade tão nociva à saúde dos produtores quanto o cultivo do tabaco (PRIEB, 2005).

De acordo com divulgações apresentadas pelo *site* do MDA, em setembro de 2009, o programa desse Ministério, da linha ‘Mais Alimentos’, lançado em 2008, trata-se de uma iniciativa para modernizar a infraestrutura dos núcleos de produtores familiares brasileiros. Em decorrência das verbas disponibilizadas por esse Programa do MDA, durante a Expointer/2009, o segmento de agricultura familiar, que responde por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, movimentou R\$ 230 milhões com a aquisição de maquinários e implementos agrícolas.

Segundo informações do SIMERS<sup>28</sup>, as vendas realizadas nesse segmento alcançaram um total de R\$795 milhões na Expointer/2009, significando, portanto, que desse montante, 29% foi movimentado pelas unidades de produção familiar. Hercílio Matos, coordenador do Programa Mais Alimentos, avaliando a movimentação financeira realizada pela agricultura familiar, comemora o resultado, que foi superior às estimativas traçadas pelo MDA, para o Plano Safra da Agricultura familiar 2009/2010.

Durante aquele evento, a agricultura familiar também obteve destaque nas atividades de venda direta realizadas pelos produtores em 166 estandes agroindustriais e nas 12 cozinhas pertencentes ao Pavilhão da Agricultura Familiar. O montante comercializado com essas transações atingiu R\$1 milhão (MDA, 2009).

Outro evento em que os produtores familiares vem realizando negócios de vulto é na BioFach América Latina. Em 2008, durante esse evento, os núcleos de produção familiar apoiados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, realizaram negócios na ordem de R\$900 mil (SAF, 2009)

Outra iniciativa do Governo Federal refere-se aos incrementos destinados ao Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, lançado em julho de 2009. Esse Plano tem como propósito fortalecer e ampliar as iniciativas de políticas públicas federais e deve beneficiar 4,1 milhões de unidades de produção familiar, disponibilizando R\$15 bilhões distribuídos entre as linhas de custeio, investimento e comercialização (MDA, 2009).

---

<sup>28</sup> Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul (Simers).

Cabe destacar que, para a safra 2009/2010, o Pronaf estará financiando veículos utilitários. Essa decisão facilita aquisição de veículos de carga, automotores, elétricos ou de tração animal apropriados para as atividades no campo. A proposta do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 visa promover a agilidade no que se refere à assistência técnica também. Para isso, a ATER<sup>29</sup> está passando por modificações, de modo que será regulamentada por lei, alterando a forma de contratação dos serviços. Essas reformulações têm como propósito atender às peculiaridades das unidades de produção familiar, com vistas a fomentar as vocações econômicas regionais, conforme divulgações da assessoria de Comunicação do MDA/Incra (2009).

Na próxima seção, o enfoque será concedido ao processo de modernização da agricultura familiar, o qual não teve um encaminhamento satisfatório, pois, do ponto de vista econômico, trouxe consigo, segundo Aquino et. al. (2003), o declínio dos preços da produção, tendo como agravante o aumento dos custos dos fatores de produção, o que, conseqüentemente, ocasionou certa morosidade na implementação de inovações no setor. Para Sacco dos Anjos (2003, p. 177), “indiscutivelmente, a solução modernizante, enquanto *estilo de desenvolvimento*, [...] não trouxe consigo uma solução minimamente aceitável para resgatar a enorme dívida social com as classes trabalhadoras nacionais e, obviamente, com a agricultura familiar deste país.”

### **2.3 Agricultura familiar e o processo de modernização**

Historicamente, constata-se que o processo de modernização da agricultura familiar na sociedade brasileira, de modo geral, advém das profundas mudanças ocorridas na economia, em decorrência do fim da Segunda Grande Guerra. Tais mudanças tiveram origem no esgotamento das terras, cujos lotes eram submetidos à intensa exploração. Isso acontecia porque os lotes eram pequenos e as famílias numerosas precisavam submeter a terra a uma intensa exploração, fato que levava as propriedades à exaustão (BRUM, 1985).

Além disso, deve-se considerar as disparidades de preços entre os setores agrícolas, comércio e indústria, pois, no momento em que o núcleo familiar necessita adquirir bens no comércio, os preços das mercadorias são bem superiores aos dos produtos agrícolas. Constata-

---

<sup>29</sup> Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

se, nesse contexto, um processo de intercâmbio desequilibrado. “Essa situação se tornou bastante clara na década de [1950] e se agravou muito na de [1960], levando a agricultura tradicional ao estrangulamento” (BRUM, 1985, p. 40).

Pode-se dizer, portanto, que as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar são sobremaneira ocasionadas pela ingerência do processo de mercantilização do solo e dos fatores ecológicos, questão que promoveu a expansão da indústria e, como consequência, eliminou parte significativa das pequenas explorações. Então, “à medida em que as possibilidades tecnológicas incrementam-se, crescem as necessidades de capital e tão só as unidades produtivas que dele dispõem são capazes de absorvê-las, o que induz a uma acentuação do processo de diferenciação social” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 47).

Ademais, segundo Sacco dos Anjos (2003), tem-se que reconhecer a importância das explorações familiares no que se refere ao fornecimento de mão de obra às grandes explorações, fato que foi gradativamente sendo reduzido a partir do processo de mecanização agrícola. Se, por um lado, as grandes explorações tinham certa dependência dessa mão de obra, por outro, os núcleos familiares tinham a oportunidade de vender sua força de trabalho, procedimento importante de sobrevivência.

Sacco dos Anjos (2003), referindo-se ao processo de modernização conservadora instaurado na agricultura brasileira, afirma que se trata de assunto que tem recebido larga atenção em âmbito acadêmico no Brasil, tanto sob a ótica dos fatores e circunstâncias envolvidos, quanto das consequências resultantes para o meio rural, agricultura e sociedade. Existem, no entanto, diferentes percepções a respeito deste objeto de estudo. Há os que o veem como apenas um processo de mudanças nas técnicas de produção, no qual são inseridos insumos modernos no lugar dos insumos tradicionais. Outros “admitem tratar-se do principal eixo transformador do país, tendo em vista a inquestionável profundidade dos impactos engendrados sobre todas as esferas da vida econômica, social, política, ambiental e cultural” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 179).

Sucintamente, desde a década de 1950, os países do continente latino-americano ficaram sujeitos “à empresa de modernização da agricultura no marco das transformações mais amplas relacionadas com a consolidação do capitalismo. É amplamente conhecido o

efeito devastador que dito processo acarreta, num primeiro momento, para as estruturas agrárias tradicionais” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 179).

Já as projeções formuladas no início da década de 1970, de que o Brasil se tornaria um importante expoente da produção agrícola, confirmaram-se. No período de junho de 2001 a junho de 2002, as exportações agrícolas alcançaram o patamar de 22,3 bilhões de dólares, fato que levou a balança comercial do segmento a registrar um superávit de 17,9 bilhões, gerando, em 2001, um saldo global para o país de 2,6 bilhões de dólares, conforme (TONNEAU, AQUINO; TEXEIRA, 2005).

Observa-se que os indicadores econômicos expostos mostram um forte crescimento da produção, mas, em paralelo, como destacam Tonneau e Teixeira (2002), significaram a exclusão social e preocupações ambientais. Tais críticas vêm de encontro ao modelo de modernização tradicional, o qual teve preponderância na orientação das políticas agrícolas desde fins da década de 1960. As ponderações sobre o processo de modernização agrícola podem ser separadas em três principais grupos, de acordo com Tonneau e Teixeira (2002, p. 296), de ordem econômica, ambiental e social, como segue:

- as críticas econômicas com a queda dos preços, o aumento dos custos dos fatores de produção e a redução do ritmo de incorporações de inovações;
- as críticas ecológicas com o crescimento da quantidade de efluentes lançados ao meio ambiente e dos problemas ligados à sanidade e securização da alimentação;
- as críticas sociais, desde muito expressas. O processo de modernização da agricultura foi também sinônimo de exclusão social. Neste processo, ficou evidente a impossibilidade das cidades e das metrópoles absorverem as populações rurais excluídas, revelando elevados índices de êxodo rural.

Em decorrência dessas preocupações, a partir da metade da década de 1990, o governo brasileiro decidiu-se pela implementação de uma política dual. Em razão dessa opção, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) teve como propósito fomentar a competitividade das empresas, otimizando as alternativas para o agronegócio. Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>30</sup> foi oficialmente incumbido da reforma agrária e de fomentar a agricultura familiar, tendo em vista a importância socioeconômica das

---

<sup>30</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário é assim denominado a partir de 1993; anteriormente tinha-se o então Ministério da Reforma Agrária (TONNEAU; TEXEIRA, 2002).



unidades de agricultura familiar para a sociedade de maneira geral (TONNEAU; TEIXEIRA, 2002) (TONNEAU, AQUINO; TEIXEIRA, 2005).

Ao longo das últimas três décadas, dizem Tonneau e Teixeira (2002, p. 296), a agricultura familiar tem se mantido “ao custo de uma pressão crescente sobre os recursos naturais. Na sua maioria é uma agricultura normalmente marginalizada e sem acesso aos mercados nacionais. Atualmente, ela deve ser mais produtiva e mais intensiva para aumentar sua produtividade gerir os recursos da natureza”. Em parte, a agricultura familiar vem subsistindo pela ajuda pública e pelas aposentadorias rurais.

Para Olade (2007), a discussão acadêmica mostra consenso a respeito da necessidade de construir uma agricultura que seja coerente com a realidade socioeconômica e ambiental, bem como com a importância da agricultura familiar na participação desse modelo. Disso decorrem duas acepções divergentes. Uma das alternativas aposta em maior competitividade e interação com o mercado. A outra, de natureza mais ampla, enfatiza a autonomia da agricultura familiar (TONNEAU, AQUINO; TEIXEIRA, 2005), mudanças de cunho tecnológico, de valores e de novos modos de organizar a sociedade. Essas orientações visam sanar discrepâncias apontadas pela realidade brasileira, que se apresenta como um verdadeiro “mosaico de situações sociais antitéticas, espalhadas num imenso território que retrata, não um país, senão muitos países distintos e reciprocamente contrastantes no que tange às condições de vida das pessoas”, conforme Sacco dos Anjos (2003, p. 138).

A agricultura familiar se constitui num modo de produção em parte assegurado pelas transferências efetuadas pelo governo, por meio de rubricas de bolsa alimentação, renda mínima, educação, etc (TONNEAU e TEIXEIRA, 2002). O objetivo dessas políticas de compensação social consiste em garantir uma renda que seja capaz de reduzir a quantidade de famílias pobres no meio rural, pois é economicamente mais viável remunerar melhor o trabalho no campo do que providenciar recursos para diluir uma crise social na cidade.

O modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil, que se materializou no processo de modernização conservadora<sup>31</sup> e desigual de nossa agricultura, se desenvolveu com base na chamada “via prussiana”, analogamente ao caso europeu onde os senhores do leste preferiram impedir que suas populações rurais tivessem

---

<sup>31</sup> Modernização conservadora: denominação utilizada por autores como Graziano da Silva (1998); (1987); Delgado (1985); Sacco dos Anjos (2003); por se tratar de um processo que não promoveu mudanças na estrutura de distribuição de terra em termos de nação brasileira.

acesso à propriedade da terra. Apoiando a agricultura patronal e não a familiar. [...] Em razão disso e do posicionamento da política agrícola brasileira,] a agricultura familiar sempre ocupou um lugar subalterno na sociedade brasileira. Neste contexto, quando comparada à agricultura dos países desenvolvidos, a agricultura familiar brasileira, enquanto forma social específica de produção, foi um setor historicamente bloqueado. É bom esclarecer que a noção de bloqueio não é utilizada aqui despida de sentido. Pelo contrário (AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2003, p. 47-8).

Como ressalta Lamarche (1993), a agricultura familiar tem como eixo o grau de integração com a economia de mercado. É evidente que a concepção dessa integração transita pelos planos técnico e econômico, bem como pelos planos social e cultural. Desse modo, dependendo do grau de integração com o mercado, pode-se ter determinado alcance nas relações com a sociedade de consumo, o que, conseqüentemente, pode definir o extrato social. Segundo Marx (2002, p. 406), “comunidades diferentes encontram diferentes meios de produção e diferentes meios de subsistência em seu ambiente natural.” Por isso, as alternativas selecionadas para conduzir o processo de produção, os modos de agir dos grupos sociais (produtores familiares) e produtos apresentam-se significativamente diversificados.

Uma decisão que pode auxiliar no entendimento de como funciona a agricultura familiar é considerar que existem duas forças que entram no equacionamento das decisões e atitudes do núcleo familiar. Por um lado, têm-se as vivências passadas e nestas estão imbricadas a tradição, os valores, os ritos e os mitos. Pelo outro, há as perspectivas futuras que, a partir de uma visão estratégica, delineiam o futuro preferido para a unidade de agricultura familiar. Nas palavras de Lamarche (1993, p. 19), “os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro.”

A partir desse cenário, pode-se dizer, em relação ao objeto de análise desta tese, constituído pelos produtores familiares integrados ao fumo e não-integrados, que se tratam de segmentos que possuem distinções no ambiente interno. Sobre os fumicultores vinculados aos CAI, é possível afirmar que mantêm um relacionamento intenso com o mercado, em decorrência de suas conexões com as empresas fumageiras. Em termos estratégicos, estão atentos a questões de preço dos produtos, custos dos fatores de produção, e sofrem, portanto, as influências das condições ou pressões internas ou externas (ou combinação de ambas). Essas podem surtir efeitos significativos no desempenho da unidade de produção familiar. Daí pode-se inferir que os produtores familiares fumicultores, dentro de sua alçada de decisão,

podem agir sobre essas condições ou pressões com a finalidade de torná-las mais apropriadas às suas necessidades.

Quanto aos não-fumicultores não-integrados, o que os diferencia em relação aos produtores de tabaco vinculados às empresas transnacionais refere-se à sua orientação técnica e econômica, visto que não estão atrelados aos complexos agroindustriais, portanto, são eles que decidem como, o quê e quanto cultivar. Sobre as diferenças entre os produtores não-integrados e integrados, são abordados no item 4.3 e Capítulo 03, respectivamente.

Pelinski et al. (2006), referindo-se a um núcleo de produção familiar não-integrado, que passou, com orientação técnica, da autossuficiência para a integração em cadeias de produção, cita, a título de exemplo, um produtor familiar da região Sudoeste do Paraná, que possui forte dinamismo interno, pois, em apenas 12ha, produz milho, soja, suíno e leite. Desse modo, Pelinski et. al. (2006, p. 6) avaliam que a unidade familiar não se restringe

à produção de um bem, mas se diversifica, evitando perdas totais em decorrência de crises numa determinada produção. Além disso, essa diversificação e a interdependência existente demonstram o quanto ela é importante como consumidora, o que dinamiza o sistema produtivo da economia a qual esta se insere.

Observa-se que Grzybovski e Tedesco (2000, p.17) concordam com Lamarche (1993), ao inferirem que “o comportamento de [uma exploração familiar] está condicionado pelos ambientes interno e externo. Esse pode ser considerado como persuasivo, punitivo, forte, carismático ou confortador, demonstrando ser uma atividade humana bastante complexa”. Por essa razão, as organizações familiares devem ser analisadas dentro de um contexto social que considere o referencial histórico, o nome (tradição), mas também as variáveis relativas à realidade contemporânea e às novas orientações da racionalidade administrativa, afirmam Grzybovski e Tedesco (2000).

Grzybovski e Tedesco (1998, p. 41), ao discorrerem sobre organizações familiares, afirmam que se trata de um modelo que substancialmente está fundamentado em relações de solidariedade e de confiança, valores estes que advém, segundo os autores, do vínculo familiar. Já no caso de algum acontecimento em que haja divergências de ordem familiar, estas são sufocadas “e, a fim de proteger-se, os indivíduos deixam de lado a consciência crítica, o que faz o respeito e a submissão”. Por outro lado, quando se considera o ambiente

externo, sabe-se que os produtores familiares fumicultores integrados ao CAI estão subsumidos nesse tipo de relacionamento, pois a empresa integradora determina, entre outras questões, as técnicas de cultivo, os padrões e os preços do produto, as quantidades de fertilizantes e agrotóxicos.

Para Grzybovski e Tedesco (2000), no entanto, esse novo modo de ver e conduzir os núcleos familiares só obterá viabilidade social e econômica a partir do momento em que seus componentes reconheçam suas limitações e busquem evoluir por meio do aperfeiçoamento das técnicas gerenciais, pois as tecnologias estão à disposição no mercado, o que significa, então, que a organização familiar pode adquiri-las, assim como seu concorrente. O diferencial entre as organizações pode ser alcançado por meio das pessoas que fazem parte da organização ou da unidade familiar, mais especificamente.

Como relata Plein (2006), entretanto, o processo de modernização da agricultura se efetivou por meio de alterações realizadas em âmbito nacional e na sua base tecnológica, as quais promoveram relações mais consistentes com o mercado, especialização das atividades produtivas e interação com o setor financeiro, via crédito agrícola. Esse novo contexto social da agricultura criou as condições para tornar a reprodução social dos núcleos familiares, gradativamente, mais subordinada e dependente das relações socioeconômicas estabelecidas em seu ambiente.

A modernização da agricultura, através da adoção do chamado “pacote tecnológico” (fertilizantes químicos, sementes melhoradas geneticamente e mecanização), financiado pelo crédito agrícola, possibilitou ganhos significativos na produtividade. Entretanto, isto não significou, necessariamente, melhora na renda das famílias, uma vez que os preços dos produtos agropecuários diminuíram no período e os custos de produção aumentaram em função da internalização do progresso tecnológico (PLEIN, 2006, p. 69).

Os efeitos da modernização tecnológica fizeram com que as unidades de agricultura familiar buscassem novas estratégias de reprodução social, por meio de migrações ou de ações de reconversão da produção. Sobre esse reposicionamento no mercado, pode-se enumerar dois produtos - leite e fumo -, o quais têm sido fundamentais na manutenção de importante contingente de famílias continuarem suas atividades na área rural. Nessa nova etapa, segundo Kageyama (1990) *apud* Plein (2006), os agricultores tiveram a oportunidade de inserir em suas tarefas agrícolas novos maquinários como tratores importados, fertilizantes, defensivos, bem como a troca de culturas ou a opção por outras variedades. Trata-se, desse

modo, de mudanças na esfera técnica da produção, as quais possibilitaram a passagem da produção alicerçada na enxada para uma agricultura intensiva e mecanizada.

Parece importante ressaltar, em conformidade com Delgado apud Militão (2004), que nesse contexto as transformações técnicas ocorridas na agricultura brasileira ocasionaram transformações que atingiram o sistema produtivo utilizado na agricultura, que passou de insumos naturais para os de produção industrial. Em função desse processo de modernização agrícola, a mecanização e os produtos químicos passam a ser amplamente utilizados na produção agropecuária, estabelecendo, assim, um novo padrão tecnológico.

A modernização da agropecuária brasileira, no entanto, mostra maior dinamismo e alcance somente por volta de 1965-1970, isso devido ao favorecimento da taxa cambial, que possibilita investimentos maciços nas transformações de ordem técnica da agricultura (DELGADO, 1985 *apud* MILITÃO, 2004). Na versão de Feitosa (2007), trata-se de uma transformação na base técnica do processo produtivo que transforma o processo de produção de artesanal a moderno, que se caracteriza por ser intensivo, mecanizado e detentor de uma nova visão produtiva.

De um modo mais específico, quanto às categorias de produtores familiares estudados na tese, pode-se inferir que o processo de modernização no meio rural, que submeteu os fumicultores integrados ao uso intensivo de produtos químicos, alavancou a produtividade de suas lavouras, mas, em contrapartida, onerou seus custos de produção, questão já salientada anteriormente. Cabe destacar que faz parte desse processo modernizante do campo a emergência dos CAIs entre 1965 e 1985, conforme Delgado apud Militão (2004).

Assim, a utilização nas atividades de agropecuária dos insumos modernos e a centralização dos procedimentos produtivos dos produtores familiares integrados em volta dos CAIs são elementos que permitem o meio agrícola driblar as adversidades advindas da natureza, mas, por outro lado, os produtores integrados tornam-se dependentes dos elementos da modernidade.

Hartwig e Vendramini (2008), analisando a trajetória dos produtores familiares fumicultores integrados do município de Pelotas (RS), avaliam que o processo de integração restringe significativamente a autonomia dos produtores familiares integrados, pois, se antes

do processo de integração, os fumicultores conseguiam produzir para o autoconsumo, agora não mais, pois estão submetidos ao movimento do capital. Aparentemente, esse processo de integração apresenta uma roupagem moderna. Em termos práticos, a mudança consiste no envolvimento produtivo dos integrados com somente um produto, não mais voltado para os meios de subsistência, mas na produção de uma matéria-prima que valoriza o capital.

No próximo Capítulo, abordam-se, de forma mais específica, o processo de industrialização, os complexos agroindustriais e os produtores familiares fumicultores integrados às empresas transnacionais.

### **3 INDUSTRIALIZAÇÃO, COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E PRODUTORES FAMILIARES INTEGRADOS**

#### **3.1 O Complexo Agroindustrial (CAI) no Brasil e a relação com os produtores familiares**

O desenvolvimento da agricultura, no período de 1965 a 1985, assinala uma fase de transição, iniciando-se, assim, um processo de inovação nas técnicas agrícolas no Brasil e, ao mesmo tempo, a constituição dos Complexos Agroindustriais, afirma Delgado apud Militão, 2004. Nessa nova realidade, a agricultura consegue libertar-se das adversidades climáticas, no entanto se vê mais dependente dos insumos modernos e maquinários. A constituição dos CAIs acontece em fins de 1960 e consiste num processo de industrialização das atividades rurais que se caracteriza pela criação de um setor industrial, responsável pela fabricação de bens para a agricultura. Conjuntamente, forma-se um mercado voltado para a produção industrial de natureza agropecuária, constituindo um sistema de agroindústrias com o propósito de atender o mercado interno e o setor exportador (MILITÃO, 2004).

As modificações registradas, durante as décadas de 1970 e 1980, atingiram a base técnica da agricultura familiar, fator que desencadeou a implementação de novos modos de agir e organizar a produção. Essas mudanças marcam o momento de transição do modelo denominado de “complexo rural” para os “complexos agroindustriais”, episódio a partir do qual as atividades agropecuárias ficam submetidas à dinâmica da indústria, conforme ressalta Amorim (2007).

Segundo esse autor, as décadas de 1970 e 1980 registram modificações na base técnica da agricultura familiar, trazendo junto consigo novos modelos organizativos da produção, além de assinalar a passagem da agropecuária no Brasil do, então, denominado complexo rural para os complexos agroindustriais (CAIs), questão salientada no decorrer do Capítulo 02. Com a criação desses complexos, as atividades da agropecuária ficam submetidas à dinâmica da indústria. Assim, com “a introdução expressiva de tecnologia intensiva em capital, que se estendeu para as décadas seguintes, mudou a base de produção no campo” (AMORIM, 2007, p. 12). Essas alterações de viés tecnológico não possibilitam mais a reconfiguração do trabalho no circuito produtivo das unidades familiares, em função das exigências impostas pelos CAIs, de tecnificação e especialização da produção familiar. Cabe destacar, ainda, que os produtores familiares que conseguiram realizar as modificações de

ordem técnica localizavam-se na Região Sul do Brasil. De modo que, nos três Estados do Sul, aconteceu uma significativa integração vertical<sup>32</sup> entre agroindústrias e o desenvolvimento das unidades de produção familiar (tecnificadas e mercantilizadas).

Na percepção de Feitosa (2007), os complexos agroindustriais se constituem no período posterior a 1975 e são vários os complexos que se formam tais como: fumo, aves, suínos, frutas. Em paralelo, a agricultura investe em especialização continuada. Essa sistemática requer a substituição da economia natural por procedimentos agrícolas integrados à indústria, com o fortalecimento da divisão do trabalho e das permutas intersetoriais e o aprimoramento das exportações pelo mercado interno como elemento principal de investimento dos recursos produtivos no setor agropecuário (KAGEYAMA et al., 1990 apud FEITOSA, 2007).

A partir de 1970, aconteceu o fortalecimento do relacionamento entre produtor/indústria, fazendo com que o CAI intensificasse seus procedimentos internos. Por esse motivo,

os contratos com as agroindústrias passaram a incluir novos elementos como a tecnologia recomendada, e a necessária aquisição dos insumos da agroindústria pela pequena produção. Essas novas especificidades na relação da pequena produção com o capital agroindustrial permitiu um crescente aumento na produção, ao mesmo tempo em que tornou as pequenas unidades mais dependentes do capital agroindustrial (PRIEB, 2005, p. 166).

Segundo Begnis et. al. (2007, p. 317), os contratos de integração estabelecem o compromisso da empresa compradora em prestar assistência técnica ao produtor e as regras básicas sobre o plantio, tratos culturais e comercialização do fumo. O elemento chave das relações contratuais entre fumicultor e fumageira é o compromisso da comercialização exclusiva do fumo cultivado pelo produtor para a empresa, em contrapartida ao compromisso da fumageira em adquirir toda a produção contratada.

A rápida estruturação do CAIs ocasionou o rompimento das relações entre latifúndios e minifúndios, sistema que havia subsistido por décadas no Brasil, mas que se dissipa no início dos anos de 1970. No novo modelo agrário, o capital industrial e financeiro aglutina a agricultura de modo decisivo e integralmente, conjugando-se a isso “a emergência de novas

---

<sup>32</sup> O termo integração vertical refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento (MIOR, 2007, p. 2).



frações de classe na estrutura de poder. É a revolução no modo de produzir o elemento determinante destas mudanças na representação dos interesses da agricultura brasileira” (SACCO DOS ANJOS, 2003 p. 187).

Wilkinson (2008.), analisando as questões que permeiam os contratos de integração da produção familiar com as agroindústrias, pondera que esse tipo de relação continua com importância no Brasil para toda uma gama de produtos e, especificamente, para regiões nordestinas envolvidas com a fruticultura de exportação. Mas, ao concentrar-se nas implicações dessa relação, afirma que as grandes firmas de agroalimentos estão afastando os produtores familiares dessa integração e cada vez mais tem facilitado contratos com os médios e grandes produtores em cadeias de *commodities*-chaves dos setores de avicultura, suinocultura e, em menor escala, a bovinocultura leiteira. Esse desencadeamento

coloca a questão da necessidade de estratégias autônomas por parte dos [produtores familiares], mesmo como uma condição de continuar em contratos de integração. Isto se aplica com mais urgência ainda no caso de estratégias econômicas alternativas. Na situação clássica de contratos de integração, tanto o mercado quanto *know how* são garantidos pela agroindústria. Logo, as questões típicas de debate têm sido as de poder econômico, expropriação do conhecimento e, mais recentemente, lógicas de barganha e custos variáveis de formas alternativas de coordenação econômica. Na situação atual que os agricultores familiares cada vez mais enfrentam - a de exclusão da dinâmica agroindustrial - as questões decisivas são aquelas mais familiares à economia e à sociologia da inovação - a necessidade de criar novos mercados, organizações e instituições e a necessidade paralela de gerar novos padrões de aprendizagem (WILKINSON, 2008, p. 49).

Nesse contexto, explica Wilkinson (2008), há duas alternativas que podem ser seguidas pelos produtores familiares. Ou seja, procurar vencer os

desafios de economias de escala, custos de produção e critérios de qualidade em mercados de *commodities* tradicionais pela adoção de inovações organizacionais e tecnológicas. [Ou] podem optar por “reconversão” para mercados mais artesanais ou de nicho agroindustrial. Em ambos os casos, as estratégias que se apresentam são variadas, envolvendo diferentes níveis de associação e verticalização e diferentes soluções para o “processo de aprendizagem” (WILKINSON, 2008, p 49-50).

Pode-se dizer, segundo esse autor, que as atividades agroindustriais apresentam-se diferentes entre as regiões, em virtude das características regionais, dimensões e tipo de estabelecimentos, entretanto é possível afirmar que há certa relevância de atividades como vitivinicultura, tabaqueira, leiteira, suinícola e avícola, na Região Sul do Brasil, complementa Wilkinson (2008).

Especificamente, a título, de exemplo, quanto ao setor avícola, brasileiro sua dinamicidade muito se deve às atividades de produção familiar de contrato, as quais também são o braço rural de organizações agroindústrias como Sadia, Perdigão e Avipal. Seus elevados índices de produtividade resultam das rigorosas exigências impostas pelas agroindústrias. Estas empresas estrategicamente possuem números reduzidos de produtores contratados, pois, desse modo, elas mantêm uma quantidade grande de unidades familiares nas listas à espera de contratação, fato que diminui a capacidade de barganha dos produtores contratados e que também facilita sua organização e monitoramento das unidades de produção familiares contratadas (WILKINSON, 2008).

Com relação à suinocultura, constata-se, segundo esse autor, que essa atividade da produção familiar foi o mais importante componente agroindustrial do Sul do Brasil, no que diz respeito à renda, subsistência e combinações com as culturas comerciais. Essa atividade, entretanto, na década de 1990, teve seu processo produtivo alterado em função de uma divisão mais especializada do trabalho. Ou seja, a agroindústria privada segmentou o ciclo produtivo, separando a fase da criação da fase de engorda dos suínos. Para Wilkinson (2008, p. 36), juntamente com essas providências, a ração passa a ser contemporaneamente providenciada

diretamente pela agroindústria (seguindo o modelo avícola), e não mais produzida na fazenda. Nesse processo, economias de escala [empurram] a suinocultura para fora do setor da agricultura familiar diversificada. Quando visualizado da óptica do produto individual, o novo modelo tecnológico, que envolvia a criação especializada de porcos e atividades de engorda, parecia demonstrar economias de escala de alto grau de irreversibilidade no que diz respeito à competitividade de preço. Esse modelo representou um desafio direto ao “ciclo completo” da criação da produção familiar e indiretamente debilitou as sinergias do sistema produtivo diversificado em razão da dependência em relação ao abastecimento de rações de fora da fazenda, principalmente de milho [grifos do autor].

Com relação à produção leiteira, parece oportuno ressaltar, com base nesse autor, que alternativas tecnológicas competem diretamente entre si, no entanto cabe evidenciar que, neste caso, é a pequena produção do tipo não-especializada que melhor se beneficia do pacote técnico de melhorias existente em seu interior. Observa-se, inclusive, que as novas formas organizativas mostram-se mais bem-sucedidas em função da existência de “condomínios” para a utilização conjunta de pasto e lugar de ordenha.

Nessa acepção, Wilkinson (2008) conclui que os produtores familiares dos Estados do Sul do Brasil e regiões similares do Cone Sul, ao viabilizarem uma produção de 50 litros

diários de leite, garantem, monetariamente, dois salários mínimos por mês. Não se configura como novidade, então, o fato da produção de leite estar atingindo o patamar de produto-âncora no cenário da agricultura familiar, embora esse modelo de produção atualmente esteja passando por um processo de profundas mudanças no que se refere ao sistema produtivo.

### **3.2 A relação dos fumicultores com as agroindústrias**

Historicamente, especificamente com relação à produção integrada de fumo, constata-se, segundo Paulilo (1990), que na década de 1950, a empresa Souza Cruz, que já existia no Brasil desde 1903, deu início a um trabalho de persuasão junto aos agricultores do Estado do Rio Grande do Sul, com o propósito de convencê-los a inserir entre suas atividades agrícolas a produção de fumo de estufa. Foi sugerido por essa empresa que os agricultores fizessem o cultivo do fumo a título de experiência e de forma integrada. Além do fator comunicacional, que mediava a relação da empresa com cada agricultor, houve também a providência, por parte da Souza Cruz, do aporte financeiro e de insumos entregues na casa de cada agricultor que tivesse aderido à proposta. Como os resultados foram bem-sucedidos, novos adeptos foram surgindo. Tal procedimento entre os agricultores revelou-se prioritário em termos de produto cultivado, visto que as terras em que era plantada a mandioca foram ocupadas pela cultura do fumo (PAULILO, 1990).

No entanto, foram observadas resistências, pela Souza Cruz, junto a alguns agricultores, no que se refere à substituição de produtos cultivados pelo fumo. A empresa, por essa razão, buscando ser ao máximo convincente - estrategicamente - decidiu por contratar como instrutores filhos dos agricultores. Esses seriam os agentes responsáveis por passar as orientações técnicas para o correto cultivo do fumo e também por realizar o trabalho de monitoramento das lavouras. Outro fator que contribuiu para que mais agricultores aderissem ao cultivo do fumo diz respeito ao recebimento da safra, que é efetuado de uma vez só. Tal procedimento, por parte da fumageira, teve repercussões positivas para sua campanha de convencimento, pois os agricultores não estavam acostumados a entregar toda a produção e receber o valor correspondente em cota única (PAULILO, 1990).

O compromisso entre as empresas integradoras e os produtores só vigora por um ano. A cada final de safra ele é renovado. O fumicultor que não estiver satisfeito com o preço que recebeu pela última colheita, geralmente liga-se a outra empresa. Por sua vez, as empresas que estão precisando de novos integrados procuram pagar

melhor. Embora o preço seja tabelado, é possível elevá-lo através da classificação (PAULILO, 1990, p. 136).

Há variações nas negociações entre as agroindústrias e as unidades de agricultura familiar integradas. Segundo Prieb (2005, p. 38), “esse processo agrega dois componentes essenciais do sistema de integração: a agroindústria e o agricultor familiar. Na verdade, trata-se de um Complexo Agroindustrial com especificidades próprias de funcionamento cuja marca central é o elevado controle” exercido pela fumageira, que não se limita aos procedimentos de produção, comercialização e processamento do fumo.

No entendimento de Etges (1991), o vínculo que há entre fumicultores e CAI tem uma conotação informal, trata-se de um acordo acertado entre as partes,

ou seja, o relacionamento e a dependência direta entre produtor e empresa diz respeito substancialmente à forma de aquisição dos insumos por parte do produtor, ao padrão tecnológico a ser posto em prática sob orientação e assistência técnica da empresa e, fundamentalmente, à exclusividade e garantia da aquisição do produtor por parte da empresa (ETGES, 1991, p. 122).

Embora se observe desigualdade de poder e autonomia no relacionamento entre os produtores familiares integrados e CAI destacados por Etges (1991), Paulilo (1990) e Prieb (2005), constata-se que Prieb (2005), ao discorrer sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul, afirma que esse segmento é produtivo, desde 1918. No Brasil, desde aquele ano, a produção fumícola atrelou-se aos complexos agroindustriais do tabaco, os quais, inicialmente, caracterizavam-se pela supremacia do capital nacional e, hoje, no entanto, apresentam importante parcela de capital estrangeiro, que por meio de distintas estratégias, faz-se presente no meio rural com a finalidade de garantir a continuidade dos CAIs.

Vê-se, então, que há um processo de cerceamento que é imposto ao produtor familiar, em decorrência de compromissos financeiros assumidos<sup>33</sup> junto à agroindústria, ressalta Etges (1991). Sobre essa ótica, Abramovay (2007, p. 230) afirma que

---

<sup>33</sup> Decorrentes de financiamentos firmados junto a organizações bancária, com aval da agroindústria, com a finalidade de adquirir insumos para a produção fumícola. Nesse sentido, segundo Hartwig e Vendramini (2008), a empresa transnacional se compromete a adquirir a produção desde que o produtor familiar siga minuciosamente as orientações técnicas e garanta a qualidade da produção. Para que isso aconteça, torna-se necessário que o fumicultor adquira os insumos, exclusivamente, da empresa integradora, com preços bem superiores aos oferecidos pelo mercado. Outra cláusula que deve ser observada pelo núcleo familiar diz respeito aos prazos de entrega, quantidade, qualidade e preço da produção estipulados pela empresa a que está vinculado.

durante os anos de 1970, vários autores procuraram mostrar a agroindústria como a receptora direta daqueles custos produtivos que não se transformavam em preços recebidos pelos [produtores]. A explicação da natureza familiar da agricultura estaria assim na capacidade que um segmento específico do capitalismo contemporâneo teria em se articular com a agricultura com base em um princípio permanente e particularizado de troca desigual: além da exploração de seus próprios operários, a agroindústria receberia um valor adicional decorrente da diferença entre o que efetivamente se pagava aos [produtores] e os preços - superestimados - pelas quais esses produtos entravam em suas planilhas de custos.

O economista Marco Vargas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), define a sistemática da produção integrada (produtores de fumo em folha *versus* agroindústrias) como uma relação que acontece por meio de um vínculo, em que o fumicultor deve vender o fumo para determinada empresa, atendendo, portanto, ao princípio de exclusividade. Parece importante salientar também que é essa empresa fumageira quem determina os padrões de produção a serem seguidos pelo produtor na cultura fumícola. No caso do Brasil, o sistema integrado de produção escolhido pelas agroindústrias processadoras de tabaco constitui mais um dos mecanismos que visa fortalecer o processo de subordinação dos fumicultores às empresas fumageiras (VARGAS, 2007).

Abramovay (2007) ressalta, ainda, que a capacidade de obter lucratividade, a partir de procedimentos de troca desigual, revela-se mais forte naqueles mercados que apresentem maiores índices de imperfeição. Exemplificando, Abramovay lembra os produtores de pimenta do Baixo Tocantins (PA) que, para garantir sua sobrevivência, são reféns<sup>34</sup> dos comerciantes a quem vendem sua produção. Abramovay (2007, p. 232) supõe que essa situação encontre dificuldades de se impor junto aos produtores do Alto Uruguai (RS), pois nessa região e adjacências, as organizações cooperativas encarregam-se de divulgar os preços de Chicago com bastante frequência e os canais de “intermediação comercial autônoma”, segundo Maluf (1998) apud Abramovay (2007), extinguiram-se ou apresentam proporções bem menores.

Sobre essa questão de troca desigual, alertada por Abramovay (2007), Nascimento (2000), investigando o potencial organizativo da produção familiar fumicultora integrada às

---

<sup>34</sup> É nessa base de raciocínio que Prieb (2005, p. 45) destaca as mudanças ocorridas na década de 1970, entre indústria e produção agrícola, as quais repercutiram “decisivamente não apenas nas relações técnicas, mas principalmente nas relações sociais de produção, isso porque os agricultores fumageiros não tiveram outra saída senão incorporar as novas técnicas de produção sob pena de terem que deixar de produzir a cultura remunerada principal (e não raras vezes, a única) e lançarem-se a um mundo obscuro e sem alternativas reais já que o [saber] da maior parte das famílias na região [do Vale do Rio Pardo/RS] é, e sempre foi, tradicionalmente relativo à atividade fumageira”.

agroindústrias, no Recôncavo da Bahia, observa que o descompasso desse relacionamento localiza-se nas relações capitalistas de produção. A incoerência está na forma coercitiva do controle imposto ao processo de trabalho e o modelo de produção capitalista, pois a relação de cerceamento que está em seu bojo não lhes é compatível, representando uma característica remanescente do regime escravocrata, que ainda persiste no setor fumícola nacional.

Esse procedimento, de acordo com esses autores, pode ser verificado em distintos setores agroindustriais. A disparidade entre unidades fumicultoras e agroindústria, considerando-se a questão do valor do fumo em folha, apresenta-se sob a forma de insatisfações generalizadas entre os produtores. Mas como o preço é determinado pelas fumageiras, as quais, estrategicamente acertam preços similares, não permitindo variações substanciais, o produtor, devido a esses acertos, não dispõe de alternativas de negócio que sejam economicamente melhores.

Desse modo, avalia Nascimento (2000), a preponderância do capital converte o produtor fumícola, só aparentemente, num produtor mercantil independente, pois a negociação de sua produção ultrapassa os vínculos de comprometimento com a empresa, a qual lhe viabilizou os insumos aplicados no cultivo do fumo, subordinando-se, inclusive, ao capital agroindustrial geral que, ao estabelecer o preço padrão do tabaco, impede a participação dos produtores, parte igualmente interessada nas definições desse negócio.

Uma segunda questão, para esse autor, consiste na classificação do fumo, a qual está intimamente relacionada com o valor monetário a ser auferido pelo produtor. Cabe lembrar que o produtor efetua uma classificação prévia da produção, mas, no âmbito da agroindústria, o produto é reclassificado. Neste momento e na definição do preço, o produtor não usufrui de alçada alguma, portanto, esse modelo de negociação da produção consubstancia-se em mais uma estratégia de manipulação dos preços pelas fumageiras. Constata-se que o valor pago ao produtor está na dependência das leis de mercado - oferta e procura do produto -, conseqüentemente, isso resulta, em geral, na insatisfação dos produtores de fumo (NASCIMENTO, 2000).

De acordo com estudo realizado, com apoio do Deser, sobre a cadeia produtiva do tabaco e promovido pela Fetraf-Sul/CUT (2006), para a safra 2004/2005, o setor fumageiro brasileiro possuía 200 mil unidades familiares fumicultoras inseridas no seguinte contexto

socioeconômico: o país classificava-se em segundo lugar na produção do tabaco e exportava 85% dessa cultura, fator que o colocava como maior exportador, em termos mundiais.

No entanto, os produtores familiares recebiam apenas 19,9% da produção. Quanto aos impostos, as empresas produtoras e vendedoras de insumos modernos e os comerciantes têm participações percentuais de 47,1%; 26,9% e 6,1%, respectivamente. As empresas transnacionais são as que mais lucram. Exemplificando, constata-se que a Souza Cruz retém para si 75% do processo envolvido com a comercialização do fumo. Além desses indicadores, verifica-se que os produtores familiares fumicultores no Brasil são os mais explorados, pois, enquanto, no Brasil, a arroba de fumo é avaliada em 20 dólares e deste valor o fumicultor necessita deduzir ainda o custo de produção, nos Estados Unidos, o produtor recebe 90 dólares/arroba, aponta a Fetraf-Sul/CUT (2006).

Prieb (2005), reportando-se à década de 1970, afirma que foram verificadas mudanças importantes no âmbito do complexo fumageiro do Rio Grande do Sul. As alterações assistidas referem-se às relações de produção, repercutindo diretamente no processo de trabalho dos produtores familiares fumicultores submetidos ao CAI. Naquela época também observava-se que havia uma corrida no sentido de modernizar o setor agrícola nacional. Mas, se por um lado, presenciava-se o crescimento da produção e da produtividade no campo em função dos procedimentos modernizantes, por outro, registrava-se uma elevação dos custos da produção do fumo, em decorrência do uso de produtos agroquímicos.

Por sua vez, Prieb (2005) depreende que, além das modificações tecnológicas impostas pelas agroindústrias, foi possível observar nuances mais gerais de centralização e desnacionalização dos investimentos de capital no complexo fumicultor. A década de 1970 também foi palco de uma fase de estabilidade das vendas no âmbito do mercado nacional, entretanto, posteriormente a esse período, o mercado externo retoma a direção da dinâmica de acumulação, a qual, em conjunto com os procedimentos modernizantes, favoreceu a elevação da produção do fumo.

Sobre a dinâmica da produção, no período compreendido entre 1970 e 1980, é possível inferir, segundo Prieb (2005), que a Região Sul do Brasil responsabilizava-se por 2/3 da produção, a área produtiva não revelava uma tendência, mas, em fins da década de 1980, mostrou uma queda acumulada de 12% na produção. E mais, embora tenham acontecido

oscilações anuais na produção física, ao se considerar as décadas de 1970-80 e 90, comprova-se um saldo positivo.

No caso da integração dos produtores familiares fumicultores com o CAI, no Sul do Brasil, Prieb (2005, p.82) afirma que

quando as empresas fumageiras controlam a produção do fumo determinando como, quanto e o que produzir, são elas que impõem o ritmo de modernização da unidade produtora tanto no que diz respeito ao nível de sua base técnica, quanto na gestão do processo de trabalho. Assim, as empresas controlam e mantêm o desenvolvimento das forças produtivas das unidades com capacidade potencial de articulação.

Esse relacionamento da agricultura familiar fumicultora com a agroindústria justifica-se, segundo Prieb (2005), porque os produtores familiares vivem um processo de busca permanente que lhes permita uma integração mais efetiva com o mercado e com a produção capitalista, seguindo, assim, as orientações do capital. Nas décadas de 1960 e 1970, da mesma maneira que outros segmentos produtivos se reformularam, o setor fumícola também aderiu a importantes modificações e ao uso de tecnologia.

Por meio do sistema integrado de produção, as empresas fumageiras controlam toda a sistemática de cultivo do tabaco, decidindo sobre questões como o acesso aos recursos financeiros, indicação de fertilizantes e agrotóxicos a serem usados no cultivo do tabaco, determinando, inclusive, o valor a ser pago aos fumicultores pela produção. Observa-se que, embora os produtores familiares fumicultores sejam impactados por todas essas exigências, o cultivo do tabaco detém preponderância entre as atividades desenvolvidas pelos fumicultores.

Tedesco (2001) observa que o fenômeno dos produtores integrados às empresas transnacionais implica uma relação inacabada que, com o decorrer do tempo, vai se tornando mais complexa, devido à introdução de novos elementos, os quais, em determinados momentos, são resultantes “da própria contradição existente entre o trabalho rural e o capital urbano-industrial. Esse processo refaz-se no ramo agrícola na concepção de ganho e de lucro, no rural e no agrícola (a intensidade desse naquele), na dívida e no investimento, no saber técnico e no saber-fazer habitual” (TEDESCO, 2001, p. 128).



Sobre isso Tedesco (2001) afirma que as razões que levam o produtor familiar a aceitar a integração consistem em ter assegurado seu rendimento, pois a dinâmica produtiva transcende à simples denominação de colono.

É nesse cenário, portanto, de relacionamentos, conjunturas, espaços, enfrentamentos, saberes e poderes, que vai se moldando e consolidando a presença da agroindústria no interior das unidades de produção familiar. “Nesse embate, articulações vão se gestando, novas decisões e novos espaços vão se criando” (TEDESCO, 2001, p. 144).

O universo da fumicultura trata-se, segundo Prieb (2005, p. 46), de um setor em que o produtor familiar está vinculado “a um Complexo organizado, na sua forma capitalista mais avançada, cujos donos localizam-se nos países desenvolvidos e que suas processadoras encontram-se sediadas no país”. Essa modalidade administrativa implica, portanto, a utilização da força de trabalho formal no contexto interno das organizações processadoras e a articulação dos fumicultores, com a finalidade de produzir o fumo em folha, que é a matéria-principal essencial de seu processo produtivo.

As razões que favoreceram o processo de integração e, conseqüentemente, estimularam os fumicultores a se especializarem foram os financiamentos oferecidos pelas fumageiras, pois um percentual significativo dos imigrantes passava por dificuldades, fato que ajudou a promover a sujeição dos fumicultores às agroindústrias. Observa-se, então, que fatores como financiamento e garantia de comercialização da produção do fumo consubstanciam-se em incentivos para os fumicultores. Ademais, a possibilidade de aproveitamento da mão de obra familiar também se constituiu em um fator influenciador para os produtores familiares decidirem-se pelo cultivo do fumo (SPIES, 2000).

Desse ponto de vista, o papel das agroindústrias tem sido visto como essencial para o crescimento da economia, pois essas empresas, por meio de sua atuação, teriam condições de elevar a renda regional, expandirem a base tributária e promoverem a difusão das novas tecnologias em âmbito regional. Assim, a presença das agroindústrias promoveria impactos significativos no crescimento do valor adicionado da economia, em decorrência do beneficiamento e da transformação dos produtos agrícolas. E mais, “por meio dos efeitos de encadeamento para frente e para trás no sistema produtivo, eleva o grau de industrialização do

resto do sistema, provocando maior difusão de tecnologias no espaço regional”, explica Spies (2000, p. 103).

Entretanto, parece importante confrontar a versão de Spies (2000) com o entendimento de Morgan (1996) sobre a presença das multinacionais nos países que as recebem. No caso deste estudo, as análises são sobre o Sul do Brasil. Para Morgan (1996), aqueles que defendem a inserção das transnacionais em sua comunidade as veem como alternativas para fomentar

o desenvolvimento econômico, criando empregos, trazendo capital, tecnologia e especialização para [os fumicultores do Sul do Brasil, parte essencial do objeto de análise desta tese] que poderiam ter dificuldades em desenvolver estes recursos por conta própria. Aqueles que as criticam, por outro lado, tendem a vê-las como aventureiros que, em última análise, querem explorar os que as convidam [...]. Este argumento caracteriza um dilema importante, relativo ao fato de que as políticas que atendem aos interesses das multinacionais podem ser convenientes para a comunidade ou nação na qual a empresa se instala. Assim, dado o imenso poder das empresas multinacionais, os países que as recebem freqüentemente se vêem na contingência de esperar contar com certo grau de benevolência por parte da multinacional no que diz respeito à questão da sua responsabilidade social (MORGAN, 1996, p. 312).

Para esse autor, porém, as informações existentes sobre as empresas multinacionais, nesse sentido, estão muito longe das aspirações das comunidades que mantêm relações econômicas com tais organizações, como no caso deste estudo, cuja referência são as fumageiras instaladas na Região Sul do Brasil. As organizações que se estruturam em

sistemas altamente centralizados de decisão fazem com que os interesses centralizados da corporação e relativos à lucratividade, crescimento ou desenvolvimento estratégico da multinacional como um todo, ocupem lugar de destaque na tomada de decisão, enquanto os interesses da comunidade local ou do país fiquem em segundo plano (MORGAN, 1996, p. 312).

Dessa maneira, com base em Morgan (1996), pode-se dizer que, quando variáveis estratégicas sinalizam para a direção executiva dessas empresas que seria apropriado à organização investir menos em um determinado tipo de indústria, interromper o funcionamento de determinada fábrica ou promover em escala internacional a reestruturação de suas funções, os resultados desses procedimentos podem ser desalentadores para os segmentos sociais envolvidos ou mesmo para o país anfitrião.

Por vezes, as decisões dessas corporações ocorrem não em função de prejuízos financeiros, mas porque seu *staff* executivo acredita na possibilidade de lucros mais expressivos em outro lugar. A partir disso, infere-se que as decisões em corporações de porte internacional, como o caso das fumageiras instaladas no Sul do Brasil, podem acontecer, de acordo com Morgan (1996), para reinstalar fábricas em localidades em que os custos com mão de obra sejam menores ainda ou que o grupo social envolvido não seja orientado por organizações sindicais.

No Brasil, segundo Ramos (1990) *apud* Oliveira (2005), a vinda das empresas multinacionais do setor fumageiro se efetivou em fins de 1960 e num cenário de crise econômica. As repercussões desse período de instabilidade no segmento fumicultor evidenciam-se de duas maneiras. Há registros de queda do faturamento para o mercado interno e, em função da política anti-inflacionária que apresentou restrições em termos de crédito, observam-se dificuldades no processo de produção industrial. Em decorrência desse cenário financeiro adverso, as empresas nacionais de pequeno e médio porte defrontaram-se com a impossibilidade de dar continuidade às suas operações básicas como atender os financiamentos de sementes, adubos, implementos agrícolas e ainda responsabilizar-se pela estocagem do fumo em folha. Cientes dessa realidade, as empresas norte-americanas, holandesas e alemãs passaram a comprar cotas acionárias cada vez maiores das organizações brasileiras, resultando na concentração empresarial e internacionalização das fumageiras.

Retomando Morgan (1996), parece oportuno destacar que, quando as multinacionais se sentem impossibilitadas de agir livremente, pode se instalar um dilema, pois à medida que o governo do país

anfitrião tenta controlar as práticas das multinacionais, menos atrativo se torna o investimento neste país. Dessa forma, multinacional e estado frequentemente acabam por ingressar em uma relação de dependência e dominação, ou então terminam formando blocos rivais de poder, cada qual tentando delinear as condições sob as quais o outro terá o direito de operar (MORGAN, 1996, p. 313-14).

Em tom de crítica, Morgan (1996) traça um paralelo entre o que aconteceu na Europa em tempos de Revolução Industrial e o modo como as comunidades em países emergentes passaram a depender em termos de assalariamento para garantir sua sobrevivência. O surgimento de uma categoria de trabalhadores dependentes se estruturou em função da extinção dos meios tradicionais que asseguravam a reprodução social.

Um processo semelhante ainda acontece atualmente nos países do Terceiro Mundo. Empresas multinacionais, ao se estabelecerem em determinado país, tendem a promover a extinção da agricultura local, da indústria e do artesanato tradicional, formando-se, em função disso, uma classe de trabalhadores destituídos do poder aquisitivo e um mercado para o trabalho sem especialização. Então, artesãos e agricultores trocam suas atividades pelo trabalho em fábricas e lavouras por baixos salários. Esse processo tem muita semelhança com o que foi promovido na Europa e na América do Norte, em séculos anteriores. Observa-se que o relacionamento das multinacionais com as comunidades de trabalhadores consiste em um processo de exploração da força de trabalho que se repete, pois isso já aconteceu durante a Revolução Industrial, só que entre donos de fábricas e classe trabalhadora (MORGAN, 1996).

Outra crítica emitida por Morgan (1996) em relação à atuação das multinacionais nos países do Terceiro Mundo, é que, enquanto no discurso essas organizações afirmam promover a vinda de capital e a inserção de novas tecnologias para os países emergentes, na prática, o que realizam é extrair um fluxo líquido de capital e assegurar o controle da tecnologia que inseriram. As estimativas são de que as multinacionais, por vezes, levantam aproximadamente 80% do seu capital de fontes locais.

O investimento direto é, desse modo, freqüentemente pequeno, elevando o retorno gerado pelos lucros globais sobre o capital próprio a alturas vertiginosas. Em certos ramos industriais a taxa estimada de retorno do capital investido pelas multinacionais atinge patamares de 400% ao ano. Uma vez que é comum efetuar o repatriamento à matriz de parcela significativa dos lucros e, conseqüentemente ao país de origem, torna-se fácil perceber como é possível ocorrer um fluxo inverso de capital da nação hospedeira. Torna-se extremamente difícil para países do Terceiro Mundo auferir qualquer benefício de longo prazo em função da presença de multinacionais, uma vez que os governos que as recebem freqüentemente não garantem qualquer equidade real para as suas próprias indústrias (MORGAN, 1996, p. 318).

Ao discorrer-se sobre a obra de Morgan (1996), buscou-se chamar a atenção para a necessidade de encontrar formas de diversificar a produção no Sul do Brasil, pois esse espaço territorial do país tem, por meio dos produtores de tabaco, um relacionamento econômico muito intenso com as fumageiras, as quais são, na sua maioria, multinacionais.

Outro aspecto que se buscou dar realce, embora considerado anteriormente, refere-se ao processo de comunicação das fumageiras, que nesse patamar tratam os produtores como colaboradores e parceiros. Na prática, entretanto, é bom lembrar, segundo Morgan (1996, p. 315), que “mesmo em países agriculturalmente férteis, pessoas encontram-se em situações de

extrema pobreza. Muitos críticos das multinacionais consideram-nas como, na verdade, criando e mantendo os problemas que atualmente são experimentados pelo Terceiro Mundo.” Mesmo numa percepção mais liberal e econômica, tais empresas são responsabilizadas por ampliar, em lugar de reduzir, as assimetrias entre ricos e pobres, evidencia Morgan (1996). Observa-se, então, que entre o discurso e a prática das multinacionais, há um distanciamento.

Como maneira de garantir sua credibilidade, as empresas fumageiras brasileiras têm seus direitos representados pela Associação Brasileira da Indústria do Fumo - Abifumo, com sede em Brasília, atualmente. Esta entidade foi criada em 1979 com o propósito de coordenar a comunicação de suas associadas sobre temas de seu interesse. As empresas integradas à Abifumo desenvolvem suas atividades em diferentes segmentos da cadeia produtiva, incluindo-se nisso também o beneficiamento do fumo (matéria-prima) e o fabrico de produtos oriundos do tabaco (ABIFUMO, 2008).

Já o Sindicato da Indústria do Fumo no Estado do Rio Grande do Sul - Sindifumo adotou recentemente uma nova sigla SindiTabaco. Trata-se de uma organização que representa e defende os interesses de suas associadas - indústrias fumícolas do Sul do Brasil. Essa entidade possui poderes para representar suas associadas junto a organizações públicas e privadas, junto a instituições da esfera governamental e, inclusive, em questões judiciais da orla internacional. A alçada do SindiTabaco se faz presente também em ocasiões de negociações e acordos com representantes dos trabalhadores do setor tabaqueiro, assim como frente a entidades que representem os fumicultores do Sul do Brasil (SINDIFUMO, 2008).

Tem-se que admitir que essas entidades fazem um discurso em defesa dos interesses das empresas processadoras do tabaco. Por esse motivo, em termos de divulgação, procuram disseminar, por meio de seu processo de comunicação, a necessidade de continuidade do setor tabaqueiro. Prieb (2005, p. 47) faz uma contribuição importante nesse sentido, ao afirmar que, por décadas, “esteve na presidência da Abifumo o ex-ministro da Agricultura, durante o governo Figueiredo, Nestor Jost, que até a atualidade é um dos grandes defensores da manutenção do Setor Fumageiro”.

As justificativas para garantir a continuidade do setor fumageiro centram-se na melhoria da renda dos fumicultores, na criação de empregos, sendo atualmente estimados, pelo

Sindifumo (2008), 30 mil postos de trabalho distribuídos entre as 12 empresas associadas<sup>35</sup> do setor e também na manutenção do homem no contexto rural, pois sabem que a atividade de produção do tabaco é intensiva em mão de obra.

Em função disso, os produtores familiares que não possuem terra têm também a oportunidade de permanecer na área rural como empregados ou como meeiros/arrendatários, defendem as empresas fumageiras. Nesse sentido, estimativas do Sindifumo (2008) para a safra 2008/2009 vêm reforçar a importância da atividade fumícola para o Sul do Brasil, e para isso sustentam seu discurso no contingente de produtores familiares envolvidos com a produção de fumo, no volume (toneladas) de tabaco produzido e na área (hectares plantados), conforme pode-se observar na Tabela 01.

Tabela 01 - Produção de fumo sulbrasileira - estimativa safra 2008/2009

	<b>Paraná</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>Total</b>
Produtores fumicultores	39.904	95.621	59.475	195.000
Volume produção tabaco (t)	124.950	384.700	250.350	760.000
Área a ser cultivada (ha)	62.810	186.130	127.060	376.000

Fonte: tabela adaptada pela autora. SindiTabaco 2008.

Os eventos nacionais representam, para as empresas processadoras de tabaco, outra oportunidade para defender a continuidade do setor fumageiro. Prieb (2005), corroborando com esse enfoque, destaca que

os Seminários Nacionais do Fumo são, por sua vez, verdadeiros palcos que unem os interesses e cujas discussões resultam na busca de apoio político nas diferentes esferas do governo, Prefeituras, Estado e União, ou seja, a idéia defendida pela Abifumo e Sindifumo é a de criação de um fundo especial para os agricultores fumageiros na forma de garantia de um valor mínimo sem que isso se traduza na criação de novos impostos para as empresas (PRIEB, 2005, p. 47).

Entende-se como importante ressaltar que, ao contextualizar o relacionamento entre produtores familiares e agroindústrias, observa-se que essa realidade aparenta equidade, sobretudo no momento em que se avaliam as possibilidades de acumulação admitidas pelo SIPT. Em razão disso, deve-se destacar que harmonia e conflito fazem parte do processo de

<sup>35</sup> 1. Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.; 2. A.T.C. – Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda.; 3. Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A; 4. CTA - Continental Tobaccos Alliance S/A; 5. Industrial Boettcher de Tabacos Ltda.; 6. INTAB - Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda.; 7. Kannenberg & Cia. Ltda; 8. Kannenberg, Barker, Hail & Cotton – Tabacos Ltda.; 9. Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.; 10. Souza Cruz S.A.; 11. Sul América Tabacos Ltda. e 12. Universal Leaf Tabacos Ltda. Ver mais: (<http://www.sinditabaco.com.br/>).

agroindustrialização, no entanto isso não se trata de uma informação nova, pois a existência de contradição é natural nos sistemas de desenvolvimento capitalista, explica Prieb (2005). Com o intuito de dar sustentação a esse entendimento, essa autora lembra uma análise elaborada por Graziano da Silva (1995), na qual tem-se o seguinte:

na hora de pedir mais crédito, isenções de impostos e tarifas é que se harmonizam os interesses dos grandes e pequenos - estes geralmente manipulados por aqueles -, de modo que a reivindicação possa ser apresentada como uma questão de justiça social. Mas, por exemplo, na hora de definir as margens de comercialização, a oposição entre pequenos e grandes reflete o nível de integração de seus respectivos capitais (GRAZIANO da SILVA, 1995 *apud* PRIEB, 2005).

Prieb (2005) reforça que o papel das agroindústrias não se limita a interferir no gerenciamento da produção. Sua atuação junto às unidades familiares de fumicultores manifesta-se também nas fases de comercialização e de processamento do tabaco. O envolvimento entre empresas e fumicultores consiste de um Complexo Agroindustrial com procedimentos específicos no que tange ao seu funcionamento, e sua principal característica é o alto grau de controle, questão já salientada no decorrer deste estudo.

O que se procurou evidenciar nessa parte do estudo é que as empresas fumageiras impõem sua vontade aos produtores familiares fumicultores e isso acontece de maneira muito perspicaz e por meio de diferentes canais. Ou seja, o processo de convencimento dos produtores e da comunidade em geral é articulado como base em divulgação de dados de cada safra, os quais proporcionam sustentação ao discurso das fumageiras. Ademais, essas organizações, como se teve oportunidade de salientar, gozam de apoio da ala política e de determinadas instituições nos escalões municipais, estaduais e federais, conforme destaca Prieb (2005). Sobre essa questão de dominação, observa-se Morgan (1996), ao parafrasear Max Weber, um dos sociólogos a quem ele se refere, o qual teve como

interesse principal [...] o papel das organizações burocráticas na criação e manutenção de estruturas de dominação. [Para Weber, afirma Morgan] a dominação pode ocorrer de muitas maneiras diferentes. [...] Uma das formas é] quando aquele que dita as regras pode impor a sua vontade sobre outros, sendo, ao mesmo tempo, *percebido como tendo o direito de fazer isto*. Este é o tipo de dominação que mais interessou Weber e muito da sua atenção foi devotada à compreensão do processo através do qual formas de dominação se tornam legítimas e consideradas normais, ou então como relações de poder socialmente aceitáveis: modelos de autoridade formal nos quais aqueles em posição de mando se vêem como tendo o *direito* de dirigir, enquanto que aqueles que se acham submetidos a tais regras consideram que têm o *dever* de obedecer (MORGAN, 1996, p. 282). [grifos do autor]

Os estudos de Weber levaram-no a defender, destaca Morgan (1996), que os tipos de dominação em pouquíssimas vezes se apresentam em suas formas puras e que, quando acontecia de acepções diferentes de autoridade se combinarem, resultava na maioria das vezes em tensão e mal-estar. Com essa constatação, deseja-se evidenciar que o relacionamento entre agroindústrias e fumicultores integrados apresenta graus de poder diferenciados, pois são as empresas transnacionais que estabelecem as normas e os produtores necessitam segui-las criteriosamente. Dizer que o relacionamento entre ambos é conflituoso não é algo novo, pois trata-se de um assunto que de alguma maneira já foi discutindo neste estudo.

O que parece oportuno reforçar neste momento refere-se à atuação das empresas transnacionais, que se organizam oligopsonicamente<sup>36</sup> no mercado de tabaco, burocratizando e racionalizando o relacionamento com os fumicultores. Morgan (1996), discorrendo sobre os estudos de Weber, constata que a burocracia consiste num instrumento importante de poder, sendo possível dizer que, onde a burocratização da administração estiver completamente alojada, uma relação de poder se estabelece.

Pode-se sintetizar a exposição providenciada nesta seção do estudo sobre os produtores familiares integrados ao CAI, do Sul do Brasil, da seguinte maneira: constata-se que é um universo complexo e contraditório, mas que interessa e garante a permanência dos produtores familiares na atividade fumícola, porque, como avalia Prieb (2005), eles descobrem nessa atuação alternativas proveitosas à produção de seus modos de vida. No entanto, os produtores familiares integrados necessitam realizar outras atividades agrícolas ou não, que lhes garantam outras fontes de ganhos monetários, pois somente o cultivo de um só produto não é suficiente para manter a continuidade das unidades familiares de produção nessa atividade. No próximo Capítulo, discorre-se especificamente sobre a fumicultura no Sul do Brasil, Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e produtores familiares não-fumicultores.

---

<sup>36</sup> São poucas grandes empresas compradoras de tabaco. Ver mais em Prieb (2005).



#### 4 AGRICULTURA FAMILIAR E A FUMICULTURA NO SUL DO BRASIL

Os produtores familiares fumicultores do Sul do Brasil caracterizam-se por possuírem lotes pequenos de terra, em média, segundo Oliveira (2005), de 16 ha. Outros, ainda, classificam-se como meeiros/arrendatários. Ou seja, nem sequer são proprietários. Importante destacar, então, segundo diagnóstico socioeconômico para as propriedades fumícolas do Sul do Brasil, realizado pela Afubra para a safra 2007/2008, que a situação fundiária dos fumicultores está composta por 39 mil famílias (21%) que trabalham em regime de parceria, encontrando nessa modalidade de trabalho um meio de manter a integridade e, dessa maneira, conservarem-se atuantes no contexto rural. Outros 36,3% (65.517) produtores fumicultores possuem propriedades entre 1 (um) ha e 10 ha e 26,6% (47.968), detêm lotes de terra entre 11 ha e 20 ha. As propriedades acima de 20 ha estão nas mãos de apenas 15,4% (9.357) dos produtores familiares fumicultores. Veja-se Tabela 02.

Tabela 02 - Cultivo fumícola safra 2007/2008 - distribuição fundiária

Hectares	Número de famílias	%
0	39.050	21,6
1 a 10	65.517	36,3
11 a 20	47.968	26,6
21 a mais de 50	27.985	15,4

Fonte: tabela adaptada pela autora. Afubra 2008.

O estudo realizado por Oliveira (2005) sobre um grupo de 780 fumicultores do Sul do Brasil, com objetivo de mensurar o potencial de diversificação dos cultivos, também compara o tamanho médio das propriedades (em hectares) nos 3 Estados da Região Sul do Brasil. Comparando, então, as áreas médias das propriedades dos produtores familiares fumicultores estudados, entre os três Estados, verifica que no Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão as propriedades mais extensas. Dessa forma, em termos de média, no Estado do Paraná localizam-se as menores propriedades, as quais variam entre 13,09 ha e 18,82 ha.

Ainda, buscando traçar o perfil dos fumicultores no Sul do Brasil, pode-se acrescentar que, no âmbito da diversificação de culturas e com base no diagnóstico socioeconômico realizado pela Afubra, para a safra 2007/2008, o fumo é cultivado em áreas médias de 2,465 hectares, representando uma área de 14,8% da propriedade fumícola. Em termos de quilogramas, o fumo rende 5.046 kg, atingindo o valor de R\$ 27.299,00/ano, cujo montante representa 70% da renda dos produtores familiares fumicultores (AFUBRA, 2008).

Parece oportuno reforçar, de acordo com Sacco dos Anjos (2003), que o Rio Grande do Sul responsabiliza-se por aproximadamente a metade da produção do tabaco, classificando-se, portanto, como o maior produtor nacional. Santa Catarina, além de possuir projeção econômica na avicultura e suinocultura, consubstancia-se como o segundo Estado que mais produz tabaco. Quanto ao Paraná, constata-se, por meio de divulgações do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (Seab), que esse Estado classifica-se como o terceiro maior produtor de tabaco. Na safra 2008/2009, foram colhidas, no Paraná, 146 mil toneladas de fumo, resultante do envolvimento de 35 mil unidades de produção familiar, cuja maioria localiza-se na região Centro-Sul do Estado. Em relação à área cultivada, a produção de fumo da safra 2008/2009 foi desenvolvida em cerca de 75 mil ha (BIANCHINI, 2009).

Sobre o crescimento da produção, de acordo com Seab/Deral (2003), observa-se que, na safra de 2002/2003, a produção de fumo nos Estados do Sul do Brasil foi de 635 mil toneladas, considerando-se as variedades Virgínia, Burley e Galpão Comum. Constata-se, portanto, que essa safra obteve uma receita bruta de R\$2.47 bilhões, momento em que o preço médio do tabaco alcançou o patamar de R\$3,85/kg, configurando-se como 37% mais elevada que a safra de 2001/2002. Pode-se aduzir, inclusive, que, em termos de exportação de fumo beneficiado, em 2001, as exportações foram de 435.395 toneladas, significando, em termos monetários, o valor de U\$921,1 milhões. Já em 2002, o volume da produção fumícola atingiu o equivalente a 464.862 toneladas, rendendo US\$977,67 milhões.

Para esse Departamento, em 2003, a Região Sul do Brasil possuía 171.000 fumicultores distribuídos entre três Estados - 80 mil no Rio Grande do Sul, 57 mil em Santa Catarina e 34 mil no Paraná. Na época, a produção de tabaco distribuía-se entre os três estados do Sul, da seguinte forma: o Rio Grande do Sul com 48%, Santa Catarina com 35% e o Paraná com 17%. Embora haja distinções entre os percentuais registrados entre as três Unidades Federativas, pode-se dizer que não há variação significativa em termos de produtividade, tendo em vista que a exploração do tabaco ocorre de maneira integrada às empresas transnacionais e estas orientam os fumicultores, utilizando-se da mesma base tecnológica, o que significa, portanto, rendimentos parecidos, 1900 kg/ha (SEAB/DERAL, 2003).

A produção na safra 2005/2006, no entanto, em decorrência da falta de chuvas, sofreu um decréscimo de 9,2% relativamente à colheita efetuada na safra precedente (2004/2005), a

qual também se deparou com problemas de falta de chuvas, embora em menor intensidade. “Além dos contratemplos climáticos, a área plantada na última safra foi 9,6% menor do que a da temporada 2004/05, quando foram cultivados 432.963 hectares, com produtividade de 1.938 kg/ha. Na safra 2005/06, 196.952 famílias dedicaram-se à cultura do fumo” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2006, p. 11).

Além desses prejuízos climáticos, cabe ressaltar, segundo Werner<sup>37</sup> (2007), que a extensão de terra cultivada com o tabaco no Sul do Brasil recuou de 417,4 mil hectares para 343,7 mil hectares, na safra 2007/2008, significando um decréscimo de 17,8% na área plantada das três últimas safras. E mais, no período compreendido entre as safras de 2004/2005 a 2007/2008, observa-se uma redução no número de unidades familiares, as quais passaram de 196.567 para 182 mil, apresentando, portanto, uma redução de 7,4% (14.567).

Embora todas as dificuldades enfrentadas pelo setor fumageiro, o Rio Grande do Sul garantiu seu desempenho como maior produtor de fumo da Região Sul do Brasil, com um percentual de 50% do total. Na sequência, Santa Catarina registra o percentual de 33% e o Estado do Paraná, 17%. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2006). No Paraná, o setor fumageiro, de acordo com Seab/Deral (2003, p. 34),

apesar da forte pressão antitabagista na maioria dos países, a fumicultura tem exercido papel relevante no Paraná, principalmente na região Sul, onde predomina a pequena propriedade. Típica de agricultura familiar, a cultura emprega grande contingente de mão-de-obra (SEAB/DERAL, 2003, p. 34).

Segundo Seab/Deral (2003), a fumicultura no Paraná vinha se mantendo no patamar de 35 mil hectares cultivados, com uma produção aproximada de 65 mil toneladas. No entanto, com as três últimas safras, a produção de tabaco foi estimulada devido aos excelentes preços e, em decorrência disso, a área cultivada alcançou 49 mil hectares, rendendo uma produção de fumo em folha de 102 mil toneladas.

---

<sup>37</sup> Diretor-tesoureiro da Afubra.

Especificamente sobre a Região do Vale do Rio Pardo (RS)<sup>38</sup>, em outubro de 2008, a produção de tabaco localizada em municípios daquela região foi atingida por forte granizo, sendo o interior de Santa Cruz do Sul o mais prejudicado. A AFUBRA estimou que 500 lavouras tenham sido alvo da tempestade de granizo e, como um número significativo das lavouras estava em fase de pré-colheita, os danos eram irreversíveis. Desde o início daquela safra, foram registrados 23 eventos de granizo, os quais prejudicaram a produção de fumo em 5.570 propriedades, sendo o Estado de Santa Catarina o mais castigado, com 1.500 lavouras atingidas em Rio do Sul. Embora na safra anterior a incidência de granizo tenha sido de 16 eventos, com 11.670 lavouras danificadas, a safra daquele ano registrou perdas mais significativas, em função do estágio avançado em que se encontravam as plantações de fumo e do número maior de tempestades (AFUBRA, 2008).

Observa-se, segundo Gewehr<sup>39</sup> (2008), que o cultivo do fumo, no panorama global, passa por um processo de transição. Ou seja, para as próximas décadas, o cenário futuro é de que os países desenvolvidos invistam cada vez menos na produção do tabaco, enquanto que países emergentes como o Brasil passem a produzir ainda mais<sup>40</sup>. Considerando a redistribuição espacial das agroindústrias fumícolas no Sul do Brasil e ao se analisar os projetos de ampliação dessas organizações, é possível estimar que, entre 2015 e 2020, a produção de tabaco brasileira alcance 1,5 milhões de toneladas/ano, expandindo-se em termos de hectares cultivados e de agricultores familiares envolvidos (GEWEHR, 2008).

---

<sup>38</sup> Localizada na região Centro Oriental do RS, sendo a região destaque na produção de tabaco naquele Estado e constituída pelos municípios de Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

<sup>39</sup> Assessor da FETRAF-SUL e representante da CUT na Câmara Setorial do Fumo.

<sup>40</sup> Para Gewehr (2008), a redistribuição espacial das empresas tabagistas, no Sul do Brasil, sinaliza para a expansão dessas organizações. De acordo com avaliações de Gewehr, “entre 2015 e 2020, o Brasil deve atingir a colheita de 1,5 milhões de toneladas de tabaco por ano, ampliando o número de agricultores envolvidos na produção primária, avançando sobre regiões ainda não ‘conquistadas’ pelo fumo. As 182 mil famílias fumicultoras do Sul do Brasil têm um antecedente histórico de pluriatividade, diversificação e agroindustrialização de alimentos, mas, com o passar dos anos, relegados pela falta de política agrícola, migraram para este sistema integrado. O quadro de desencanto dos agricultores começa a mudar a partir de 1996 com conquista do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criando um novo patamar de suporte de crédito aos agricultores. Inicialmente tímido, hoje, o Pronaf oferece R\$ 13 bilhões/ano. O Programa Mais Alimentos lançado em julho de 2008, possibilita que os agricultores familiares invistam em máquinas agrícolas, equipamentos para agroindustrialização e melhorias nas técnicas de produção, na ordem de até R\$ 100 mil por família. Com isso, o Programa de Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo, desenvolvido pelo Governo Federal, é uma conquista das entidades que apoiaram a ratificação pelo Brasil da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. O programa apoia entidades que atuam em pesquisa, extensão rural e assistência técnicas voltadas a busca de alternativas de desenvolvimento rural sustentável. O Programa de Diversificação precisa avançar rápido para que as políticas públicas como Pronaf, PAA e Mais Alimentos cheguem aos fumicultores interessados em diversificar suas atividades, principalmente àqueles de renda média e/ou insuficiente com o plantio de fumo”.

Contudo, apesar do aumento na produção brasileira de tabaco, é possível inferir que os efeitos da adesão do Brasil à Convenção Quadro para o Controle de Tabaco em 2005<sup>41</sup> serão sentidos nos níveis de produção e também no volume da renda dos fumicultores que têm o cultivo do tabaco como principal fonte de seus ingressos. Frente a esse contexto, as principais discussões referem-se à necessidade de fomentar o processo de diversificação da produção no âmbito dos fumicultores, tendo em vista que a Região Sul do Brasil responsabiliza-se quase que integralmente pela produção de fumo e que nesta atividade agrícola estão inseridos aproximadamente 200 mil unidades familiares, conforme Bonato (2006).

Frente a essas perspectivas, em nível de Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, as discussões são no sentido de buscar alternativas de diversificação<sup>42</sup> da produção, para as propriedades que cultivam o fumo. Com esse propósito, foi realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2008, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Irati (PR), o fórum que contou com a participação de Adriana Gregolin, coordenadora do Programa Nacional de Diversificação em Áreas cultivadas com o Tabaco, representando o MDA na apresentação do painel Soberania Alimentar, Produção e Diversificação e no Projeto Mutirão, o qual trata das iniciativas e recursos do Ministério para promover a diversificação do cultivo do fumo. Esse projeto conta com apoio desse Ministério e está sob a coordenação da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER), que atua com a finalidade de viabilizar a reconversão da produção de tabaco. O procedimento consiste em capacitar os produtores familiares, técnicos e agentes, como forma de agilizar alternativas de produção, de comercialização e inserção do público de interesse em programas de fortalecimento da produção familiar (MDA, 2008).

O Programa de Diversificação da cultura do fumo, coordenado por Adriana Gregolin, visa à elevação da renda e da qualidade de vida dos fumicultores. Para isso, conta com o apoio dos projetos de extensão rural, formação e pesquisa, objetivando criar estratégias para a diversificação da produção, como também para as atividades não-agrícolas.

---

<sup>41</sup> A discussão sobre a CQCT é aprofundada no item 4.2

<sup>42</sup> A Secretaria da Agricultura Familiar (Seab), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, vem coordenando o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, desde novembro de 2005. O Programa é uma das ações no âmbito da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde, da qual participam 146 países, entre eles o Brasil. As ações do Programa se baseiam em eixos estratégicos da SAF/MDA e em princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. São componentes importantes do Programa Ater a capacitação e a pesquisa, que têm como suporte as inúmeras políticas públicas para a Agricultura Familiar (GREGOLIN e PERACI, 2007, p. 1).

Contemporaneamente, há 47 projetos em andamento na Região Sul do Brasil, que têm o apoio de organizações não-governamentais (ONGs), instituições de ensino superior (IES), centros de pesquisa e organismos de assistência técnica e extensão rural. A abrangência desses projetos alcança 500 municípios, beneficiando 19 mil famílias (MDA, 2008).

Uma alternativa concreta ao cultivo do tabaco está emergindo em Santa Catarina e o caminho encontrado pelos produtores familiares de Leoberto Leal, região do Alto Vale do Itajaí (SC), está sendo viabilizado com a construção de uma agroindústria para a fabricação de sucos, compotas, conservas e geléias de procedência agroecológica. Esse projeto está sendo consolidado por meio de uma parceria entre o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e a Casa Familiar Rural de Rio do Sul. Essa iniciativa conta com o apoio financeiro de R\$ 100 mil do Ministério de Desenvolvimento Agrário, cujo valor deve ser usado na construção do prédio em que funcionará a agroindústria e na aquisição de equipamentos (MDA, 2008).

Nesse Projeto estão envolvidos também a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e o programa Microbacias / EPAGRI<sup>43</sup>. As estimativas são de que a Agroindústria comece a funcionar no primeiro semestre de 2009. A idéia de constituir a agroindústria ocorreu por ocasião de um curso - Alternativas ao Cultivo de Tabaco - promovido pela Casa Familiar Rural para um grupo de jovens. A construção da Agroindústria deve beneficiar, inicialmente, os alunos do curso, bem como um conjunto de 13 famílias de produtores ecológicos que recebem assessoria da CEPAGRO, residentes nas comunidades de Ribeirão dos Ovos (Leoberto Leal), Nova Vida (Alfredo Wagner) e Angelina (MDA, 2008).

Com as explanações realizadas nesta secção sobre a fumicultura nos Estados do Sul do Brasil, buscou-se apresentar indicadores quantitativos sobre a produção fumageira dessa região. Para retratar essa realidade, tomou-se como apoio publicações da Afubra, da Fetraf-Sul/CUT, do Anuário Brasileiro do Fumo, da Seab/Deral, organizações envolvidas com o setor fumageiro que vêm acompanhando e participando ativamente das questões relacionadas a esse segmento da economia. Nesses termos, pode-se dizer que essas instituições têm contribuído, inclusive, com a realização de pesquisas sobre esse setor, algumas buscando alternativas econômicas ao fumo e outras procurando reforçar a produção fumageira.

---

<sup>43</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A

Segundo divulgações apresentadas no Anuário brasileiro do fumo (2007), outra informação que procura fomentar a produção no Sul do Brasil refere-se ao percentual de 85% do fumo produzido na Região que é exportado para mais de 100 países, distribuídos entre os cinco continentes, cenário que vem se apresentando há aproximadamente um século. No próximo tópico, o estudo deve se prender de modo mais específico aos os indicadores dos três Estados da Região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

#### **4.1 A fumicultura no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina**

Segundo Bonato (2006), o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER realizou um levantamento junto a 984 produtores familiares integrantes<sup>44</sup>, do Projeto “Rede de Agricultores Familiares Gestores de Referências”. Desses produtores familiares, 122 eram fumicultores e possuíam características como

- 55% [mostravam-se] dependentes da produção e comercialização do tabaco, a qual [representava] mais de 70% da renda bruta;
- 62% dos fumicultores [inferiam] que o custo [era] inferior a 40% do valor da produção e 97% [possuíam] renda agrícola (Valor Bruto da Produção menos os Custos de Produção) anual positiva;
- 2,2 hectares [constituía] a área média usada na produção fumícola. Os fumicultores [possuíam] áreas cultivadas em torno de 8,7 hectares e parte significativa deles, 25% aproximadamente, [configuravam-se] como arrendatários parcial ou totalmente;
- 39% dos fumicultores [tinham] uma renda que [equivalia] a menos de R\$ 1.000 e 74% conseguiam um valor inferior a R\$ 2.000;
- 79 unidades de produção familiar deixaram de produzir tabaco, em termos temporários ou definitivamente. Desses, 40,5% abandonaram a atividade em razão dos preços do fumo; 32,9% em decorrência do uso de agrotóxicos e/ou danos à saúde; e 25,3% em razão de dificuldades relacionadas ao fator mão-de-obra (BONATO, 2006)<sup>45</sup>.

Além desses dados evidenciados pelo Deser, os quais representam desafios a serem enfrentados na elaboração de um programa de diversificação da produção, há também

---

<sup>44</sup> Trata-se de um projeto denominado “Rede de Agricultores Familiares Gestores de Referências”, que foi iniciado em novembro de 2003. Participam desse documento 14 regiões históricas da produção familiar dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2005, o Projeto contava com 212 produtores gestores comunitários e 801 produtores vizinhos. Entre as organizações parceiras, estão cerca de 50 sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos da agricultura familiar, associados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (Fetraf-Sul), 25 cooperativas de crédito integradas ao Sistema de Crédito Solidário (Cresol), dez ONGs vinculadas à Rede Ecovida e um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra MST). Os indicadores de campo são registrados pelos agricultores nas comunidades e sistematizados também por eles, contando com o apoio de organizações parceiras (SANTOS, 2005).

<sup>45</sup> O estudo realizado por Bonato (2006) teve como fonte de dados o DESER, Rede de Agricultores Gestores de Referências, 2005.

indicadores do Departamento de Economia Rural do Paraná - Deral sobre a queda nos preços, de 6,7% em média inferior ao da safra passada. No entanto, o principal fator de redução da renda dos produtores familiares fumicultores adveio do rebaixamento na classificação do tabaco. Essa questão tem-se configurado como o principal motivo para modificar a portaria do Ministério da Agricultura que determina as regras de classificação do fumo. Objetivamente, os produtores clamam pela redução no número de classes<sup>46</sup>, pois se, pelo lado das empresas transnacionais, observam-se altas somas de lucratividade, como o resultado líquido obtido pela Souza Cruz, em 2005, de R\$ 159,2 milhões, pelo lado dos fumicultores, os custos de produção têm se mostrado crescentes (BONATO, 2006).

Pelo lado dos fumicultores, as reivindicações em termos de classificação, comercialização e garantia de renda são as seguintes:

- que o preço mínimo do tabaco seja estipulado acima do custo de produção;
- que haja a intervenção do governo no preço dos produtos químicos e que aconteça uma avaliação dos contratos firmados entre os produtores e agroindústrias, para que cláusulas que estabelecem multa para o produtor, em caso de não alcançar a estimativa, sejam retiradas.
- os produtores defendem que o tabaco seja negociado na propriedade, com o propósito de evitar prejuízos na classificação e que o profissional responsável por esse procedimento se faça presente, a fim de mediar discordâncias entre produtor e agroindústria;
- os produtores desejam a extinção da promissória assinada em branco, do procedimento que dá à Afubra o direito de assinar pelo fumicultor e querem também a garantia de que o seguro, no caso de sinistro, seja endereçado ao produtor familiar e não à empresa integradora;
- a discussão é de que a produção seja organizada, de modo que cada unidade familiar plante entre 25.000 e 30.000 pés de fumo e que seja criada uma organização cooperativa para dar apoio às atividades relacionadas à produção do tabaco (BONATO, 2006, p. 13).

---

<sup>46</sup> Em setembro de 2007, devido às alterações ocorridas na classificação do fumo, foi realizada, nas dependências da Cia Souza Cruz, em Santa Cruz do Sul, uma reunião para discutir questões relacionadas à orientação dos fumicultores e à elaboração da cartilha que deve versar sobre os novos procedimentos de comercialização da produção de fumo. Parece oportuno ressaltar que, em abril de 2007, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA oficializou a Instrução Normativa nº 10 que trata do Regulamento Técnico de Identidade, Qualidade, Embalagem, Marcação e Apresentação do Tabaco em Folha Curado, que entraria em vigor em outubro/2007. O manual de normatização - cartilha - seria distribuído entre os fumicultores, com o propósito de disseminar as orientações a respeito da nova sistemática de classificação do tabaco. A alteração mais importante localizava-se na redução do número de classes do fumo, que passou de 48 para 41 separações. Tendo em vista que esse material não foi totalmente definido, ficou agendado para novembro de 2007 um novo encontro que deveria reunir dirigentes da Afubra, do Sindifumo, das federações rurais e dos trabalhadores rurais dos três estados do Sul do Brasil, representantes da Emater, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - Claspar e dos CAIs (AFUBRA, 2007).



Fizeram parte da pauta de discussão também alternativas para a diversificação da produção fumícola. As questões debatidas, segundo Bonato (2006, p. 3), foram:

- Os planos de diversificação devem considerar um conjunto de atividades produtivas, pois não se pode substituir uma monocultura por outra. A busca de alternativas para a diversificação deve considerar a realidade de cada família.
- As alternativas somente serão viáveis se for criada uma política de preços mínimos específicos para a agricultura familiar.
- Criação de um fundo nacional (constituído por 7% do fumo exportado e 5% do preço do cigarro) para financiar os planos de diversificação e de transição para outras culturas.
- Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para estimular a diversificação e a produção para o autoconsumo.
- Capacitação dos agricultores em comercialização e mercado.

A pauta de discussão no contexto fumageiro é pertinente. Em razão disso, os encaminhamentos finais do Seminário foram no sentido de dar continuidade a encontros estaduais ou microrregionais (BONATO, 2006).

Parece importante destacar alguns indicadores sobre as condições de vida dos produtores familiares fumicultores do Rio Grande do Sul, que foram evidenciados com a pesquisa realizada por Prieb (2005). Sob esse ângulo, pode-se ressaltar que parcela significativa das pessoas sem remuneração localiza-se entre os núcleos familiares agrícolas. Deve-se esclarecer também que as famílias não-agrícolas têm, ainda que em menor quantidade, pessoas sem remuneração. No âmbito das unidades familiares pluriativas, o percentual de pessoas assalariadas alcança 21,3%, e o trabalho de natureza doméstica não atinge o percentual de um (1%) por cento do total de pessoas.

Foi constatado por Prieb (2005, p. 149) também que “a renda média domiciliar é superior nos domicílios pluriativos (32%) em relação a dos agrícolas [...]”. E que as famílias pluriativas apresentam índices percentuais mais elevados para o autoconsumo, para a renda líquida domiciliar total e per capita, bem como maior renda domiciliar do trabalho.

Retomando-se Oliveira (2005), seu estudo mostra que, no Estado de Santa Catarina, as variáveis total de bens, composição da unidade familiar, nível de escolaridade, aporte de benfeitorias e extensão da propriedade, respondem por 32,4% das variações do valor total da produção menos o fumo. O estudo permite dizer também que, entre as variáveis significativas

estão o total de bens, a quantidade de membros da unidade familiar fumicultora e o número de benfeitorias. As análises efetuadas mostram que essas variáveis surtem influência nas decisões dos fumicultores quando optam pela policultura<sup>47</sup>.

Quando se comparam os resultados encontrados com o estudo realizado a respeito dos 780 fumicultores do Sul do Brasil e se confrontam os indicadores dos três Estados da Região Sul, constata-se que, no Paraná, exclusivamente, a extensão da propriedade se apresenta significativa para explicar a decisão pela policultura. Já para o Rio Grande do Sul, entre as variáveis que explicam a opção pela policultura estão, pela ordem, a escolaridade e a extensão da propriedade (OLIVEIRA, 2005).

Embora os efeitos dessas variáveis não sejam determinantes, são marginalmente significantes e talvez esse resultado esteja associado à realidade monocultora do Estado do Rio Grande do Sul. Para Santa Catarina, no entanto, a quantidade de benfeitorias, o total de bens e a composição da unidade familiar fumícola são fatores decisivos para esclarecer os índices de policultura existentes no Estado. Pode-se acrescentar também que a análise das variáveis possibilita explicar um percentual superior a 30% da policultura existente nos Estados de Paraná e Santa Catarina. Em contrapartida, isso não é possível com referência ao Estado do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2005).

No Rio Grande do Sul, Oliveira (2005) avalia que as atividades com produtos que não o fumo são realizadas em áreas reduzidas das propriedades. Em decorrência disso, constata-se que as atividades ligadas à policultura são as menores, quando se consideram os produtores fumícolas dos três Estados. Assim, é possível inferir que os fumicultores do Rio Grande do Sul concentram-se na monocultura do fumo. Já com relação a Santa Catarina, observa-se que a receita obtida com a comercialização da produção, excluindo-se o fumo, é maior. Nesse Estado, há maior disponibilidade de mão de obra e as áreas cultivadas com produtos que não o fumo também são maiores. A partir da análise do banco de dados, é possível afirmar que os produtores de fumo de Santa Catarina mostram maior interesse pela policultura.

---

<sup>47</sup> A autora argumenta que preferiu o uso do termo policultura ao invés de diversificação por considerar que este último envolva necessariamente uma relação com o mercado e aquele primeiro não.

## 4.2 A Convenção-Quadro e o monitoramento da produção de fumo

Atualmente, muito se tem discutido acadêmica, política e economicamente sobre o relacionamento dos fumicultores com as empresas transnacionais. A pauta dos debates centra-se na vulnerabilidade dos produtores familiares, que, com a eliminação da agricultura tradicional, tornaram-se monocultores de fumo e, assim, dependentes das decisões das agroindústrias a que estão vinculados. Ademais, os fumicultores sofrem os efeitos das transações econômicas realizadas no mercado globalizado, porque as variações no câmbio acabam onerando o custeio da safra, tendo em vista o preço da saca de adubo, por exemplo.

Embora essas dificuldades sejam constatáveis no cenário dos produtores familiares fumicultores, é interessante ressaltar, segundo Batista (2006), que a produção fumícola, juntamente com outros produtos agrícolas que fazem parte da pauta das exportações brasileiras, vêm apresentando aumentos progressivos nos últimos quinze anos. No caso da cultura do tabaco, observa-se, de acordo com Batista (2006), que, no Brasil, a evolução da área colhida no período de 1990 a 2005, a quantidade de hectares cresceu na seguinte ordem: em 1990, foram 274.880 ha cultivados; em 1995, 293.643 ha; em 2000, 310.543 ha, em 2004, 462.391 ha e, em 2005, 486.200. Outro aspecto salientado no estudo de Batista (2006, p. 19) é que, assim “como a soja, as carnes e o leite, a produção de fumo está baseada na integração entre grandes empresas (geralmente multinacionais), e os agricultores. O processamento é controlado por poucas empresas, de atuação internacional”.

Parece importante salientar que a gravidade do cenário fumícola, nos Estados do Sul do Brasil, segundo a Fetraf-Sul/CUT (2006), deve-se ao fato de que “os representantes das federações oficiais concordam com os interesses da indústria fumageira. Isto ficou muito claro durante o debate sobre a ratificação da Convenção-Quadro<sup>48</sup>”. Além disso, essa temática consubstancia-se como importante, em nível social e econômico, para os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, visto que a Região Sul responde por 96% da produção brasileira de fumo, o que, para Oliveira (2005), faz com que os municípios e mesmo a Região se tornem dependentes da produção de fumo e vulneráveis em termos econômicos e sociais.

---

<sup>48</sup> Primeiro tratado internacional da história da humanidade, que tem como propósito deter a expansão do consumo de tabaco e seus danos à saúde (INCA, 2004).

Além das questões ressaltadas acima, tem-se que considerar o dilema da autonomia na administração das propriedades familiares fumícolas e a iniciativa da Organização Mundial da Saúde - OMS de criar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco<sup>49</sup>, em 1999, em Genebra, com a finalidade de monitorar a produção de fumo. Essa decisão da OMS foi tomada em função do número de vítimas que o consumo de tabaco vem efetivando. São medidas que vêm provocando alterações na produção em nível mundial. Deve-se destacar que já foram constatadas baixas na produção mundial de fumo, a partir da safra 1997/1998. A China, na época maior produtora de fumo, reduziu sua produção de 3,6 milhões para 2 milhões de toneladas. No entanto, no Brasil, os índices da fumicultura são de crescimento, colocando o país em segundo lugar, em termos mundiais (GROXKO, 2005).

No contexto mundial, o tabagismo vem sendo visto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o fenômeno principal de falecimentos que podem ser evitados. Segundo estudos da OMS, um terço (1/3) da população mundial (1 bilhão e 200 milhões) possui o hábito de fumar, e há nesse universo em torno de 200 milhões de mulheres fumantes. As pesquisas realizadas pela OMS mostram que aproximadamente 59% da população caracteriza-se como fumante, sendo que 47% são do sexo masculino e 12% feminino. Nos países emergentes, o percentual de fumantes aproxima-se de 55%; destes, 48% são homens e 7% são mulheres. Nos países desenvolvidos, a quantidade de fumantes atinge o índice de 66%, do qual 42% são homens e 24% são mulheres. Nesses países, observa-se que a quantidade de mulheres fumantes é quase três vezes maior (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

No Brasil, entre 2002 e 2003, foi realizada uma pesquisa nas capitais brasileiras, a qual mostrou que o percentual de fumantes variou entre 12,9 e 25,2%. Foi também possível verificar, com essa investigação, que os homens detêm maior percentual de fumantes. No Sul do Brasil, Porto Alegre, foram constatadas as maiores proporções desse hábito tanto entre homens como entre as mulheres. Essa pesquisa mostrou, inclusive, que há uma concentração maior de fumantes entre as pessoas com menor grau de formação, pois pessoas com menos de oito anos de escolaridade mostram indicadores mais elevados. Entre os jovens, das 12 capitais brasileiras pesquisadas, pessoas do sexo masculino são as mais envolvidas com o cigarro, pois os indicadores percentuais desse segmento de público variaram entre 36 e 58%. Já com

---

<sup>49</sup> Decreto n. 5.568, de 02 de janeiro de 2006 - promulga a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, a qual foi adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

relação ao público feminino, as variações ocorreram entre 31 e 55%. No entanto, esses percentuais registram certa queda quando se observam os escolares fumantes, sendo possível evidenciar, com a pesquisa, que o público masculino apontou valores entre 11 e 27% e o sexo feminino, entre nove e 24% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Câncer - INCA sobre o tabagismo, em 2004, mostra que esse fenômeno representa um entrave para o desenvolvimento e que uma das consequências mais nocivas do consumo de tabaco consiste na sua forte presença no âmbito das populações mais carentes. Esse fenômeno fez com que organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional - FMI, entre outros órgãos de cunho desenvolvimentista das Nações Unidas, reconhecerem que a fome e a pobreza são ampliadas pelo tabaco. Isso depõe contra os fundamentos do desenvolvimento. Estudos realizados têm explicitado que:

- dos 1,3 bilhão de fumantes [mundiais], 80% vivem em países pobres;
- a dependência de tabaco leva muitos chefes de família deixarem de comprar alimentos e outros bens para comprar cigarros;
- em Bangladesh, se as pessoas pobres não fumassem, existiriam menos 10,5 milhões de desnutridos;
- nos países pobres é mais barato comprar cigarros do que comprar alimentos;
- na maioria dos países existe uma correlação entre tabagismo, baixa renda e baixo nível de escolaridade;
- na China, indivíduos com nenhuma escolaridade têm uma probabilidade cerca de 7 vezes maior de serem fumantes do que indivíduos que têm o terceiro grau;
- no Brasil, entre os grupos de indivíduos com baixo nível de escolaridade, essa probabilidade é 5 vezes maior (INCA, 2004, p. 12).

Retomando a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, parece oportuno destacar seu objetivo principal, o qual consiste em preservar as gerações, contemporâneas e futuras, dos efeitos nocivos do consumo e exposição à fumaça do tabaco. Esse Tratado Internacional surgiu no âmbito de grande reconhecimento da comunidade científica de que o tabagismo trata-se de uma doença ocasionada pela dependência à nicotina. Essa substância vem sendo apontada como fator causador de cinco milhões de óbitos por ano e por promover a fome e a pobreza mundiais. Essas são, portanto, algumas das razões que, em 1999, durante a 52ª Assembléia Mundial de Saúde, deram origem à CQCT. Naquele ano, ocorreu uma reunião com o propósito de delinear a Convenção, sendo atribuído à equipe brasileira o cargo de vice-presidente dos trabalhos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Cronologicamente, observa-se que, durante a realização da 53ª Assembléia Mundial de Saúde, que ocorreu em maio de 2000, foi criado o Órgão de Negociação Internacional - ONI, com a finalidade de coordenar o processo de elaboração e também de negociação do texto da CQCT. Assim, por ocasião da primeira reunião do ONI, na pessoa de Celso Amorim, então embaixador brasileiro, o país é eleito presidente desse Organismo. Em abril de 2001, tem-se a primeira formalização do texto da CQCT, o qual foi estudado e negociado até maio de 2003 e aprovado por unanimidade, durante a realização da 56ª Assembléia Mundial de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Como resultado do posicionamento dos 192 Estados-Membros da Organização Mundial da Saúde - OMS, por ocasião da 56ª Assembléia Mundial da Saúde, a CQCT passou a vigorar em 27 de fevereiro de 2005, o Brasil decidiu-se por aderir à CQCT em fins de outubro de 2005. Ainda que o documento da CQCT não contenha nenhuma formulação contrária à produção de tabaco, as estimativas são de que, no longo prazo, o consumo do tabaco apresente índices declinantes (INCA, 2005).

O Brasil, ao aderir à CQCT, encerra uma etapa de discussões acirradas entre segmentos como Instituto Nacional de Câncer - Inca, que se mobiliza em defesa da saúde pública, e ramos da indústria fumageira no país. Durante as quatro audiências públicas realizadas pelo Senado Federal, foi possível observar produtores de tabaco organizados contra o acordo. Entre os municípios produtores de fumo que se fizeram representar estavam Camaquã (RS); Cruz das Almas (BA), Florianópolis (SC) e Irati (PR). Desse modo, a ratificação da CQCT só pôde ser concretizada porque seis ministérios do governo brasileiro assinaram um documento, garantindo a continuidade das atividades das unidades familiares na produção do tabaco (INCA, 2005).

Na realidade, a adesão do Brasil à CQCT não terá efeitos diretos sobre a produção fumageira. As estimativas são de que as consequências desse ato se manifestem no longo prazo. Diante dessas observações, pode-se inferir que a redução do consumo de cigarro e outros produtos que contenham na sua elaboração o tabaco só irá se concretizar com a conscientização das pessoas. Uma hipótese é que o INCA, por meio do Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer e suas ações educativas, possa transformar as informações correntes em novos modelos de vida mais saudáveis. Para dar visibilidade às suas ações, o INCA utiliza-se de ambientes de trabalho, unidades escolares e

unidades de saúde, buscando com isso alterar o comportamento dos formadores de opinião em prol de hábitos e/ou estilos de vida de vida que previnam o câncer (INCA, 2003).

Com essas observações e sem a pretensão de exaurir o tema - CQCT, dá-se por concluída esta secção. Antes, porém, de iniciar a elaboração do tópico sobre os produtores familiares não-fumicultores, parece oportuno mencionar que em tal segmento busca-se traçar o perfil dos produtos familiares do Sul do Brasil.

### **4.3 Os produtores familiares não-fumicultores**

Antes de caracterizar a produção familiar não-integrada no Sul do Brasil, parece oportuno lembrar, segundo Wilkinson (2008, p. 13), que aconteceram significativas transformações nas maneiras de intermediação entre estabelecimentos familiares “e o mercado, acesso ao qual agora exige maior autonomia e capacidades próprias por parte dos agricultores”.

Wilkinson (2008, p. 22), referindo-se aos produtores familiares dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, destaca, com base no censo de 1985, a existência de um milhão de produtores familiares conduzindo suas atividades em propriedades de até 50 hectares, os quais desenvolviam sistemas de produção diversificada. Em continuidade, esse autor questiona: quais as oportunidades “da produção familiar diversificada no contexto da nova dinâmica integracionista.” Para responder essa questão, Wilkinson (2008) apresenta alguns argumentos em defesa da produção familiar, vendo-a como uma alternativa para a integração regional. Dentre as análises realizadas pelo autor, uma das propostas consiste em contrapor sua abordagem aos argumentos econômicos.

Sob a acepção econômica, observa-se, segundo Wilkinson (2008), que as unidades de produção familiar seriam competitivas caso determinadas barreiras referentes ao acesso ao crédito, por exemplo, fossem extintas. Pragmaticamente, o perfil da produção familiar no Sul do Brasil pode ser muito diversificado, no entanto, fundamentalmente, é formado pela produção de subsistência, produção comercial tradicional e produção agroindustrial. Esta última viabiliza-se por meio de contratos que se aproximam da integração.

A organização produtiva é hierárquica e prioriza a atividade agroindustrial, embora o equivalente monetário da produção de subsistência e a venda de produtos tradicionais, possam, com frequência, representar fonte mais importante de renda. Pode-se dizer que, aproximadamente, cada um dos três componentes (subsistência, produtos comerciais tradicionais e produção agroindustrial) tem peso igual na viabilização da agricultura familiar (WILKINSON, 1997, p. 33).

Com relação às atividades de subsistência, Wilkinson (2008), discorrendo sobre o perfil da produção familiar no Conesul, retrata que esse setor se organiza em torno da criação de animais de pequeno porte, do cultivo de árvores frutíferas, cereais e legumes básicos, e de modo bastante significativo, os produtores investem no cultivo do feijão e do milho. Essas atividades envolvem, portanto, a produção de alimentos, as quais representam uma fonte importante de renda. Além disso, os produtos derivados das colheitas podem também ser utilizados no autoconsumo e/ou transformado em rações (por exemplo, o caso do milho), sendo possível afirmar que esse segmento também tem a desvantagem de oportunizar somente uma colheita por ano, conforme Wilkinson (2008).

Para esse autor, a competitividade das unidades de produção familiar não está completamente garantida se os

‘vieses’ nos arranjos institucionais, regulatórios ou tecnológicos forem eliminados. Tampouco se pode desconsiderar a competitividade em nome da justiça ou reduzi-la à questão de relações de poder. Resultados econômicos não são consequência direta da ‘otimização sob limites’ e garantia de eficiência superior. [... É possível inferir, então, que] o futuro da produção familiar nos estados do Sul do Brasil depende menos da competitividade definida nos estreitos limites tecnológicos e organizacionais do que no surgimento de uma coalizão de atores comprometidos com a redefinição das prioridades econômicas para a região a partir do potencial produtivo do sistema de produção familiar (WILKINSON, 2008, p. 42-3) [grifos do autor].

A emergência dessa coalizão, segundo Wilkinson (2008), envolveria a presença de representantes políticos regionais e institucionais, organizações cooperativas, atividades de extensão, ONGs e atitudes em favor da preservação ambiental. Em síntese, o fator de mobilização reside na identificação da produção familiar com o cenário futuro da região.

Uma investigação realizada pelo INCRA/FAO (2000) ratifica o grande e, por vezes, pouco conhecido potencial da agricultura familiar nacional. Assim, o estudo desenvolvido por meio do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000) destaca, com base no Censo Agropecuário 1995/1996, que, quando se analisa esse segmento da agricultura brasileira, é necessário que se conceda um tratamento particularizado às informações primárias



divulgadas, tendo em vista que as estatísticas disponíveis não retratam essa categoria do ponto de vista social e econômico.

As tabulações do Censo Agropecuário, que é um dos poucos instrumentos de análise quantitativa do setor agropecuário no Brasil, não permitem a separação entre agricultura familiar e patronal na forma básica como os dados são disponibilizados pelo IBGE, restringindo-se a estratificação segundo a condição do produtor, o grupo de atividade econômica e os grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários. O debate sobre os conceitos e a importância relativa da “agricultura familiar” também é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes entidades representativas dos “pequenos agricultores”, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro (INCRA/FAO, 2000, p. 7).

Parece importante destacar, com Base no Censo Agropecuário de 1995/1996, que o número de unidades de produção rurais brasileiras somava, na época, 4.859.864, as quais utilizam uma extensão de terra na faixa de 353,6 milhões de hectares. Esses estabelecimentos apresentaram um Valor Bruto de Produção (VBP) Agropecuário de R\$ 47,8 bilhões de hectares e fizeram uso de R\$ 3,7 bilhões na forma de financiamento total (FT). Já com relação aos estabelecimentos familiares, a quantidade destes era de 4.139.369, os quais utilizaram 107,8 milhões hectares de terra, respondendo por R\$ 18,1 bilhões do VBP total e cujos financiamentos rurais foram de somente R\$ 937 milhões (INCRA/FAO, 2000).

Além disso, constata-se que, quanto à Renda Total (RT) e a Renda Monetária (RM) por Estabelecimento, há distinções entre os produtores familiares de regiões diferentes. Sobre essa questão, pode-se destacar que, no Brasil, a RT média por unidade familiar alcançou o patamar de R\$2.717, a qual apresentou variações entre um mínimo de R\$1.159 por ano na Região Nordeste e um valor máximo de R\$5.152 por ano na Região Sul. Quanto à RM da agropecuária, observa-se que os produtores familiares tiveram em média R\$1.783, mas, em termos regionais, há variações, pois a Região Nordeste registrou uma média de R\$ 696 e a Região Sul apresentou um valor de R\$3.315 (INCRA/FAO, 2000), portanto pode-se inferir que o valor médio do Rio Grande do Sul foi quase cinco vezes superior.

Sobre as formas de uso da terra, observam-se, na prática, que os índices de arrendamento e de parceria se fazem mais evidentes nas Regiões Nordeste e Sul, pois os produtores familiares que trabalham como arrendatários representam 6,9% das unidades familiares da Região Nordeste e 6,4% na Região Sul. Quanto à condição de parceria, os

percentuais variam entre 8,4% e 6,0% entre as Regiões Nordeste e Sul, respectivamente (INCRA/FAO, 2000).

Quanto à extensão das propriedades rurais brasileiras, constata-se que 39,8% dos núcleos familiares têm menos de cinco hectares, outras 30% apresentam áreas entre cinco e 20 hectares e 17% enquadram-se entre as propriedades com extensões de 20 a 50 hectares. Significa, portanto, que 87% das unidades familiares dispõem de áreas de terras menores que 50 hectares. Em contrapartida, constata-se que 5,9% dos estabelecimentos familiares são de propriedades com áreas que variam entre 100 hectares e menores que a área máxima regional, responsabilizando-se pela ocupação de 44,7% da área da produção familiar no Brasil. Já na Região Sul, os estabelecimentos familiares apresentam as seguintes variações em relação às dimensões da propriedade: “20% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 5 ha, 47,9% possuem entre 5 e menos de 20 ha e outros 23,2% possuem entre 20 e menos de 50 ha.” (INCRA/FAO, 2000, p. 23).

Pode-se acrescentar, ainda, de acordo com a pesquisa realizada pelo INCRA/FAO (2000), que a produção familiar tem importante papel na geração de postos de trabalho no espaço rural brasileiro. Sobre isso é possível dizer que sua responsabilidade alcança 76,9% do pessoal ocupado (PO), embora disponha de 30% da área. Constata-se, então, que a produção familiar é responsável pela contratação de 13.780.201 trabalhadores e que, na Região Sul do Brasil, a produção familiar responde por 84% da mão de obra utilizada no universo agrícola. Interessante destacar que a produção familiar concentra seu trabalho entre os componentes do núcleo familiar. Assim, do total de Unidades de Trabalho envolvidas na produção familiar, somente quatro por cento são de trabalhadores contratados.

Com relação à participação percentual dos produtos na composição do Valor Bruto da Produção (VBP), constata-se que a Região Sul tem uma distribuição maior do VBP no que tange aos produtos. Verifica-se, portanto, que a criação de aves e produção de ovos registram percentuais de 15,2% e estão presentes em 73,5% dos núcleos familiares. Já com respeito à produção de soja, observa-se que sua participação na composição do VBP é de 13,3% e é uma cultura realizada por 22,5% dos produtores familiares (INCRA/FAO, 2000).

Quanto às produções de milho, de suínos e da pecuária leiteira, apresentam índices percentuais de 11,5%, 9,7%, 9,2%, na composição do VBP, estando presentes em 71,4%,

54,9% e 61,6% dos estabelecimentos familiares do Sul do Brasil, obedecida a mesma ordem. Outros produtos como pecuária de corte, cultivo de mandioca e feijão contribuem com percentuais de 5,4%, 3,9% e 2,9% na composição do VBP e são gerados por 48,2%, 35,7% e 43,9% dos núcleos familiares, respectivamente (INCRA/FAO, 2000).

Em relação ao Paraná, constata-se junto às divulgações do Censo Agropecuário 2006, que naquele Estado, os 273.955 estabelecimentos familiares responsabilizaram-se por 6.840.335 do valor total da produção animal (valor em 1.000 R\$). No caso da produção de aves, estavam envolvidas 148.652 unidades de produção familiar e produziram em (valor 1.000 R\$) 680.855; enquanto 26.141 unidades de produção não-familiares contabilizaram (valor 1.000 R\$) 854.440. A horticultura gerou para os 127.369 núcleos de produção familiar, o montante (valor em 1.000 R\$) de 261.919. Já os produtores não-familiares em número de 22.476 produziram (valor em 1.000 R\$) 92.250 (IBGE, 2009).

Para o Rio Grande do Sul, verifica-se que as 361.264 unidades familiares responderam (em 1.000 R\$) por 9.021.694 do valor total da produção de animais. No segmento avícola, a participação dos 247.690 núcleos familiares foi (em 1.000 R\$) de 633.426. Já os 30.703 produtores não-familiares responderam (em 1.000 R\$) por 451.343 da produção de aves. E nas atividades de horticultura estavam envolvidos 243.507 produtores familiares, que geraram (em 1.000 R\$) um valor de 268.867 (IBGE, 2009).

Em Santa Catarina, os produtores familiares, em número de 155.780, responderam (em 1.000 R\$) por 5.677.588 da produção total, enquanto os 22.171 não-familiares por (em 1.000 R\$) 3.196.052. Na avicultura, a participação dos 89.564 núcleos familiares foi de (em 1.000 R\$) 574.579, sendo que os 9.932 produtores não-familiares contabilizaram 610.977. Quanto às atividades de horticultura, constata-se para os 94.606 núcleos familiares uma produção (em 1.000 R\$) de 170.999, enquanto os produtores 11.083 não-familiares, responderam (em 1.000 R\$) por 34.818 (IBGE, 2009).

Seria possível estender mais essas análises, mas, para o momento, o que interessa são os produtores familiares não-fumicultores. Assim, teoricamente, com base em Wilkinson (2008) e na literatura corrente, observa-se que a produção familiar foi impactada por mudanças importantes e, entre essas, destaca-se que o segmento da produção familiar na atualidade está “numa encruzilhada entre uma adaptação às regras e valores dos mercados já estruturados e a

criação de mercados baseados na construção de novos valores, redes e instituições” (WILKINSON, 2008, p. 48).

Frente a esse novo contexto, o setor da produção familiar brasileiro desde a década de 1990 tem se deparado com a necessidade de desenvolver estratégias agroindustriais autônomas que favoreçam a integração no mercado. Entretanto, “nos setores tradicionais de *commodities*, com exceção parcial do leite e do fumo, a opção do produtor familiar pela integração agroindustrial tem sido dificultada por mudança em direção a contratos de integração com produtores médios e grandes, adverte Wilkinson (2008, p. 68).

De um modo mais específico, as características dos produtores familiares dos Estados brasileiros do Sul do Brasil serão apresentadas nos Capítulos 06 e 07. Antes de caracterizar os produtores familiares fumicultores e não-fumicultores pesquisados, efetua-se uma análise comparativa dos perfis desses produtores, apresentando-se detalhadamente, no Capítulo seguinte, a metodologia específica utilizada nesta tese.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 5.1 Desenho do estudo e amostra

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa (causa e efeito), com uso de recursos estatísticos, o qual buscou verificar as relações entre variáveis de um grupo de 758 produtores de fumo e 384 não-produtores de fumo nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A base de dados foi disponibilizada pelo Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul - NUPES/UNISC - e refere-se a uma pesquisa de diagnóstico realizada por esse Núcleo em agosto de 2004, sob encomenda da Afubra. Essa investigação compreende uma série de informações a respeito dos agricultores familiares fumicultores vinculados ao complexo fumageiro, bem como gerou uma matriz de informações a respeito dos agricultores familiares não-fumicultores residentes nas mesmas regiões daqueles.

Cabe destacar que a identificação dos produtores fumicultores foi obtida junto ao cadastro de associados da Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA, que, em 2004, compunha-se de 129.170 sócios. O procedimento para seleção da amostra deu-se por meio de um sorteio aleatório, sendo respeitada a proporcionalidade do total de fumicultores por região produtora, com margem de erro de 3,5% (três e meio por cento) e com nível de confiança de 95%. Significa, portanto, que os percentuais detectados podem apresentar variações no intervalo dos números reais entre  $[-3,5; 3,5]$  pontos percentuais. Os municípios produtores pesquisados, por Estado, são apresentados como segue:

- Rio Negro, Imbituva e Rio Azul - no Paraná;
- Boqueirão do Leão, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Arvorezinha, Candelária, Camaquã e Canguçu - no Rio Grande do Sul;
- Tubarão, Araranguá, Rio do Sul e Canoinhas - em Santa Catarina.

Em paralelo, foi composta uma amostra dos 384 não-fumicultores (semelhantes ao fumicultores em termos do tamanho de suas propriedades e indicados por aqueles), nas regiões em que foram pesquisados os fumicultores, constituindo-se como uma amostra representativa e com margem de erro de 4% (quatro por cento).

## 5.2 Instrumento de pesquisa

O instrumento de pesquisa utilizado para coleta de dados trata-se de um questionário. Considerou-se importante descrevê-lo no que diz respeito à composição de suas variáveis. No primeiro bloco de variáveis, esse instrumento de pesquisa<sup>50</sup> contemplou questões como condições do produtor, se proprietário, meeiro ou arrendatário; características da propriedade e da residência. Investigou sobre a quantidade das benfeitorias, dos bens (maquinários utilizados na produção – trator, caminhão) e para transporte (pick-up, Kombi, automóvel, motocicleta); meios de comunicação (rádio, celular, televisão, microcomputador, antena parabólica), tipo e quantidade de eletrodomésticos (ar condicionado, DVD, freezer, geladeira, vídeo-cassete). No segundo bloco, as variáveis referiram-se à atividade agropecuária anual. Desse modo, houve especificações sobre os tipos de atividades vegetais e/ou animais exercidas na propriedade, quantidade de hectares (ou cabeças), produção em quilogramas e valor em reais.

No terceiro, as especificações versaram sobre a constituição da família, a formação escolar, o total de pessoas da família, se dependentes ou independentes; quantidade de crianças e idosos residentes na casa e que não trabalham na lavoura. Foi verificada também a quantidade de pessoas da família que trabalham na lavoura, número de trabalhadores contratados e, no caso dos fumicultores, foi perguntado há quantos anos planta fumo. Sobre essa atividade, são consideradas no questionário as razões por que planta fumo, e, no caso dos não-fumicultores, são questionados por que não plantam o fumo.

No quarto bloco, as questões buscaram explicitar a opinião dos fumicultores sobre as campanhas antitabaco, razões de permanência na propriedade e em que circunstâncias permanecem nela. Essas questões não foram tratadas nesta tese.

## 5.3 Modelo de estudo e suas variáveis

O objetivo central deste estudo consiste em comparar os perfis dos pesquisados bem como verificar o impacto da infraestrutura, da mão de obra e dos recursos naturais no valor

---

<sup>50</sup> Ver ANEXOS “A” e “B”.

total da produção dos produtores familiares fumicultores e não-fumicultores nos 3 (três) Estados do Sul do Brasil.

Como este estudo trata de duas categorias de produtores familiares, ou seja, fumicultores e não-fumicultores, deve-se esclarecer que o valor total da produção anual dos primeiros diz respeito à produção do fumo e, se for o caso, de outros produtos cultivados na entressafra do fumo, que se referem à diversificação das atividades agrícolas. Com relação aos não-fumicultores, o valor total da produção anual diz respeito à produção de arroz, milho, feijão e/ou de espécimes animais como aves, bovinos, suínos, por exemplo.

O Valor Total da Produção das unidades familiares foi medido pelo valor em Reais de tudo que foi produzido na propriedade. Foi considerada também a parte destinada ao autoconsumo nos referidos anos da pesquisa. Com respeito à infraestrutura, esta foi medida pela quantidade de bens e benfeitorias de cada núcleo familiar da amostra pesquisada nos três Estados do Sul do Brasil. Estimou-se que, quanto mais adequada fosse a infraestrutura das unidades de produção familiar, maiores seriam as possibilidades dos produtores familiares diversificarem suas atividades, saindo, portanto, da monocultura do fumo. Assim, a capacidade de acondicionamento da produção, que envolve manuseio, processamento e deslocamento, inclusive, com transporte dentro e fora da sede seriam otimizados com instalações apropriadas.

O aporte de equipamentos/utensílios agrícolas, benfeitorias na propriedade e na residência, então, pode consubstanciar-se num fator potencializador da produção das unidades familiares investigadas. Acredita-se que a otimização dos resultados na agricultura familiar, semelhantemente a outros segmentos produtivos, tende a advir de melhorias na infraestrutura. Este entendimento foi respaldado por uma das diretrizes do Pronaf (1996, p. 1), na qual este Programa sinaliza para a necessidade de “adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares,” que permita o desenvolvimento e sua continuidade. Para Tonneau *et al* (2005), um projeto dessa natureza deve ser capaz de prestar atendimento às unidades de agricultura familiar, de modo a apoiá-las em momentos de dificuldade produtiva, bem como possuir alçada para associar políticas sociais que promovam melhorias na infraestrutura, fomentando, assim, o desenvolvimento das atividades econômicas.

Quanto à Variável Independente **Infraestrutura**, deve-se evidenciar que é formada por atributos conferidos à residência e à propriedade, como salientado anteriormente. Levaram-se em consideração, neste estudo, a disponibilidade d'água (açudes, por exemplo) e a presença de energia elétrica, pois se entendeu que fatores dessa natureza são capazes de potencializar a produção das unidades de agricultura familiar e promover o desenvolvimento das comunidades. De acordo com o Programa Luz para Todos, do Governo Federal, iniciado em 2004, “a chegada da energia elétrica está contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas. O Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, [... como as] políticas de incentivo à agricultura familiar.”

Em relação à propriedade e, mais especificamente, sobre as benfeitorias, estas foram medidas pela quantidade de galpões, paióis, aviários, pocilgas (chiqueiros). Além desses fatores, considerou-se, na qualidade de meios de produção, a posse de bens como estufa convencional, estufa de ar forçado, trator/micro, caminhão e animais de tração.

Com respeito à Variável Independente **Mão de Obra**, foram considerados dados relativos à composição dos indivíduos que faziam parte das unidades de agricultura familiar investigadas. Nesse sentido, quesitos como total de pessoas da família, inclusive, casados e/ou independentes que residam em outro lugar e número de pessoas contratadas (sazonais / permanentes), foram indicadores usados na composição da variável mão de obra. Para verificar-se em que medida o tipo de produtor afeta o valor total da produção, rodou-se modelos separados para cada um dos tipos de produtores. Já **Recursos Naturais**, na qualidade de variável independente, englobou açudes, área em descanso, mata nativa, mata reflorestada e pastagens (inclui potreiro).

De modo mais pragmático, apresenta-se o modelo deste estudo, sobre o qual assume-se que se trata de uma função linear com a seguinte estrutura:

Valor Total da Produção = a + (β) Infraestrutura + (β) Mão de Obra (número de pessoas) + (β) Recursos Naturais em ha + e



## 5.4 Estratégia analítica

A estratégia analítica consistiu de análises descritivas do tipo distribuições de frequência, diferenças de médias de algumas variáveis quantitativas entre produtores fumicultores e não-fumicultores (teste t de student e ANOVAs) bem como, para as análises de causa e efeito, usou-se a técnica de regressão múltipla, com as já referidas variáveis independentes e a variável valor total da produção como dependente.

Especificamente, a análise de regressão múltipla<sup>51</sup> estima como uma variável dependente Y está relacionada com duas ou mais variáveis independentes,  $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$ . Teve-se:

$$Y = \beta_0 + \beta_1x_1 + \beta_2x_2 + \beta_3x_3 + \dots + \beta_nx_n + \epsilon$$

A suposição foi que o valor esperado ( $\epsilon$ ) fosse igual a zero. Neste caso, a equação de regressão múltipla estimada é

$$\hat{Y} = b_0 + b_1x_1 + b_2x_2 + b_3x_3 + \dots + b_nx_n$$

Onde  $b_0, b_1, b_2, b_3, b_n$  foram as estimativas de  $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_n$  e  $\hat{Y}$  o valor estimado da variável dependente Y.

No caso de uma regressão bivariada, o modelo fica  $\hat{Y} = b_0 + b_1x_1$ .

Os testes de significância utilizados na regressão linear são o teste F (teste de Fischer) e o teste t-Student. O teste F, no caso multivariado, é usado para determinar se há uma relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de todas as variáveis independentes concomitantemente. O teste F é referido como o teste do significado total.

O teste t é utilizado para determinar se as variáveis independentes são individualmente significantes. É realizado para cada variável independentemente. Este teste foi considerado como o teste do significado individual. Seu objetivo foi testar se o coeficiente  $\beta_i$  da variável

---

<sup>51</sup> Ver mais Downing, D; Clark, J, 2002.

$X_i$  pode ser igual a zero, isto é, se  $X_i$  não interfere individualmente em  $Y$ , enquanto todas as demais variáveis permanecem constantes. As hipóteses do teste “t” foram:

$H_0: \beta_i=0$ , a variável  $X_i$  não interfere nas variações da variável dependente.

$H_1: \beta_i \neq 0$ , a variável  $X_i$  é significativa no comportamento da variável dependente.

Para a análise bivariada, o teste F e o teste t têm o mesmo significado. Assim, com base nos conceitos teóricos apresentados, realizaram-se as análises multivariadas. As estatísticas básicas de análise foram os coeficientes de correlação  $R$ , o coeficiente de determinação  $R^2$  e os coeficientes padronizados beta. Estes coeficientes foram observados para cada um dos três Estados do Sul do Brasil de uma forma parcial e sob o ponto de vista geral.

A estatística fornecida da análise de regressão para testar o grau de dependência entre variáveis é o coeficiente de determinação  $R^2$ , e o modelo de teste é a análise de variância (Anova). O coeficiente de determinação pode ser interpretado como a porcentagem da variável dependente que pode ser explicada pela equação de regressão estimada pelas variáveis independentes. Muitos analistas preferem ajustar este  $R^2$  ao número de variáveis independentes para evitar superestimar o impacto de adicionar uma variável independente na quantia de variabilidade explicada na equação de regressão estimada; a medida resultante é denominada coeficiente de determinação ajustado.

Utiliza-se também o teste t, que usa o valor de beta e o nível de significância associado a este valor beta, para verificar a dependência. Adota-se um nível de significância de 5%, comparando as variáveis já definidas com o valor total da produção. Para se obter resultados entre a variável dependente e as outras variáveis, utilizam-se os conceitos básicos de análise de regressão baseado no modelo linear<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Para checar a constância na variância dos resíduos, utilizaram-se, em todos os modelos de regressão, o *Teste Geral de Heteroscedasticidade de White*. Para Gujarati (2000), ao contrário dos testes tradicionais para se detectar a heteroscedasticidade, não depende da hipótese de normalidade e é de fácil aplicação, o teste consiste dos seguintes procedimentos: a partir dos dados estimados, na equação geral, obtêm-se os resíduos. Roda-se, então, a regressão auxiliar, que será o quadrado dos resíduos, regredido as variáveis originais, seus valores elevados ao quadrado e os produtos cruzados dos regressores. Sob a hipótese nula de que não há heteroscedasticidade, pode-se mostrar que o tamanho da amostra multiplicado pelo  $r^2$  obtido na regressão auxiliar assintoticamente segue a distribuição de qui-quadrado com  $gl$  igual ao número de regressores (excluindo o termo constante) na regressão auxiliar.

Busca-se verificar se as variáveis independentes são significativas para explicar variações no valor total da produção dos agricultores familiares pesquisados. Especificamente, para se medir o impacto diferenciado das variáveis independentes no valor total da produção para fumicultores e não-fumicultores, utiliza-se a função de regressão, mencionada anteriormente, separadamente para as duas categorias de produtores familiares. Assim sendo, utilizam-se dois (2) modelos exatamente iguais para cada um dos grupos de produtores familiares estudados (fumicultores e não-fumicultores). Para efetuar as análises utiliza-se o *software* SPSS<sup>53</sup> versão 17.0.

Nos próximos capítulos, busca-se caracterizar os produtores familiares fumicultores e não-fumicultores e efetuar uma análise comparativa dos perfis dessas categorias de produtores familiares além das análises multivariadas com o propósito de verificar conexões causais entre as características dos produtores familiares e suas atividades de produção.

---

Ou seja,  $n \cdot r \cdot 2 \approx \chi^2_{gl}$  em que  $gl$  é como definido anteriormente. Se o valor de qui-quadrado obtido exceder o valor de qui-quadrado crítico em nível escolhido de significância, a conclusão é de que há heterocedasticidade. Se não exceder o valor de qui-quadrado crítico, não há heterocedasticidade. Para todos os modelos usados nesta tese o teste não acusou presença de heterocedasticidade.

<sup>53</sup> Statistical Package for the Social Science.

## 6 FUMICULTORES E NÃO-FUMICULTORES DO SUL DO BRASIL

### 6.1 Análise comparativa de fumicultores e não-fumicultores, por Estado

Para atingir-se o objetivo específico (a), o qual visa caracterizar as famílias dos fumicultores e não-fumicultores, por Estado no Sul do Brasil, tomaram-se como objeto de estudo as variáveis relativas ao tipo de produtor e as que tratam dos dados da família, como se pode constatar nas Tabelas de 03 a 06.

Tabela 03 – Condição do produtor, por Estado

Tipo de produtor	Condição de produtor/estado		
	PR		
	Proprietário	Meeiro/Arrendatário	Total
Fumicultor	97 (74,6%)	33 (25,4%)	130 (100%)
Não-Fumicultor	46 (90,2%)	5 (9,8%)	51 (100%)
Total	143 (79,0%)	38 (21,0%)	181 (100%)
RS			
Fumicultor	336 (78,3%)	93 (21,7%)	429 (100%)
Não-Fumicultor	210 (96,3%)	8 (3,7%)	218 (100%)
Total	546 (84,4%)	101 (15,6%)	647 (100%)
SC			
Fumicultor	154 (78,2%)	43 (21,8%)	197 (100%)
Não-Fumicultor	100 (87,7%)	14 (12,3%)	114 (100%)
Total	254 (81,7%)	57 (18,3%)	311 (100%)

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Na categoria de produtores fumicultores, observa-se que no Paraná teve-se 130 produtores respondentes, dos quais 74,6% enquadram-se na condição de proprietários e 25,4% como meeiros/arrendatários. No Rio Grande do Sul, constata-se uma amostra de 429 núcleos de produtores fumicultores, dos quais 78,6% são proprietários e 21,7% estão na condição de meeiros/arrendatários. Em Santa Catarina, verifica-se que 197 unidades familiares foram entrevistadas, sendo que 78,2% configuram-se como proprietários e 21,8% como meeiros/arrendatários. Vejam-se ilustrações da Tabela 03.

Quanto aos não-fumicultores, constata-se, na Tabela 03, que no Paraná, 51 núcleos familiares fizeram parte da pesquisa, sendo que, a grande maioria destes, 90,2%, configura-se como proprietários e, apenas, 9,8%, como meeiros/arrendatários. No Rio Grande do Sul, tem-se uma amostra de 218 unidades familiares, das quais 96,3% são donos do estabelecimento rural e, somente, 3,7%, categorizam-se como meeiros/arrendatários. A amostra de produtores

familiares respondentes, em Santa Catarina, totalizou 114, dos quais 87,7% são proprietários e 12,3% estão na condição de meeiros/arrendatários.

Efetuada uma comparação entre os três Estados, observa-se que o percentual de produtores proprietários é maior no Rio Grande do Sul tanto no que diz respeito aos fumicultores quanto aos não-fumicultores. Ademais, realizou-se o teste de qui-quadrado para comparar os percentuais entre os três Estados, com o propósito de verificar se há diferenças entre a proporção de fumicultores e não-fumicultores no que diz respeito à condição desses produtores - se proprietários ou meeiros/arrendatários. Os resultados encontrados foram todos significativos, o que indica que existe associação entre o tipo de produtor e a condição de propriedade de acordo com cada Estado.

### **6.1.1 Dados da família e mão de obra no Estado do Paraná**

A Tabela 04 apresenta os dados de análise com base nas variáveis que se referem à constituição das famílias de fumicultores e não-fumicultores para o Estado do Paraná. Constatou-se, para os 132 fumicultores que responderam, que, em média, suas famílias têm 5,15 pessoas. Para a variável número de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura, observa-se uma média de 1,30. Quanto ao número de pessoas da família que trabalham na lavoura, na propriedade, tem-se uma média de 3,40 pessoas envolvidas com a produção do tabaco.

No Paraná, para os produtores familiares não-fumicultores, foram entrevistados 52, os quais revelam uma média de 4,71 para o total de pessoas da família. Comparando-se a constituição média das famílias de fumicultores e não-fumicultores, observa-se que os primeiros têm famílias com maior número de componentes. Com respeito à variável número de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura, evidencia-se uma média de 1,42, portanto, próxima da média (1,30) apresentada pelos fumicultores. Sobre a variável número de pessoas da família que trabalham na lavoura, nesta propriedade, observa-se uma média de 2,27 pessoas da família trabalhando na lavoura, portanto inferior à média (3,40) evidenciada entre os fumicultores. Pode-se acrescentar, ainda, que fumicultores e não-fumicultores apresentam médias muito próximas no que diz respeito ao número de pessoas contratadas, 1,25 e 1,27, respectivamente.

Tabela 04 – Fumicultores e não-fumicultores: dados da família e mão de obra no Paraná

Variáveis	Tipo de produtor			
	Fumicultor			
	Estatísticas			
	Média	Desvio Padrão	Mediana	Tamanho da Amostra
Total de pessoas da família	5,15	2,32	5,00	132
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura	1,30	1,18	1,00	132
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade	3,40	2,21	3,00	132
Nº de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004	1,25	3,12	0,00	132
	Não-Fumicultor			
Total de pessoas da família	4,71	2,17	4,00	52
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura	1,42	1,52	1,00	52
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade	2,27	1,59	2,00	52
Nº de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004	1,27	4,40	0,00	52

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Com o propósito de verificar se há diferenças entre as médias de cada uma das variáveis analisadas na Tabela 04, em relação ao tipo de produtor, realizou-se o teste t-Student. Com esse procedimento, foi possível constatar que somente a variável total de pessoas da família apresentou uma diferença de média estatisticamente significativa com  $p \leq 0,01$ .

### 6.1.2 Dados da família e mão de obra no Estado do Rio Grande do Sul

Em relação aos dados da família de fumicultores e não-fumicultores no Rio Grande do Sul, efetuaram-se as análises das variáveis contidas na Tabela 05. Assim, foi possível observar que, entre os 429 produtores fumicultores respondentes, em média suas famílias têm 4,29 pessoas. No entanto, entre os 218 não-fumicultores que responderam à pesquisa, a média de membros de suas unidades familiares é de 4,33. Pode-se dizer que essa média é superior, mas bem próxima à encontrada para os produtores familiares fumicultores.

Analisando a Tabela 05 em relação ao número de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura, a média encontrada é de 1,05 pessoas para os produtores de fumo, mas, para os não-fumicultores, observa-se uma média de 0,85, inferior, portanto, àquela verificada para os primeiros. Quanto à variável número de pessoas da família que trabalham na lavoura, nesta propriedade, é possível observar que os fumicultores apresentam média de 2,72, sendo superior à média (2,36) encontrada para os não-fumicultores. Para a variável número de pessoas contratadas (sazonal-permanente), observam-se médias bastante díspares entre fumicultores e não-fumicultores. Sobre isso se pode acrescentar que a primeira das categorias apresenta uma média de 1,38 e a segunda, no entanto, revela uma média de 0,43.

Tabela 05 – Fumicultores e não-fumicultores: dados da família e mão de obra no Rio Grande do Sul

Variáveis	Tipo de produtor			
	Fumicultor			
	Estatísticas			
	Média	Desvio Padrão	Mediana	Tamanho da Amostra
Total de pessoas da família	4,29	2,42	4,00	429
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura	1,05	1,09	1,00	429
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade	2,72	1,21	2,00	429
Nº de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004	1,38	5,22	1,00	429
	Não-Fumicultor			
Total de pessoas da família	4,33	3,02	4,00	218
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura	0,85	1,06	1,00	218
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade	2,36	1,41	2,00	218
Nº de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004	0,43	0,83	0,00	218

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Com a finalidade de determinar se existem diferenças entre as médias de cada uma das variáveis estudadas, sobre a constituição das famílias no Rio Grande do Sul, em relação ao tipo de produtor, realizou-se o teste t-Student, sendo que, com tal procedimento, foi possível verificar que quase todas as variáveis analisadas na Tabela 05 são significativas ao nível de  $p \leq 0,05$ , com exceção da diferença de média para a variável total de pessoas da família.

### 6.1.3 Dados da família e mão de obra no Estado de Santa Catarina

Os dados relativos à composição das famílias para Santa Catarina são apresentados na Tabela 06. Para comparar as médias dessas variáveis, realizou-se o teste t-Student, cujos resultados apontam diferença de média estatisticamente significativa para a variável número de pessoas da família que trabalham na lavoura, ao nível de  $p \leq 0,01$ .

Tabela 06 – Fumicultores e não-fumicultores: dados da família e mão de obra em Santa Catarina

Variáveis	Tipo de produtor			
	Fumicultor			
	Estatísticas			
	Média	Desvio Padrão	Mediana	Tamanho da Amostra
Total de pessoas da família	5,12	1,94	5,00	196
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura	1,13	1,17	1,00	197
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade	2,83	1,35	3,00	197
Nº de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004	1,13	1,53	1,00	197
			Não-Fumicultor	
Total de pessoas da família	5,42	2,48	5,00	113
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura	1,27	1,55	1,00	114
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade	2,40	1,14	2,00	114
Nº de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004	1,25	2,42	0,00	114

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Observa-se, então, para a variável total de pessoas na família, média de 5,12 para os 196 fumicultores que responderam, sendo que, para os 113 não-fumicultores, a média é de e 5,42. Para a variável número de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura, igualmente, constata-se uma relação decrescente entre as médias de fumicultores (1,13) e não-fumicultores (1,27). Relação inversa, entretanto, pode-se verificar para a variável número de pessoas da família que trabalham na lavoura, pois os fumicultores apresentam uma média de 2,83 pessoas e os não-fumicultores, 2,40 pessoas. Outro dado mostrado pela Tabela 06 refere-se à variável número de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004, o qual evidencia, para os fumicultores, uma média de 1,13 para trabalhadores contratados entre os fumicultores paranaenses e, para os não-fumicultores, a média é de 1,25.



Em síntese, a análise comparativa realizada sobre os dados das famílias de produtores fumicultores e não-fumicultores, para os Estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, permitiu constatar que o Paraná possui unidades familiares fumícolas com maior número de componentes, pois sua média é superior à dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entretanto, pode-se afirmar que Paraná e Santa Catarina apresentam médias bem próximas quanto à composição geral das famílias.

Outra informação que essa análise oferece sobre os produtores de fumo refere-se aos núcleos familiares do Rio Grande do Sul, os quais revelam menor tamanho para a composição familiar. Isso se repete para o Rio Grande do Sul ao compará-lo com a categoria de não-fumicultores. Estes produtores apresentam médias para a variável total de pessoas da família de 4,71, 4,33 e 5,42, para o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. Para a categoria de fumicultores, outra comparação que parece oportuna realizar entre os três Estados diz respeito à variável número de pessoas da família que trabalham na lavoura. É possível afirmar que o Estado do Paraná apresenta maior média para essa variável. O teste t para cada diferença de cada item entre fumicultores e não-fumicultores indicou haver diferenças estatisticamente significativas ( $p \leq 0,05$ ).

Já com relação aos produtores familiares não-fumicultores, observa-se que o Estado de Santa Catarina (2,40) é que possui uma quantidade, em média, maior de pessoas trabalhando na lavoura, pois o Paraná tem uma média de 2,27 e o Rio Grande do Sul, 2,36. É possível acrescentar também que os não-fumicultores do Rio Grande do Sul são os que menos contratam trabalhadores, seja para atividades sazonais ou para aquelas de ordem permanente. Sobre as médias encontradas para número de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004, enquanto o Rio Grande do Sul apresenta uma média de 0,43, os Estados do Paraná e Santa Catarina evidenciam médias de 1,27 e 1,25, respectivamente. Aqui igualmente o teste t para cada diferença de cada item entre fumicultores e não indicou haver diferenças estatisticamente significativas ( $p \leq 0,05$ ).

## **6.2 Condições gerais das propriedades dos fumicultores e não-fumicultores**

O próximo objetivo (b) consiste em verificar, numa perspectiva comparativa, as condições gerais das propriedades dos fumicultores e não-fumicultores, no que se refere às benfeitorias e às suas residências. Para contemplar essa determinação, utilizaram-se análises

descritivas apresentadas no Relatório Diagnóstico Sócio-Econômico do Nupes/Unisc (2004), com variáveis relacionadas à presença de energia elétrica, materiais utilizados na construção das residências, contabilizaram-se, inclusive, análises que se referem à posse de galpões, aviários, paiol ou depósito de fumo, pocilga e outros. Essas análises envolveram também elementos que compõem as benfeitorias na propriedade, posse de bens duráveis e animais de tração entre os produtores estudados do Sul do Brasil. Vejam-se as Tabelas 07, 08, 09 e 10.

Então, com relação à variável energia elétrica, é possível afirmar que, dos 754 fumicultores que responderam à pesquisa, 738 (97,9%) deles possuem energia elétrica em suas residências e 16 (2,1%) desses produtores não possuem. Já em relação aos produtores familiares não-fumicultores, constata-se que, dos 384 respondentes, 373 (97,1%) possui energia elétrica e 11 (2,9%) não possuem. Os percentuais entre fumicultores e não-fumicultores que dispõem de energia elétrica assemelham-se, pois as variações são de décimos apenas. Vejam-se dados contidos na Tabela 07.

Tabela 07 – Fumicultores e não-fumicultores e a presença de energia

Tipo de Produtor	Não		Sim		Total
	Casos	%	Casos	%	
Fumicultor	16	2,1	738	97,9	754
Não-Fumicultor	11	2,9	373	97,1	384
Total	27	2,4	1111	97,6	1138

Fonte: tabela adaptada pela autora. Relatório Diagnóstico Sócio-Econômico do NUPES/UNISC (2004).

Com a finalidade de verificar se há relação entre o tipo de produtor e a presença de energia elétrica em suas residências, efetuou-se o teste do qui-quadrado, sendo que, com esse procedimento, encontrou-se o valor para  $p = 0,279$ . Esse resultado indica, portanto, que não há diferença significativa para posse de energia elétrica entre fumicultores e não-fumicultores.

Na Tabela 08, tem-se os dados relativos ao material de construção utilizado nas residências dos fumicultores e não-fumicultores estudados da Região Sul do Brasil. Ao observar-se essa Tabela, constata-se que os não-fumicultores superam, em termos de média, os fumicultores no que diz respeito às variáveis casas de alvenaria, número de cômodos (onde mora) e estufa de ar forçado. Sobre essa observação, obedecendo-se à mesma ordem para as variáveis, é possível apontar que os não-fumicultores têm médias de 0,71; 6,88 e 2,00, e os fumicultores, 0,66; 6,27 e 0,20. Além disso, quando se testa as diferenças de médias das

variáveis que integram o perfil das residências dos produtores estudados, evidencia-se que somente a diferença de média do número de cômodos deu significativa, com  $p \leq 0,000$ .

Tabela 08 – Perfil das residências dos produtores familiares estudados

Variáveis	Tipo de Produtor		
	Fumicultor		
	Estatísticas		
	Média	Mediana	Desvio Padrão
Alvenaria	0,66	1,00	0,70
Chalé	0,57	0,00	0,67
Número de cômodos (que mora)	6,27	6,00	2,12
Estufa convencional	1,43	1,00	0,88
Estufa ar forçado	0,20	0,00	0,51
	Não-Fumicultor		
Alvenaria	0,71	1,00	0,76
Chalé	0,52	0,00	0,76
Número de cômodos	6,88	7,00	2,05
Estufa convencional			
Estufa ar forçado			

Fonte: tabela adaptada pela autora. Relatório Diagnóstico Sócio-Econômico do NUPES/UNISC (2004).

Ainda em relação às residências dos produtores fumicultores e não-fumicultores, as Análises de Variância apontam que existem diferenças entre os Estados. Foi verificado, para os produtores estudados, que, entre os fumicultores, a média do número de residências de alvenaria é superior no Estado do Rio Grande do Sul, quando correlacionado com Santa Catarina e Paraná. Há uma relação inversa, no entanto, quando se considera o número de chalés. Com respeito ao número de cômodos (que mora), foi constatada, para os fumicultores de Santa Catarina, uma média superior, relativamente ao Paraná e ao Rio Grande do Sul.

Para os não-fumicultores, constata-se que o Rio Grande do Sul apresenta média superior para o número de casas de alvenaria, quando comparado aos Estados de Paraná e Santa Catarina. Já em relação ao número de cômodos, a diferença estatisticamente significativa ocorreu entre Santa Catarina e Paraná, de modo que os não-fumicultores possuem média maior para a variável número de cômodos (que mora) em Santa Catarina (NUPES, 2004).

Na Tabela 09, apresentam-se informações relativas às benfeitorias existentes nas propriedades dos produtores familiares fumicultores e não-fumicultores, com indicadores para a média, número mínimo e número máximo de benfeitorias. Observando-se os dados relativos à posse dos fumicultores (comparados aos não-fumicultores), constata-se que essa categoria

apresenta média (1,09) mais elevada para o número de paióis ou depósitos, enquanto os não-fumicultores registram média de 0,78.

Com relação aos não-fumicultores, a partir dos dados apresentados na Tabela 09, observa-se que essa categoria de produtores possui médias mais elevadas para galpões (1,05), aviários (0,09), pocilgas (0,82) e outros (0,25). É possível, inclusive, a partir da Tabela 09, comparar o número máximo de benfeitorias entre fumicultores e não-fumicultores. Em acréscimo sobre os dados expostos nessa Tabela, pode-se afirmar, com base nos resultados do teste t-Student, que todas as variáveis analisadas, menos o número de pocilgas, apresentaram diferenças de médias estatisticamente significativas, ao nível de  $p \leq 0,000$ .

Tabela 09 – Fumicultores e não-fumicultores e as benfeitorias nas propriedades

Variáveis	Tipo de Produtor		
	Fumicultor		
	Estatísticas		
	Média	Mínimo	Máximo
Galpão	0,78	0	5
Aviário	0,01	0	2
Paiol de fumo ou depósito	1,09	0	5
Pocilga	0,80	0	9
Outros	0,17	0	7
	Não-Fumicultor		
Galpão	1,05	0	7
Aviário	0,09	0	8
Paiol de fumo ou depósito	0,78	0	5
Pocilga	0,82	0	15
Outros	0,25	0	6

Fonte: tabela adaptada pela autora. Relatório Diagnóstico Sócio-Econômico do NUPES/UNISC (2004).

Sobre a posse de bens duráveis e animais de tração entre os fumicultores e não-fumicultores do Sul do Brasil, observando-se a coluna das médias, na Tabela 10, para esses dois grupos de produtores, pode-se inferir que os fumicultores possuem médias mais elevadas para os itens automóveis (0,63), animais de tração (2,09) e motocicletas (0,37), enquanto os não-fumicultores apresentam médias de 0,61; 1,36 e 0,26, obedecida a mesma ordem. As duas categorias de produtores familiares apresentam médias idênticas para os itens antena parabólica (0,68) e DVD (0,01).

E mais, observando a Tabela 10 a partir dos produtores não-fumicultores, constata-se que suas médias são superiores àquelas dos fumicultores para 13 dos 18 itens avaliados. Sobre

isso, parece oportuno destacar, portanto, os bens com maior média entre os não-fumicultores. Assim, os bens duráveis dos não-fumicultores que apresentam médias mais altas que as dos fumicultores são trator/micro (0,51), caminhão (0,09), banheiro/sanitário (1,05), geladeira (1,04), televisão (1,06), microcomputador (0,08), videocassete (0,14), utilitário (0,11), telefone (0,69), freezer (1,08), rádio (1,35), ar condicionado (0,03) e outros (0,63).

Tabela 10 – Fumicultores e não-fumicultores - posse de bens duráveis e animais de tração

Bens duráveis e animais de tração	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
Trator/micro	0,38	0	3	0,51	0	5
Caminhão	0,07	0	5	0,09	0	10
Automóvel	0,63	0	3	0,61	0	3
Banheiro/sanitário	0,98	0	3	1,05	0	4
Geladeira	0,99	0	3	1,04	0	5
Televisão	1,04	0	4	1,06	0	5
Microcomputador	0,04	0	2	0,08	0	1
Antena parabólica	0,68	0	2	0,68	0	3
Videocassete	0,10	0	1	0,14	0	3
Animais de tração	2,09	0	20	1,36	0	6
Utilitário	0,05	0	1	0,11	0	1
Motocicleta	0,37	0	2	0,26	0	2
Telefone	0,62	0	4	0,69	0	4
Freezer	0,95	0	4	1,08	0	6
Rádio	1,21	0	6	1,35	0	10
Ar condicionado	0,02	0	2	0,03	0	1
DVD	0,01	0	1	0,01	0	1
Outros	0,34	0	9	0,63	0	20

Fonte: tabela adaptada pela autora. Relatório Diagnóstico Sócio-Econômico do NUPES/UNISC (2004).

Quanto à posse de microcomputador, verifica-se que os não-fumicultores apresentam maior média que os fumicultores. Quanto aos números relativos ao máximo para a posse de bens, contata-se que os não-fumicultores estão à frente dos fumicultores para dez dos itens analisados na Tabela 10. Além disso, comparando-se as médias encontradas para a posse de bens e animais de tração dos fumicultores e dos não-fumicultores, verifica-se, a partir dos resultados do teste t-Student, que há diferenças estatisticamente significativas para os itens trator/micro, banheiro/sanitário, geladeira, microcomputador, utilitário, motocicleta, freezer, rádio e outros.

### 6.3 Indicadores relativos à mão de obra dos fumicultores e não-fumicultores

Na sequência, a atenção é dada ao objetivo (c), o qual visa comparar os indicadores relativos à mão de obra utilizada nas propriedades familiares dos fumicultores e não-fumicultores do Sul do Brasil. Assim, as variáveis selecionadas para essa análise referem-se aos dados da família, conforme constam na Tabela 11.

Tabela 11 – Indicadores relativos à mão de obra utilizada nas unidades familiares dos fumicultores e não-fumicultores

Variáveis	Tipo de produtor		
	Fumicultor		
	Estatísticas		
	Média	Desvio Padrão	Tamanho da Amostra
Total de pessoas da família	4,65	2,32	757
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura	1,11	1,13	758
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade	2,87	1,49	758
Nº de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004	1,29	4,21	758
	Não-Fumicultor		
Total de pessoas da família	4,70	2,80	383
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura	1,05	1,31	384
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade	2,36	1,36	384
Nº de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004	0,78	2,21	384

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Analisando-se a Tabela 11, constata-se, para a variável total de pessoas da família, que, dos 757 fumicultores entrevistados, a média da composição familiar dessas unidades é de 4,65 pessoas. Para os 383 não-fumicultores pesquisados, a média de pessoas por família é de 4,70, portanto essa categoria revela possuir famílias maiores. Em relação ao número de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura, verifica-se que, dos 758 fumicultores respondentes, em média 1,11 dessas pessoas não estão envolvidas com as atividades agrícolas. Entre os 384 não-fumicultores pesquisados, constata-se que, em média, 1,05 das pessoas idosas e crianças não atuam na lavoura.

Quanto à variável número de pessoas da família que trabalham na lavoura, observa-se que, para os 758 fumicultores respondentes, a média de membros da unidade familiar atuando

na lavoura é de 2,87, enquanto os 384 não-fumicultores mostram uma média de 2,36, portanto menor que a encontrada para os fumicultores. Sobre o número de pessoas contratadas, seja na modalidade temporária ou permanente, é possível afirmar que os fumicultores pesquisados contratam muito mais trabalhadores, pois apresentam uma média de 1,29 para essa variável, enquanto os 384 não-fumicultores registram uma média de apenas 0,78.

Pode-se dizer, então, que as médias encontradas para os fumicultores são maiores para a maioria das variáveis analisadas, evidenciando-se menor média apenas para o total de pessoas da família, como descrito no parágrafo anterior e ilustrado na Tabela 11. Outras informações possíveis, a partir dessa Tabela, advêm do teste t-Student, pois, ao realizá-lo, teve-se o propósito de verificar diferenças significativas entre as médias das variáveis em conformidade com o tipo dos produtores. Ao proceder-se assim, constatou-se que as diferenças de médias significativas ocorreram para média da variável número de pessoas da família que trabalham na lavoura, ao nível de  $p=0,000$  e para número de pessoas contratadas (sazonal-permanente) no período de 01 de agosto de 2003 a 31 de julho de 2004, com  $p=0,008$ .

#### **6.4 Indicadores sobre a posse de bens entre os produtores estudados**

As análises desenvolvidas neste segmento da tese buscam atender às explicitações que perfazem o objetivo (d) qual seja: determinar indicadores (máximo e mínimo) que revelem a posse de bens duráveis entre os fumicultores e não-fumicultores, por Estado.

##### **6.4.1 Posse de bens duráveis no Estado do Paraná**

Com relação à posse de bens duráveis e animais de tração, para o Estado do Paraná, é oportuno indicar que foram entrevistados 132 fumicultores e 52 não-fumicultores. Analisando-se a Tabela 12, a partir da coluna das médias, observa-se que os produtores de fumo mostram ter no mínimo um televisor e um rádio em suas propriedades. Entre os não-fumicultores, o rádio é o segundo elemento com maior média entre essa categoria de produtores. Ainda em termos de médias, para o item animais de tração, pode-se inferir que os fumicultores apresentam média superior, quando comparados aos não-fumicultores, embora os dois grupos de produtores revelem ter no máximo até seis animais de tração.

Outra relação quanto à posse de bens duráveis que se pode realizar entre os fumicultores e não-fumicultores do Paraná é quanto à existência de banheiro/sanitário (dois), televisão (dois), microcomputador (um), antena parabólica (dois), utilitário (um) e freezer (dois), pois as duas categorias de produtores apresentam quantidades iguais, para o número máximo, ainda que suas médias diverjam. E mais, para verificar se havia diferenças significativas entre as médias da posse de bens e o tipo do produtor (fumicultores comparados aos não-fumicultores), realizou-se o teste t-Student, o qual apontou que somente os seguintes bens revelaram diferenças significativas entre suas médias: automóvel, rádio e animais de tração.

Tabela 12 – Posse de bens duráveis e animais de tração entre fumicultores e não-fumicultores do Paraná

Bens duráveis e animais de tração	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
Trator/Micro	0,30	0	2	0,31	0	1
Automóvel	0,64	0	2	0,40	0	1
Banheiro/sanitário	0,90	0	2	0,81	0	2
Geladeira	0,94	0	2	0,85	0	1
Televisão	1,02	0	2	0,90	0	2
Microcomputador	0,02	0	1	0,06	0	1
Antena parabólica	0,84	0	2	0,69	0	2
Videocassete	0,07	0	1	0,08	0	3
Animais de tração	2,08	0	6	1,31	0	6
Utilitário	0,03	0	1	0,02	0	1
Motocicleta	0,27	0	2	0,17	0	1
Telefone	0,28	0	2	0,27	0	1
Freezer	0,67	0	2	0,56	0	2
Rádio	1,07	0	3	1,21	0	2
Ar condicionado	0,00	0	0	0,00	0	0
DVD	0,01	0	1	0,00	0	0
Outros	0,01	0	1	0,12	0	5

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

#### 6.4.2 Posse de bens duráveis no Estado do Rio Grande do Sul

Semelhantemente à análise desenvolvida para o Paraná, procedeu-se em relação ao Rio Grande do Sul. Sob esse enfoque, inicialmente, destacam-se o tamanho da amostra, que foi de 429 fumicultores e 218 não-fumicultores no Rio Grande do Sul. Na Tabela 13, observando-se a coluna das médias para os fumicultores do Rio Grande do Sul, infere-se que esse grupo de produtores possui em suas propriedades, em média, 1,01 aparelhos de televisão, 2,23 animais de tração, 1,01 freezers e 1,22 rádios.



Por outro lado, os produtores não-fumicultores do Rio Grande do Sul também evidenciam ter médias acima de um e superiores às dos fumicultores, em seis dos bens analisados. Quanto à essa afirmação, pode-se citar banheiro/sanitário (1,09), geladeira (1,07), televisão (1,06), freezer (1,11) e rádio (1,45). A exceção fica a cargo da posse de animais de tração, item em que os fumicultores apresentam uma média de 2,23, portanto superior à de 1,65 registrada pelos não-fumicultores.

Tabela 13 – Posse de bens duráveis e animais de tração entre fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul

Bens duráveis e animais de tração	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
Trator/micro	0,33	0	3	0,46	0	5
Automóvel	0,63	0	3	0,62	0	3
Banheiro/sanitário	0,98	0	3	1,09	0	4
Geladeira	0,98	0	3	1,07	0	5
Televisão	1,01	0	4	1,06	0	5
Microcomputador	0,03	0	2	0,06	0	1
Antena parabólica	0,60	0	1	0,61	0	2
Videocassete	0,11	0	1	0,15	0	1
Animais de tração	2,23	0	20	1,65	0	6
Utilitário	0,05	0	1	0,11	0	1
Motocicleta	0,39	0	2	0,26	0	2
Telefone	0,79	0	4	0,81	0	4
Freezer	1,01	0	4	1,11	0	4
Rádio	1,22	0	6	1,45	0	10
Ar condicionado	0,03	0	2	0,03	0	1
DVD	0,01	0	1	0,01	0	1
Outros	0,17	0	3	0,39	0	20

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Os testes sobre os dados apresentados na Tabela 13 apontam também que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias encontradas para fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul para os seguintes itens: trator/micro, banheiro/sanitário, geladeira, animais de tração, utilitário, motocicleta, rádio e outros.

Em termos de número máximo relativo à posse de bens duráveis e animais de tração, constata-se, para os fumicultores do Rio Grande do Sul, que essa categoria possui até duas unidades de microcomputadores, motocicletas e ar condicionado em suas unidades familiares. Possuem até três elementos de trator/micro, automóvel, banheiro/sanitário e geladeira. O ápice da posse está com os animais de tração (20) e rádios (seis), conforme dados informados

na Tabela 13. Quanto aos não-fumicultores, observa-se que essa categoria de produtor familiar possui em suas propriedades números mais elevados que os fumicultores no que diz respeito a trator/micro, banheiro/sanitário, geladeira, televisão, antena parabólica e rádio.

#### **6.4.3 Posse de bens duráveis no Estado de Santa Catarina**

Para a posse de bens duráveis e animais de tração dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, tem-se a Tabela 14, com médias e valores de máximo e mínimo. Considera-se apropriado, neste momento, evidenciar que entre os produtores que responderam ao questionário estão 197 fumicultores e 114 não-fumicultores. Analisando-se a Tabela 14, então, a partir da coluna das médias, constata-se que os bens com médias acima de um entre os fumicultores são banheiro/sanitário (1,04), geladeira (1,04), televisão (1,11), animais de tração (1,79), freezer (1,01) e rádio (1,26).

Comparando-se as médias registradas para os fumicultores com as dos não-fumicultores em Santa Catarina, constata-se que esses últimos apresentam médias mais altas que aqueles, conforme ilustrado na Tabela 14. É possível afirmar, inclusive, que em Santa Catarina os não-fumicultores superam os fumicultores quanto à posse de bens, visto que 13 dos bens que compõem o rol da posse de bens entre os não-fumicultores de Santa Catarina apresentam médias superiores às mostradas pelos fumicultores. Além disso, constata-se também que somente três tipos de bens (animais de tração com média de 0,83, motocicleta, com 0,29 e rádio, com média de 1,22), apresentam médias inferiores às registradas pelos fumicultores.

Em termos de número máximo de bens, verifica-se que os produtores de fumo apresentam um número máximo de três unidades para banheiro/sanitário, enquanto os não-fumicultores possuem um número máximo de dois. Quanto ao bem aparelho de televisão, os fumicultores revelam uma média (1,11) menor que a média (1,14) dos não-fumicultores. Além disso, constatou-se que há diferenças estatisticamente significativas para os itens avaliados na Tabela 14, sendo que entre eles estão utilitário, motocicleta, telefone, freezer e animais de tração, ao nível  $p \leq 0,05$

Em síntese, comparando-se os fumicultores aos não-fumicultores quanto à posse de bens e animais de tração, observa-se, para o Estado do Paraná, que, dos 17 bens avaliados,

11<sup>54</sup> apresentam média mais alta entre os fumicultores. Entretanto, em relação ao número máximo de bens e animais de tração encontrados nas residências, considera-se importante salientar que somente sete<sup>55</sup> dos bens verificados apresentam quantidade superior quando comparados com a posse dos produtores familiares não-fumicultores. Cabe destacar, inclusive, que o item animais de tração possui média de 2,08 entre os fumicultores e, junto aos não-fumicultores, constata-se uma média de 1,31, no entanto, ambas as categorias têm no máximo seis animais de tração em suas propriedades. Vejam-se dados da Tabela 12.

Tabela 14 – Posse de bens duráveis e animais de tração entre fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina

Bens duráveis e animais de tração	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo
Trator/micro	0,55	0	2	0,68	0	4
Automóvel	0,63	0	1	0,69	0	2
Banheiro/sanitário	1,04	0	3	1,08	0	2
Geladeira	1,04	0	2	1,08	0	3
Televisão	1,11	0	3	1,14	0	3
Microcomputador	0,06	0	1	0,11	0	1
Antena parabólica	0,75	0	2	0,81	0	3
Videocassete	0,11	0	1	0,15	0	1
Animais de tração	1,79	0	6	0,83	0	4
Utilitário	0,05	0	1	0,17	0	1
Motocicleta	0,42	0	2	0,29	0	2
Telefone	0,48	0	3	0,65	0	2
Freezer	1,02	0	3	1,25	0	6
Rádio	1,26	0	4	1,22	0	3
Ar condicionado	0,01	0	1	0,04	0	1
DVD	0,01	0	1	0,01	0	1
Outros	0,93	0	9	1,33	0	12

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

No Rio Grande do Sul, os fumicultores revelam somente três médias mais altas – automóveis (0,63), animais de tração (2,23) e motocicletas (0,39) – quando comparados aos não-fumicultores. E mais, somente em animais de tração se verifica que os fumicultores possuem até vinte desses animais em suas propriedades, enquanto os não-fumicultores têm até seis. Desse modo, pode-se inferir que, entre os não-fumicultores naquele Estado, as médias relativas à posse de bens são majoritariamente superiores às dos fumicultores.

<sup>54</sup> São eles automóvel, banheiro/sanitário, geladeira, televisão, antena parabólica, animais de tração, utilitário, motocicleta, telefone, freezer e DVD.

<sup>55</sup> Trator/micro, automóvel, geladeira, motocicleta, telefone, rádio e DVD.

No Estado de Santa Catarina, ao se analisar a posse de bens dos fumicultores (comparados aos não-fumicultores), constata-se que os primeiros apresentam médias mais altas somente para animais de tração, motocicleta e rádio, questão já salientada anteriormente. Em contrapartida, os não-fumicultores possuem médias para a posse de bens mais elevadas em 12 dos 17 itens avaliados. Observando-se a coluna das médias, na Tabela 14, verifica-se que os não-fumicultores catarinenses possuem maior número de tratores (quatro), automóveis (dois), antena parabólica (três), freezer (seis) e outros bens (12) que os fumicultores. Já para bens como televisão (três), microcomputador (um), videocassete (um), utilitário (um), motocicleta (dois), ar condicionado (um) e DVD (um), ambas a categorias de produtores possuem números máximos iguais.

Em termos de Estados, constata-se que os fumicultores do Rio Grande do Sul têm até 20 animais de tração, enquanto que os do Paraná e de Santa Catarina apresentam um número máximo de seis. Observa-se também que os fumicultores do RS possuem o dobro de telefones (quatro), freezers (quatro) e rádios (seis), quando comparados aos fumicultores do Paraná. Já entre os não-fumicultores, a posse de animais de tração é igual entre os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul e superior ao Estado de Santa Catarina. Além disso, constata-se que os não-fumicultores do Rio Grande do Sul possuem maior média para a posse de rádios, mas no Paraná e em Santa Catarina, as médias são menores para esse item.

### **6.5 Atividades de agropecuária entre fumicultores e não-fumicultores**

Na sequência, as análises detêm-se nas atividades de agropecuária anual desenvolvidas pelos produtores familiares em seus estados. Com essa determinação, visa-se atender ao objetivo (e), o qual estipula que se verifique quais as atividades econômicas (vegetais e/ou animais) que são desenvolvidas pelos fumicultores e não-fumicultores, por Estado.

Assim, para a consecução desse objetivo, as informações sobre o processo produtivo dos fumicultores e não-fumicultores no plano vegetal são apresentadas em termos de hectares, quilogramas e valores. Quanto à produção animal, os critérios para exposição dos dados são médias de quilogramas e de valores.

### 6.5.1 Produção no Estado do Paraná

Observando-se a Tabela 15, constata-se que os fumicultores do Paraná se sobressaem somente na produção do tabaco, com média de 2,96 ha. Os não-fumicultores, com base nas médias de ha cultivados, apresentam médias mais elevadas que os fumicultores para a produção de feijão, de milho e de soja. De um modo mais detalhado, constata-se que os fumicultores plantam em média 0,46 ha de feijão, 2,03 ha de milho e 0,63 ha de soja, enquanto os não-fumicultores mostram médias de 1,94 ha, 3,41 ha e 1,85 ha para a produção de feijão, milho e soja, respectivamente. Para outras atividades produtivas, os fumicultores registram média de 0,01 ha. Os não-fumicultores mostram uma média de 0,53 ha para produções diversas. Vejam-se informações da Tabela 15.

Tabela 15 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em ha

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
	<b>Produção Vegetal (em ha)</b>					
Arroz	0,02	0,10	132	0,08	0,21	52
Batatinha	0,01	0,04	131	0,03	0,06	50
Cebola	0,02	0,21	132	0,08	0,30	52
Feijão	0,46	1,03	131	1,94	2,80	51
Fumo	2,96	1,55	130	0,00	-	-
Hortifrutigranjeiros	0,03	0,07	131	0,22	0,61	52
Mandioca	0,02	0,05	132	0,07	0,30	51
Milho	2,03	2,27	132	3,41	4,75	52
Soja	0,63	2,96	132	1,85	5,87	51
Outras	0,01	0,07	132	0,53	2,06	51

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Resumidamente, pode-se afirmar que os fumicultores do Paraná envolvem-se, quase com exclusividade, na produção do fumo, visto as pequenas médias de ha registradas para outros cultivos que não o fumo. Quanto aos não-fumicultores, a partir das médias de ha cultivados, observa-se que utilizam suas terras de um modo mais diversificado, envolvendo-se mais com a produção de alimentos. Complementando as análises sobre as médias de ha cultivados pelos produtores estudados do Paraná, realizou-se o teste t-Student. Constatou-se, então, que somente as diferenças para as médias de produção de arroz, de feijão, de hortifrutigranjeiro e de milho deram estatisticamente significativas, ao nível de  $p \leq 0,05$ .

Na Tabela 16, constam as médias relativas à quantidade de quilogramas produzidos pelos fumicultores e não-fumicultores do Paraná. Têm-se médias para cultivos de arroz, de batatinha, de cebola, de feijão, de fumo, de hortifrutigranjeiros, de mandioca, de milho, de soja e de outras atividades com vegetais. Os fumicultores, quando comparados aos não-fumicultores, apresentam superioridade absoluta somente na produção do tabaco. Quanto aos não-fumicultores, evidenciam-se para cultivos como feijão, hortifrutigranjeiros, milho e soja, médias de 1.893,80 kg; 2.840,27 kg; 8.107,16 kg; 4.598,82 kg, respectivamente. Essa superioridade nas médias de quilogramas cultivados para esses produtos era esperada, tendo em vista que as médias em hectares desses produtos, entre os não-fumicultores, são, igualmente superiores.

Tabela 16 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em kg

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
	<b>Produção Vegetal (em kg)</b>					
Arroz	24,17	120,50	132	108,65	382,04	52
Batatinha	54,92	152,21	132	204,71	719,37	51
Cebola	14,92	62,28	132	354,23	1.470,16	52
Feijão	517,12	1.109,20	132	1.893,80	3.483,76	50
Fumo	6.658,77	3.957,92	131	0,00	-	-
Hortifrutigranjeiros	57,01	208,71	132	2.840,27	9.903,42	49
Mandioca	99,18	326,06	132	787,65	3.639,89	51
Milho	7.452,65	12.623,68	132	8.107,16	14.507,73	50
Soja	900,91	4.153,25	132	4.598,82	13.836,29	51
Outras	95,23	886,95	132	560,00	2.829,69	51

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Outra percepção que se tira das médias de quilogramas produzidos pelos produtores familiares estudados do Paraná refere-se ao montante produzido. Ou seja, ao adicionarem-se as médias relativas aos cultivos dos fumicultores (coluna das médias), encontra-se um total médio de 15.874,88 kg. Por outro lado, quando se contabilizam as médias dos não-fumicultores, chega-se a uma quantidade média de 19.455,29 kg. Constata-se, assim, que os não-fumicultores superam os fumicultores, em termos médios, em mais de 3,5 toneladas de produção ( $19.455,29 - 15.874,88 = 3.581,41$  kg), quando se consideram as médias das atividades produtivas. (Vejam-se dados da Tabela 16). Constatou-se também, por meio dos resultados apontados pelo teste t-Student, que há diferenças estatisticamente significativas, ao nível de  $p \leq 0,05$ , para as produções de feijão, de hortifrutigranjeiro e de soja.

A partir dos dados da Tabela 17, observa-se que os fumicultores apresentam um valor médio para o cultivo de fumo de R\$28.206,11, enquanto os não-fumicultores não têm registro para essa atividade. Em contrapartida, constata-se que os fumicultores apresentam média bastante abaixo das evidenciadas pelos não-fumicultores na produção de arroz, batatinha, cebola, feijão, hortifrutigranjeiro, mandioca, milho, soja e outras atividades produtivas. Coerentemente, essa interpretação vem ao encontro das análises realizadas para as produções em hectares e quilogramas, cujos dados são apresentados nas Tabelas 15 e 16.

Tabela 17 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em valor

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
<b>Produção Vegetal (em R\$)</b>						
Arroz	17,72	13,06	132	142,60	52,58	52
Batatinha	96,24	50,91	132	210,37	79,61	51
Cebola	5,70	9,97	132	28,13	12,59	52
Feijão	515,14	99,89	132	1.872,98	276,36	51
Fumo	28.206,11	17.968,47	132	0,00	0,00	52
Hortifrutigranjeiros	24,73	13,91	132	2.053,73	474,93	52
Mandioca	37,42	17,43	132	393,82	819,95	51
Milho	2.317,89	333,20	132	4.188,32	842,13	50
Soja	592,14	302,40	132	2.472,00	765,81	51
Outras	95,91	74,27	132	594,31	295,39	52

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

As maiores disparidades entre os fumicultores e não-fumicultores do Paraná, quanto à produção vegetal em valor, são encontradas nos cultivos de hortifrutigranjeiro, mandioca, arroz e outros cultivos, pois, enquanto os fumicultores apresentam valores médios para essas atividades, obedecida a mesma ordem, de R\$24,73; R\$37,42; R\$17,72 e R\$95,91, os não-fumicultores possuem registros com valores médios bem mais expressivos para as atividades produtivas de hortifrutigranjeiro (R\$2.053,73); mandioca (R\$393,82), arroz (R\$142,60) e outras (R\$594,31). Vejam-se os dados da Tabela 17.

Constata-se para cultivares como mandioca, arroz e outras, que os valores da produção dos não-fumicultores são superiores aos dos fumicultores. Outra análise efetivada foi quanto à possibilidade de encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as médias de produção em valor *versus* o tipo de produtor. Em razão disso, realizou-se o teste t-Student,

cujos resultados apontaram diferenças estatisticamente significativas somente para a produção em valor de feijão e de hortifrutigranjeiros, ao nível de  $p \leq 0,05$ .

Tabela 18 – Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em kg

Produção Animal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
	<b>Produção Animal (em kg/ano)</b>					
Avicultura	279,82	186,18	132	4.366,75	942,05	52
Bovinos de corte	105,83	18,12	132	197,98	98,63	52
Bovinos de leite	1.656,33	623,22	132	2.513,85	707,78	52
Piscicultura	17,88	10,54	132	25,00	126,61	52
Suínos	263,44	101,95	131	269,58	853,66	52
Outros	141,14	62,41	132	128,04	670,74	51

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Na Tabela 18, constam as médias da produção animal, em quilograma/ano, para os fumicultores e não-fumicultores do Paraná. De modo geral, pode-se dizer que as médias registradas para a produção animal dos não-fumicultores são superiores às médias apresentadas pelo fumicultores. Para as médias das produções de aves, de bovinos de corte e bovinos de leite foram constatadas diferenças estatisticamente significativas, com  $p \leq 0,05$ . Observando-se as colunas das médias, verifica-se que os não-fumicultores se destacam dos fumicultores na produção avícola e na bovinocultura leiteira

TABELA 19 – Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Paraná, em valor

Produção Animal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
	<b>Produção Animal (em R\$)</b>					
Avicultura	389,26	870,86	132	1.240,90	3.311,96	51
Bovinos de corte	289,94	777,65	132	615,29	2.191,39	52
Bovinos de leite	810,32	1.624,87	132	1.129,69	2.886,39	52
Piscicultura	48,24	442,34	132	62,50	316,52	52
Suínos	432,79	788,43	131	470,25	757,75	52
Outros	144,32	856,37	132	240,19	1.024,87	52

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Em síntese, os dados apresentados na Tabela 19 revelam que os produtores não-fumicultores paranaenses apresentam médias para a produção animal (em R\$) superiores as evidenciadas para os fumicultores. Nesse caso, chama-se atenção para a produção avícola em



que os não-fumicultores têm preponderância, quando comparados com os fumicultores. Verifica-se que as atividades relativas à avicultura e bovinocultura de corte exercidas pelos produtores do Paraná são significativas, ao nível de  $p \leq 0,05$ .

A seguir, procede-se à análise sobre as atividades de agropecuária anual dos produtores familiares estudados do Rio Grande do Sul, conforme dados da Tabela 20. Cabe ressaltar que o número de produtores respondentes fumicultores e não-fumicultores oscilou nos intervalos de [427; 429] e [214; 218], respectivamente. Isso em função de não-respostas.

### 6.5.2 Produção no Estado do Rio Grande do Sul

Verificando-se as colunas das médias da Tabela 20, constata-se que os fumicultores têm uma média mais elevada para a quantidade de hectares apenas para a produção de fumo, isso em decorrência de que os não-fumicultores não apresentam registros para esse tipo de cultivo.

Tabela 20 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, em ha

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
<b>Produção Vegetal (em ha)</b>						
Arroz	0,08	0,70	428	0,74	3,07	214
Batatinha	0,08	0,16	429	0,13	0,28	217
Cebola	0,02	0,06	429	0,04	0,15	217
Feijão	0,30	0,63	429	0,44	0,74	218
Fumo	3,01	1,49	428	0,00	-	-
Hortifrutigranjeiros	0,10	0,24	429	0,20	0,43	213
Mandioca	0,17	0,32	427	0,37	0,58	217
Milho	2,55	2,08	429	3,50	3,67	215
Soja	0,11	0,93	429	0,98	3,89	216
Outras	0,22	0,93	427	0,61	1,73	216

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Já analisando-se as médias dos não-fumicultores, constatou-se que essa categoria utiliza maior quantidade de terras na produção de vegetais que os fumicultores, haja vista a superioridade de suas médias para a produção vegetal em hectares. Evidencia-se, desse modo, que os não-fumicultores utilizam as terras de suas propriedades de modo mais diversificado que os fumicultores, os quais se detêm praticamente somente no cultivo do fumo. Pode-se

acrescentar, ainda, que os não-fumicultores evidenciam médias de maior grau, quando comparados aos fumicultores, nos cultivos de arroz, feijão, milho e soja. Cabe salientar também que todas as diferenças mostraram-se estatisticamente significativas, com  $p \leq 0,05$ .

Na Tabela 21, têm-se informações sobre os produtores estudados do Rio Grande do Sul para a produção vegetal, em quilogramas. Chama-se atenção nesse momento, para o fato de que o número de produtores fumicultores e não-fumicultores que responderam à pesquisa oscilou, em decorrência de não-respostas, entre [426; 429] e [215; 218], respectivamente.

Tabela 21 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, em kg

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
	<b>Produção Vegetal (em kg)</b>					
Arroz	310,13	3.058,29	428	3.798,19	17.023,84	215
Batatinha	221,98	589,92	429	458,46	1.505,03	215
Cebola	59,19	344,63	429	171,02	572,00	218
Feijão	302,06	911,72	429	476,33	1.184,98	218
Fumo	7.051,89	4.310,38	426	0,00	-	-
Hortifrutigranjeiros	622,36	3.321,48	429	1.534,52	6.261,30	217
Mandioca	1.650,51	3.796,37	429	4.227,25	8.362,96	218
Milho	4.420,00	6.545,99	427	9.159,03	14.108,54	217
Soja	187,33	1.665,09	428	1.481,48	6.448,53	216
Outras	659,94	3.267,70	428	1.745,90	5.616,44	216

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Ao se analisar os não-fumicultores, estabelecendo-se uma relação de suas médias (kg) de produção com as dos fumicultores, conclui-se que eles se destacam nas colheitas de modo geral. Mas é no arroz, na soja, na cebola e ‘outras’ atividades que as quantidades produzidas mostram-se superiores, relativamente à dos fumicultores. Essa percepção, como salientada anteriormente, pode ser comprovada cotejando-se as médias dos produtores estudados.

Nas Tabelas 20 e 21, ficou evidenciado, para a produção vegetal, que os fumicultores (comparados ao não-fumicultores) do Rio Grande do Sul utilizam, em média, menos hectares e que produzem menor quantidade média de quilogramas de arroz, batatinha, cebola, hortifrutigranjeiro, mandioca, milho, soja e outras atividades vegetais. Na Tabela 22, também se verifica, para os produtores familiares fumicultores, que seus ingressos médios em reais,

nas outras atividades vegetais que não o cultivo de fumo, são economicamente inferiores, quando comparadas aos rendimentos dos não-fumicultores. Essa assertiva se fundamenta nas médias registradas na Tabela 22 para ambos os tipos de produtores familiares estudados.

Tabela 22 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, em valor

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
<b>Produção Vegetal (em R\$)</b>						
Arroz	405,77	4.679,17	429	2.115,05	8.479,64	215
Batatinha	115,36	286,52	429	178,35	462,42	214
Cebola	37,19	166,89	429	135,29	754,13	218
Feijão	301,96	874,45	426	570,47	1.486,68	218
Fumo	28.974,43	1.8907,55	429	0,00	0,00	0,00
Hortifrutigranjeiros	161,31	622,84	429	884,07	3.974,35	215
Mandioca	637,15	1.311,31	428	1.509,11	2.621,65	215
Milho	1.610,67	2.601,69	429	3.212,48	4.718,80	216
Soja	104,22	841,50	429	795,84	4.228,77	214
Outras	329,14	1.960,59	428	1.115,94	3.677,58	216

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Outro conhecimento a que se chega, observando-se as colunas das médias, é que os não-fumicultores têm rendimentos maiores na produção de soja, de hortifrutigranjeiro e de arroz, quando comparados aos fumicultores. Essa afirmação se sustenta no relacionamento das médias dos produtores estudados. Pode-se acrescentar que as análises efetuadas para a produção vegetal dos produtores estudados do Rio Grande do Sul, ao se testar a existência de diferenças estatisticamente significativas para as médias de suas produções em hectares, quilogramas e valor, quando relacionadas ao tipo do produtor, evidenciaram-se todas com diferenças estatisticamente significativas, ao nível de  $p \leq 0,05$

Em termos gerais, somando-se as médias ilustradas da Tabela 22 para os fumicultores e não-fumicultores, encontram-se os valores de R\$32.677,20 e de R\$10.516,60, respectivamente, representando, portanto, os ingressos econômicos de ambos nas atividades vegetais realizadas. Nessa perspectiva, os produtores familiares fumicultores apresentam rendimentos médios, com base na soma das médias registradas na Tabela 22, três vezes maior ( $32.677,20 / 10.516,60 = 3,10$ ), quando comparados aos não-fumicultores.

Todavia é preciso lembrar que nem todo o valor (em Reais) que faz parte do exercício financeiro do fumicultor é passível de uso pela unidade familiar. Do valor global contabilizado pelo fumicultor, é preciso deduzir os custos decorrentes de financiamentos efetuados para a produção do fumo. Sobre esse processo, Prando, coordenador de produção socioeconômica solidária da Fetraf-Sul, alerta sobre o endividamento dos fumicultores, o qual advém da submissão dos fumicultores ao pacote tecnológico e à assistência técnica promovida pelas empresas transnacionais. Especificamente, as dívidas dos produtores resultam da supervalorização dos insumos que lhes são entregues. Veja-se o caso do adubo, que poderia ser comprado nas lojas de agropecuária por R\$30,00 a saca, mas que é fornecido pelas empresas tabagistas por até R\$51,00 (FETRAF-SUL, 2006).

Além do valor onerado do adubo, há também o fator relativo ao custo de produção do fumo, pois, para produzir um quilo de tabaco, o fumicultor gasta R\$4,86, entretanto as empresas multinacionais pagam ao produtor no máximo R\$4,60. Em decorrência disso, a produção fumícola se torna inviável economicamente, pondera Tortelli, coordenador geral da Fetraf-Sul. As estimativas da Fetraf-Sul são de que a dívida das agroindústrias para com os fumicultores chegue a R\$2 milhões, em função dos baixos preços pagos ao fumo, o qual hoje vale menos do que há dois anos (FETRAF-SUL, 2006).

Na sequência, as análises sobre os produtores do Rio Grande do Sul referem-se à produção de animais (kg/ano), conforme dados apresentados na Tabela 23. Ressalta-se que, em função de não-respostas, o número de produtores fumicultores que responderam ao questionário variou entre 425 e 429 e o número dos não-fumicultores, entre 214 e 217. Verificando-se as colunas das médias para a produção animal (kg/ano) dos produtores fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, constatam-se médias superiores para esta última categoria de produtor.

Relacionando-se as médias dos produtores fumicultores e dos não-fumicultores, evidencia-se que estes últimos revelam-se mais produtivos quanto ao padrão animal (kg/ano) na avicultura e bovinocultura leiteira. É importante ressaltar também a superioridade das médias apresentadas pelos não-fumicultores, quando comparados aos fumicultores, para as produções avaliadas na Tabela 23.

Destaca-se, com base nos dados das Tabelas 23 e 24, que foram constatadas diferenças estatisticamente significativas para a produção animal dos produtores do Rio Grande do Sul. Essas diferenças foram observadas para o critério (kg/ano) para as produções de aves, bovinos de corte, bovinos de leite e piscicultura e todas ao nível de  $p \leq 0,05$ . E mais, as análises também se mostraram significativas para o critério (em R\$) para a avicultura, bovinocultura leiteira, piscicultura e suinocultura.

Tabela 23 – Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, em kg

Produção Animal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
	<b>Produção Animal (em kg/ano)</b>					
Avicultura	530,72	6.525,69	429	4.019,38	23.660,57	214
Bovinos de corte	333,80	750,98	425	540,82	994,02	214
Bovinos de leite	2.981,24	6.063,65	429	7.396,18	14.298,13	215
Piscicultura	94,66	257,40	429	164,35	425,38	215
Suínos	442,96	2.664,87	429	499,55	1.255,31	215
Outros	82,39	429,91	427	128,99	576,64	217

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Para o valor da produção animal (em R\$) dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, tem-se a Tabela 24. Quando se observa as colunas das médias, constata-se que, em termos econômicos, os não-fumicultores apresentam rendimentos maiores em termos de produção animal que os fumicultores. Outra análise que se realiza consiste em se adicionar as médias registradas para os fumicultores e para os não-fumicultores. Nesse processo de adição, encontram-se, para os fumicultores R\$3.766,81 e para não-fumicultores R\$7.043,29, evidenciando-se, assim, a superioridade econômica dos não-fumicultores no RS. Vejam-se dados da Tabela 24.

Com base nas médias registradas para a produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, verifica-se que os não-fumicultores são mais ativos, relativamente, aos fumicultores, na produção de aves e na produção de bovinos de leite. Importante reforçar que a produção de bovinos de corte, piscicultura, suinocultura e outras atividades, entre os não-fumicultores apresentam, igualmente, médias mais elevadas que as dos fumicultores.

Tabela 24 – Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores do Rio Grande do Sul, em valor

Produção Animal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
<b>Produção Animal (em R\$)</b>						
Avicultura	274,50	1.214,95	429	620,98	2.197,80	214
Bovinos de corte	872,91	2.079,95	429	1.176,41	2.190,32	215
Bovinos de leite	1.454,61	3.630,19	429	3.313,24	6.497,74	215
Piscicultura	215,80	605,57	429	335,63	806,31	213
Suínos	774,45	1.471,75	429	1.278,30	2.905,21	216
Outros	174,54	780,44	429	318,73	1.082,56	217

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Assim como se procedeu em relação ao Paraná e ao Rio Grande do Sul, a partir desse momento, as análises são elaboradas sobre a produção vegetal e animal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, conforme dados expostos nas Tabelas 25 a 29.

### 6.5.3 Produção no Estado de Santa Catarina

Sobre o tamanho da amostra dos produtores familiares estudados de Santa Catarina, constata-se, na Tabela 25, que a quantidade de fumicultores respondentes oscilou entre 195 e 197. Já para os não-fumicultores, percebe-se que a quantidade de produtores respondentes apresenta variações, em função de não-respostas, entre 108 e 113.

Analisando-se as médias relativas às quantidades de hectares cultivados pelos produtores estudados de Santa Catarina, além do fumo, outro cultivo em que os fumicultores se sobressaem, quando comparados aos não-fumicultores, é na produção de batatinha. Para essa atividade, com base nas médias expressas na Tabela 25, pode-se inferir que os fumicultores utilizam mais terra, quando comparados aos não-fumicultores. No entanto, observando-se a coluna das médias registradas para os não-fumicultores, pode-se inferir que esses agricultores familiares são expressivos, em termos de ha, na produção de arroz, cebola, hortifrutigranjeiro, milho e soja. Destaca-se que foram observadas diferenças estatisticamente significativas ao nível de  $p \leq 0,05$ , para as produções vegetais (em hectares) de arroz, de mandioca e de milho.

Tabela 25 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em ha

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
<b>Produção Vegetal (em ha)</b>						
Arroz	0,10	0,76	196	0,66	2,77	112
Batatinha	0,03	0,08	197	0,02	0,08	113
Cebola	0,03	0,17	197	0,04	0,21	108
Feijão	0,70	1,32	195	0,90	1,71	113
Fumo	3,55	1,85	195	0,00	-	-
Hortifrutigranjeiros	0,09	0,17	195	0,22	0,53	112
Mandioca	0,21	0,51	196	0,37	0,77	112
Milho	2,41	2,15	196	4,04	4,69	111
Soja	0,61	3,25	196	1,07	3,90	113
Outras	0,18	0,77	197	0,51	1,50	113

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Para ilustrar as produções vegetais (em kg/ano) dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, elaborou-se a Tabela 26. Quanto ao número de fumicultores que responderam ao questionário, houve variações entre 196 e 197, em decorrência de não-respostas. Já em relação aos não-fumicultores entrevistados, observa-se que as variações aconteceram entre 109 e 114. Analisando-se as colunas das médias da Tabela 26, constata-se que os fumicultores (comparados aos não-fumicultores) só têm maior quantidade de quilogramas produzidos quando a espécie vegetal analisada é o fumo. Esses produtores destinam em média 3,55 ha de suas terras para o cultivo do tabaco e produzem em média 8.181,39 kg.

Tabela 26 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em kg

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
<b>Produção Vegetal (em kg)</b>						
Arroz	540,82	5.262,15	196	3.232,59	14.955,50	112
Batatinha	110,36	264,30	197	206,77	1.186,29	113
Cebola	217,60	1.452,74	197	735,60	3.707,66	109
Feijão	698,98	1.377,82	196	912,55	1.903,30	111
Fumo	8.181,39	4.523,17	196	0,00	-	-
Hortifrutigranjeiros	980,24	2.208,34	196	3.288,20	1.0978,21	114
Mandioca	2.652,55	4.322,40	196	4.372,55	9.149,99	110
Milho	6.536,35	7.264,37	196	11.342,09	1.5557,41	112
Soja	979,59	6.138,34	196	2.112,28	8.232,67	114
Outras	318,73	1.706,56	197	1.664,51	5.514,87	111

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Efetuando-se o teste t-Student, observaram-se diferenças estatisticamente significativas para os cultivos (kg/ano) de hortifrutigranjeiro, de milho e ‘outras’ produções vegetais, todas ao nível de  $p \leq 0,05$ . Verifica-se, então, que os não-fumicultores de Santa Catarina mostraram-se, inclusive, mais produtivos em atividades diversas, relativamente aos fumicultores. Além disso, nos cultivos de soja, de batatinha, de milho, de mandioca e de feijão, evidenciam-se resultados que reforçam o envolvimento dos não-fumicultores com as produções avaliadas na Tabela 26, exceto o fumo. Ainda em relação à produção vegetal dos produtores familiares analisados de Santa Catarina, tem-se a Tabela 27, com médias (em R\$). Destaca-se que o número de fumicultores e não-fumicultores que responderam à pesquisa oscilou entre 195 e 197 e entre 109 e 104, respectivamente.

Analisando-se as médias (em R\$) contidas na Tabela 27 para os fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, verifica-se que, ao se somar os valores que constam na coluna das médias, os fumicultores, quando não se consideram os ingressos advindos do fumo, apresentam um montante médio de R\$6.586,19, enquanto para os não-fumicultores, encontra-se R\$14.917,49. Com base nesses resultados, pode-se dizer que o rendimento médio dos não-fumicultores é maior, em relação aos fumicultores para outras atividades que não o tabaco.

Tabela 27 – Produção vegetal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em valor

Produção vegetal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
<b>Produção Vegetal (em R\$)</b>						
Arroz	358,06	3.338,13	196	2.497,58	12.514,96	113
Batatinha	92,73	550,23	197	44,51	113,72	113
Cebola	83,40	530,78	197	297,83	1.572,82	109
Feijão	691,98	1.283,29	195	1.382,21	3.288,69	114
Fumo	31.693,01	17.477,81	197	0,00	0,00	114
Hortifrutigranjeiros	637,17	2.122,08	196	1.469,19	5.180,83	113
Mandioca	1.382,23	2.101,70	196	1.956,68	3.211,98	112
Milho	2.232,86	3.561,37	196	4.316,29	6.648,33	114
Soja	944,01	6.222,92	197	1.468,11	5.070,12	114
Outras	163,75	864,80	197	1.485,09	4.586,50	112

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Mas, caso se inclua a produção vegetal (médias em R\$) do fumo, o total encontrado para os fumicultores eleva-se ao patamar dos R\$38.279,20. As médias (em R\$) apresentadas



na Tabela 27 mantêm-se coerentes com as médias relativas à produção vegetal em termos da quantidade de hectares e de quilogramas, conforme ilustrações das Tabelas 25 e 26, respectivamente. Os fumicultores lideram, portanto, em hectares, em quilogramas e em valor, somente quando se computa a produção de fumo. Essa asserção é sustentada por meio da análise comparada das médias dos produtores estudados.

Assim, sobre a produção de arroz (médias em R\$), observa-se que os não-fumicultores apresentam um valor médio maior que os fumicultores. Na produção denominada como 'outras', os não-fumicultores também se mostram mais produtivos, pois, em termos médios, sua produção vegetal apresenta-se superior à produção dos fumicultores. Outros cultivos como cebola, hortifrutigranjeiro e feijão, constituem atividades de produção vegetal realizadas pelos não-fumicultores que expressam valores superiores, relativamente aos rendimentos auferidos pelos fumicultores. Evidencia-se, inclusive, que foram observadas diferenças estatisticamente significativas (em R\$) para as produções de arroz, de milho e "outras", todas ao nível de  $p \leq 0,05$ .

A exceção que se observa para as médias, em R\$, refere-se à produção de batatinha. No cultivo dessa espécie, os não-fumicultores de Santa Catarina apresentam média 206,77 (em kg) superior aos fumicultores (110,36). Entretanto, caso se analise a produção da batatinha em ha entre as duas categorias de produtores, constata-se que os não-fumicultores dedicam em média 0,02 ha para essa atividade, enquanto os fumicultores apresentam maior média, 0,03 ha. Essas são análises que já foram elaboradas anteriormente neste estudo, conforme registros apresentados nas Tabelas 25 e 26. A incoerência que se percebe para a produção da batatinha está nas médias de quilogramas e nos valores percebidos pelos produtores familiares, pois, como evidenciado anteriormente, os não-fumicultores apresentam média maior que os fumicultores. No entanto o valor médio (em R\$) evidenciado pelo não-fumicultores é de R\$44,51 e, para os fumicultores, é de R\$92,73, conforme Tabela 27.

Na Tabela 28, evidenciam-se as médias para a produção animal dos produtores familiares estudados de Santa Catarina, em kg/ano. Cabe destacar que o tamanho das amostras para os fumicultores oscilou entre 195 e 197 e, para os não-fumicultores, a variação ocorreu entre 112 e 113 respondentes. Analisando-se as médias explicitadas na Tabela 28, para a produção animal (em kg/ano), infere-se que os fumicultores (comparados aos não-

fumicultores) têm médias maiores nas atividades de avicultura, piscicultura e suinocultura. Mas os não-fumicultores têm supremacia na bovinocultura leiteira.

Os não-fumicultores, no entanto, no exercício das atividades de produção animal e pelo critério de kg/ano, garantem médias superiores no exercício das atividades de bovinocultura leiteira tanto no âmbito de sua categoria quanto ao serem comparados aos fumicultores. Outra informação que se obtém, analisando a Tabela 28, é quanto ao total das médias. Adicionando-se as médias apresentadas pelos produtores familiares para a produção animal em kg/ano, chega-se aos seguintes resultados: os fumicultores atingem um montante médio de 7.598,77 kg/ano e os não-fumicultores os superam, alcançando o valor de 9.827,99 kg/ano.

Tabela 28 – Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em kg

Produção Animal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
<b>Produção Animal (em kg/ano)</b>						
Avicultura	1.534,62	15.418,72	197	73,19	73,45	113
Bovinos de corte	418,69	812,56	196	412,68	649,22	112
Bovinos de leite	4.665,08	6.430,97	195	8.603,58	12.936,59	113
Piscicultura	287,09	625,57	196	278,62	557,33	113
Suínos	644,52	4.116,39	196	327,88	1.184,47	113
Outros	48,77	304,90	197	132,04	543,85	112

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

O que se percebe relativamente à produção animal em kg/ano, para os produtores familiares estudados de Santa Catarina, é que os fumicultores se concentram na avicultura, embora superem os não-fumicultores em bovinos de corte, piscicultura e suinocultura. Já os não-fumicultores conseguem uma produção animal em kg/ano, em geral, superior à dos fumicultores, concentrando-se, quase que com exclusividade, na produção leiteira. Por oportuno salienta-se que as referidas médias apresentam diferenças estatisticamente significativas, com  $p \leq 0,05$ , para as produções de bovinos de leite (em kg/ano) e (em R\$). Já as atividades relativas à produção de bovinos de corte apresentam diferenças significativas entre fumicultores e não fumicultores para o mesmo critério (kg/ano), em Santa Catarina.

Na Tabela 29, informam-se as médias (em R\$) para a produção animal dos produtores estudados de Santa Catarina. Em decorrência de não-respostas, o número de produtores

fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina apresentaram variações, entre 195 e 197 e entre 110 e 114, respectivamente. Já em relação aos valores médios auferidos por ambas as categorias dos produtores, encontram-se, com a adição das médias, por coluna e tipo de produtor, valores médios de R\$5.116,88 (fumicultores) e R\$7.151,77 (não-fumicultores). A partir dos montantes médios encontrados, destaca-se que, em geral, os não-fumicultores contabilizam valores econômicos médios maiores nas atividades de produção animal. E mais, é na bovinocultura leiteira que os produtores não-fumicultores catarinenses têm preponderância, apresentando maior média, quando comparados aos fumicultores. Entretanto, estes produtores denotam média superior as dos não-fumicultores nas atividades de piscicultura. Vejam-se ilustrações da Tabela 29.

Tabela 29 – Produção animal dos fumicultores e não-fumicultores de Santa Catarina, em valor

Produção Animal	Tipo de produtor					
	Fumicultor			Não-Fumicultor		
	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra	Média	Desvio padrão	Tamanho da amostra
Produção Animal (em R\$)						
Avicultura	382,49	1.680,55	197	389,73	2.333,12	114
Bovinos de corte	1.247,87	2.360,01	196	1.319,66	2.223,26	113
Bovinos de leite	2.142,39	4.021,40	196	3.779,74	5.851,06	113
Piscicultura	661,19	1.333,67	196	541,70	1.018,52	112
Suínos	547,74	2.694,15	195	975,74	3.888,51	114
Outros	135,20	814,81	196	145,20	568,23	110

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Em síntese, para finalizar este Capítulo, comparando-se os fumicultores e não-fumicultores quanto às atividades de agropecuária anual, constata-se para o Estado do Paraná, que, das 10 atividades vegetais de produção avaliadas, nove<sup>56</sup> registram média mais alta entre os não-fumicultores. Essa superioridade das médias apresentadas pelos não-fumicultores paranaenses são verificadas para os três critérios de análise (ha, kg/ano e em R\$). Os não-fumicultores do Paraná também evidenciam médias mais elevadas para as atividades de produção animal<sup>57</sup> quando comparados aos fumicultores, tanto pelo critério de produção kg/ano como pelo de valor (em R\$).

<sup>56</sup> Arroz, batatinha, cebola, feijão, hortifrutigranjeiro, mandioca, milho, soja e outras.

<sup>57</sup> Avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura leiteira, piscicultura e suinocultura.

No Rio Grande do Sul, os não-fumicultores envolvem-se de um modo mais expressivo e diversificado com nove<sup>58</sup> das 10 produções vegetais avaliadas. As médias das atividades vegetais exercidas pelos não-fumicultores são superiores às registradas pelos fumicultores. Entre as produções vegetais dos não-fumicultores as, que mais se destacam, em termos de médias, comparadas com aquelas exercidas pelos fumicultores, são o arroz, o milho, o soja, a mandioca e os hortifrutigranjeiros. Nas atividades de produção animal, comparando-se as médias dos fumicultores com as dos não-fumicultores, observam-se médias maiores para os não-fumicultores em todas as atividades produtivas<sup>59</sup>, com destaque para a produção e aves e bovinos de leite.

Em Santa Catarina, do mesmo modo que nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, os não-fumicultores, em geral, apresentam médias superiores para as atividades vegetais, quando comparados aos fumicultores. A exceção das atividades vegetais entre os produtores não-fumicultores, em relação aos outros dois Estados, vincula-se ao cultivo de batatinha, o qual mostra média menor para a quantidade de hectares e para valor em Reais.

Relacionando-se os três Estados e em termos de produção animal, os não-fumicultores catarinenses se destacam na bovinocultura leiteira com uma média (em reais) de R\$3.779,74, que é superior as médias registradas pelo Paraná (R\$1.129,69) e pelo Rio Grande do Sul (R\$3.313,74). Já os fumicultores, nas atividades de bovinocultura leiteira, apresentam médias menores, comparados aos não-fumicultores, constatando-se, então, médias para aquela categoria de produtor de R\$2.142,39; R\$1.454,61 e R\$810,32, nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente.

No mesmo enfoque comparativo, os não-fumicultores entre os três Estados apresentam médias (em valor) mais altas que os fumicultores, para as atividades vegetais. Então, analisando as médias dos não-fumicultores pelos Estados, afirma-se que os produtores de Santa Catarina mostram médias maiores para a produção de arroz, cebola, mandioca e milho. No Paraná, os não-fumicultores se destacam, com médias mais substanciais, relativamente aos outros dois Estados, na produção de batatinha, feijão, hortifrutigranjeiro e soja.

---

<sup>58</sup> Arroz, batatinha, cebola, feijão, hortifrutigranjeiro, mandioca, milho, soja e outras.

<sup>59</sup> Avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, piscicultura, suinocultura e outras.

De modo geral, observa-se que os produtores familiares de Santa Catarina apresentam médias superiores para o Valor Total da Produção tanto entre os fumicultores quanto entre os não-fumicultores. Observa-se, para os fumicultores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, médias (em valor) de R\$43.396,08; R\$36.444,01 e R\$34.026,87, respectivamente. Entre os não-fumicultores, da mesma forma, considerando-se as atividades vegetais e animais, verificam-se médias de R\$22.069,26; R\$17.559,89 e R\$15.715,08, para Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente.

Em termos de diversificação<sup>60</sup> (produções vegetal e animal) são os fumicultores de Santa Catarina que apresentam média superior também. Sobre o processo de diversificação dos produtores desse Estado, contata-se junto ao estudo de Oliveira (2005), que Santa Catarina, comparada ao Rio Grande do Sul e ao Paraná, é o líder em termos de diversificação. Assim, ressalta-se que os fumicultores de Santa Catarina alcançam uma média anual (em valor) de R\$6.586,19 nas atividades vegetais, enquanto os do Paraná apresentam R\$3.702,89 e os do Rio Grande do Sul R\$3.702,77. A partir dessas comparações, constata-se que Paraná e Rio Grande do Sul apresentam, para a produção vegetal, médias muito próximas. E mais, os fumicultores de Santa Catarina (R\$5.116,88) também registram média maior para a produção animal quando comparados aos fumicultores do Paraná (R\$2.114,87) e do Rio Grande do Sul (R\$3.766,81). Pode-se afirmar, a partir dessas comparações entre as médias (em valor) desses produtores, que os fumicultores do Rio Grande do Sul têm uma colocação intermediária entre os três Estados.

Analisando-se as médias da produção vegetal para os não-fumicultores, verificam-se médias anuais de R\$14.917,49; R\$10.516,60 e R\$11.956,26, para os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente. Pode-se afirmar, então, que os produtores não-fumicultores do Rio Grande do Sul são os que apresentam menor média, quando relacionados com os de Santa Catarina e Paraná. Já em relação às atividades de produção animal, da mesma forma, Santa Catarina (R\$7.151,77) têm média maior, relativamente ao Paraná (R\$3.758,82) e ao Rio Grande do Sul (R\$7.043,29). Com base nas médias da produção animal em valor, conclui-se que o Paraná é o Estado com menor média.

---

<sup>60</sup> Produção exceto o fumo.

No entanto, verificando-se as médias dos fumicultores entre os três Estados e selecionando-se, em cada Estado, três das médias mais altas (em valor), constata-se que no Paraná esses produtores se destacam na avicultura, bovino de leite e suínos, com médias de R\$389,26; R\$810,32 e R\$432,79, respectivamente. Para os fumicultores do Rio Grande do Sul, constata-se que as três maiores médias (R\$) são R\$1.454,61; R\$872,91 e R\$774,45, para as atividades de bovino de leite, bovinos de corte e suínos, respectivamente. Em Santa Catarina, os fumicultores evidenciam médias mais altas, em (R\$), de R\$2.142,39; R\$1.247,87 e R\$661,19, para as atividades de bovinos de leite, bovinos de corte e piscicultura, nessa mesma ordem. Com base nessas informações, pode-se afirmar que os fumicultores, embora tenham médias menores na produção animal que os não-fumicultores, apresentam nesse segmento a melhor performance depois do fumo, é claro.

Nesse sentido, um estudo realizado pela Unisc e coordenado pelo economista Carlos Aguedo Nagel Paiva, da Fundação Economia Estatística e professor da Unisc, divulgado em 21 de outubro de 2009, pela Zero Hora, em seu caderno “Campo & Lavoura”, a respeito da maior agregação de valor nas cadeias produtivas, comparativamente à de grãos e ao processamento interno dos produtos, conclui que “o efeito irradiador da economia é maior nos segmentos de produção animal [e afirma é preciso] centrar os esforços no que é competitivo, como carnes e leites, produtos que poderiam vencer as dificuldades de exportações do câmbio”. E é justamente nestes segmentos que os fumicultores, dentre tudo que produzem além do fumo, parecem estar um pouco melhores, o que sinaliza para a possibilidade de políticas públicas levarem em conta esta característica. Contudo, cabe lembrar que o incentivo à produção de animais de grande porte, como é o caso da bovinocultura de corte e leiteira, pode esbarrar no tamanho das propriedades dos fumicultores, as quais, como já se constatou, se caracterizam por terem extensões bem pequenas.

Além disso, Paiva ressalta que atividade como a sojicultura, por necessitar de insumos importados e por ter seu processamento efetuado nos países importadores, deixa um pequeno valor agregado no Estado, em torno de 87%. Já na produção de aves, o índice é de 136%. Aqui tem-se uma atividade que não exigiria tanto em termos de extensões de terra, quando se pensa em processos de reconversão dos produtores de fumo. Claro que novamente eles poderiam estar vinculados à agroindústria, o que ainda os manteria com a autonomia restrita em termos de processos decisórios na esfera da produção e comercialização.

Além disso, parece importante destacar que, ao longo desta tese, reiteradamente, abordou-se o fato dos fumicultores necessitarem de insumos modernos para produzirem a folha do fumo com o padrão estipulado pelas fumageiras e que a adoção dessas novas tecnologias têm onerado o custo de produção. Mencionou-se também a questão da produção de fumo ser exportada *in natura*, procedimento que, como avalia Paiva citado no parágrafo anterior, deixa pequeno valor agregado no Estado e isso, presume-se, pode se constituir como o fator desencadeador do empobrecimento no campo. Assim, o conjunto dessas constatações sinaliza para a necessidade rever os fatores econômicos essenciais para incrementar as potencialidades das unidades de produção familiar no Sul do Brasil, principalmente aquelas que vivem da monocultura, tais como as unidades dos fumicultores.

## 7 CONDICIONANTES DO VALOR DA PRODUÇÃO DOS FUMICULTORES E NÃO-FUMICULTORES

Para o cumprimento do que foi formalizado no objetivo geral desta tese, elaboram-se estatísticas descritivas das variáveis do modelo para os produtores familiares estudados em conjunto e para os fumicultores e para os não-fumicultores separadamente. Realizam-se também as respectivas análises de regressão múltipla para ambas as categorias de produtores familiares estudados. Parece oportuno evidenciar o conteúdo do objetivo supracitado, o qual determina que se verifique o impacto da infraestrutura e da mão de obra disponível (número de pessoas envolvidas nas atividades rurais) e dos recursos naturais (açudes, área de descanso, mata nativa, mata reflorestada, pastagens) no valor total da produção dos produtores rurais familiares fumicultores e não-fumicultores nos três Estados do Sul do Brasil.

Na Tabela 30, consta uma descrição das variáveis que fazem parte do modelo. Antes, porém, deve-se destacar que, ao observar a coluna para o tamanho da amostra, verifica-se que a quantidade dos produtores respondentes oscilou entre 1063 a 1142.

Tabela 30 – Estatísticas descritivas das variáveis que modelam o valor total da produção para todos os produtores

Variáveis	Estatísticas			Tamanho da amostra
	Media	Mediana	Desvio Padrão	
Valor total da produção (R\$)	31.719,20	27.310,00	2.529,47	1.063
Total de benfeitorias (unidades)	2,90	3,00	1,55	1.142
Total de pessoas envolvidas na lavoura	3,82	3,00	2,85	1.142
Total de meios de produção (unidade)	2,79	3,00	1,56	1.142
Total de recursos naturais (ha)	10,61	7,00	10,58	1.117

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Procedendo-se à descrição das variáveis, inicia-se pelo valor total da produção (R\$) e, como já foi salientado anteriormente, esse valor é mensurado pelo valor em Reais de todas as atividades produtivas desenvolvidas nas unidades familiares, considerando-se, inclusive, a parcela utilizada no autoconsumo. São partes integrantes dessa variável as atividades de agropecuária anual, desenvolvidas no período de 01/08/2003 a 31/07/2004, nas propriedades dos produtores familiares estudados. De um modo mais específico, os componentes da variável valor total da produção são, no ramo de agricultura, as produções de arroz, batinha, cebola, feijão, fumo (para os fumicultores), hortifrutigranjeiro, mandioca, milho, soja, e



outras. No segmento de produção animal, estão inseridas aves, bovino de corte, bovino de leite, piscicultura, suínos e outros.

Quanto aos itens que compõem a variável total de benfeitorias (unidades) para os fumicultores e não-fumicultores, são consideradas as questões (oito, nove, dez, onze e doze) do questionário. Assim, na mesma sequência, estão: o número de galpões, número de aviários, número de paióis (depósitos), número de chiqueiros (pocilgas) e outros. Em relação à variável total de pessoas envolvidas na lavoura, consideram-se as questões 87 e 90 do questionário, as quais se referem ao total de pessoas da família (incluir/independentes que residem em outro lugar) e número de pessoas contratadas (sazonal-permanente) entre 01/08/2003 a 31/07/2004.

Com respeito à variável total de meios de produção (unidade), efetua-se uma distinção entre fumicultores e não-fumicultores. Dito isso, para os primeiros, consideram-se as questões (seis, sete, treze, catorze, vinte e dois e vinte e três) do questionário. Nessa ordem, relaciona-se estufa convencional, estufa de ar forçado, trator/micro, caminhão, animais de tração, pick-up, Kombi, etc. Para os não-fumicultores, as questões que participam da composição da variável total de meios de produção são (treze, catorze, vinte dois e vinte e três), as quais correspondem ao aporte de trator/micro, caminhão, animais de tração, pick-up, Kombi, etc. Deve-se destacar que, para esses produtores familiares, foram excluídas as questões relativas à estufa convencional e ar forçado, por não serem usadas nas atividades rurais desenvolvidas nessas unidades familiares.

Para a variável recursos naturais em hectares, estão inclusas as questões de números sessenta e um a sessenta e cinco, as quais se referem à presença de açudes, área em descanso, mata nativa, mata reflorestada e pastagens (inclui potreiro).

Analisando-se a Tabela 30, verifica-se que, em termos de média, os ingressos dos produtores familiares fumicultores e não-fumicultores estudados da Região Sul do Brasil são de R\$31.719,20. Para o total de benfeitorias, constata-se que as unidades familiares estudadas têm em média (2,90), aproximadamente, três benfeitorias por propriedade. No cômputo geral, considerando-se, portanto, fumicultores e não-fumicultores, os núcleos de produtores familiares têm em média de 3,82, próximo, portanto, a quatro pessoas (entre familiares e contratados) trabalhando nas atividades produtivas da unidade familiar. Quanto aos meios de produção, observa-se que, entre os produtores em questão, a média é de 2,79 unidades para

essa variável. Pode-se acrescentar, ainda, que as propriedades estudadas apresentam em média 10,61 hectares como total de recursos naturais.

Cabe observar que, como os desvios-padrão não excederam as médias, pode-se dizer que a distribuição das variáveis segue o padrão de normalidade esperado quando se objetiva utilizar análises de regressão linear.

### 7.1 Características das variáveis do modelo para os fumicultores

Na Tabela 31, têm-se as estatísticas descritivas das variáveis que modelam o valor total da produção para os produtores familiares fumicultores. Importante destacar que, para a categoria dos produtores familiares fumicultores, o número de entrevistados oscilou entre 740 e 758 respondentes, em razão de não-respostas. Levando-se em consideração que, anteriormente, apresentou-se a discriminação dos itens que fazem parte das variáveis analisadas, de imediato, procede-se à interpretação da Tabela 31.

Assim, para o valor total da produção (R\$), constata-se que o valor médio registrado para os fumicultores é de R\$37.450,18. Superior, então, à média (R\$31.719,20) encontrada na estatística descritiva da Tabela 30, momento em que se analisam ambos os tipos de produtores conjuntamente.

Tabela 31 – Estatísticas descritivas das variáveis que modelam o valor total da produção para os fumicultores

Variáveis	Estatísticas			Tamanho da amostra
	Média	Mediana	Desvio Padrão	
Valor total da produção (R\$)	37.450,18	31.843,00	21.829,95	740
Total de benfeitorias (unidades)	2,85	3,00	1,35	758
Total de pessoas envolvidas na Lavoura	4,16	4,00	3,33	758
Total de meios de produção (unidade)	4,21	4,00	1,97	758
Total de recursos naturais (ha)	9,85	6,51	9,12	746

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

Em média, os fumicultores demonstram possuir 2,85 unidades de benfeitorias por propriedades, valor menor ao verificado na Tabela 30 (2,90), quando se consideram as médias para ambas as categorias de produtores. Já em relação à quantidade de pessoas envolvidas na lavoura, constata-se que os fumicultores apresentam uma média de 4,16 pessoas. A

superioridade dessa média, relativamente à média encontrada para os dois tipos de produtores, na Tabela 30, vem reforçar que o cultivo do tabaco é intensivo em mão de obra. Sobre o total de meios de produção, verifica-se uma média de 4,21, igualmente, mais alta que a encontrada na Tabela 30 (2,79), mostrando que os fumicultores necessitam, para realizar suas atividades, de uma quantidade maior de meios produtivos. Observando-se a Tabela 31, coluna destinada às médias, constata-se que os fumicultores dispõem de áreas (em hectares) menores para recursos naturais, quando comparados aos não-fumicultores. Veja-se Tabela 32 também.

## **7.2 Características das variáveis do modelo para os não-fumicultores**

Na Tabela 32, constam as estatísticas descritivas das variáveis que modelam o valor total da produção para os não-fumicultores. Interessante ressaltar que, para essa categoria de produtor, o tamanho da amostra oscila entre 323 e 384 entrevistados. Com relação à variável valor total da produção (R\$), observa-se um valor médio de R\$18.589,41. Inferior, como se pode observar, à média relativa à categoria dos produtores fumicultores (R\$37.450,18), registrada na Tabela 31.

Em média, os não-fumicultores revelam ter 2,98 unidades de benfeitorias por propriedade, valor superior aos constatados para as duas categorias de produtores (2,90) e para o grupo de fumicultores (2,85), conforme Tabelas 30 e 31, respectivamente. Quanto à quantidade de pessoas comprometidas com as atividades agrícolas, observa-se que os produtores familiares não-fumicultores revelam uma média de 3,15 pessoas, inferior à média encontrada para os fumicultores (4,16) e ilustrada na Tabela 31.

Em relação ao total de meios de produção, analisando-se a Tabela 32, constata-se que os não-fumicultores registram uma média para essa variável de 2,69, a qual é inferior às mostradas para todos os produtores (2,79) e para os fumicultores (4,21), nas Tabelas 30 e 31, respectivamente. Com respeito ao total de recursos naturais (hectares), verifica-se junto à Tabela 32, que os não-fumicultores apresentam uma média para essa variável de 12,13, que é superior às médias encontradas para todos os produtores e para a categoria de fumicultores.

Tabela 32 – Estatísticas descritivas das variáveis que modelam o valor total da produção para os não-fumicultores

Variáveis	Estatísticas			
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Tamanho da amostra
Valor total da produção (R\$)	18.589,41	12.472,00	18.219,83	323
Total de benfeitorias (unidades)	2,98	3,00	1,87	384
Total de pessoas envolvidas na lavoura	3,15	3,00	2,52	384
Total de meios de produção (unidade)	2,69	2,00	1,79	384
Total de recursos naturais (ha)	12,13	8,52	11,31	371

Fonte: tabela adaptada pela autora. NUPES/UNISC (2004).

A reflexão que se faz, com base nos dados apresentados, é que os não-fumicultores executam suas atividades agrícolas com menor número de pessoas e com menor quantidade de meios de produção. No entanto, as médias verificadas para o total de benfeitorias (unidades) por propriedade e para os recursos naturais (hectares) mostram-se superiores em relação às médias evidenciadas para os fumicultores<sup>61</sup>.

### 7.3 Análise de impacto para os fumicultores

Na Tabela 33, tem-se o modelo de regressão múltipla do Valor Total da Produção estimado para os fumicultores, com o valor de significância para cada uma das variáveis que compõem o modelo. Destaca-se que a análise de variância para estimar o Valor Total da Produção mostra-se significativa para o modelo ajustado. Com base no coeficiente de determinação, pode-se inferir que o conjunto das variáveis independentes explica 27,20% da variação total de  $Y = \text{Valor Total da Produção}$ . Analisando-se a Tabela 33, observa-se que, para modelar o Valor Total da Produção, as variáveis que se mostram significativas na composição do modelo são total de benfeitorias ( $b_2$ ), total de meios de produção ( $b_3$ ), recursos naturais em ha ( $b_4$ ) e total de pessoas envolvidas na lavoura (familiares e contratados) ( $b_5$ ).

Parece oportuno salientar que as variáveis estudadas aqui são mensuradas com escalas diferentes, questão, portanto, que poderia dificultar a comparação dos dados. Por essa razão, fundamentam-se as interpretações nos coeficientes ( $\beta$ ) (betas) produzidos pelo SPSS. Assim, mais do que uma imposição heurística, essa decisão se inscreve como um fator-chave para explicar o efeito de cada variável independente, individualmente, na dependente.

<sup>61</sup> Cabe destacar que todas as diferenças encontradas se apresentaram estatisticamente significativas ao nível  $p < 0,05$ .

Especificamente interpretando-se os betas para o total de benfeitorias ( $b_2$ ), pode-se inferir que, para cada unidade de desvio padrão que essa variável cresce, o Valor Total da Produção cresce 0,132 unidades de desvio padrão. Quanto à variável total de meios de produção ( $b_3$ ), constata-se um coeficiente de 0,383 para o ( $\beta$ ), significando, então, que, para cada unidade de desvio padrão que aumenta o total de meios de produção, o Valor Total da Produção (Y) aumenta 0,383 unidades de desvio padrão.

Já em relação à variável recursos naturais ( $b_4$ ), evidencia-se um coeficiente para ( $\beta$ ) de 0,095, o qual indica que, para cada unidade de desvio padrão que aumentam as reservas naturais, o Valor Total da Produção (Y) eleva-se 0,095 unidades de desvio padrão. Por fim, quanto à variável total de pessoas envolvidas na lavoura (familiares e contratados) ( $b_5$ ), constata-se um coeficiente de 0,110 para ( $\beta$ ), o qual indica que, para cada unidade de desvio padrão que cresce o número de pessoas nessas atividades, o Valor Total da Produção eleva-se 0,110 unidades de desvio padrão.

Cabe destacar que, como os VIFs<sup>62</sup> não são altos, não se pode suspeitar que exista qualquer problema de multicolinearidade entre as variáveis independentes incluídas no modelo.

Tabela 33 – Modelo de regressão múltipla do valor total da produção estimado-para os fumicultores

Parâmetros	Beta	Valor de t	Significância	VIF
Casa de alvenaria	0,057	1,777	0,076	1,026
Total de benfeitorias	0,132	3,876	0,000	1,139
Total de meios de produção	0,383	10,972	0,000	1,199
Recursos naturais em ha	0,095	2,869	0,004	1,077
Total de pessoas envolvidas na lavoura	0,110	3,405	0,001	1,036
Possui energia elétrica	0,050	1,556	0,120	1,013

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados gerados pelo SPSS. NUPES/UNISC (2004).

Analisando-se o impacto das variáveis independentes sobre o Valor Total da Produção, entre os fumicultores, pode-se afirmar que o valor de ( $\beta$ ) para a variável total de meios de produção é de 0,383. Dos coeficientes (betas) encontrados, ao rodar o SPSS, esse é o de valor

<sup>62</sup> Variance inflation factor é um índice que mede quanto da variância de um coeficiente (desvio padrão ao quadrado) é acrescido devido ao problema de colinearidade. Em geral, quando se tem um VIF maior que 5 (cinco), pode-se dizer que o problema se manifesta de forma significativa. Ver Hair JF, Anderson R, Tatham RL, Black WC: "Multivariate Data Analysis". Prentice Hall: Upper Saddle River, N.J. 2006.

mais elevado. Em decorrência dessa magnitude, o total de meios de produção emerge como a variável de maior impacto sobre o  $Y = \text{Valor Total da Produção dos fumicultores}$ . Embora a fumicultura seja intensiva em mão de obra, deve-se estar ciente de que a produção do tabaco exige no seu cultivo o aporte de meios de produção apropriados, indispensáveis para a colheita de uma safra com o padrão exigido pelas empresas transnacionais. Sobre a constituição dessa variável, parece oportuno salientar que é analisada pela existência na propriedade dos seguintes itens: estufa convencional e/ou ar forçado, trator/micro, caminhão, animais de tração, pick-up, Kombi, etc.

Quanto à necessidade dos fumicultores de possuírem meios de produção adequados, parece interessante lembrar que, durante o cultivo do fumo, os produtores familiares fumicultores necessitam efetuar aplicações de defensivos, fertilizantes, entre outros produtos químicos específicos, com o propósito de assegurar a qualidade da folha do fumo. Durante a colheita, os produtores precisam possuir na unidade familiar ao menos uma estufa, a qual é usada na desidratação da folha do fumo.

Após a secagem das folhas do tabaco, os fumicultores precisam organizar o fumo em fardos, para isso é necessário, entre outros procedimentos, possuir a tecedeira para dispor as folhas de fumo em molhos, instrumento que Paulilo (1990) faz referência durante sua pesquisa sobre os produtores familiares fumicultores de Santa Catarina. Além dessas questões, deve-se considerar que os fumicultores transportam a produção da lavoura até a estufa e, no momento entendido como oportuno para a venda das folhas do fumo, o produtor também faz uso de meios de transporte para levar sua produção até à agroindústria à qual está vinculado. Com base nessas reflexões, espera-se ter justificado a importância da variável ‘total de meios de produção’ entre os produtores familiares fumicultores.

Outra análise efetuada com base no valor dos coeficientes  $\beta$  consistiu em estabelecer relações do total de meios de produção com as demais variáveis que explicam  $Y$  numa ordem decrescente para os coeficientes encontrados, entre os fumicultores. Com esse procedimento foi possível observar que o  $(\beta)$  do total de meios de produção supera o impacto da variável recursos naturais em hectares ( $0,383 / 0,095 = 4,03$ ) em mais de quatro vezes. Nessa mesma acepção, tem-se que o  $(\beta)$  do total de meios de produção se revela ( $0,383 / 0,110 = 3,48$ ) aproximadamente 3,5 vezes maior que o  $(\beta)$  da variável total de pessoas envolvidas na lavoura (família e contratados). Compara-se também a superioridade do impacto do total de meios de

produção, por meio de seu ( $\beta$ ), com o coeficiente ( $\beta$ ) do total de benfeitorias, constatando-se um quociente igual a 2,90 ( $0,383 / 0,132 = 2,90$ ).

A partir das análises explicitadas acima, é possível afirmar que o impacto sobre Valor Total da Produção dos fumicultores se efetiva com maior robustez pela disponibilidade do total de meios de produção. Em segundo lugar, tem-se a variável total de benfeitorias, em terceiro, estão o total de pessoas envolvidas na lavoura (mão de obra familiar e contratada) e, por fim, em quarto lugar, verifica-se a importância dos recursos naturais em hectares para a categoria de produtores familiares fumicultores.

Sobre esta classificação e poder de impacto das variáveis independentes no Valor Total da Produção, em que os recursos naturais ocupam a quarta posição, parece importante lembrar que o cultivo do tabaco é realizado por proprietários que possuem estabelecimentos muito pequenos, conforme salienta Paulilo (1990). Ainda, com respeito à extensão média das lavouras de tabaco dos fumicultores da Região Sul, constata-se junto ao Diagnóstico Sócio-Econômico, do Nupes/Unisc (2004), que essas atividades agrícolas são realizadas em áreas médias de terras com 3,14 hectares.

Mas caso o assunto se tratasse da diversificação ou reconversão da produção fumícola, os produtores de tabaco, como possuem propriedades pequenas ou trabalham em terras arrendadas, fatalmente defrontar-se-iam com as dificuldades da pequena propriedade e, conseqüentemente, da escassez dos recursos naturais.

Especificamente sobre a reconversão da produção do fumo, com base no MDA (2007), parece interessante lembrar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que tem alertado para a tendência de redução do consumo do tabaco, pois considera o tabagismo uma questão de saúde pública. Em decorrência desse movimento mundial que sinaliza para a redução do tabagismo, os produtores familiares fumicultores integrados às empresas transnacionais precisam estar preparados para realizar a transição do cultivo do fumo. Todavia as ações a serem tomadas nesse sentido precisam estar em sintonia com as especificidades estruturais tanto regionais quanto locais de produção. Além desses enfoques, tem-se que evocar que a diversificação ou mesmo a substituição do cultivo do tabaco de antemão necessita de suporte técnico e financeiro.

#### 7.4 Análise de impacto para os não-fumicultores

Interessante ressaltar, fundamentando-se nas variáveis independentes (Xs) que compõem o modelo – casa de alvenaria, total de benfeitorias, total de meios de produção, recursos naturais, total de pessoas envolvidas na lavoura (familiares e contratados) e energia elétrica –, que a análise de variância para o modelo Valor Total da Produção apresenta-se significativa para o modelo ajustado. Outra informação importante refere-se ao coeficiente de determinação ( $R^2$ ), o qual indica que 22,20% da variação total de  $Y = \text{Valor Total da Produção}$  é explicada pelas variáveis independentes incluídas no modelo.

Na Tabela 34, consta o modelo de regressão múltipla para o Valor Total da Produção estimado para os não-fumicultores, sendo possível verificar o valor de significância para cada variável participante do modelo. Observando-se essa Tabela, é possível determinar quais variáveis se revelam estatisticamente significativas para o modelo Valor Total da Produção, a partir de seus respectivos coeficientes de significância. Nesse sentido, destacam-se casa de ( $b_1$ ) alvenaria, ( $b_2$ ) total de benfeitorias, ( $b_3$ ) total de meios de produção e total de pessoas ( $b_5$ ) envolvidas na lavoura, cujas significâncias são de 0,014; 0,000; 0,016 e 0,000, respectivamente.

Tabela 34 – Modelo de regressão múltipla do valor total da produção estimado para os não-fumicultores

Parâmetros	Beta	Valor de t	Significância	VIF
Casa de alvenaria	0,130	2,461	0,014	1,123
Total de benfeitorias	0,275	5,127	0,000	1,164
Total de meios de produção	0,134	2,412	0,016	1,251
Recursos naturais em ha	0,025	0,485	0,628	1,050
Total de pessoas envolvidas na lavoura	0,199	3,945	0,000	1,032
Possui energia elétrica	0,080	1,586	0,114	1,022

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados gerados pelo SPSS. NUPES/UNISC (2004).

Assim como para a categoria de fumicultores, as variáveis do modelo de regressão dos não-fumicultores são mensuradas com escalas de medidas distintas. Razão pela qual se constitui como mais adequado utilizar os coeficientes  $\beta$  (beta) das variáveis que foram significativas para interpretar  $Y = \text{Valor Total da Produção}$ . Ao rodar o o modelo de regressão, constatou-se que a variável total de benfeitorias, entre os não-fumicultores, possui um  $\beta = 0,275$ , o qual se configura como superior entre as demais variáveis do modelo.



Por oportuno evidencia-se que os coeficientes padronizados ( $\beta$ ) são calculados em unidades de desvio padrão. Tem-se, então, para número de casas de alvenaria, um coeficiente ( $\beta$ ) de 0,130, significando que, para cada unidade de desvio padrão que essa variável cresce, o Valor Total da Produção aumenta 0,130 unidades de desvio padrão. Já o coeficiente ( $\beta$ ), do total de benfeitorias, é de 0,275, indicando que a cada unidade de desvio padrão que o montante das benfeitorias cresce, o Y aumenta 0,275 unidades de desvio padrão. Para o total de meios de produção, constata-se um ( $\beta$ ) de 0,134, significando que, para cada unidade de desvio padrão que cresce essa variável, o Y cresce 0,134 unidades de desvio padrão. E, finalizando, verifica-se que a variável total de pessoas envolvidas na lavoura tem um ( $\beta$ ) de 0,199, indicando que, para cada unidade de desvio padrão que cresce o número de trabalhadores na lavoura, o Y aumenta 0,199 unidades de desvio padrão.

A partir dessas evidências, pode-se afirmar que, entre os não-fumicultores, a variável total de benfeitorias é a que gera maior impacto sobre a variável dependente (Y). Relacionando-se os  $\beta$  das variáveis total de benfeitorias / casa de alvenaria, constata-se que o impacto do total de benfeitorias entre os não-fumicultores é 2,12 ( $0,275 / 0,130 = 2,12$ ) vezes superior ao impacto da variável casa de alvenaria. Já a relação dos  $\beta$  das variáveis total de benfeitorias com total de meios de produção revela um quociente de 2,05 ( $0,275 / 0,134 = 2,05$ ), mostrando, então, que o impacto da variável total de benfeitorias é 2,05 vezes superior ao impacto produzido pela variável total de meios de produção. Na relação da variável total de benfeitorias com o total de pessoas envolvidas na lavoura ( $0,275 / 0,199 = 1,38$ ), constata-se que o total de benfeitorias, igualmente, é superior também.

A partir do parágrafo anterior, pode-se classificar, em ordem decrescente, a intensidade do impacto das variáveis significativas presentes no modelo de regressão dos não-fumicultores. Em consonância com os  $\beta$ , têm-se total de benfeitorias, total de pessoas envolvidas na lavoura (familiar e contratada), total de meios de produção e, por fim, casa de alvenaria. Vejam-se os coeficientes padronizados ( $\beta$ ) na Tabela 34.

Sintetizando as interpretações dos  $\beta$  dos fumicultores comparados aos não-fumicultores, observou-se que, para os fumicultores, a variável que gera maior impacto no Y = Valor Total da Produção é o total de meios de produção, enquanto que, para os não-fumicultores, o total de benfeitorias é que produz maior impacto sobre o Y.

Teoricamente, pelo lado dos fumicultores integrados à agroindústria, parece oportuno ressaltar, embora já se tenha feito referência no Capítulo 01, que a inserção do fumo de estufa (PAULILO, 1990) gera para o fumicultor a necessidade de possuir ao menos uma estufa na propriedade. Importante que se destaque também que os fumicultores possuem menor autonomia para tomar suas decisões. Nas últimas duas décadas, segundo Prieb (2005), essa categoria de produtor familiar vem sendo pressionada a reduzir os custos de produção do tabaco, principalmente, quando fazem uso de insumos modernos e de tecnologia.

Além disso, pode-se inferir que os fumicultores, por se dedicarem de maneira quase que exclusiva à fumiicultura, precisam primar pela competitividade de suas atividades agrícolas, com o propósito de garantir rendimentos financeiros para a unidade familiar, sem contar que essa categoria trabalha em áreas de terras bem reduzidas. Em acréscimo, com base em Erthal (2006), pode-se inferir que, se, por um lado, a utilização de fertilizantes possibilita resultados mais vantajosos, por outro, onera os custos de produção. Esse processo exige do fumicultor técnicas sempre atualizadas, a fim de minimizar qualquer tipo de perda nos procedimentos produtivos, ao mesmo tempo em que se esforça para garantir sua reprodução.

Em termos empíricos, a análise de dados dos fumicultores comparados aos não-fumicultores mostra que os fumicultores têm médias menores quanto ao total de benfeitorias existentes em suas propriedades. A benfeitoria que revela média superior entre fumicultores é paiol de fumo ou depósito. A partir dessa assertiva e da exposição elaborada no parágrafo anterior, parece que se evidencia a importância da variável total de meios de produção entre os fumicultores da Região Sul do Brasil.

Quanto aos não-fumicultores pesquisados, parece interessante destacar que suas atividades no âmbito da propriedade têm um cunho mais diversificado, uma vez que não mantêm compromissos com agroindústria, questão esta já abordada durante a elaboração dos Capítulos 01 e 02. Embora os não-fumicultores isentem-se desse comprometimento com as empresas transnacionais tabagistas, deve-se salientar que essa categoria de produtor familiar, com o objetivo de se manter saudável economicamente, precisa estar integrada ao mercado.

Em virtude disso, os não-fumicultores atuam de modo mais intenso na produção de aves, de suínos, de peixes, no cultivo de arroz, de feijão, de milho, de soja, de hortifrutigranjeiros, entre outras produções. Assim, por desenvolverem atividades

agropecuárias em diferentes frentes de produção, precisam e apresentam médias maiores de galpões, de aviários, de pocilgas e de outras benfeitorias. Sobre a posse desses bens, vejam-se ilustrações da Tabela 09. Então, com essa exposição e as emitidas no parágrafo anterior, espera-se ter justificado a importância da variável total de benfeitorias entre os produtores familiares não-fumicultores.

Num segundo momento, outra comparação elaborada sobre o impacto das variáveis sobre o Valor Total de Produção consistiu em analisar a importância da variável total de benfeitorias entre os fumicultores, a qual se classifica como a segunda variável mais importante entre essa categoria de produtores. Já para os não-fumicultores, a segunda variável mais importante refere-se ao total de pessoas envolvidas na lavoura.

No caso dos fumicultores, avalia-se que a variável total de benfeitorias, que é constituída neste estudo pelo número de galpões, aviários, paióis ou depósitos e número de pocilgas, produz impacto no Valor Total da Produção, pelo fato de paióis ou depósitos serem de fundamental importância para a guarda do fumo em épocas de colheita. Na Tabela 09, é possível constatar que a média de paióis ou depósitos para os fumicultores é de 1,09, enquanto para os não-fumicultores é de 0,78.

Quanto aos produtores não-fumicultores, a variável 'total de pessoas envolvidas na lavoura (familiares e contratadas)' aparece como a segunda mais importante. O que se deseja evidenciar é que, com o aumento da idade, as pessoas tornam-se menos aptas ao trabalho. Para Queiroz e Batalha (2005), calcular o custo da mão de obra é algo difícil. Kageyama (1986) apud Queiroz e Batalha (2005), verifica-se que um homem adulto trabalha 300 jornadas (dias de trabalho)/ano. O que se deseja evidenciar é que uma pessoa de mais idade não possui o mesmo vigor físico de um indivíduo adulto jovem. Em função disso, a mão de obra familiar é impactada pelo menor rendimento da mão de obra familiar.

Prosseguindo com a análise dos dados, em terceiro lugar, em função do impacto gerado sobre o Valor Total da Produção (Y), aparece para os fumicultores a variável total de pessoas envolvidas na lavoura (mão de obra familiar e contratada) e para os não-fumicultores, tem-se a variável total de meios de produção.

Com respeito aos fumicultores, entende-se que o total de pessoas envolvidas na lavoura apresenta-se como uma das variáveis independentes que ajudam a explicar o Valor Total de Produção, pela razão de que a fumicultura exige orientações técnicas específicas. Em relação aos não-fumicultores, estima-se que o total de meios de produção auxilia na explicação do Valor Total da Produção, pelo fato dessa categoria de produtor envolver-se mais intensamente com várias atividades de agropecuária anual concomitantemente. Dessa forma, infere-se que os não-fumicultores, ao se dedicarem às atividades vegetais, necessitam de meios apropriados para essas atividades. Caso esses produtores envolvam-se com as atividades de produção animal, as exigências quanto aos meios de produção são outras. A título de exemplo, pode-se elencar investimentos em pastagens, em alambrados, em galpões.

Em termos de produtores fumicultores, avalia-se que o fato dos recursos naturais incluírem-se entre as variáveis independentes que explicam o (Y) justifique-se em função dos fumicultores disporem de áreas de terras (hectares) bem reduzidas para cultivarem o tabaco, questão já comentada anteriormente. Assinala-se ainda que os fumicultores, pelo fato de disporem de áreas pequenas de terra, não dispoem de espaço para investir nos recursos naturais (arborização, por exemplo), não raro, necessitam adquirir externamente à propriedade a lenha para a secagem da folha do tabaco.

Em síntese, apresentam-se, no Quadro 01, em ordem de importância, as variáveis que impactam o Valor Total da Produção dos fumicultores e não-fumicultores.

<b>Fumicultores</b>	<b>Não-Fumicultores</b>
1ª Total de meios de produção ( $\beta_3$ )	1ª Total de benfeitorias ( $\beta_2$ )
2ª Total de benfeitorias ( $\beta_2$ )	2ª Total de pessoas envolvidas na lavoura ( $\beta_5$ )
3ª Total de pessoas envolvidas na lavoura ( $\beta_5$ )	3ª Total de meios de produção ( $\beta_3$ )
4ª Recursos naturais em ha ( $\beta_4$ )	4ª Número de casas de alvenaria ( $\beta_1$ )

QUADRO 01– Variáveis que impactam o Valor Total da Produção dos fumicultores e não-fumicultores. Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados dos modelos de regressão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem provável que, ao término desta exposição, fiquem algumas questões em aberto sobre o tema estudado nesta tese. Tem-se isso como perfeitamente admissível, tendo em vista a diversidade da produção familiar, a abrangência do universo de estudo dos fumicultores e não-fumicultores no Sul do Brasil e a quantidade de variáveis analisadas. Além disso, cabe enfatizar as limitações geradas pelo uso de um banco de dados construído a priori para outros fins. O problema consiste em trabalhar com informações limitadas tais como a ausência de especificações de área construída para as benfeitorias da propriedade e da residência, a ausência de informações sobre atividades extrapropriedade (pluriatividade), as dificuldades decorrentes da ausência de informações sobre a potência dos bens duráveis que fazem parte da variável infraestrutura investigada na tese, entre outras.

Com relação à produção familiar, pode-se afirmar que ela se caracteriza como uma unidade produtiva em que os laços entre o trabalho familiar, os meios de produção e a propriedade assumem importância significativa, por estarem fortemente conectados. Além desse traço, ao estudar a produção familiar, devem-se considerar os aspectos econômicos e sociais em que as unidades produtivas estão inseridas, pois são organismos que se moldam por meio de concepções extremamente diferenciadas, mas que, para sua reprodução material, fazem uso de procedimentos análogos. Já entre si, as unidades de produção familiar se distinguem pela adoção de perspectivas, de conotações e de dinâmicas próprias (SACCO DOS ANJOS, 2003). A consistência desses aspectos no contexto das unidades de produção familiar depende em boa parcela do tipo de vinculação do núcleo familiar com o mercado, fator este que determina o grau de autonomia do produtor familiar.

No caso desta tese, ainda que os produtores estudados façam parte da Região Sul do Brasil, constatou-se que suas atividades produtivas, em aspectos relativos à infraestrutura, aos recursos naturais e à mão de obra familiar/contratada apresentam diferenciações entre os Estados. É possível afirmar que os produtores familiares se distinguem entre si, em decorrência da seleção dos métodos e das técnicas que adotam em suas atividades agrícolas e/ou não-agrícolas. Observando-se a trajetória cronológica recente da produção familiar, parece oportuno destacar que, em virtude do processo de globalização dos mercados, a produção familiar viu-se obrigada a providenciar reformulações em suas práticas de trabalho e, mesmo, em seus modos de comercializar sua produção.

Esse é o caso específico dos fumicultores do Sul do Brasil, parte do objeto de estudo desta tese, que, atraídos pela oportunidade de ampliar seus rendimentos financeiros, decidiram-se pela vinculação à agroindústria. O cultivo do tabaco, no entanto, precisa, para ser realizado em conformidade com as normas impostas pelas agroindústrias, de infraestrutura adequada, fator que envolve meios de produção e benfeitorias apropriados ao seu cultivo. Deve-se assinalar a constatação feita neste estudo sobre a importância da mão de obra familiar e contratada no âmbito da produção fumícola. Diante dessas variáveis, os produtores se veem pressionados pelas imposições das fumageiras, de forma que necessitam dedicar-se intensamente a essa atividade, ao mesmo tempo em que procuram aprimorar as técnicas de cultivo, atendendo, assim, aos critérios estipulados pela empresa integradora.

Nesse cenário de vinculação com as empresas transnacionais, os fumicultores do Sul do Brasil perdem parte de sua autonomia, principalmente, quanto aos métodos, técnicas, gerenciamento das atividades produtivas e comercialização da safra de tabaco. Deve-se considerar também que os fumicultores, ao se dedicarem à monocultura do fumo, precisam realizar financiamentos, o que indubitavelmente onera os custos de produção, diminuindo a rentabilidade das atividades. Entende-se, em decorrência de todas essas questões, que nem todo o montante de ingressos contabilizado no exercício financeiro pode ser plenamente utilizado pelo fumicultor, pois eles têm passivos a cumprir. Estas representam questões expostas durante a análise dos dados aqui apresentada. Por conseguinte, para que os fumicultores possam recuperar a autonomia perdida, a estratégia consiste em diversificar as atividades produtivas, de modo que essas atividades se constituam em novas fontes de recursos financeiros.

Os não-fumicultores (não integrados), por sua vez, estão libertos de ingerências externas à propriedade. Esses produtores familiares têm autonomia para direcionar suas decisões no âmbito de suas unidades familiares. Os resultados do sistema produtivo dos não-fumicultores estão estreitamente correlacionados com sua capacidade de equacionar seus objetivos com as condições de infraestrutura existentes na unidade familiar. Nesse sentido, aspectos relativos às benfeitorias da sede e da residência, meios de produção e mão de obra familiar/contratada disponível apresentam-se também como fatores com importância nesses núcleos familiares.

Observou-se que os fumicultores, ao se dedicarem ao monocultivo do tabaco, tornam-se dependentes das orientações da agroindústria e, portanto, da produção fumícola. Essa nova

modalidade de produção, com tendência ao monocultivo, trata-se de uma estratégia das unidades familiares inconsistente economicamente e que, por essa razão, dificulta a reprodução social dos produtores familiares fumicultores. Diante de tal inferência, acredita-se que o enfrentamento do desenvolvimento regional no Sul do Brasil suponha a iminente necessidade de viabilizar novos projetos e novas opções para os produtores familiares fumicultores, paralelas ao cultivo do tabaco.

Nesses termos, é de conhecimento corrente que, desde 1918, os produtores familiares de tabaco mantêm laços econômicos e sociais com os complexos agroindustriais. Nessa relação, os produtores familiares fumicultores foram internalizando orientações técnicas, mas também, via processo de comunicação das transnacionais, foram envolvendo-se numa relação contraditória em que são denominados de parceiros, contudo, no momento da venda da produção do tabaco para essas organizações, deparam-se com procedimentos incoerentes com a chamada parceria.

Sobre essa inadequação de procedimentos por parte das empresas integradoras, enfatiza-se a preponderância das decisões do capital agroindustrial sobre o fumicultor. Com respeito a essa observação, tem-se a dizer que, após a colheita do tabaco, a unidade familiar fumícola efetua a classificação do fumo em folha, no entanto, unilateralmente, a empresa integradora, no momento em que compra o tabaco, reclassifica a produção e define o preço do tabaco. Evidencia-se, assim, que o fumicultor, parte diretamente interessada no processo de comercialização de sua produção, é impedido de opinar sobre o valor estipulado pela empresa integradora. Além disso, no plano das comunicações, os organismos institucionais que elaboram as comunicações das multinacionais sempre procuram dar visibilidade para a produção do tabaco com o sentido de que é o cultivo do fumo que oferece maior rentabilidade, quando comparado às vocações inerentes ao meio rural.

Constata-se, desse modo, que o processo de integração, ao se constituir entre produtores familiares de tabaco e o CAI, resulta para as unidades familiares em custos de produção mais elevados, conforme já se evidenciou anteriormente, os quais reduzem a lucratividade do núcleo familiar. Para minimizar tais *déficits*, as unidades familiares comprometidas com a produção do fumo e com o propósito de atender aos padrões estabelecidos pela agroindústria, investem em meios de produção, em tecnologias e se utilizam mais intensamente da mão de obra familiar/contratada.

Esse posicionamento pode ser analisado sob dois enfoques. Os fumicultores até conseguem atender às exigências das empresas transnacionais a que estão vinculados no que diz respeito à qualidade e padrão estipulados para a produção (folha do fumo). Em contrapartida, comprometem-se com juros bancários, ficam submetidos às determinações das empresas fumageiras, exigem-se mais enquanto trabalhadores familiares, ampliando suas jornadas de trabalho. Conseqüentemente, o valor total da produção fica prejudicado pelos altos custos produtivos, questão já aludida anteriormente, sem considerar que suas atividades são exercidas em condições de periculosidade, em decorrência da série de produtos químicos exigidos na produção do tabaco e, como destaca Sacco do Anjos (2003, p. 331), alheias à tendência “convencional do campo”.

Os fumicultores em situação de integrados às empresas tabagistas distanciam-se das produções convencionais, peculiares ao ambiente rural. Além disso, os fumicultores ficam descapitalizados, pois a remuneração obtida com a venda da folha do tabaco está abaixo dos custos produtivos, fator que também contribui para onerar a renda dos fumicultores. Diante disso, é importante que se reflita sobre alternativas produtivas coerentes com a realidade de cada Estado, que sejam capazes de devolver ao fumicultor a liberdade de gerenciamento e comercialização de sua produção.

Com base na análise de dados apresentada na tese, constatou-se que os fumicultores, embora obtenham uma receita substancialmente maior que a contabilizada pelos não-fumicultores, apresentam condições de infraestrutura, posse de bens duráveis e ingressos decorrentes de atividades produtivas, que não o fumo, inferiores aos não-fumicultores, o que corroborou a primeira hipótese formulada. Além dessas constatações, se faz necessário considerar os custos de produção dos fumicultores, que são elevados em decorrência da tomada de empréstimos financeiros, pela utilização de insumos químicos na produção do tabaco e pela baixa remuneração obtida com a comercialização da produção fumícola junto às empresas transnacionais.

Os não-fumicultores, no entanto, por disporem de autonomia para o gerenciamento, a comercialização e controle da produção, apresentam, através dos dados analisados, melhores condições de infraestrutura que os fumicultores vinculados às empresas tabagistas. Em outras palavras, o que se demonstrou foi que os não-fumicultores, embora movimentem volume menor em termos pecuniários, relativamente aos fumicultores, dispõem de maior ingerência



em suas atividades produtivas e de gestão da propriedade. Aqui novamente os dados corroboram a primeira hipótese desta tese.

Já em relação aos fumicultores, acredita-se ter referenciado amplamente, com base em Sacco dos Anjos (2003; 2004), Prieb (2004; 2005), Etges (1991), Hartwig e Vendramini (2008), Paulilo (1990), que a única autonomia que possuem é quanto à posse da terra, pois estão submetidos aos interesses das empresas transnacionais. Pode-se reiterar que os fumicultores são organizados coletivamente para produzirem matéria-prima para a agroindústria. A grande beneficiada nesse caso é a empresa, quase sempre multinacional, a que a unidade produtiva está vinculada, pois, como explicitamente salientado nos estudos de Prieb (2003) e (2004), os fumicultores dedicam-se exaustivamente ao cultivo do tabaco, no entanto, a margem dos rendimentos com a venda da produção do tabaco à empresa integradora não cobre adequadamente o custo da produção e nem o envolvimento relativo à mão de obra familiar e/ou contratada.

Com as reflexões elaboradas nos parágrafos anteriores, infere-se que a estratégia produtiva de monocultivo do tabaco é desaconselhável, pois trata-se de uma atividade de risco que não necessariamente garante condições favoráveis em termos de infraestrutura necessária para processos de diversificação e mesmo reconversão. Embora esses produtores contabilizem em seus exercícios financeiros um maior volume de recursos, isso não significa rendimentos maiores para a unidade produtiva fumicultora, conforme ressaltado anteriormente. Durante a análise de dados, foi possível verificar que os fumicultores apresentam médias mais baixas, quando comparados aos não-fumicultores, para as variáveis relacionadas à infraestrutura e aos recursos naturais. Apresentaram também médias menores nas atividades de produção vegetal (exceto o fumo) e produção animal, as quais estão aquém das médias pontuadas pelo não-fumicultores.

E mais, com as análises de impacto constatou-se que a produção do fumo é muito exigente em meios de produção. Tal questão impõe custos maiores ao produtor familiar, onerando, portanto, a relação custo/benefício da produção fumícola. Sobre essa assertiva, julga-se que, durante a análise de dados, tenha-se reiterado amplamente. Entende-se que, com tais inferências, a segunda hipótese da tese tenha se confirmado, visto que entre os não-fumicultores observou-se também um maior impacto, em termos estatísticos, da infraestrutura, da mão de obra e dos recursos naturais, sobre o Valor Total da Produção.

Assim, com a série de explicações apresentadas, espera-se que estas auxiliem a desvelar um novo horizonte para a produção familiar e modo específico para re-equacionar (minimizar) a influência das empresas agroindustriais sobre os fumicultores. Nesse sentido, torna-se necessário estudar alternativas viáveis, de acordo com a realidade de cada Estado, de diversificação da produção, que resgatem os fumicultores da dependência concentrada num único tipo de cultivo e do vínculo desigual com a agroindústria, para que se possam construir novas perspectivas frente a ameaça de redução do consumo de tabaco dadas as campanhas mundiais anti-tabagistas e a Convenção-Quadro. Porém, um trabalho dessa envergadura consubstancia-se numa proposta para futuros estudos, uma vez que envolveria, além de aspectos econômicos, outros de cunho político-sociológico.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. - 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. De Volta para o Futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: Anais do Iº Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA. **Anais**. Petrolina: CPATSA, 1995, p. 17-27.

ABRAMOVAY, Ricardo; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. A Sustentabilidade das microfinanças solidárias, **Revista de Administração da USP**, v. 40, n. 1, p. 19-33, jan./dez. 2005.

**ABIFUMO - Associação Brasileira da Indústria do Fumo**. Introdução. Disponível em: <<http://www.abifumo.org.br/introducao.htm>>. Acesso em 15 nov. 2008.

**AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil**. Notícias. Encontro em Curitiba faz análise sobre o setor do fumo, 16 ago. 2007. Departamento de Comunicação Afubra, Mário André Poll MTB/RS 11.199. Disponível em: <[http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias&noticia\\_id=461&u\\_id=1](http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias&noticia_id=461&u_id=1)>. Acesso em: 18 de out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Evolução da fumicultura. Fumicultura sul brasileira - crescimento**. Disponível em: <[http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u\\_id=1&i\\_id=1&menus\\_site\\_id=23](http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=23)>. Acesso em: 08 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Notícias. Granizo destrói centenas de lavouras de fumo**, out. 2008. Disponível em: <[http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias&noticia\\_id=671&u\\_id=1](http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias&noticia_id=671&u_id=1)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Fumicultura no Brasil. Perfil do fumicultor sul-brasileiro. Distribuição fundiária**. Disponível em: <[http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u\\_id=1&i\\_id=1&menus\\_site\\_id=18](http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=18)>. Acesso em: 08 abr. 2009.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento Sustentável. Necessidades e/ou Possibilidades**. 4. Ed. – Santa Cruz do Sul: RDUNISC, 2002.

AMORIM, Luci Suzana Bedin. **Agricultura familiar e redes de desenvolvimento territorial rural**: um estudo empírico sobre a agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. 2007. 151 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio do Centro de Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO 2007. **Anuários**. Santa Cruz do Sul (RS): Editora Gazeta do Sul Ltda. Disponível em: <<http://www.anuarios.com.br/port/capitulo.php?idEdicao=26&intOrdem=1&idAnuario=15#>>. Acesso em: 23 out 2008.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO 2006. **Anuários**. Santa Cruz do Sul (RS): Editora Gazeta do Sul Ltda. Disponível em: <  
<http://www.anuarios.com.br/port/capitulo.php?idEdicao=3&intOrdem=1&idAnuario=15>>.  
 Acesso em: 24 out. 2008.

AQUINO, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olívio. Alberto; TONNEAU, Jean-Philippe. **O PRONAF e a "nova modernização desigual" da agricultura brasileira. Raízes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande/PB, v. 22, n. 1, p. 46-57, 2003.

BATISTA, Germano. A produção de fumo e a conjuntura agrícola atual. Deser. Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais, **Boletim do Deser**, Curitiba, n. 153, p 15 a 21, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

BIANCHINI, Valter. **PR - Paraná busca alternativa aos produtores de fumo diante da lei que proíbe o cigarro**, ago. 2009. Disponível em  
<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=8842>>. Acesso em: 23 out. 2009.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVEIRA, José Maria da. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil. **Jornal da Unicamp**. Campinas-SP, Edição 217, 23 a 29 jun. 2003.

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; PEDROZO, Eugênio Avila. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 311-322, mai/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

BONATO, Amadeu. O futuro da fumicultura no Brasil. Deser. Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais, **Boletim do Deser**, Curitiba, n. 153, p. 11 a 14, ago. 2006. Disponível em:<<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 29 out. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em:  
 <[http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/mitos\\_verdades.pdf](http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/mitos_verdades.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Conheça e apóie as medidas da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Ela salva vidas e não representa uma ameaça à fumicultura**. INCA, 2005. Disponível em:  
 <[http://www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/MitosFlyer\\_2.pdf](http://www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/MitosFlyer_2.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **República Federativa do Brasil**. Portal do Governo Brasileiro. Agricultura familiar emprega 75% da mão de obra no campo. Editado pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Nº 901 - Brasília, 30 set. 2009. Disponível em:<[http://www.brasil.gov.br/noticias/em\\_questao/EQ901a/](http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/EQ901a/)>. Acesso em: 06 out.2009.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. - 3. ed. - Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASSEL, Guilherme. **Tendências/Debates. Um Novo Modelo de Desenvolvimento Rural**, 2009. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/10/13/um-novo-modelo-de-desenvolvimento-rural-artigo-de-guilherme-cassel/>>. Acesso em: 21 out. 2009.

CHALITA, Marie Anne Najm. Agricultura familiar e seus novos vínculos com a prática econômica. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 125-139, jul./dez. 2006.

CIGANA, Caio. Via para o campo. Estado dever privilegiar a produção animal, diz estudo. **Zero Hora**, Campo & Lavoura, Porto Alegre, p. 22, out. 2009.

CONTERATO, Marcelo Antonio, SCHNEIDER, Sérgio. O desenvolvimento agrícola e a agricultura familiar do Alto Uruguai: processos de mercantilização e diferenciação social e econômica. In: **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2004, Santa Cruz do Sul. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo; Campinas: Ed. Ícone/Ed. da UNICAMP, 1985.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul.set. 2001.

DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística aplicada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ERTHAL, Rui. Os Complexos Agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista geo-paisagem (on-line)**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2006. Disponível em: <[http://www.feth.ggf.br/Complexos.htm#\\_ftn11](http://www.feth.ggf.br/Complexos.htm#_ftn11)>. Acesso em: 28 mai. 2008.

ETGES, Virginia Elisabeta. **Sujeição ou Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora FISC, 1991.

FEITOSA, André Elias Fidelis. As mudanças estruturais do capitalismo rural e suas implicações na formação de técnicos em agropecuária: a extinção da coagri/mec, **Trabalho Necessário**, issn: 1808-799X, ano 5, n. 5, 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN5%20AFeitosa.htm#\\_edn4](http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN5%20AFeitosa.htm#_edn4)>. Acesso em: 06 nov. 2008.

FETRAF-SUL/CUT - Agricultura Familiar CUT. Fumicultor valorize seu trabalho. Plante menos fumo. Cartilha do fumo Fetraf, jan./2006. **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Disponível em: <[http://www.deser.org.br/biblioteca\\_read.asp?id=18](http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=18)>. Acesso em: 12 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Fumicultores da Região Sul decidem criar cooperativa para reduzir dependência das fumageiras, jul. 2006. **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - Deser, 10 jul. 2006**. Disponível em: <[http://www.deser.org.br/noticias\\_read.asp?id=852](http://www.deser.org.br/noticias_read.asp?id=852)>. Acesso em: 10 out. 2009.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**. 12 ed. - Porto Alegre: [s.ed.], 2003.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: **ANAIS DO XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”**, 2006, Fortaleza. Anais 44º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural / Editado por Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho; Maria Irles de Oliveira Mayorga e Francisco Casimiro Filho.- Fortaleza: SOBER/BNB, 2006.

\_\_\_\_\_. **O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar.** Artigo embasado na Dissertação de Mestrado “Agricultura familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, dez. de 2004. Disponível em: <[http://www.cifers.t5.com.br/M.Gazolla\\_Schneider\\_processo\\_mercantilizacao\\_agric\\_familiar.pdf](http://www.cifers.t5.com.br/M.Gazolla_Schneider_processo_mercantilizacao_agric_familiar.pdf)>. Acesso em: jul 2008.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O SUL: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** – São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GEWEHR, Albino. **A fomicultura tem futuro no Brasil?** Escrito por Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul, em 27 out. 2008. Disponível em: <[http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=57&Itemid=1](http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=57&Itemid=1)>. Acesso em: 10 abr. 2009.

GÓMEZ SOTO, William Héctor. **A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

GOVERNO FEDERAL. **Ministério de Minas e energia.** Programa Luz par Todos. Disponível em: <[http://www.mme.gov.br/programs\\_display.do?chn=685](http://www.mme.gov.br/programs_display.do?chn=685)>. Acesso em: 25 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **DECRETO Nº 1.946, de 28 de junho de 1996.** Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/download/MOEMA/DECRETO%201946.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil, Bangkok, 30 de jun. - 6 de jul., 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1619316242.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

GOODMAN, D.E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. e. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira, tradução Irene Portela, **Revista de Economia Política**, v.5; n. 4, p. 31-56, out./dez. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. ver. - Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998.

GUALDA, Nelio Lúcio Peres. Agricultura familiar *versus* modelo agro-exportador: o falso dilema da não-coexistência. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,

Administração e Sociologia Rural, 2007, Paraná. **Anais “Conhecimento para a Agricultura do Futuro”**, SOBER, 22 a 25 jul. 2007. CD-ROM.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Makron Books, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. 2. ed. 1993, 3. “reimpressão, janeiro de 1998. - São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1998.

\_\_\_\_\_. **Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. Informações Econômicas**. Instituto de Economia Agrícola, São Paulo-SP, v. 25, n. 11, p. 11-24, 1995.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. 1. ed. 1980, 14. ed. - São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1987.

\_\_\_\_\_. **Uma reforma agrária propriamente dita. Reforma Agrária**, Campinas/SP, v. 12, n. 1, p. 14-21, 1982.

GREGOLIN, Adriana Calderan e PERACI, Adoniran Sanches. Diversificação em áreas cultivadas com tabaco: uma ação de Ater necessária, 2008. **Portal da Cidadania - Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em:

<[http://www.pronera.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=10541%3A0&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=278](http://www.pronera.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=10541%3A0&format=pdf&option=com_content&Itemid=278)>. Acesso em: 25 out. 2008.

GROXKO, Methodio. **FUMO**: Disponível em:

<[http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/fumo\\_04082005.pdf](http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/fumo_04082005.pdf)> Acesso em: 12 jun. 2007.

GRZYBOVSKI, Denize; TEDESCO, João Carlos (Org.). **Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflito**. Passo Fundo: UPF, 2000. 256 p. ISBN 85-86010-68-5

\_\_\_\_\_. Empresa familiar x competitividade: tendências e racionalidades em conflito. **Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, v. 6, n. 11, p. 37-68, nov. 1998. Disponível em:

<[http://www.upf.br/cepeac/download/rev\\_n11\\_1998\\_art3.pdf](http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n11_1998_art3.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2008.

HAIR J.F., ANDERSON R, TATHAM R.L., Black W.C: **Multivariate Data Analysis**. Prentice Hall: Upper Saddle River, New Jersey. 2006.

HARTWIG, Marisa; VENDRAMI, Célia Regina. Trabalho coletivo na agricultura familiar integrada ao capital agroindustrial de fumo, **Trabalho Necessário**, ano 6, n. 6, 2008.

Disponível em:

<<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN6%20HARTWING,%20M.%20e%20VENDRAMINI,%20C..pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2008.

**IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário - Agricultura Familiar 2006. Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários.

Comunicação Social 30 set. 2009 Disponível

em:<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=1466](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1466)>. Acesso em: 20 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grande Regiões e Unidades da Federal. Censo agropec., Rio de Janeiro, p.1-267, 2006. ISSN 0103-6157, IBGE, 2009. Disponível em:<  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2006. Resultados Preliminares. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.** ISSN 0103-6157, IBGE, 2007. Censo agropec., Rio de Janeiro, p. 1-146, 2006. Disponível em:  
 <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.** Comunicação Social, 30 de set. 2009.  
 <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1466&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1)>. Acesso em 26 out. 2009.

INCA - Instituto Nacional de Câncer Brasil ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Rio de Janeiro: INCA, 2005. Disponível em:  
 <[http://www.inca.gov.br/conteudo\\_view.asp?id=1727#topo](http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=1727#topo)>. Acesso em: 02 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades.** Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em:  
 <[http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/mitos\\_verdades.pdf](http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/mitos_verdades.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Programa nacional de controle do tabagismo e outros fatores de risco do câncer. **Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer**, 2ª ed., 2003. Disponível em:  
 <[http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=programa&link=programa\\_de\\_tabagismo.pdf](http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=programa&link=programa_de_tabagismo.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2008.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto.** Brasília: INCRA, fev. 2000. Disponível em <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/censo-95-v-final-2000.pdf>>. Acesso em: 18 jul.2007.

**INCRA e INCRA/FAO. Plano Regional De Desenvolvimento Sustentável. Contribuição ao Debate do CNDRS sobre Estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília: abr., 2002. Disponível em:<<http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/sustentavel.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária. Brasília:** (Coleção pensamento social-democrata) Linha Gráfica, 1998.

LAMARCHE, Hugues.(Coord.). **A Agricultura Familiar. I: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora UNICAMP, 1993.

LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, Nilvo; NEUMANN, Pedro Selvino; SANTOS, Alvorí Cristo dos; MÜLLER, Artur Gustavo. **Administração da unidade produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores.** Ed. Unijuí, 2005.



MACHADO, Gustavo Bittencourt. Desenvolvimento regional e inovação no semi-árido brasileiro segundo os territórios de identidade e os empreendimentos econômicos solidários. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Rio Branco (Acre). **Anais**, SOBER, 20 a 23 jul. 2008. CD-ROM.

MATTEI, Lauro. Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n° 1, jan./mar. 2007.

**MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal do Desenvolvimento Agrário.** Lula lança o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010. Assessoria de Comunicação Social MDA/Incrá, out, 2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/21679>>. Acesso em: 21 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Programa mais alimentos. Agricultura familiar movimentada mais de R\$ 200 milhões em negócios na Expointer/2009**, 06 set. 2009. Disponível em: <[http://comunidades.mda.gov.br/expointer/noticias/item?item\\_id=2740696](http://comunidades.mda.gov.br/expointer/noticias/item?item_id=2740696)>. Acesso em: 21 out 2009.

\_\_\_\_\_. **Portal do Desenvolvimento Agrário.** Censo: agricultura familiar produz mais em menor área, 30 set.. 2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22464>>. Acesso em: 20 out. 2009.

\_\_\_\_\_. MDA incentiva diversificação da cultura do tabaco no Paraná, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.pronera.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=10541%3A0&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=278](http://www.pronera.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=10541%3A0&format=pdf&option=com_content&Itemid=278)>. Acesso em: 25 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Governo Federal.** Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006, Brasília, set. 2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2009.

\_\_\_\_\_. MDA incentiva alternativas à cultura do tabaco no Paraná, 18 ago. 2008, **Portal do Desenvolvimento Agrário. Nossos principais programas.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/18500>>. Acesso em 20 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Agroindústria será alternativa ao cultivo do fumo em SC, 01 abr. 2008. **Portal do Desenvolvimento Agrário. Nossos principais programas.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/16491>>. Acesso em: 20 2009

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/Consea/imagens/agriculturafamiliar.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 20. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MILITÃO, Maria Socorro Ramos. Caracterização geral do desenvolvimento recente da agricultura. **Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC**, ano iv, n. 10, 2004. Disponível em: <<http://www.cesuc.br/revista/ed-5/index.html>>. Acesso em: 06 nov. 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Dados Estatísticos. Agronegócio brasileiro: uma oportunidade de investimentos**, 23 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 21 set. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Tabagismo: Dados e Números**. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=dadosnum&link=mundo.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Florianópolis, 22/25, ago. 2007. Disponível em: <[http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo\\_Coloquio\\_%20-\\_Mior.pdf](http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf)>. Acesso em: jun. 2008.

MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/moreira8.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**; tradução Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

NASCIMENTO, Guerino Francisco do. **Potencial Organizativo dos Trabalhadores do Complexo Agroindustrial Fumageiro do Recôncavo Baiano**. Magistra, Cruz das Almas - BA, v. 12, n. 1/2, jan./dez., 2000. Disponível em: <<http://www.magistra.ufrb.edu.br/publica/magist12/00-12-11c.html>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

NIEDERLE, Paulo André; SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade na agricultura familiar: estratégia diferencial de distintos estilos de agricultura. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Paraná. **Anais "Conhecimento para a Agricultura do Futuro"**, SOBER, 22 a 25 jul. 2007. CD-ROM.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Lutas & Resistências**, Londrina, n. 1, p. 107-120, set. 2006.

OLIVEIRA, Luciana Bernadete. **Produção de Tabaco e Policultura: Um Estudo Comparativo Nos Três Estados do Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1987.

OLADE, Maria Alicia. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 7 jun. 2007.

PAULILO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PEDROSO, Maria Thereza. **Uma breve reflexão sobre o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável**. PEDROSO, Maria Thereza. Agricultura familiar sustentável: conceitos, experiências e lições, jul., 2003. Disponível em: <<http://www.assessoriadopt.org/AssistenciaTecnicaAfter.doc>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

PELINSKI, Augusta; RAHMEIER, Daliane da Silva; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. A dinâmica de uma pequena propriedade dentro de uma análise de filière. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza - Ceará. **Anais. "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento"**, SOBER, 23 a 27 jul. 2006. CD-ROM.

PINDYCK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L. **MICROECONOMIA**. 5. ed. Tradução e revisão técnica: Professor Eleutério Prado; São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PLEIN, Clério. A Modernização da Agricultura Brasileira e seus efeitos sobre a Agricultura Familiar no Oeste Catarinense. **Revista Faz Ciência**, v. 8, n.º.1 (2006) pp. 35-72 UNIOESTE ISSN 1677-0 439.

PONTES, Maria Beatriz Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **REVISTA NERA** - ano 8, n. 7 - jul / dez. 2005 - ISSN 1806-6755. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/07/Pontes.PDF>>. Acesso em: set 2008.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluriatividade na Produção Familiar Fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

QUEIROZ, Timóteo Ramos; BATALHA, Mário Otávio. Gestão de custos na agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio. **Gestão integrada da agricultura familiar** - São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Vellada; GOMES, Conil Mário. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 42, n.º 03, p. 529 - 548, jul./set. 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/resr/v42n3/24509.pdf>>. Acesso em: jul. 2008.

SANDRONI, Paulo. **Questão agrária e capesinato. (A "funcionalidade" da pequena produção mercantil)**. Editora Pólis, 1980.

SANTOS, Alvorci Cristo dos. As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica. **Agriculturas**, v. 2, n. 3, out, 2005. Disponível

em:<[http://www.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o\\_id=77378&a\\_id=211&a\\_seq=0](http://www.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=77378&a_id=211&a_seq=0)>. Acesso em: 22 out. 2009.

SANTOS, Marcelo Justus dos; GUERREIRO, Eziquiel. **Produtividade do trabalho e da terra na agropecuária paranaense**, Publicação UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (2) 59-78, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.uepg.br/proresp/publicatio/hum/2005\\_2/06.pdf](http://www.uepg.br/proresp/publicatio/hum/2005_2/06.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2008.

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar. **Notícias. Agricultores familiares participam da 7ª Biofach Latina**, em São Paulo, 2009. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:<[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/portal/saf/noticias/item?item\\_id=3058646](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/portal/saf/noticias/item?item_id=3058646)>. Acesso em: 21 out. 2009.

SCHMITZ, Arno Paulo; CERQUEIRA, Patrícia Silva. Determinantes da dinâmica e nível da ocupação da mão-de-obra rural na Bahia dos anos 90. In: Cláudia Monteiro Fernandes; Joseanie Mendonça. (Org.). **Dez Anos de Economia Baiana**. Salvador: Sei/Seplantec, 2002, v. 1, p. 35-51.

SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. (Orgs) Sérgio Schneider. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

SEAB/DERAL - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. **Governo do Paraná**. O perfil da agropecuária paranaense, Curitiba (PR), nov. 2003. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/PDF/revista.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

SCHLOSSER, Fernando; NEUMANN, Pedro; CIPPOLAT, Gilseu. **Agricultura. O que ainda pode melhorar**, Diário de Santa Maria, Santa Maria - RS, p. 18, out. 2009. SINDIFUMO. Sindicato da Indústria do Fumo no Estado do Rio Grande do Sul. **A Entidade Sindifumo**. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

SPIES, Rosalice Silva. **O processo de especialização produtiva da microrregião fomicultora de Santa Cruz do Sul – RS**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2000. Disponível em: <<http://btd.unisc.br/Dissertacoes/RosaliceSpies.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

SISTEMA CRESOL BRASIL. **Planet rating transparency for microfinance development**. Rating: C+ Tendência: Neutra, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=cresol++++%2B+++brasil&meta=>>>. Acesso em 29 set. 2008.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. - 3. ed. - Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**. Três Lagoas - MS, v.2 - n. 2 - ano 2, set. 2005.

TONNEAU, Jean-Philippe; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Políticas Públicas e Apoio Institucional à Agricultura Familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 02, p. 295–303, jul./dez. 2002. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_82.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_82.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2008.

TONNEAU, Jean-Philippe; AQUINO, Joacir Rufino de, TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da Agricultura Familiar e Exclusão Social. O Dilema das Políticas Agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, nº 1, p. 67-82, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n1p67.pdf>>. Acesso em: abr. 2008.

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL/NÚCLEO DE PESQUISA SOCIAL**. Diagnóstico socioeconômico dos pequenos produtores agrícolas no sul do Brasil: uma comparação entre fumicultores e não-fumicultores. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

VARGAS, Marco. Perfil do economista Marco Vargas, UFRJ. **Aliança de controle do tabagismo**, 2007. Disponível em: <[http://actbr.org.br/detalhes\\_artigos.asp?cod\\_artigo=877](http://actbr.org.br/detalhes_artigos.asp?cod_artigo=877)>. Acesso em: jun.2008.

VEIGA, José Eli. Diretrizes para uma nova Política Agrária. In: **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. NEAD / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002

VIANA, Agripino Abranches. Considerações sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira e a inflação. **Revista de Economia e Sociologia Rural 1979-1998 (SOBER)**, Brasília (DF), ago. 1978. CD-ROM.

WANDERLEY, Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo - RS: UPF, 2001.

WERNER, Benício. Perfil. A hora da verdade. **Anuário Brasileiro do Fumo**, 2007. Disponível em:<[http://www.anuarios.com.br/port/versao\\_pdf.php?idEdicao=26&idAnuario=15#](http://www.anuarios.com.br/port/versao_pdf.php?idEdicao=26&idAnuario=15#)>. Acesso em: 18 ago. 2008

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. v. 2, Brasília: UNB.

WILKINSON, John. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. Editora HUCITEC, Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola - CEPAL-BA - São Paulo-Salvador, 1986.

\_\_\_\_\_. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/john8.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

WOORTMANN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Série Antropológica 293, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie293empdf.pdf>>. Acesso em: 6 mai. 2008.

**ANEXOS**

PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA						
PROPRIEDADE FUMICULTORA BRASILEIRA						
Safrá: 2003/04						
<b>FUMICULTOR</b>				Nº Quest:		
Local:		Mun:		UF:		
Condição do produtor			Proprietário		Meeiro/arrendatário	
1						
I - DADOS DA PROPRIEDADE						
A propriedade possui energia elétrica?			SIM		NÃO	
2						
RESIDÊNCIAS		Qtde	ESTUFAS		Qtde	
Alvenaria	3		Convencional		6	
Chalé	4		Ar forçado		7	
Nº de cômodos (que mora)	5					
OUTRAS BENFEITORIAS						
Galpão	8		Paiól de fumo		10	
Aviário	9		Pocilga (Chiqueiro)		11	
			Outros		12	
OUTROS BENS						
Trator / Micro	13		Animais de tração		22	
Caminhão	14		Pick-up, Kombi, etc.		23	
Automóvel	15		Motocicleta		24	
Banheiro/Sanitário	16		Telefone		25	
Geladeira	17		Freezer		26	
Televisão	18		Rádio		27	
Microcomputador	19		Ar condicionado		28	
Antena parabólica	20		DVD		29	
Video cassete	21		Outros		30	
II - ATIVIDADE AGROPECUÁRIA ANUAL						
Período de abrangência: 01/08/2003 a 31/07/2004						
ESPECIFICAÇÃO		HECTARES		PRODUÇÃO kg		VALOR R\$
Arroz	31	,	41		51	,00
Batatinha	32	,	42		52	,00
Cebola	33	,	43		53	,00
Feijão	34	,	44		54	,00
<b>Fumo</b>	35	,	45		55	,00
Horti-frutigranjeiros	36	,	46		56	,00
Mandioca	37	,	47		57	,00
Milho	38	,	48		58	,00
Soja	39	,	49		59	,00
Outras	40	,	50		60	,00
Açudes	61	,		<b>1 alqueire = 2,420 ha      1 quadra = 1,720 ha</b> Anotar os hectares com <b>3</b> casas decimais. Produção e valor, incluir consumo próprio.		
Área em descanso	62	,				
Mata nativa	63	,				



Mata reflorestada	64	,	No campo <b>75</b> considerar litros de leite/ano.			
Pastagens (inclui poteiros)	65	,	No campo <b>81</b> considerar o valor do leite.			
<b>Área da propriedade</b>	66	,	Campos sem informação deixar em branco.			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		<b>CABEÇAS</b>		<b>PRODUÇÃO kg/ano</b>	<b>VALOR R\$</b>	
Avicultura	67		73	79	,00	
Bovinos de corte	68		74	80	,00	
Bovinos de leite	69		75	81	,00	
Piscicultura	70		76	82	,00	
Suínos	71		77	83	,00	
Outros	72		78	84	,00	
<b>Receita anual obtida com a venda de outros produtos fora o fumo.</b>					85	,00

<b>III - DADOS DA FAMÍLIA</b>					
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>					<b>Qtde</b>
Até que série frequentou o colégio?					86
Total de pessoas da família (incluir casados/independentes que residem em outro lugar)					87
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham no fumo					88
Nº de pessoas da família que trabalham no fumo nesta propriedade					89
Nº de pessoas contratadas (sazonais/permanentes) entre <b>01/08/2003 a 31/07/2004</b>					90
Há quantos anos planta fumo?					91
<b>Planta fumo por que? (Principais motivos)</b>			<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	
É a cultura mais rentável?			92		
Tem garantia de venda e preço negociado?			93		
Pelo tamanho reduzido da propriedade?			94		
Ocupa pequena área de terra?			95		
Recebe orientação técnica e financiamentos?			96		
Existe a opção do seguro mútuo da Afubra?			97		
Pela instabilidade de mercado e preços dos outros produtos?			98		
Garante mão-de-obra para a família?			99		
Outros motivos			100		
<b>IV - OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					
Qual sua opinião sobre campanhas antitabagistas?		101		A favor	Contra
Por quê?		102			
Sem o fumo, permaneceria na propriedade?		103		sim	não
Se sim, em que condições?		104			
Sem o fumo, teria outra opção de cultivo?		105		sim	não
Se sim, quais?		106			
Sem o fumo, venderia a propriedade para morar na cidade?		107		sim	não
Se sim, em que condições?		108			
Sem o fumo, desmataria para aumentar a área de cultivo com outra cultura?		109		sim	não
Possui assinatura de algum jornal ou revista?		110		sim	não



PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA					
PROPRIEDADE AGRÍCOLA BRASILEIRA					
Safrá: 2003/04					
<i>NÃO PLANTA FUMO</i>			Nº Quest:		
Local:		Mun:		UF:	
Condição do produtor			Proprietário		Meeiro/arrendatário
1					
I - DADOS DA PROPRIEDADE					
A propriedade possui energia elétrica?			SIM		NÃO
2					
RESIDÊNCIAS		Qtde	ESTUFAS		Qtde
Alvenaria	3		Convencional	6	XXX
Chalé	4		Ar forçado	7	XXX
Nº de cômodos (que mora)	5				
OUTRAS BENFEITORIAS					
Galpão	8		Paiól (depósito)	10	
Aviário	9		Pocilga (Chiqueiro)	11	
			Outros	12	
OUTROS BENS					
Trator / Micro	13		Animais de tração	22	
Caminhão	14		Pick-up, Kombi, etc.	23	
Automóvel	15		Motocicleta	24	
Banheiro/Sanitário	16		Telefone	25	
Geladeira	17		Freezer	26	
Televisão	18		Rádio	27	
Microcomputador	19		Ar condicionado	28	
Antena parabólica	20		DVD	29	
Video cassete	21		Outros	30	
II - ATIVIDADE AGROPECUÁRIA ANUAL					
Período de abrangência: 01/08/2003 a 31/07/2004					
ESPECIFICAÇÃO		HECTARES		PRODUÇÃO kg	VALOR R\$
Arroz	31	,	41		,00
Batatinha	32	,	42		,00
Cebola	33	,	43		,00
Feijão	34	,	44		,00
<b>Fumo</b>	35	<b>X,XXX</b>	45	<b>XXX</b>	<b>XXX,00</b>
Horti-frutigranjeiros	36	,	46		,00
Mandioca	37	,	47		,00
Milho	38	,	48		,00
Soja	39	,	49		,00
Outras	40	,	50		,00
Açudes	61	,	<b>1 alqueire = 2,420 ha      1 quadra = 1,720 ha</b> Anotar os hectares com 3 casas decimais. Produção e valor, incluir consumo próprio.		
Área em descanso	62	,			
Mata nativa	63	,			

Mata reflorestada	64	,	No campo <b>75</b> considerar litros de leite/ano.			
Pastagens (inclui poteiros)	65	,	No campo <b>81</b> considerar o valor do leite.			
<b>Área da propriedade</b>	66	,	Campos sem informação deixar em branco.			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		<b>CABEÇAS</b>		<b>PRODUÇÃO kg/ano</b>	<b>VALOR R\$</b>	
Avicultura	67		73	79	,00	
Bovinos de corte	68		74	80	,00	
Bovinos de leite	69		75	81	,00	
Piscicultura	70		76	82	,00	
Suínos	71		77	83	,00	
Outros	72		78	84	,00	
<b>Receita anual obtida com a venda da produção.</b>					85	,00

<b>III - DADOS DA FAMÍLIA</b>						
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>						<b>Qtde</b>
Até que série frequentou o colégio?					86	
Total de pessoas da família (incluindo casados/independentes que residem em outro lugar)					87	
Nº de crianças e idosos que residem na casa e não trabalham na lavoura					88	
Nº de pessoas da família que trabalham na lavoura nesta propriedade					89	
Nº de pessoas contratadas (sazonais/permanentes) entre <b>01/08/2003 a 31/07/2004</b>					90	
Há quantos anos planta fumo?					91	<b>xxx</b>
<b>Não planta fumo por que? (Principais motivos)</b>			<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	
Dá muita mão-de-obra?	92					
Não tem mão-de-obra familiar disponível?	93					
Não tem lenha própria?	94					
A despesa é muito elevada?	95					
Os preços não compensam?	96					
Outras culturas utilizam menos defensivos?	97					
O risco de perdas por intempéries de outras culturas é menor?	98					
O fumo exige trabalho noturno?	99					
Outros motivos	100					
<b>IV - OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						
Qual sua opinião sobre campanhas antitabagistas?	101		A favor		Contra	
Por quê?	102					
Sem o fumo, permaneceria na propriedade?	103	<b>xxx</b>	sim	<b>xxx</b>	não	
Se sim, em que condições?	104	<b>xxx</b>				
Sem o fumo, teria outra opção de cultivo?	105	<b>xxx</b>	sim	<b>xxx</b>	não	
Se sim, quais?	106	<b>xxx</b>				
Sem o fumo, venderia a propriedade para morar na cidade?	107	<b>xxx</b>	sim	<b>xxx</b>	não	
Se sim, em que condições?	108	<b>xxx</b>				
Sem o fumo, desmataria para aumentar a área de cultivo com outra cultura?	109	<b>xxx</b>	sim	<b>xxx</b>	não	

Possui assinatura de algum jornal ou revista?	110		sim		não
Em relação ao comprador da sua produção você está:	111		muito satisf.		satisfeito
			insatisfeito		muito insatisf.
Quantas horas da semana costuma gastar em lazer? (não trabalha)	112				
O que você costuma fazer no tempo livre? (fora do trabalho)	113		passear		esportes
			jogar cartas		outros
<b>Qual a Instituição que lhe presta orientação técnica?</b>					
			Afubra		Emater
Resposta múltipla	114		Epagri		Outra
			Nenhuma		
<b>Pesquisa realizada em agosto de 2004.</b>					
Para cada <b>2</b> fumicultores será entrevistado <b>um</b> que não planta fumo na mesma localidade.					
<b>ESTADO</b>		<b>AGRICULTORES</b>			
RS		221			
SC		112			
PR		57			
<b>TOTAL</b>		<b>390</b>			
<b>NOME DO ENTREVISTADOR</b>		<b>ASSINATURA</b>		<b>DATA</b>	
				/ /	